

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO DE HUMANIDADES

A CULTURA OCIDENTAL

O CINEMA A SERVIÇO DA CULTURA

GUIAS PARA ESTUDO INDIVIDUAL E DE GRUPO

**Antonio Paim
Leonardo Prota
Ricardo Vélez Rodriguez**

SUMÁRIO

I – NASCEDOURO E FUNDAMENTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

1. Indicações gerais sobre a cultura ocidental
2. Contribuição grega à cultura ocidental
 - a) Desenvolvimento da capacidade de abstração e generalização
 - b) Classificação dos tipos de saber
 - c) Formação inicial de diversas disciplinas que se preservaram
3. A contribuição essencial do judaísmo: a lei moral
 - a) A Torah
 - b) O período helenístico
 - c) O Antigo Estado Judaico
4. O Decálogo de Moisés e o Sermão da Montanha
5. A contribuição de Roma
 - a) As instituições políticas
 - b) O Direito Romano
 - c) A religião de Estado
6. Como se teria originado a mudança social que produziu o “milagre grego”

II – A CIVILIZAÇÃO FEUDAL OU O PRIMEIRO CICLO HISTÓRICO DA CULTURA OCIDENTAL

1. Caracterização geral
2. O essencial do feudalismo
3. A recuperação das obras clássicas
4. Uma cultura religiosa
5. A Igreja e a tentação do temporal

III – A ÉPOCA MODERNA E A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

1. O elo fundamental no surgimento da Época Moderna
2. A ante-sala da Época Moderna; o Renascimento
3. Como se processou a Revolução Industrial
4. O capitalismo
5. A ciência moderna
 - a) Conceito e caracterização geral
 - b) A constituição da ciência, sua peregrinação e desenvolvimento ulterior
6. O governo representativo
7. Outras criações originais da cultura ocidental surgidas no período
 - a) A tolerância religiosa

b) A moral social

IV – A FEIÇÃO ASSUMIDA PELA CULTURA OCIDENTAL
E A PLENA EXPLICITAÇÃO DE SUA SINGULARIDADE

1. Emergência da sociedade urbana na era Vitoriana
2. A cidade e a preocupação com o corpo e a saúde
3. O alargamento da elite e o início das reformas democráticas
4. As primeiras crises cíclicas e a decadência dos valores da elite tradicional
5. Dickens e a discussão da pobreza na era Vitoriana
6. Os fundamentos da cultura ocidental
 - a) Singularidade da cultura ocidental
 - b) A discussão teórica sobre valores
 - c) Os valores fundantes da cultura ocidental
 - d) Os filósofos e a exaltação da virtude

I – NASCEDOURO E FUNDAMENTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

1. Indicações gerais sobre a cultura ocidental

A cultura ocidental nasce sob o feudalismo. Pode-se dizer, numa primeira aproximação, que corresponde à fusão do cristianismo com o feudalismo. Em outros contextos, o cristianismo não produziu a cultura ocidental. Assim, o ciclo histórico que se seguiu à sua adoção por Constantino, no século IV de nossa era, caracteriza-se pela decadência do Império Romano e sua capitulação perante as denominadas hordas bárbaras. A simbiose do cristianismo com o Estado Patrimonial, através da Igreja do Oriente, fez surgir a cultura bizantina.

O nascedouro da cultura ocidental tampouco se dá de modo automático em seguida à conversão dos germanos ao cristianismo. Foi preciso vencer as incursões dos novos bárbaros (sarracenos, normandos e húngaros) e ver passar o século e meio subsequente à morte de Carlos Magno, denominado com propriedade de Idade das Trevas. Somente com a coroação de Oto I como imperador do Sacro Império Romano-germânico, em 962, dá-se o nascimento da cultura ocidental.

A cultura ocidental conhece dois ciclos civilizatórios: o feudalismo e a sociedade industrial.

No processo de estruturação da cultura ocidental, além do cristianismo e do feudalismo, intervêm outros ingredientes importantes, como a racionalidade grega e as instituições romanas.

A julgar pelo conhecimento que adquirimos da cultura grega, em seu seio a racionalidade estava não só associada ao misticismo como não se distinguiam o raciocínio matemático e a especulação filosófica, a exemplo do que se dá na cultura ocidental. Por isto mesmo imprescindível se torna deter-se no estudo do Museu de Alexandria. Dessa instituição provém o conhecimento que denominamos de científico. A outra parcela da racionalidade grega foi apropriada pelos filósofos e teólogos católicos, o que induziu à suposição de uma fé racional. A religião grega, que era parte desse todo, foi abandonada, e com ela o reconhecimento da presença constante do misterioso e do desconhecido.

No que diz respeito às instituições romanas, sua contribuição duradoura à cultura ocidental reside no direito. A idéia de império é de proveniência oriental e quase sempre esteve em contradição com o espírito da cultura ocidental. Sem embargo do papel que o Sacro Império desempenhou na preservação dos valores do cristianismo, a instituição está associada ao exercício antidemocrático do poder e à denominação de uma nação por outra, consoante se infere da presença do imperialismo na história moderna e contemporânea.

O entendimento da moral como sendo obrigatória para todos, presente na cultura ocidental, é de proveniência judaica, razão pela qual cumpre igualmente estudar o judaísmo antigo. Assim, embora o propósito de compreender a cultura ocidental nos devesse levar, preferentemente, ao estudo do período histórico subsequente à Alta Idade Média, dos séculos XI a XIII, não poderemos deixar de nos deter nos antecedentes enumerados.

2. A contribuição grega á cultura ocidental

A Grécia Antiga floresceu basicamente nos séculos V e VI antes de Cristo. A forma de organização política que adotou seria a de cidades-Estado que se limitavam ao perímetro do que hoje corresponderia a um município e que passou à história com esse nome (cidade-Estado). Para enfrentar inimigos externos agruparam-se em dois grandes blocos, um

liderado por Atenas e outro por Esparta. Em fins do século IV (precisamente em 338), as cidades gregas passam a ser dominadas pela Macedônia, que acabou por constituir um vasto império, sob a direção de Alexandre, o Grande, abrangendo a maior parte do Mediterrâneo. Mais tarde, com a desagregação do Império Macedônico, a Grécia passa ao domínio de Roma.

Ainda que haja perdido a independência, o legado cultural dos gregos antigos seria apropriado por Roma, acabando por ser preservado no Ocidente, ainda que o haja descoberto numa fase avançada de estruturação cultural, por volta do século XIII. Outra fonte que contribuiu naquele sentido seria a criação do Museu de Alexandria, no Egito, que se ocupou de desenvolver o tipo de estudo afeiçoado à investigação científica, igualmente redescoberto pela cultura ocidental.

Numa primeira aproximação, destacaríamos as seguintes criações originais do pensamento grego: desenvolvimento da capacidade de abstração e de generalização; a idéia de que os tipos de saber poderiam ser classificados e uma proposição neste sentido; a formulação inicial de diversas disciplinas que se preservaram no Ocidente e, para destacar apenas o essencial, a diferenciação de diversas formas de manifestação artística. Não seria esta a ocasião de desenvolver todas as idéias enunciadas, competindo assinalar tão-somente o que se segue.

a) Desenvolvimento da capacidade de abstração e de generalização

A título ilustrativo podem ser apresentados dois exemplos: o da *matemática* e o da *política*.

A matemática grega tem naturalmente antecedentes, notadamente os progressos alcançados no Egito, de que certamente tiveram conhecimento. Mas a matemática não era, no Egito, consoante observação dos autores da *História Ilustrada da Ciência*, da Universidade de Cambridge, "em si mesma, considerada uma forma de conhecimento independente de sua aplicação, como aconteceu na Grécia. Assim, a pesquisa dos princípios matemáticos era desprezível. Não havia uma teoria básica da matemática nem um sistema teórico da geometria: a matemática concentrava-se apenas em contar, somar, subtrair, multiplicar e dividir, mas era o suficiente para solucionar os problemas dos escribas de uma administração".

Em contrapartida, na Grécia chegou-se ao desenvolvimento sintetizado nos *Elementos* de Euclides, que, no entender dos autores citados, "foi a base de todo o ensino dessa ciência no Ocidente. Na verdade", prosseguem eles, "sua influência foi muito maior; considera-se que seu método de síntese – seus axiomas, postulados, teoremas e provas afetou o pensamento ocidental mais do que qualquer outro livro, exceto a Bíblia".

No que respeita ao segundo exemplo, isto é, à política, é na Grécia que se formula a pergunta acerca da melhor forma de governo, como teremos oportunidade de ver detidamente na disciplina respectiva. No ciclo precedente, os governantes ou seus prepostos limitavam-se a colecionar eventos expressivos de sua própria experiência, na esperança de que pudessem ser úteis aos sucessores.

b) A classificação dos tipos de saber

O filósofos gregos distinguiram *episteme* de *technê*, do mesmo modo que ambas da *doxa*. Esquemáticamente, porquanto o aprofundamento do tema não tem porque ser antecipado, a *episteme* seria o equivalente da sabedoria, isto é, de uma espécie de

conhecimento conceitual rigoroso, enquanto a *technê*, embora compreendendo aquela espécie de conhecimento, requer simultaneamente um certo aprendizado. Alguns autores chegam a identificar a *technê* com a ciência moderna, o que é discutível. A medicina seria um conhecimento desse tipo.

Quanto à *doxa* distingue-se dos graus anteriores por consistir numa simples opinião impressionista.

e) Formulação inicial de diversas disciplinas que se preservaram

Não cabendo aqui conceituá-las na medida devida, porquanto nos desviaria dos atuais propósitos e levando em conta que as principais serão estudadas a seu tempo, limitamo-nos a enumerá-las:

- Lógica
- Filosofia
- Ética
- Política
- Medicina
- Classificação dos animais e dos fenômenos físicos
- Aplicação de conhecimentos científicos do tipo que se denominou de engenharia

Finalmente, destacaríamos:

- A diferenciação de diversas formas de manifestação artística, como a tragédia, a escultura, a poesia, etc.

3. A Contribuição Essencial do Judaísmo: A Lei Moral

a) A Torah

Chamou-se *Torah* (lei), o conjunto de regras preservadas oralmente e que foram sendo sistematizadas pelo ensinamento judaico (*Talmude*). Tendo sua origem atribuída a Moisés, envolvia a adaptação de tais regras aos novos costumes e situações. Sua transcrição escrita é fenômeno tardio, ocorrendo depois do advento do cristianismo. Essa ordenação e codificação escritas foram denominadas de *Mischná* (repetição, estudo).

A título de exemplo pode-se tomar o tratado que se intitulou de *Ética dos Pais* (*Pirkei Avot*). Compõe-se de aforismas e máximas morais e religiosas atribuídas a 60 autoridades rabínicas, sucessores imediatos dos profetas e seus discípulos posteriores.

A propósito desse tratado, J. Guinsburg diz que, "recolhendo os ditos preferidos dos 'Pais', o *Pirkei Avot* de certo modo encarnou suas principais lições éticas. De modo geral, prega a prática do bem para com o próximo, o estudo e o respeito da *Torah* e das leis divinas e a despreocupação com as coisas deste mundo". Acrescenta ter sido adotada a praxe de recitá-lo todos os sábados, conduzindo à sua "verdadeira impregnação na essência moral do judaísmo".(1)

Na parte inicial da *Ética dos Pais* (Cap. I), afirma-se: "Moisés recebeu a Torá do Sinai e transmitiu-a a Josué, e Josué aos anciãos, e os anciãos aos profetas, e os profetas

transmitiram-na aos homens da Grande Sinagoga. Estes disseram três coisas: ‘Sede ponderados nos vossos julgamentos, formai muitos discípulos e levantai uma cerca em volta da Torá.’

"Schimeon, o Justo, foi um dos últimos dos homens na Grande Sinagoga. Ele costumava dizer: ‘O mundo se sustém sobre três coisas: a Torá, o culto e a prática da beneficência.’

"Antígono, um homem de Soho, recebeu a tradição de Schimeon, o Justo. Ele costumava dizer: ‘Não sejas como os servos que servem seu senhor esperando uma gratificação, mas sede como os servos que servem o seu senhor sem esperar receber gratificação, e tende sobre vós o temor dos céus.’

"Ióssi ben loéser, um homem de Tzreidá, e Ióssi bem Iohanã, um homem de Jerusalém, receberam deles a tradição, Ióssi ben loéser, o homem de Tzreidá, dizia: ‘Seja a tua casa uma casa de reunião para os sábios e aspira o pó dos seus pés e bebe com sede as suas palavras.’”

Ensina-se no Cap. III: "Akabiá ben Mahalalel dizia: ‘Atenta a três coisas e não cairás no poder da transgressão: sabe de onde vieste, para onde vais e perante quem prestarás contas de tuas ações. De onde vieste? De uma gota fétida. Para onde vais? A um lugar de pós, de vermes e de gusanos. Ante quem no futuro prestarás contas? Perante o rei dos reis dos reis, o Santíssimo, louvado seja.’

"Ravina Hanina, vice-sumo sacerdote, dizia: ‘Ora pelo bem-estar do governo, pois, não fosse o medo que ele inspira, o homem devoraria vivo o seu semelhante.’”

E no Capítulo IV: "Ben Zoma dizia: ‘Quem é sábio? Aquele que aprende com todos os homens, conforme foi dito: "De todos os que me ensinaram, ganhei entendimento (e os teus preceitos eram minha meditação)’” (Salmos 119:99). ‘Quem é valente? Aquele que subjuga sua paixão, conforme foi dito: "Melhor é o longânimo do que o valente e o que governa o seu espírito do que o que toma uma cidade’” (Provérbios 16:32). ‘Quem é rico? Aquele que se regozija com sua porção, conforme foi dito: "Pois comerás do trabalho das tuas mãos, feliz serás e te irá bem’” (Salmos 128:2). Feliz será – neste mundo; e te irá bem – no mundo vindouro. ‘Quem é honrado? Aquele que honra seus semelhantes, conforme foi dito: "Aos que me honram, honrá-los-ei, porém os que me desprezam, desprezarei’” (I Samuel 2:30).

"Ben Azai dizia: ‘Apressa-te a cumprir um preceito fácil, como um difícil, e foge da transgressão; pois um preceito atrai outro preceito e uma transgressão atrai outra transgressão; pois a recompensa de um preceito é um preceito e a recompensa de uma transgressão é uma transgressão.’

"Ele também dizia: ‘Não desprezes homem nenhum e não discrimines contra coisa alguma, pois não há homem que não tenha a sua hora e não há coisa que não tenha o seu lugar.’”

Comentando esse mesmo texto, na Introdução à mencionada Antologia, Walter Rehfeld escreve o seguinte: "Para precisar melhor o pensamento genuinamente judaico, quero utilizar um dos *Pirkei Avot*, um dos ‘Aforismos dos Pais’, (...), no qual R. Schimeon ben Gamaliel diz: ‘Sobre três coisas se sustém o mundo: sobre a verdade, sobre a justiça e sobre a paz, como foi dito: "Executai juízo de verdade e de paz nas vossas portas’”. R. Schimeon, o presidente do Grande Sinédrio ao irromper a guerra com os romanos, tentou, com estas palavras, sintetizar a essência do pensamento judaico, num momento em que o choque político-militar com Roma ameaçou a existência tanto da gente como do espírito de Israel.

Verdade, aqui, certamente não significa verdade filosófica, que se define tradicionalmente como ‘adequação entre conceito e coisa’, mas verdade moral, que poderia ser definida como ‘adequação entre fala e pensamento íntimo’. É esta verdade, no trato com os nossos próximos, a justiça das nossas atitudes e a paz resultante da associação destes dois modos de comportamento que possibilitam o convívio entre homens. O reconhecimento da verdade social, a defesa da justiça social que exige, não somente a liberdade, mas igualmente a igualdade fundamental de todos os homens, da equidade na aplicação das leis e, finalmente, a paz social que resulta de tudo isto, sustém o mundo da convivência humana, que é o objeto mais caro ao pensamento dos legisladores bíblicos”.(2)

b) O período helenístico

Denominou-se período helenístico ao ciclo histórico que se inicia com a criação do Império de Alexandre, na parte final do século IV a.C. Sua característica essencial consiste na difusão da cultura grega em todo o Mediterrâneo. Quando a hegemonia na área passa para o Império Romano, a partir do século II a.C., o que de fato ocorre é a consagração dos propósitos de Alexandre. Os romanos conquistam a Grécia mas a Grécia, também os conquista – pelas obras e pelas instituições.

Pode-se considerar o Museu de Alexandria como autêntica expressão da forma pela qual a cultura grega foi difundida.

O Museu era um centro científico subdividido em quatro departamentos principais: literatura, matemática, astronomia e medicina, abrangendo esta a história natural. Os monarcas que sucederam a Alexandre não só o sustentavam como compareciam pessoalmente a eventos que promovia, com o fito de prestigiá-lo. A instituição formou uma biblioteca imensamente rica e dispunha de copistas para enriquecê-la sucessivamente. Considera-se que os homens mais notáveis da época tenham sido atraídos pelo Museu. Graças a isto, Alexandria rivalizava com Atenas como centro cultural do mundo mediterrâneo.

O espírito classificador e investigador de Aristóteles se transmitiu ao Museu de Alexandria, o que se evidencia sobretudo na astronomia. A atividade dos astrônomos consistia em observar cuidadosamente o céu, registrar ciosamente o movimento dos astros e tornar essa essência uma obra coletiva e de gerações.

c) O Antigo Estado Judaico

Seguem-se breves indicações sobre o antigo Estado judaico.

O texto bíblico corresponde à fonte primordial para o conhecimento da história do povo judeu na Antigüidade, embora a partir do século XIX escavações arqueológicas e descobertas de outros documentos hajam permitido ampliar as informações disponíveis e dar maior consistência às indicações de ordem cronológica.

A Palestina tinha, ao Sul, o Egito e, ao Norte, sucessivos impérios: o Babilônico, mais ou menos durante o terceiro milênio e na primeira metade do segundo, antes de Cristo; o Império Assírio (1360-612 a.C.), que no período de máxima expansão domina a Mesopotâmia, a Síria, o Egito e parte da Ásia Menor. De certo modo, a Assíria tem continuidade no chamado Império Neobabilônico, cujo apogeu é alcançado por Nabucodonosor (605-562 a.C.), derrotado por Ciro III, rei dos persas, que incorpora a Babilônia. Estabelecida a dominação no Oriente Médio, o Império Persa organiza as campanhas contra os gregos.

Situados assim numa zona de intensas disputas, os judeus tardaram muito em sedimentar-se, ao longo do segundo milênio a.C. Além disto, é muito provável que a chamada Terra de Canaã jamais estivesse integralmente sob seu domínio, sendo obrigados a admitir a presença, no mesmo território, de outros povos. Contudo, se constitui um Estado monárquico, encontrando-se a sua linhagem apontada na Bíblia. Nos fins do segundo milênio já seria uma civilização florescente.

No ano de 722 a.C., a Palestina perde a sua independência para a Assíria. Cerca de um século e meio depois, em 586 a.C., inicia-se a dominação neobabilônica, à época sob a chefia de Nabucodonosor, quando tem lugar a Destruição do Templo, evento que se tornou símbolo do declínio de Israel como Estado.

O cativo babilônico dura meio século e termina em 538 a.C., iniciando-se a dominação persa. Sob os persas, os judeus readquirem a liberdade de praticar a própria religião.

O Império Persa foi derrotado por Alexandre, que incorpora a Palestina por volta de 333 a.C. Alexandre não foi bem-sucedido em seus esforços de impor aos judeus, pela força, a cultura helênica. Com a morte de Alexandre, em 323 a.C., a Palestina passa, primeiro, ao domínio da Síria e, logo a seguir, ao do Egito, nos primórdios da dinastia dos Ptolomeus.

Vivendo em meio a tais sobressaltos, como conseguiram os judeus manter vivas as suas tradições? É provável que a resposta seja induzida pela própria experiência posterior, dos últimos 20 séculos, quando demonstraram capacidade de preservar a unidade na ausência de qualquer base territorial sob seu domínio. Contudo é fora de dúvida que foi a religião – e não o Estado – que os manteve unidos tanto na fase primordial como no chamado período da diáspora, isto é, da dispersão dos judeus pelo mundo, subsequente ao período aqui estudado.

Os judeus criaram uma instituição desconhecida dos outros povos com os quais, durante tão longo período, disputaram a própria independência. Trata-se da sinagoga. Esta não se constituía simplesmente num centro religioso, destinado à prática do culto. Simultaneamente, tornou-se local de estudos e também um tribunal rabínico. A sinagoga forneceu aos judeus um instrumento capaz de manter e desenvolver o legado místico de seus ancestrais, plenamente autônomo em relação às estruturas jurídico-administrativas a que deviam submeter-se enquanto cidadãos.

4. O Decálogo de Moisés e o Sermão da Montanha

O código judaico-cristão encontra-se nos textos bíblicos. É apresentado como emanção direta de Deus. A par disto, o relato bíblico insere não poucas contradições, facultando ainda múltiplas interpretações, tão diversas a ponto de haver gerado no seio da religião cristã a grande cisão de que resultou o protestantismo.

Esse código, contudo, impregnou de modo radical a cultura do Ocidente. Por essa razão, as correntes racionalistas da Época Moderna sentiram-se tentadas a debruçar-se sobre a Bíblia e reinterpretá-la.

Embora Kant houvesse definido o Iluminismo como aquele movimento através do qual "os homens saem da menoridade de que são eles mesmos responsáveis sobretudo em questões de religião" ("Resposta à questão: o que é Iluminismo", dezembro, 1784, *in Filosofia da História*, trad. francesa, Paris, Aubier Montaigne, 1947, p. 91), a crítica bíblica somente assume feição definida nos meados do século passado, na medida em que se estrutura a

chamada esquerda hegeliana. Ludwig Feuerbach (1804-1872) pretendeu explicar as religiões a partir das exigências e necessidades humanas (*Essência do Cristianismo*, 1841). Os irmãos Bauer – Bruno Bauer (1809-1882) e Edgar Bauer (1820-1886) – dedicam-se à tarefa de submeter os textos bíblicos a uma crítica radical, secundados por David Strauss (1804-1872). Assim, a crítica religiosa chega a ocupar um lugar de destaque entre os temas da filosofia europeia do século passado. Hipólito Taine (1828-1893) e Ernesto Renan (1832-1892), entre outros, na França, reclamaram a valorização do cristianismo não do ponto de vista do sobrenatural, mas como manifestação de um ideal moral, engendrado por determinadas condições materiais.

Muitas das teses então reputadas de "materialistas" acabariam encampadas pela contemporânea teologia católica. Assim, sem negar que se trata de um pacto entre Deus e o povo judeu, Norbert Lohfink (*Sciences bibliques en marche*, Casteman, 1969) escreve que nenhum teólogo cristão se arriscaria hoje a afirmar ter havido, no Monte Sinai, uma grande experiência mística coletiva, no curso da qual os ancestrais ouviram a voz de Deus pronunciar as palavras conservadas nos Dez Mandamentos. A esse propósito escreve Trapiello:

"O Antigo Testamento não apresenta um sistema moral completo e coerente, algo parecido a nosso conceito tradicional de teologia moral ou ética filosófica. No antigo Israel ninguém se preocupou em analisar conceitos, elaborar definições universais, deduzir conseqüências de princípios adequadamente formulados. (...) O mesmo ocorreu nos outros povos do antigo Oriente Médio e inclusive no Novo Testamento, pois nem Cristo nem os apóstolos pretenderam apresentar um sistema moral elaborado e completo. (...) Os autores do Antigo Testamento contentaram-se com apresentar e defender uns quantos princípios gerais básicos, que devem reger a conduta moral dos israelitas" (J. Garcia Trapiello, *El problema de la moral en el Antigo Testamento*, Barcelona, Herder, 1977, p. 69).

Ainda assim, o código moral judaico-cristão penetrou na cultura do Ocidente principalmente através da pregação centrada nos Dez Mandamentos, razão pela qual é nesse texto que se deve encontrar uma resposta à questão suscitada.

Na versão oficial da Igreja Católica no Brasil, o decálogo se formula deste modo:

1. Amar a Deus sobre todas as coisas
2. Não tomar seu Santo Nome em vão
3. Guardar domingos e festas
4. Honrar pai e mãe
5. Não matar
6. Não pecar contra a castidade
7. Não furtar
8. Não levantar falso testemunho
9. Não desejar a mulher do próximo
10. Não cobiçar as coisas alheias

O preceito de amar o próximo não figura no Êxodos (20), que é o local onde se encontram os mandamentos na feição que lhe teria dado Moisés. Certamente por este motivo não consta da enumeração precedente, embora a Igreja assim o denomine. É no Levítico (19) que Moisés diz: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo."

No Êxodos (20) não há referência ao sexto mandamento. O primeiro mandamento estabelece: "Não terás outros deuses diante de mim." O segundo reza: "Não farás para ti imagens esculpidas (...). Não te prostrarás diante delas e não lhes prestarás culto (...)", sendo este um dos preceitos que divide católicos e protestantes. O nono mandamento (Não desejar a mulher do próximo) se formula nestes termos: "Não cometerás adultério". O décimo mandamento (Não cobiçar as coisas alheias) é assim apresentado: "Não cobiçarás a casa do teu próximo (explicitando-se que a casa compreende a mulher, o servo e animais de serviço) nem coisa alguma que lhe pertença."

No Evangelho, segundo Mateus (5), além de reafirmar a validade dos mandamentos ("Aquele pois que violar um destes mandamentos mais pequenos, e ensinar assim aos homens, será considerado o menor no reino dos céus"), Jesus os refere expressamente e de certa forma os torna mais rígidos.

O primeiro mandamento está formulado nestes termos: "O Senhor teu Deus adorarás e a ele só servirás." Trapiello considera equivalente as duas formulações – a de Moisés e a de Jesus – e diz que "o dever de amar a Deus não é, a rigor, simplesmente o primeiro mandamento ou o mais importante dos mandamentos, senão que é o espírito que resume e dá sentido a todos eles".

Ainda em Mateus (22:36), encontra-se o seguinte: "'Mestre, qual é o grande mandamento da lei?' Jesus disse-lhe: 'Amarás o senhor teu Deus de todo o coração, de toda a tua alma e de todo o teu espírito.' Este é o máximo e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a este: 'Amarás a teu próximo como a ti mesmo'. Destes dois mandamentos depende toda a lei e os profetas."

No Evangelho segundo Mateus estão mencionados ainda estes mandamentos:

4º) Honrar pai e mãe

5º) Não matar (Não só a morte é condenada, mas a própria ira contra o irmão, etc.)

6º) Não furtar

7º) Não levantar falso testemunho

9º) Não desejar a mulher do próximo (27. "Ouviste que foi dito: 'Não cometerás adultério. 'Eu, porém, digo-vos que todo o que olhar para uma mulher, cobiçando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração").

Não há, no texto considerado, menção expressa ao 2º, 3º e 10º mandamentos, embora se saiba que não estão ausentes da pregação de Jesus, conservada pela tradição, que não se resume ao Evangelho de Mateus.

Como se vê, o código ético judaico-cristão não corresponde à elaboração de caráter teórico, o que explica hajam os filósofos modernos tentado dar-lhe uma formulação que permitisse fundamentação puramente racional, projeto que seria finalmente cumprido por Kant. Este procurou reduzi-lo a um único princípio - o de que o homem é um fim em si mesmo e não pode ser usado como meio.

5. A Contribuição de Roma

A civilização romana antiga experimentou inicialmente a presença de colônias gregas que serviam sobretudo como empórios comerciais. Os habitantes locais ocupavam-se

basicamente da agricultura. Na altura do século III antes de Cristo já exerce domínio sobre toda a Itália e começa a disputar um lugar no Mediterrâneo. Entre 146 a.C. e 30 a.C. Roma já domina toda aquela bacia, desde a Espanha à Síria e Egito. Na parte final desse período efetiva a progressiva conquista do que presentemente corresponderia à Europa Ocidental, incluindo parte das ilhas britânicas.

Com a expansão das conquistas, o incremento populacional e da riqueza, emergem e avoluma-se as disputas internas. Pouco antes do início de nossa Era implanta-se governo centralizado que, seguindo a tradição oriental, denomina-se de Império.

Nos primeiros séculos de nossa Era, o Império Romano experimenta período de ulterior expansão na Europa e grande florescimento. É a fase em que procede à anexação da Palestina e enfrenta a resistência dos judeus que, derrotados, procuram refúgio em outras partes.

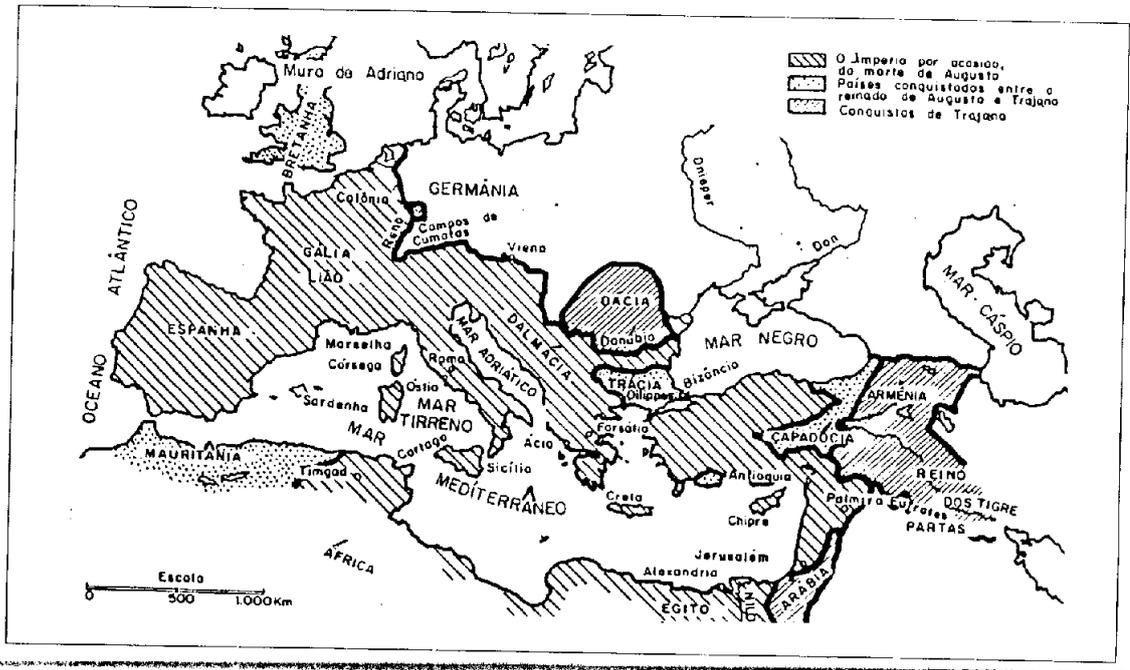
As dimensões assumidas pelo Império Romano por volta do século III são mostradas no Mapa a seguir.

No século seguinte começam as chamadas invasões bárbaras (mostradas no Mapa) que acabarão por levar à derrocada do Império Romano. Depois de intensamente perseguido, o cristianismo passa a ser tolerado, sob Constantino (312-337). Em 391, o Imperador Teodisio torna-o religião oficial e ordena o fechamento dos templos pagãos.

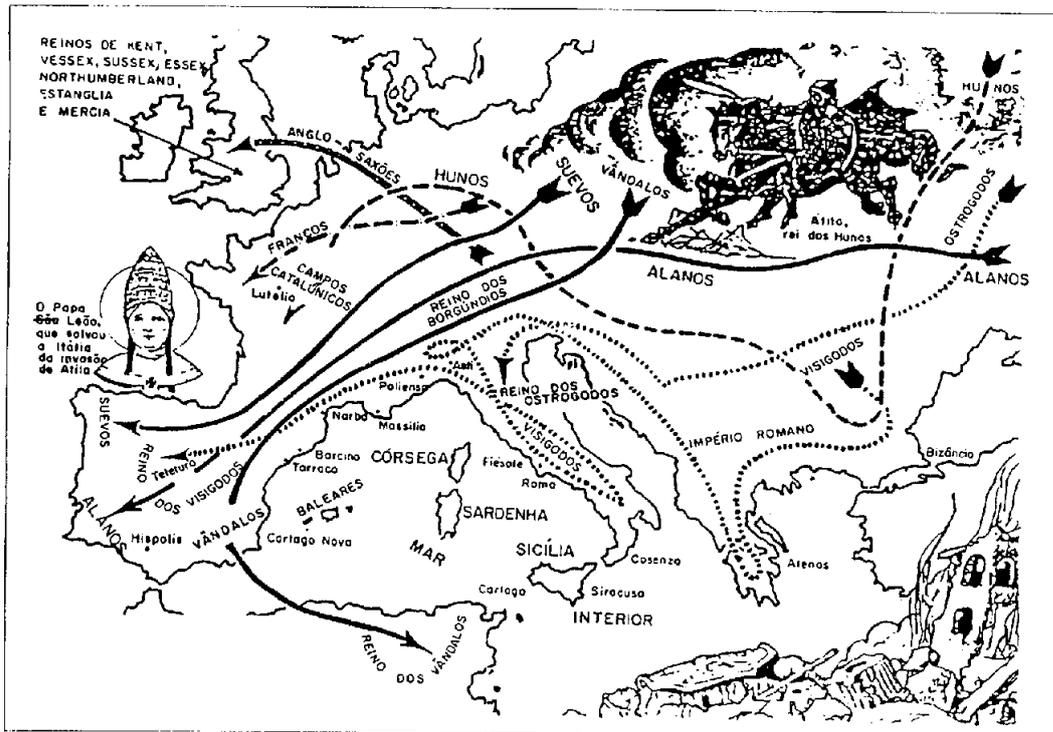
No século V, Roma é tomada de assalto e sitiada. Em 476, o Império Romano desaparece e, na Europa, começa um longo processo de formação de novo tipo de civilização.

A herança romana na plena estruturação da cultura ocidental diz respeito sobretudo às instituições políticas e ao direito. A questão de tornar o cristianismo religião de Estado, que Roma adotou seguindo aos grandes impérios que a precederam, assumiu no Ocidente grande complexidade.

O Império Romano sob Trajano (Século II)



A Invasão dos Bárbaros



a) *As Instituições Políticas*

Originariamente, as instituições políticas de Roma guardavam certas semelhanças com as que se organizaram nas cidades-estado gregas. Assim, além do mandatário do Estado, existia um conselho constituído pelos chefes das grandes famílias, que se chamava Senado.

A chefia do Estado, exercida hereditariamente, veio a ser alterada, transferindo-se a órgãos eletivos e múltiplos (o Consulado e outras instâncias denominadas magistraturas). O cônsul e os magistrados eram em geral recrutados entre os membros das principais famílias e gozavam de muito prestígio.

Admite-se que, paralelamente a essa estrutura de feição aristocrática, organizou-se uma outra de base democrática. Assim, assembléias de diversos grupos sociais (comícios) elegiam *tribunos*, espécie de representantes (originariamente com atribuições de *protetor*) junto às instituições oriundas do patriarcado.

Como na Grécia, a condição de cidadão não alcançava a todos. Contudo, considera-se que, em Roma, o acesso veio a ser mais fácil, assegurados os direitos de cidadãos aos que se dispunham a formar colônias nas regiões conquistadas, independente de pertencerem ou não aos patrícios. Mesmo em relação aos povos vencidos, muitas das prerrogativas dos cidadãos seriam facultadas a diversas pessoas.

Nas fases iniciais das guerras de conquista, a tropa era recrutada entre os cidadãos. Com o prolongamento das lutas e o aumento dos efetivos, as camadas mais baixas foram incorporadas a esse serviço. A chefia da legião, de feição transitória, foi se tornando cada vez mais prolongada.

Com a dispersão dos cidadãos pelo Império, as assembléias acabaram caindo em desuso. Na medida em que se consolida o Império, o *tribuno* torna-se um título honorífico, sendo de nomeação do senador ou diretamente do imperador.

No que respeita a essa evolução das instituições políticas romanas, escreve Gaetano Mosca: "Muitos historiadores modernos discutiram a questão de saber se Augusto pretendeu criar uma nova forma de governo ao substituir a República pelo Império ou se havia querido conservar a forma republicana retocando-a ali onde se fizesse necessário.

"Parece-nos que empregar tais termos equivale a colocar as questões de modo falso: pois as pessoas que não são muito versadas no estudo das instituições romanas poderiam supor então que a antiga república romana teria sido uma forma de governo análoga às repúblicas modernas, e que o império de Augusto se assemelharia aos Impérios modernos. A verdade é que Augusto deu-se conta de que a antiga constituição do Estado-cidade não mais podia funcionar depois que Roma havia subjugado todo o Mediterrâneo e os cidadãos romanos se contavam por milhões. Assim, acrescentará aos antigos órgãos de governo outros novos e mais eficazes; mas se contenta em adaptar o mais possível os órgãos antigos às novas necessidades."(3)

Deste modo, os poderes do Senado vêm-se sucessivamente reduzidos. Sob o Império, passam diretamente ao imperador os assuntos financeiros e a política externa. Grande parte das províncias são administradas sob a direção do imperador e só parte delas continua subordinada aos senadores.

O ponto fraco das instituições imperiais consistia na incerteza em matéria de sucessão. Os cinco primeiros imperadores pertenciam à mesma família. Com as guerras civis que se seguiram à morte do último daqueles dignitários (Nero, em 68), ascende ao poder um

general (Vespasiano) que não pertencia às velhas famílias, não obstante o que consegue transmiti-lo a seus descendentes. Por fim, prevalece o princípio que consagra ao governante o poder de designar o seu sucessor.

"Assim", escreve Mosca, "pouco a pouco a burocracia imperial suplanta as antigas magistraturas que acabam por tornar-se apenas honoríficas. A única lembrança do antigo regime político que substitui era a *Lex Regia de Imperio*, pela qual, teoricamente, o Senado, na qualidade de representante do povo romano, conferia ao imperador os seus poderes. Na realidade, exercia-se em geral a favor dos pretorianos, pois eram as legiões que criavam e derrubavam os imperadores. De todos os modos, a sobrevivência dessa lei permitia, até o fim do terceiro século depois de Jesus Cristo, distinguir a constituição do Império Romano daquela dos antigos impérios orientais, onde o soberano governava por delegação do Deus racional ou em decorrência dos privilégios hereditários de sua família."

b) O Direito Romano

Reza a tradição que por volta do século sexto antes de nossa era tiveram lugar grandes lutas entre patrícios e plebeus, durante as quais estes lograram diversas conquistas entre as quais o *tribunus*, que originalmente era o magistrado romano incumbido da defesa dos direitos de determinada comunidade. Subseqüentemente, o Senado foi instado a redigir as leis comuns a patrícios e plebeus, que teriam sido gravadas em 12 placas de bronze. Esse documento passou à história com o nome de *Lei das Doze Tábuas*.

Sob Adriano⁽⁴⁾ deu-se início ao trabalho dos juriconsultos, especialistas incumbidos de ordenar os milhares de textos jurídicos acumulados pela experiência de muitos séculos a ser acrescido à *Lei das Doze Tábuas*. Tais textos consistiam não somente das leis regularmente aprovadas mas também dos decretos imperiais e, sobretudo, dos éditos dos pretores, vale dizer, do que modernamente chamaríamos de jurisprudência, já que os pretores eram uma espécie de juízes. Essa codificação teve continuidade até o século VI, conjunto que corresponde ao *direito romano*.

O direito romano, além de criação original, revelou ser uma ordenação a bem dizer perene desse aspecto da vida social e sua estruturação em forma considerada definitiva. Os romanos criaram o direito civil (*jus civile*), inicialmente entendido como adstrito aos romanos. Em contato com outros povos e esbarrando com costumes e práticas diversas, dá-se maior universalidade àqueles princípios, ao mesmo tempo em que são lançadas as bases, através do *jus gentium*, tanto do *direito privado das gentes* como o primeiro núcleo do Direito Internacional Privado. Embora sem desprender-se da experiência concreta como viria a ocorrer nas discussões subseqüentes, também está presente a idéia do direito natural.⁽⁵⁾

A Religião de Estado

A religião romana originária mesclou-se mais tarde aos deuses gregos. Na tradição própria, havia grande quantidade de divindades, muitas requerendo rituais e cerimônias específicas. Na medida em que se estabelece a dominação romana no Mediterrâneo e se estreitam os laços com a cultura grega, dá-se paulatina aproximação dos deuses romanos aos gregos (Júpiter a Zeus; Marte a Ares; Juno a Hera; Vênus a Afrodite e assim por diante).

A religião subdivide-se em dois grandes troncos, sendo o primeiro a doméstica. Esta consiste no culto dos ancestrais, mas também de divindades ligadas à casa. Os rituais eram rígidos e rigorosamente respeitados porquanto se achava muito difundida a crença de que, se o

culto dos ancestrais fosse negligenciado, poderiam atormentar a vida das pessoas travestidos de fantasmas. Os deuses da casa eram comuns a várias famílias (*Janus*, deus da porta; *Penates*, do guarda-comida; *Vesta*, da chama da lareira, e *Lar*, a deusa da propriedade) e alguns foram mesmo elevados à condição de deus nacional. *Janus* tornou-se deus de uma das portas de Roma; *Vesta* mereceu um templo no Forum, etc.

O segundo tronco correspondia à religião de Estado. Nisto, a tradição romana distingue-se grandemente da grega. As cidades-estado gregas tinham seus próprios deuses, que podiam até mesmo enfrentar-se em determinadas circunstâncias. Havia concomitantemente cultos gerais, como o de Apolo, mas estes nada tinham a ver com o que nos legou Roma Antiga.

O chefe do Estado romano tinha obrigações perante determinados deuses, equivalentes às dos patriarcas em relação às divindades familiares. Para assessorá-lo nesse mister, dispunha de um grupo de sacerdotes. Dentre os sacerdotes destacaram-se os *pontífices*, aos quais incumbia a elaboração do calendário religioso e de sua observância. Desse grupo emergiu o *Grande Pontífice*, função que acabaria sendo atribuída ao próprio imperador.

A existência de uma religião oficial, situada acima das outras tradições, levou a que fosse colocada a seu serviço o próprio aparelho estatal. Envolvendo a crença religiosa certa dose de intolerância dogmática, a tendência a bem dizer natural consistia em promover a repressão aos cultos divergentes, erigindo a disputa religiosa ao nível de uma questão de Estado. Em nome desse princípio é que foram perseguidas as religiões orientais e o próprio judaísmo, bem como os cristãos em épocas tardias do Império.

A mencionada característica distintiva da religião romana marcou de modo definitivo o catolicismo. Em que pese o grande papel civilizatório desempenhado pelo cristianismo, na fase subsequente às invasões bárbaras, envolveu-se, desde logo, na disputa pelo poder terreno, de que resultariam grandes surtos de intolerância e repressão, como é o caso da Inquisição.

6. Como se teria originado a mudança social em produzir o “milagre grego”

O fato de que a guerra contra o terrorismo haja acarretado a necessidade de derrubar os talibãs do governo do Afeganistão, levou a que adquiríssemos certa familiaridade com os costumes daquela parte do mundo. Como tivemos oportunidade de acompanhar pela televisão – ou por outros relatos –, o que caracteriza aquela civilização é a sobrevivência de uma sociedade patriarcal, subdividida em tribos, no seio do qual as famílias e os patriarcas são as figuras dominantes. Isto explica a subserviência das mulheres. Não há desenvolvimento industrial. As fainas agrícolas são efetivadas da maneira tradicional (e milenar).

Semelhante constatação dá grande atualidade às discussões que tiveram – e ainda têm lugar – acerca do chamado "milagre grego", isto é, os 150 anos em que aquela civilização produziu uma inestimável contribuição à humanidade, na esfera do saber e do conhecimento. O período em causa, também conhecido como o "século de Péricles", permanece como um grande mistério para os estudiosos. Com efeito, por mais esparsas que sejam, as informações relativas à sociedade grega, na primeira metade do primeiro milênio, são suficientes para comprovar a existência de uma sociedade patriarcal inamovível. O conjunto de valores que rege esse tipo de sociedade a imunizam contra qualquer tipo de transformação. Muitas dessas sociedades sobreviveram intocadas até os nossos dias.

Qual terá sido o elo desencadeador da quebra daquele poder? Entre as hipóteses suscitadas sobressai por sua riqueza e da autoria de Robert Nisbet⁽⁶⁾ no livro *The Social Philosophers* (1973; trad. brasileira, 1982).

Na opinião de Nisbet, a sociedade patriarcal foi corroída pelos valores suscitados pela guerra. "Foi a guerra, acima de tudo o mais" escreve – "que ditou as reformas revolucionárias de Clístenes em Atenas, em 509 a.C., as quais geraram as *polis* e também, pela primeira vez, um exército e uma marinha capazes de vencer até mesmo a grande e poderosa Pérsia." A guerra pôs em circulação valores como a juventude e a audácia, enquanto a sociedade patriarcal repousa na autoridade adquirida pela experiência, sobretudo com a maturidade e a velhice. A família corresponde a uma organização essencial para a sobrevivência da humanidade, devendo-lhe ser atribuída o surgimento da vida social, da economia e de inúmeros outros aspectos destacados. No caso da família patriarcal, que é a forma mais bem conhecida nos começos da história, revelou-se incompetente para travar e vencer a guerra sem escolher uma liderança diversa da sedimentada no clã.

Concluindo essa parcela de sua análise, Nisbet observa que, embora o conflito entre exército e família seja universal e eterno, no que concerne aos princípios subjacentes, e encontráveis onde quer que a guerra e suas exigências se introduzam no ambiente familiar, houve determinados períodos na História em que esse conflito se tornou público e dominador, com profundas conseqüências não só sobre a organização social como também sobre o pensamento social. Nenhuma das regiões importantes do mundo deixou de registrar tais evidentes conflitos, seja no passado remoto, seja em épocas mais recentes. Aqui, naturalmente, nossa preocupação se restringe à Europa Ocidental, e examinaremos três desses períodos de conflito, cada um deles contexto de momentosas mudanças e significativas erupções de idéias sociais e políticas.

O primeiro desses períodos ocorreu na Grécia antiga, no VII e no VI séculos a.C., culminando, primeiramente, nas significativas reformas clístenianas de 509 a.C. e depois no surgimento da cidade-estado ateniense, a famosa *polis* grega, que viria a tornar-se, no século seguinte, o cenário de um dos maiores períodos de florescimento cultural em toda a História do Ocidente. Na realidade, o pensamento social do Ocidente se inicia com os assuntos criados, pura meditação intelectual, pelo impacto da guerra sobre a muito antiga comunidade familiar dos atenienses nesse período.

Nisbet menciona outros períodos históricos em que a guerra conduziu a grandes transformações sociais, como em Roma Antiga, especialmente no século I a.C. e na fase inicial do surgimento do Estado Moderno. Contudo, para os propósitos da presente análise, vamos nos limitar a resumir o que escreveu acerca das reformas de Clístenes.

Nisbet começa por proceder a uma breve caracterização da organização social grega, que tomava por base a família patriarcal, caracterização que transcreveremos, porquanto parece essencial à compreensão do significado das reformas objeto de nossa preocupação.

Quando a sociedade grega primeiro chegou a nosso conhecimento, era organizada quase que inteiramente em termos familiares. Na base do sistema social estava o lar, centro da existência religiosa, econômica, cultural e social. Ele, e não o indivíduo, era a unidade irredutível da ordem social. Geralmente, o lar compreendia várias gerações e graus laterais de parentesco, bem como podia incluir quaisquer escravos, servos ou aderentes, dependendo de suas posses, e toda a propriedade. Em seguida, quanto à importância, vinham as gentes, uma união dos lares mais diretamente descendentes de algum ancestral comum e regularmente recente, cujo nome e prestígio duradouro davam identidade às famílias. Além disso, havia a

fratria, organização que se havia tornado de pouca importância desde muito antes do tempo de Clístenes, principalmente referente a ritos familiares-religiosos, e essencialmente a uma espécie de hereditariedade maior, mais abrangente. Acima dessas três entidades familiaridades, havia a tribo, que, como as outras, retirava seu nome e sua natureza de algum ancestral eponímico muito distante. Em Atenas havia quatro dessas tribos, que possuíam um substancial grau de unidade, em virtude de longa convivência. Cada uma das tribos era dividida em três fratrias, 30 gentes e um número muito maior de grupos domésticos.

Nada mais existia – nenhum Estado político, conforme o definiríamos hoje, ou como os próprios atenienses o definiriam, depois da revolução clísteniana. A fim de que alguém pudesse tornar-se membro da sociedade ateniense, fosse em que grau fosse, era preciso primeiro ser membro de uma ou outra das tribos, fratrias e gentes, que eram as unidades da existência social. A ancestralidade era traçada pelo lado masculino unicamente: a sociedade grega era patriarcal, patrilinear e patrilocal, o que quer dizer que a autoridade cabia unicamente ao pai ou ao homem mais velho, que o nome e a genealogia da família eram traçados unicamente pelo lado masculino e que a residência em um lar era invariavelmente naquele derivado da descendência masculina.

A propriedade não era um direito individual, mas coletivo. Havia a propriedade da família, das gentes, da fratria e da tribo. O chefe da família era o tutor ou curador. A propriedade não podia ser alienada da linha familiar e não era considerada criada pelo indivíduo, nem a ele doada. O que era ganho ou produzido pertencia à família. A autoridade era a autoridade familiar. Mais acima, estava a autoridade da tribo, limitada, embora, àqueles assuntos que envolviam a tribo como um todo. Mesmo que a autoridade fosse grande, ela não penetrava, não podia penetrar as autoridades concêntricas da fratria, das gentes e dos lares, cada um dos quais era considerado soberano dentro de sua própria e legítima região. A religião era, no fundo – e o foi por um longo período –, pouco mais do que consagração daquelas pessoas que, em alguma época da existência da comunidade religiosa, fossem figuras destacadas. A base era o lar, núcleo que simbolizava a unidade e a perpetuidade da linha familiar. O matrimônio, longe de se constituir em meio de formação de uma nova família, um novo círculo familiar – isto é, longe de unir dois indivíduos diferentes em uma nova família –, era, em vez disso, um simples rito de adoção, por meio do qual uma moça era introduzida na família de seu noivo, não meramente como uma esposa para ele, mas como uma filha da família na qual ela se estava casando.

Acima de toda a estrutura da sociedade familiar ateniense – como, de resto, acima de qualquer forma totalmente desenvolvida de sociedade familiar – se elevava a obsessiva crença em que só a autoridade que cabia à família é legítima. Nenhum controle sobre os indivíduos era considerado legítimo, exceto até o ponto em que ele era exercido através da família. O Direito Penal, na nossa concepção do tempo, era virtualmente ausente. As únicas transgressões consideradas crimes, isto é, transgressões contra toda a comunidade, eram a traição, a feitiçaria e o assassinato em segredo. Tudo o mais era incluído na categoria do que hoje chamaríamos delito: transgressões particulares de pessoas contra pessoas, sendo a justiça objeto de negociação entre as famílias envolvidas. Mesmo o poderoso Conselho dos Anciões da tribo relutava em intervir em assuntos comuns como furto, incêndio, assalto, ferimentos ou assassinato. Isto porque, afinal, cada ancião de uma tribo era, ele próprio, patriarca de uma linha familiar, acostumado a ver os assuntos familiares resolvidos no âmbito da família ou por negociação entre famílias.

O sentido de família, de descendência familiar, e do bem ou do mal que poderiam perpetuar-se em determinada família era muito forte entre os gregos. Um homem bom era

virtualmente, por definição, um homem que pertencesse a uma boa família. Um homem mau era aquele de quem se dizia ter adquirido sua maldade de alguma tara em sua hereditariedade. A única identidade permanente de uma pessoa advinha da sua linhagem familiar. Aqueles que, como os que imigravam para Atenas, não eram assimilados, através de uma ou outra espécie de adoção, por um dos grandes complexos familiares – clã ou tribo –, eram, em certo sentido, proletários: indivíduos na, mas não da sociedade ateniense. Religião, propriedade, lei, educação, economia, todos os aspectos visíveis da sociedade tinham raízes na família.

Se Atenas tivesse conseguido, de alguma forma, conservar-se alheia aos resultados de sua própria penetração, através do comércio, da exploração e da guerra, por outras partes do mundo, não há razão para supor que sua estrutura familiar não se tivesse mantido intacta no século VI a.C., como ocorrera durante os inúmeros séculos da existência grega anterior. Porém as tensões e pressões se estavam tornando muito evidentes, por volta do começo do século VI a.C. Nada na sociedade familiar, dados os elementos primordiais do papel, do *status*, da participação que implica esse tipo de sociedade, podia ainda ser adequado às exigências que agora lhe eram feitas, especialmente pelas necessidades intermináveis da guerra. Como vimos, a despeito de outras situações nas quais a sociedade familiar pudesse ser adequada, ela não era um dispositivo eficaz para a guerra. Faltava-lhe o comando centralizado, que pode passar pelas unidades intermediárias de clã e lar e chegar aos indivíduos, a unidade da organização que as sociedades militares eficazes requerem e o senso geral da solidariedade coletiva, sem a interferência da presença de grupos internos tais como famílias e clãs, cada um deles soberano em sua própria esfera, que formam o *background* das forças bélicas eficazes.

No século VI a.C. vemos todos os resultados dos séculos de guerra precedentes e da mobilidade de pensamento e crença que acompanham a guerra. As pressões sobre o sistema Familiar ateniense, conforme ficou comprovado nesse século, foram impossíveis de conter por mais tempo. Por outro lado, é um século marcado pela difusão do racionalismo ligado ao surgimento da filosofia física, em lugares como a Jônia; mas, por outro lado, é também um século cheio de guerra, e do impacto da guerra, sobre a tradicional sociedade, não só de atenienses, mas também de outros gregos, inclusive os espartanos. Em Atenas, durante esse século, testemunhamos uma sucessão de esforços para reformar, alterar ou corrigir a estrutura familiar, preservando-a tanto quanto possível, mas, também, para adaptá-la às necessidades militares e compensar o surgimento da pressão de grupos domésticos descontentes, aqueles que tinham sofrido graves conseqüências econômicas da guerra.

No início do século VI a.C. Solon, o grande reformador, tinha tentado resolver os problemas atenienses por meio da criação de "classes" horizontais, que passavam por cima dos antigos laços familiares, com suas tribos, fratrias, clãs e lares autônomos. O serviço militar, daí por diante, seria tomado uma obrigação da classe à qual pertencesse a pessoa, sendo os soldados de infantaria oriundos de uma das classes, os de cavalaria de outra e assim por diante. No interesse da paz econômica e doméstica, Solon também cancelou todos os débitos da sociedade ateniense. Entretanto, a despeito desses atos, que de modo algum foram insignificantes, Solon não conseguiu efetuar nenhum melhoramento durável na situação. Dentro de uma ou duas décadas, Atenas mergulhou novamente na espécie de desordem interna, de conflito civil e na fundamental ineficácia militar que tinham perturbado aquela cidade-estado por tanto tempo. É claro que faltava a Atenas, em termos de necessidades bélicas e solidariedade doméstica, uma reconstrução muito mais básica do que a de Solon, que, afinal, não havia tocado na subjacente estrutura familiar da sociedade.

Isso ficou para Clístenes, um dos mais brilhantes reformadores-revolucionários, deveríamos dizer – da história do Ocidente. Segue-se a caracterização daquilo que Nisbet considera como uma das mais completas modificações que a História registrou em um sistema social.

No dizer de Nisbet, o primeiro ato de Clístenes foi declarar para sempre dissolvidas as quatro tribos atenienses antigas. Estas, com suas coleções de símbolos que datavam de séculos, suas finalidades, fidelidades e divisões, baseadas na descendência comum, ou na crença na descendência comum, ao longo do tempo, eram agora nulidades, destruídas por Clístenes de um só golpe. Inevitavelmente, a destruição das tribos familiares antigas trouxe implicações destrutivas para as outras estruturas familiares de Atenas, ainda que nenhuma dessas tivesse sido formalmente abolida. Toda a vasta e penetrante *cultura* da comunidade familiar, inclusive a moralidade e os incentivos sociais e psicológicos, foi, de um só golpe, tornada ilegítima, no estrito sentido da palavra.

Entretanto, Clístenes era um estrategista revolucionário muito astuto para permitir que ficasse em Atenas um vácuo, um vazio social. O aspecto positivo da revolução deve ser considerado em duas medidas de longo alcance tomadas imediatamente depois da dissolução dos antigos grupos familiares. Primeiro, Clístenes criou 10 novas organizações que denominou "tribos", para manter a nomenclatura tradicional, porém que não eram de modo algum ligadas à família ou à descendência familiar. Todos os homens livres de Atenas, embora ali residindo por pouco tempo, qualquer que fosse sua posição social e econômica, ou sua origem, eram tomados membros de uma ou outra dessas dez tribos. E, num golpe de gênio militar, Clístenes fez com que cada uma dessas 10 tribos recebesse o nome de algum antigo herói militar. A identidade tribal de uma pessoa, em Atenas, tomou-se, daí por diante, não um assunto de procriação familiar, nem de qualquer rito ou processo familiar, fosse qual fosse, mas de simbolismo e de ritos de guerra. Em suma, deste modo, Atenas foi militarizada da forma mais básica possível: pelos processos de simbolismo e de identidade outorgada.

A segunda medida importante não foi menos fundamental: na verdade, foi até mais fundamental, em virtude da maneira engenhosa pela qual Clístenes a fundiu com a primeira medida. Esta segunda medida diz respeito à criação, em Atenas, de uma centena de pequenos distritos ou comarcas chamados *demes*, iguais no tamanho, cada um deles sendo mais uma unidade territorial do que uma unidade pessoal, com fronteiras distintas, como aquelas hoje existentes entre nossos distritos, comarcas e municípios. Daí por diante, todos os atenienses passaram a pertencer não simplesmente a uma ou outra das dez tribos militares, mas também a um ou outro dos *demes* territoriais.

O elemento final de gênio, da reconstrução clisteniana, reside na relação das *demes* com as tribos. Dez *demes* eram declaradas unidades de uma única tribo, mas, em vez de permitir que essas dez fossem contíguas, formando, assim, um conjunto territorial que poderia, com o tempo, tornar-se o centro de um grupo perturbador e mesmo potencialmente revolucionário, em Atenas, Clístenes resolveu que as 10 *demes* que pertenciam a cada tribo fossem espalhadas por toda Atenas, deste modo não permitindo possibilidade de formação de qualquer espécie de aliança baseada em mera contigüidade. Este princípio – uma variação antecipada do princípio de *divide et impera*, "divide e governa" – foi, em certo sentido, o próprio âmago da revolução clisteniana.

Daí por diante, a *deme* ou comarca se tornou a unidade essencial em Atenas, quanto a domicílio, direitos, deveres, votação e cargos públicos. Todos os atenienses livres não só tinham permissão para votar, mas eram obrigados a isso e, quando eleitos, a exercer cargo

público, fosse na própria deme, a nível local, ou em um ou outro dos conselhos eleitos, originando-se da deme os governos que abrangiam Atenas inteira. Mas a deme era algo mais, também, derivando-se diretamente da motivação das reformas clístenianas: era a unidade de recrutamento militar. Todos os homens sadios de Atenas, sem restrição de idade e com a exceção única dos fisicamente incapacitados, eram constantemente sujeitos a recrutamento militar. É o primeiro exemplo claro, na História do Ocidente, de serviço militar. E, é preciso enfatizar, juntamente com a nascente reorganização militar da sociedade ateniense, com a reserva de soldados subitamente criada e já não mais obstaculizada pelas conflitantes autoridades da família, clã e tribo, ocorreram também algumas reformas nas características das estratégias e táticas militares. O próprio Clístenes era um experiente comandante militar, muito treinado não só na tecnologia como na técnica da guerra.

Em seguida Nisbet confronta a nova circunstância aos valores tradicionais. Em vez do pluralismo tradicional, de base familiar, da autoridade ateniense, passa a haver uma unidade monolítica oriunda de um sistema governamental que atinge diretamente cada cidadão. Em vez de um sistema legal baseado na imemorial tradição, cuja interpretação estava sujeita aos mais velhos da sociedade familiar, e sempre lenta e incerta, passa a haver um sistema ateniense de leis consagrado pelo uso, o qual era feito em vez de meramente interpretado da tradição, e que era considerado obrigatório para todos os atenienses, fosse qual fosse sua linhagem familiar. Vemos, também, uma crescente comunidade de todos os atenienses, o que não existia nem podia existir enquanto o sentido de comunidade se originava principalmente da geração, por meio de tribo ou clã. E, finalmente, existia na nova Atenas um manifesto individualismo, brotado do fato de que, dali por diante, o indivíduo, não o grupo familiar, era a unidade irreduzível e inalterável do sistema político-militar ateniense.

O quanto o novo sistema era eficaz e poderoso está evidenciado pela completa e notável vitória obtida pelos atenienses sobre os temidos e agressivos persas, no início do século V a.C. Esta vitória, uma das mais famosas do mundo antigo, representa o verdadeiro ponto de partida da nova cidade-Estado, a *polis*. Cabe evidenciar o caráter profundamente militar da nova Atenas. Esta nova sociedade não tinha, certamente, nem de longe, o caráter militar da vizinha cidade de Esparta, cujo tipo de militarismo totalitário viria, no fim do século V a.C., derrotar Atenas, de modo retumbante, humilhante e com conseqüências fatais para a religião ocidental e para o pensamento social. Apesar de todo o progresso cultural e da prosperidade econômica existente em Atenas durante quase um século – período marcado por uma das maiores explosões mundiais de criatividade individual, conforme se observa nas obras inigualáveis dos grandes dramaturgos, arquitetos, escultores e filósofos, estadistas e generais desse período – é indiscutível a ênfase militar do Estado ateniense. Com muita freqüência, na verdade, grandes generais e grandes artistas eram uma única pessoa, como no caso de Sófocles. E com muita freqüência, também, as motivações da arte, do ritual, do drama e mesmo da filosofia e da História eram motivações militares.

**II – A CIVILIZAÇÃO FEUDAL OU O PRIMEIRO CICLO HISTÓRICO
DA CULTURA OCIDENTAL**

1. Caracterização geral

Costuma-se empregar como sinônimos os termos civilização e cultura. Os estudiosos, por seu turno, às vezes optam por um dos dois. Samuel Huntington, no famoso livro em que discute o choque das civilizações, recusa frontalmente defini-las como culturas. Alega que as análises a partir do último conceito encontrariam aceitação apenas entre os alemães.

A nosso ver, a escolha deveria obedecer a um critério de ordem prática. No interior das culturas emergem nítidos períodos históricos em que os valores que os definem alteram-se grandemente. No caso do Ocidente, a sociedade feudal distingue-se de modo radical da sociedade industrial. Ainda que a religião dominante seja a mesma nos dois ciclos, a hierarquização dos valores é muito diferente. Devido a essa circunstância, preferimos partir da categoria geral de cultura ocidental, subdividindo-a em duas civilizações: a feudal e a industrial.

O feudalismo gestou-se no seio da Idade Média mas a sociedade feudal abrange período histórico bem menor. Seu nascedouro confunde-se com o da cultura ocidental.

Em que pese o fato de que os elementos que a constituem e integram hajam surgido no período anterior, o feudalismo propriamente dito – do mesmo modo que a cultura ocidental – emerge nos meados do século X.

Esquemáticamente, denomina-se Idade Média ao período histórico compreendido entre 476 (data geralmente adotada como marco da derrocada final do Império Romano) e a descoberta da América em 1492, abrangendo portanto 10 séculos. As datas mencionadas, como não poderia deixar de ser, constituem simples pontos de referência, imprescindíveis a qualquer estudo dessa natureza. Assim, muito antes de 476, na primeira metade do século V, os imperadores do Ocidente já não dispunham de grandes poderes. Mosca considera que seria mais adequado admitir que o antigo Império Romano chega ao fim em 395, data da morte de Teodósio e em que se produz a cisão entre Império do Oriente e Império do Ocidente. Desde então, com efeito, irá se delineando com nitidez crescente a diferença entre cultura ocidental e cultura bizantina.

Quanto ao término da Idade Média, o mais correto consiste em compreendê-lo como um ciclo dilatado. Os ingredientes formadores da Época Moderna despontam certamente, na segunda metade do século XV, em que se lançam as bases da navegação de longo curso, de que resultam as descobertas e também ocorre o fenômeno cultural denominado de Renascimento. Contudo, a Reforma protestante equivale a outro elemento decisivo bem como as lutas do século XVII que marcam a consolidação do Estado nacional.

Os séculos iniciais do período medieval são muito conturbados. Os estudiosos consideram que a sedimentação das hordas bárbaras em determinados territórios ocupam pelo menos os séculos VI, VII e parte do século VIII. A rigor, essa sedimentação é de base germânica (francos, lombardos, visigodos, etc.) e se faz acompanhar de sua conversão ao cristianismo.

O processo em causa não os livra de novas invasões de outros "bárbaros". Nesta primeira fase de sedimentação, o inimigo principal é constituído pelos *sarracenos*, nome que era dado aos árabes antes de sua conversão ao islamismo,⁽¹⁾ o que dominam a África do Norte e a península Ibérica, ameaçam as costas da Itália e invadem a França. A invasão sarracena é detida em território francês, por Charles Martel, na Batalha de Poitiers, em 732. Esse fato é tomado como importante marco na história do Ocidente, embora, como se verá a seguir, o continente não se haja liberado em definitivo do saque sarraceno, que voltará a ganhar intensidade.

Neto de Charles Martes e filho de Pepino, o Breve, Carlos Magno (742-814) repõe no Ocidente germânico a idéia de Império, agora chamado Sacro Império, e não apenas Romano, mas Romano-germânico. O reinado de Carlos Magno durou de 768 a 814 e nessa fase conseguiu colocar sob seu domínio grande parte do território europeu. Sua coroação como imperador deu-se no natal do ano 800 e quem o coroou foi o papa.

O Sacro Império de Carlos Magno desmorona no próprio século IX e a Europa assiste a novas incursões de húngaros, normandos e árabes. Considera-se que esta seja uma nova fase da barbárie, fome e peste. A unidade religiosa parece abalada. Semelhante quadro prolonga-se até aproximadamente meados do século X.

Em 962 reconstitui-se o Sacro Império, como Oto I. A nova onda de invasões bárbaras é detida, eliminadas as incursões dos bandos sarracenos, os normandos se estabelecem de forma estável no Norte da França, os húngaros, poloneses, boêmios e escandinavos aderem ao cristianismo. Recompota a situação, inicia-se uma fase de prosperidade que desemboca na chamada Alta Idade Média dos séculos XII e XIII, de grande florescimento cultural.

A decadência começa de fato com a decomposição do Papado, que a notável historiadora Bárbara Tuchman faz recair no período 1470-1530.

2. O Essencial do Feudalismo

A cultura ocidental está profundamente marcada pelo cristianismo, pela racionalidade grega e pelas instituições romanas. Tais componentes acham-se presentes nos últimos séculos da Roma Antiga. Contudo, nessa fase não se pode ainda falar, com toda propriedade, de cultura ocidental. Não se trata apenas de que o cristianismo não se tenha tomado de fato uma religião universal ou da circunstância de que, nos últimos séculos do Império Romano, a discussão racional ache-se esmaecida e não há sequer uma teoria do Império. Mais importante que tudo isto é o reconhecimento de que as invasões bárbaras trouxeram também um componente essencial àquela cultura: o feudalismo.

De sorte que a adequada compreensão do feudalismo corresponde a um aspecto dos mais relevantes quando se trata de encarar a história de nossa cultura de uma perspectiva ampla e abrangente.

A noção habitual de feudalismo consiste em compreendê-lo como uma forma de propriedade distinta tanto das economias organizadas com base no trabalho escravo como da produção capitalista. Essa visão é de todo insubsistente mesmo para o ciclo em que a Idade Média está formada, isto é, em que as cidades abrigam os homens bons e as corporações de ofícios enquanto os feudos assemelham-se a autarquias, o grande poder da Igreja está nos mosteiros e os reis presidem a territórios de configuração variada. Mesmo quando a Europa assume tal feição que resulta do processo civilizatório do cristianismo mas também da consolidação dos feudos, como veremos – os barões feudais não são simples proprietários de terra – além de que a transformação dessa posse num instituto hereditário seja fenômeno tardio – porquanto caracterizam-se sobretudo como guerreiros.

Para compreender a natureza real do novo ingrediente que deixaria marcas notáveis na cultura ocidental, cumpre ter presente a situação de insegurança a que foram lançados os povos que integravam o Império Romano no ciclo subsequente às invasões bárbaras. Tendo os sarracenos consumado a ocupação do Norte da África e da península Ibérica, ao mesmo tempo em que se consolida o Império Bizantino, o problema em tela diz respeito à área que

corresponde, grosso modo, ao território da Europa Ocidental e Central, com exclusão da Espanha e Portugal.

Mesmo depois que os germanos tomam-se sedentários, convertem-se ao cristianismo e buscam incorporar costumes e instituições romanas – o que abrange aproximadamente dos séculos VI ao primeiro quartel do século VIII – o que de certa forma restaura a paz e a ordem na mencionada parcela da Europa, continuam fustigados por bandos de salteadores.

Marc Bloch (*A Sociedade Feudal*, trad. portuguesa, Lisboa, Edições 70, 1982) reconstitui a história de alguns daqueles bandos. Assim, perto da atual Saint-Tropez, na Riviera, os sarracenos construíram um forte por volta do ano 890, de onde atacavam povoados e mosteiros cada vez mais distanciados, apropriando-se do que tivesse valor e fazendo prisioneiros para vendê-los como escravos nos territórios sob ocupação árabe. Preservaram-se relatos impressionantes da selvageria dessas incursões, como o ataque aos monges de Saint-Gall, quando saíram do seu mosteiro para realizar uma pacífica procissão em torno daquela construção. Apanhados de surpresa, morreram vítimas de flechadas, enquanto o abade cuidava de organizar a resistência com o apoio dos vizinhos e dos monges que sobreviveram. A referida fortaleza somente foi destruída ao final do século X.

Bandos dessa espécie pululavam ao longo dos Alpes. Os deslocamentos pelos seus vales eram cercados por toda sorte de perigos. Ainda no ano 962, no vale do Drause, ao regressar da Itália o abade de Cluny e sua comitiva foram presos e levados para um dos esconderijos que os sarracenos mantinham nas montanhas. Leve-se em conta que a instituição religiosa de Cluny gozava então de grande prestígio tanto na Itália como no território da antiga Gália, o que permitiu fosse realizada uma coleta de fundos para pagar o resgate exigido pelos salteadores e assim salvar a vida do abade e as de seus clérigos.

Enquanto a parte meridional da Europa Ocidental era assim fustigada pelos sarracenos, sobre as zonas centrais desabavam os salteadores húngaros. A partir de 906 atuam sistematicamente no vasto território que abrange desde o Elba até o Reno. Mais tarde alcançam a Lorena e a Gália do Norte, de onde se aventuram até a Borgonha e o sul do Loire.

Sob Oto I, na segunda metade do século X, as hordas húngaras seriam por fim empurradas de volta para o território que ocupavam no Centro da Europa, assumindo o confronto, a partir de então, a feição de guerra de fronteira. O comando militar germânico, organizado para esse fim e que se denominou de *Ostarrichi* é que deu origem, posteriormente, ao território da Áustria. Com a sucessiva conversão do cristianismo e a adoção das instituições romanas, os húngaros renunciam à atividade pela qual infernizaram a vida em grande parte da Europa durante mais de um século.

Marc Bloch apresenta este relato vivo e brilhante da atuação dos salteadores húngaros, que parece oportuno transcrever:

"Nem sempre evitaram os combates contra forças organizadas; travaram alguns, com resultados variáveis. No entanto, geralmente, preferiam avançar furtivamente através das terras: verdadeiros selvagens, que os chefes conduziam às batalhas a chicotadas, mas soldados terríveis e hábeis, quando era preciso combater, nos ataques de flanco, encançados na perseguição e engenhosos para saírem de situações difíceis. Se era preciso atravessar um rio ou um canal veneziano, apressadamente fabricavam barcas de peles ou de madeira. Para descansarem, erguiam as suas tendas de habitantes da estepe, ou entrincheiravam-se dentro de alguma abadia abandonada pelos monges, para, a partir dali, baterem as redondezas. Astuciosos como primitivos, informados conforme as necessidades pelos embaixadores que enviavam à frente, menos para negociar do que para espiar, depressa tinham apreendido os

meandros, assaz pesados, da política ocidental. Mantinham-se ao corrente dos interregnos particularmente favoráveis às suas incursões e sabiam aproveitar-se das desavenças entre os príncipes cristãos para se porém ao serviço de um ou de outro dos rivais" (ed. cit. pp. 26-27).

Mencione-se finalmente os bandos – organizados pelos escandinavos e que nos legaram tantas histórias lendárias sobre as proezas dos vikings. Vistas à distância, são de fato proezas notáveis daqueles punhados de homens em seus pequenos barcos realizando incursões tão distanciadas de seus territórios. A admiração a que se creditaram, entretanto, não obscurece o fato de que disseminaram o terror da parcela da Europa a que não haviam chegado sarracenos e húngaros. Assim, um bando de vikings dominou Santiago de Compostela, na Espanha, de 966 a 970. Nas margens do mar do Norte não havia qualquer segurança. Foram derrotados na Borgonha, por várias vezes, junto às muralhas de Chartres, em 911, mas acabaram sendo admitidos nos territórios onde se constituiu a Normandia. A própria Paris foi vítima de seus ataques.

Nesse quadro, a segurança tornou-se uma questão capital. Justamente dessa circunstância é que nascem os feudos. Os senhores feudais consolidaram-se em determinados territórios ao assegurar proteção aos que dela careciam. Em troca desse serviço teceram-se as complexas relações que caracterizam o sistema.

O guerreiro feudal sedentário, em torno do qual se aglutinam sucessivos grupos sociais, é uma figura que presumivelmente será encontrada na tradição precedente. Os documentos através dos quais se preservaram informações relativas ao império de Carlos Magno indicam que este recomendava às populações que escolhessem um chefe militar para protegê-los. No passado europeu aparece igualmente a doação de terras, a guerreiros destacados, pelo príncipe vitorioso. Contudo, como muito apropriadamente afirma Marc Bloch, em que pese possua a instituição feudal ingredientes colhidos entre os povos germânicos e no próprio passado europeu da época romana, mais importante que averiguar tais origens é estabelecer as características de que se revestiu na fase de consolidação.

Entre o senhor feudal e seus súditos estabelecem-se relações definidas pela repetição continuada ao invés de resultarem de imposições exteriores ao contexto. O camponês trabalha a terra e fornece comida a seu senhor. Mas a este compete assegurar que o plantio e a colheita possam ser realizados a salvo dos bandos salteadores. De igual modo, as regras para a formação da cavalaria são fixadas pela experiência e a tradição, o mesmo ocorrendo em relação às corporações de ofícios e às comunas. Regine Pernoud reconstituiu todo o processo por meio do qual se estabeleceu o direito consuetudinário medieval.

Foi certamente a consolidação dos feudos que permitiu, a partir de Oto I, coroado imperador do Sacro Império em 962, a derrota final dos invasores bárbaros e o fato de que a Europa se haja encontrado em condições de enfrentar o Islã, organizando as cruzadas, desde fins do século XI. A instauração do novo clima facultou o florescimento cultural e o progresso material da sociedade nos séculos XII e XIII.

O sistema feudal introduziu na cultura ocidental um novo componente representado pelo contrato de vassalagem. Assim como o senhor feudal tem sua base de sustentação na forma adequada pela qual presta serviço ao conjunto dos grupos que lhe estão subordinados, também ele estabelece um contrato com o príncipe, ao apoiá-lo na guerra, recebendo em troca o reconhecimento de seus direitos. O contrato de vassalagem com o príncipe, tenha-se presente, não impedia as guerras e disputas entre senhores dentro de um mesmo território, no intervalo dos conflitos externos, de maior dimensão. Por isto mesmo o contrato de vassalagem representa um instituto essencial e distintivo da cultura ocidental.

Max Weber comparou detidamente o feudalismo europeu às diversas formas de organização social que lhe eram assemelhadas, na China, no Japão e em outras partes do mundo, para concluir que preserva aquela singularidade fundamental. Ao seu ver, o contrato de vassalagem deu origem ao contratualismo e aos sistemas constitucionais, que, por sua vez, equívalem também a criações originais do Ocidente.

3. A Recuperação das Obras Clássicas

Com a desordem que se estabeleceu no território europeu, durante séculos, em seguida ao fim do Império Romano, sua substituição pela dominação germânica e o período negro das incursões sarracenas, húngaras e escandinavas, a cultura foi mortalmente atingida. No mundo bizantino preservou-se o direito romano, enquanto a herança clássica grega era esquecida no Ocidente, salvo na Sicília, e conservada em Alexandria, Cairo, Túnis e outros centros agora sob dominação árabe. O processo de recuperação é lento e disperso.

No século XI, na Espanha, foram traduzidos ao latim os livros relacionados à medicina clássica, abrangendo os *Aforismos*, de Hipócrates, e os *Comentários*, de Galeno. No século XII, em Sevilha, elaboram-se as versões latinas de eruditos judeus e árabes. O grupo dedicado a essa tarefa é que familiarizou o Ocidente com os números indo-arábicos. Nesse mesmo século, por volta de 1165, Geraldo de Cremona chega a Toledo, traduzindo ao latim, sozinho, 71 textos gregos de Aristóteles, Euclides, Arquimedes, Galeno e outros.

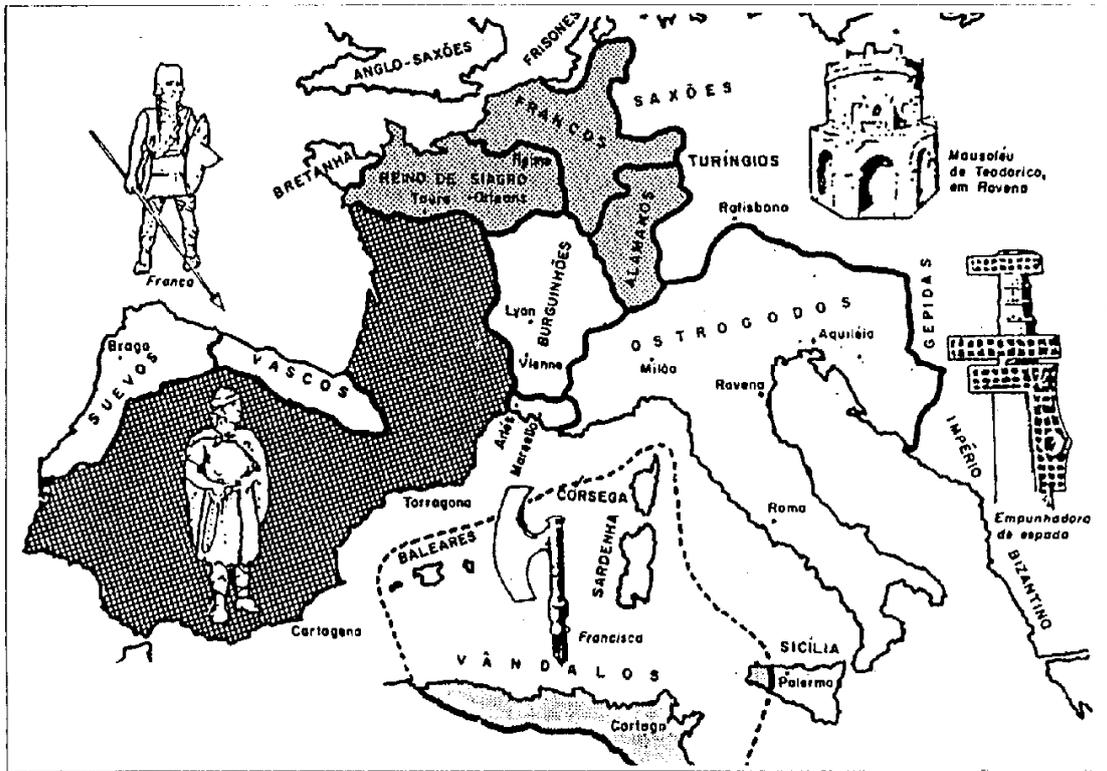
O denominado Reino Normando das duas Sicílias tornou-se também uma importante fonte de preservação das obras clássicas. Para ali vieram eruditos escoceses que também verteram para o latim obras de autores gregos. As traduções de Miguel Scot, no início do século XIII, são os textos que chegaram ao conhecimento de Alberto Magno (1206-1280) e Roger Bacon (1214-1294), pensadores que reabriram entre os cristãos o debate do pensamento grego.

Da Sicília essa atividade passa diretamente às cidades italianas. Em Palermo, ainda no século XII, traduz-se a *Ótica* e o *Almagesto* de Ptolomeu, em Catunia, *A Vida dos Filósofos* de Diógenes Laércio e os primeiros diálogos de Platão. Antes do fim do século XIII, quase todas as obras de Aristóteles achavam-se ao alcance dos estudiosos ocidentais.

"Foi mero acidente" – escreve Will durante – "a introdução de muitas palavras árabes nas línguas européias, devido à impossibilidade de os tradutores poderem encontrar termos equivalentes para o latim. Mais importante, ainda, foi o fato de que a álgebra, o zero e o sistema decimal entraram no Ocidente cristão por meio de tais versões; que a teoria e a prática da medicina progrediram muito com a tradução que se fez dos mestres gregos, romanos, árabes e judeus; e que os trabalhos gregos e árabes sobre astronomia deram expansão à teologia e uma nova concepção de divindade, preparando a grande mudança que haveria de seguir-se à teoria de Copérnico.⁽²⁾

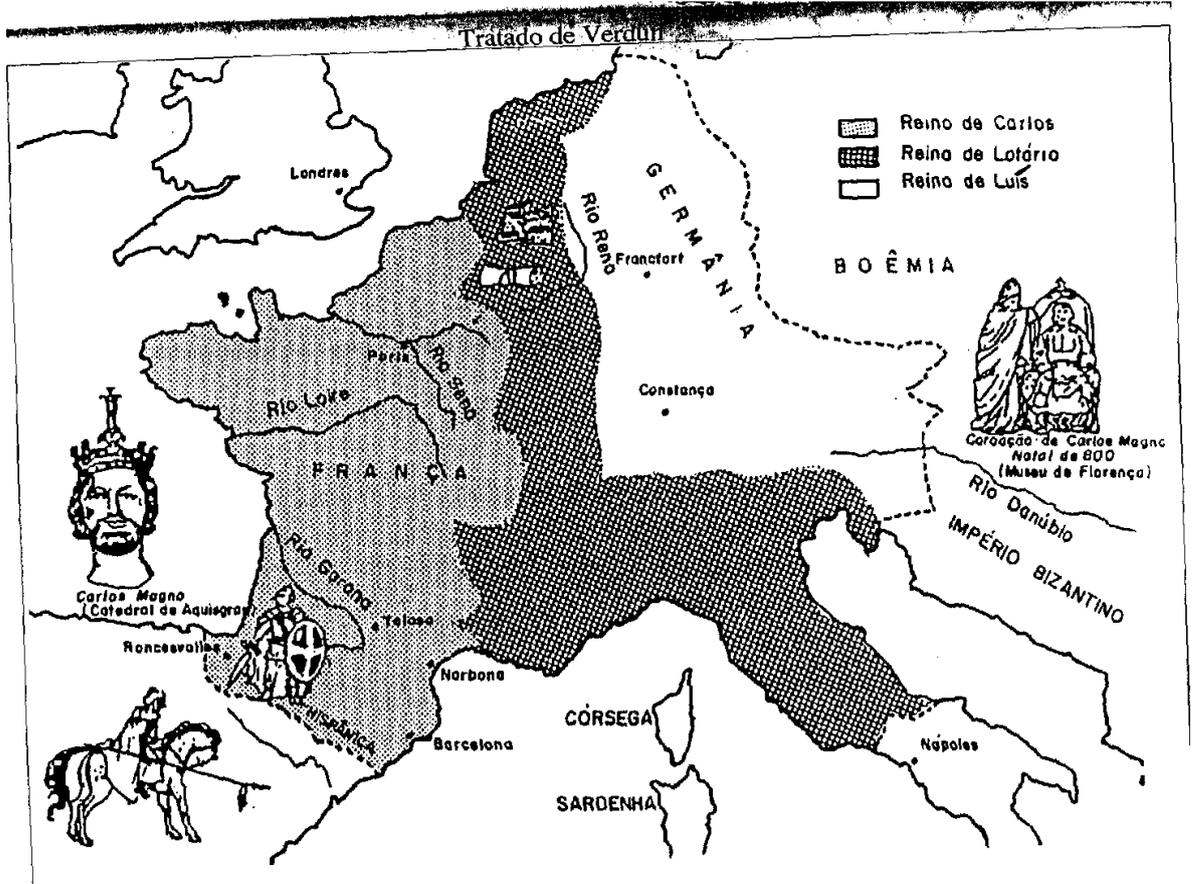
O saber da Antigüidade viu-se, entretanto, envolto na denominada escolástica, isto é, num tipo de interpretação que tinha por objetivo fazê-lo coincidir com os ensinamentos do cristianismo, considerados verdade absoluta. Somente a partir do Renascimento começa a ser empreendido esforço no sentido de recuperar tal pensamento em sintonia com o contexto em que se produziu.

Os Primeiros Reinos Bárbaros no Ocidente

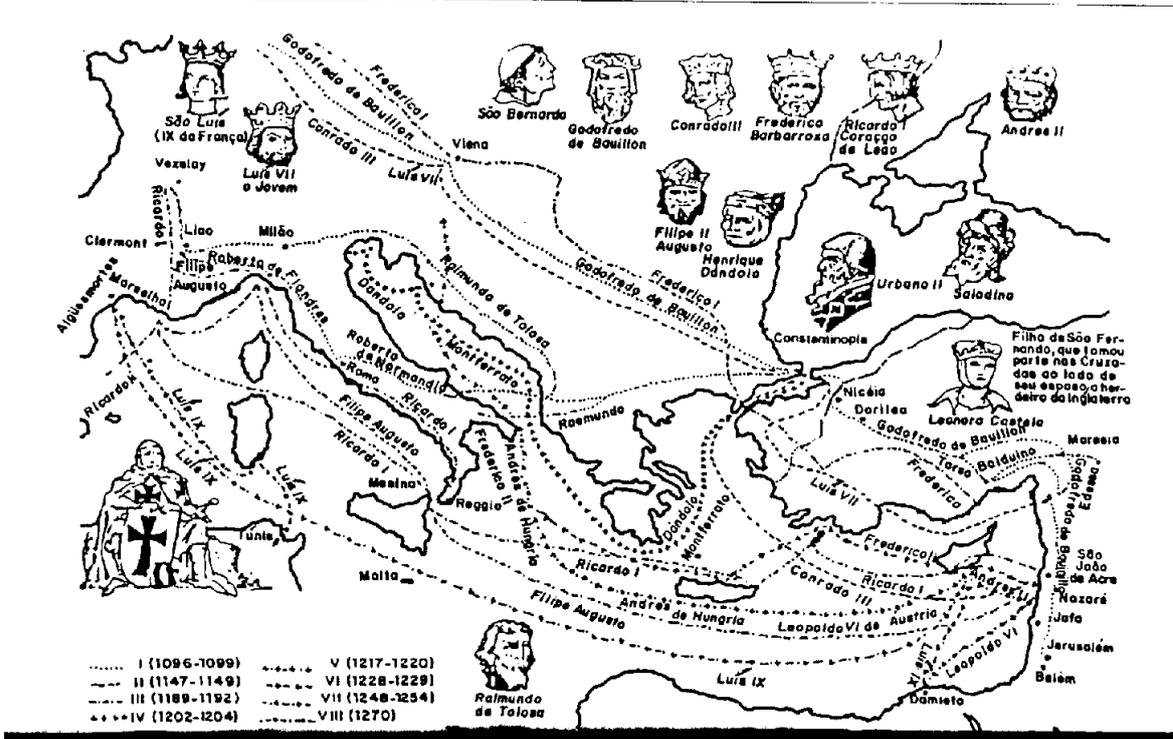


O Império Bizantino
à morte de Justiniano





As Cruzadas



O Sacro Império Romano-Germânico no Século XII



4. Uma Cultura Religiosa

Durante séculos, os mosteiros e as catedrais tornaram-se os únicos lugares onde havia ambiente para o cultivo das artes, o aprendizado da leitura, a preservação da herança passada e o registo dos acontecimentos contemporâneos. Os costumes bárbaros não eram propícios a esse tipo de atividade. Na medida em que o cristianismo toma-se universal, ocorre, simultaneamente, a irradiação da cultura. A partir do século XII, essa missão passa a ser exercida também pelas universidades.

Como não podia deixar de ser, a Igreja estava preocupada sobretudo com a formação de seus prelados. Somente no século XI aparecem escolas organizadas junto às catedrais freqüentadas não apenas pelos clérigos como ainda pelos filhos das principais famílias. Algumas dessas escolas alcançam grande nomeada. O IV Concílio de Latrão (1215) recomendou a criação de uma cadeira de gramática em todas as categorias do mundo cristão e ordenou a todos os bispos que mantivessem também cadeiras de filosofia e direito canônico. No mesmo século XIII, organizou-se o ensino elementar nas paróquias, dedicado, principalmente, à educação religiosa.

Em 825, na Itália, criou-se a primeira universidade européia, a Universidade de Pávia, embora não passasse de fato de uma escola dedicada ao estudo do direito. Paulatinamente, contudo, formam-se tais institutos em muitas cidades. As universidades então eram constituídas de faculdades de teologia, direito, medicina e artes, cabendo a esta preparar os alunos que se dirigiam às demais. Ao mesmo tempo, tornou-se uma corporação gozando de diversos privilégios. No século XIII, são centros culturais consolidados as Universidades de Paris, Orleans, Toulouse, Montpellier, Oxford, Cambridge, Pádua, Bolonha e Nápoles. Nos séculos XIV e XV disseminaram-se pelo resto da Europa. As universidades estavam entregues às ordens religiosas.

A cultura elaborada e difundida era, eminentemente, religiosa e achava-se rigorosamente hierarquizada, tendo por ápice a teologia. Essa cultura foi denominada de *escolástica*.

Nos primeiros séculos da Idade Média, o professor de artes liberais era chamado de *scholasticus* e, em seguida, o docente de filosofia ou teologia. Escolástica significa, literalmente, a filosofia da escola, exclusivamente religiosa.

As formas de ensino eram apenas duas: a *lectio*, que correspondia ao comentário de um texto, e a *disputatio*, que consistia na discussão de determinada questão. Com o tempo, ordenaram-se os argumentos pró e contra as principais questões, de sorte que a transmissão do conhecimento, consistia basicamente de comentários.

Estes eram rigorosamente prefixados. A famosa *Ratio Studiorum* dos jesuítas estabelece explicitamente que todas as teses devem ser levadas ao responsável antes de serem submetidas aos alunos, proibindo-se fosse tomado "livro nem escrito algum extraordinário para explicar nem introduza nenhum novo costume de ensinar ou disputar". Ainda mais: "Mesmo naquelas coisas em que não há nenhum risco para a fé e para a piedade, ninguém introduza novas questões, nem opinião alguma que não esteja em algum autor idôneo."

Todo o saber está estruturado de forma a levar à compreensão da verdade revelada. A esse propósito, afirma o conhecido filósofo italiano Nicola Abbagnano: "A Escolástica é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de determinada filosofia, a neoplatônica ou a aristotélica) com vistas a ascender à verdade religiosa, a demonstrá-la ou esclarecê-la nos limites em que isso é possível e de organizar para ela um instrumental defensivo contra a

incredulidade e as heresias (...). Na sua própria função, ela não se fia só nas forças da razão, mas socorre-se da tradição religiosa ou filosófica, invocação chamada de *auctoritates*. *Auctoritas* é a decisão de um concílio, um dito bíblico, a *sententia* de um padre da Igreja ou, ainda, de um grande filósofo pagão, árabe ou judeu. O recurso à autoridade é a manifestação típica do caráter coletivo e supra-individual da pesquisa escolástica, na qual cada pensador quer sentir-se continuamente apoiado pela responsabilidade coletiva da tradição.⁽³⁾

Tudo tinha finalmente que se harmonizar à teologia, agregando-se sucessivamente a tal pirâmide não só as humanidades, mas, igualmente, a física qualitativa de Aristóteles, a teoria geocêntrica e a própria geografia de Ptolomeu.

Assim, se a Igreja desempenhou um grande papel civilizatório e de preservação da cultura, ao ampliar desmedidamente a abrangência dos dogmas, negando qualquer validade à experiência, acabou fixando-se na linha de confronto ao tipo de saber que se iria formar a partir dos descobrimentos.

5. Igreja e a Tentação do Temporal

O processo de estruturação da Igreja como uma instituição hierarquizada é naturalmente posterior ao término da perseguição a que os cristãos se viram submetidos sob o Império Romano, isto é, depois que o Imperador Constantino, que reinou de 312 a 337, adere ao seu culto. Para que se verifique a aludida institucionalização, era necessário não só erigir os templos - a maneira espetacular de fazê-lo será obra de Justiniano, imperador de 527 a 565, consoante se referirá adiante-mas, sobretudo, promover a formação de pastores, sistematizar os ritos e dar forma acabada à doutrina. Considera-se que dessa tarefa se tenham desincumbido basicamente S. Jerônimo (c. 340-420), que disciplinou o estudo dos textos bíblicos e traduziu a *Vulgata*; S. Agostinho (354-430), que fixou o estilo da meditação filosófica, calcado no modelo grego mas voltado para os temas da fé; S. Ambrósio (c. 340-397), pregador e pastor de almas; e, S. Gregório (c. 540-650), que deu forma à liturgia e ordenou as normas relativas à disciplina dos clérigos.

Atribui-se a Justiniano a iniciativa de materializar o esplendor da Igreja pela construção de grandes, monumentais templos. A Basílica de Santa Sofia, em Bizâncio, cuja construção demandou cerca de seis anos e exigiu o concurso de 10 mil trabalhadores e dispêndios equivalentes a 160 mil quilos de ouro, constitui marco destacado dessa dimensão da religiosidade. Justiniano construiu mais de 20 igrejas no Oriente, e durante a reconquista da Itália, concluiu a Basílica de São Vital, em Ravena, para onde havia sido transferida a sede do Império do Ocidente. A construção de templos serviu também para desenvolver a atuação cultural da Igreja, vinculando-a ao desenvolvimento da arquitetura e das artes.

O cristianismo floresceu desinteressando-se completamente das coisas temporais, notadamente do poder político. Quando os imperadores romanos aderiram à nova religião, criou-se desde logo uma certa tensão em vista de que, segundo a tradição, existia religião de Estado e o imperador era ao mesmo tempo o pontífice, isto é, o chefe da Igreja. De sorte que não foi possível escapar ao controle do Estado, o que teve lugar sob Constantino e seus sucessores imediatos.

A Igreja procurou entretanto preservar a sua independência em relação ao império. É sintomático dessa postura o fato de que Santo Ambrósio, sendo bispo de Milão, excomungou ao Imperador Teodósio pelo massacre de Tessalônica, no qual morreram sete mil pessoas. Teodósio era um católico devoto e aceitou cumprir penitência a fim de ser perdoado.

Com o enfraquecimento do Império do Ocidente, posterior esfacelamento e virtual transferência para o Oriente, notadamente depois que Justiniano incorporou a Itália ao Império Bizantino, os bispos passaram a desfrutar de maior autonomia. Por esse tempo suas preocupações eram, sobretudo, de ordem religiosa, devido aos grandes esforços que deles se exigia em prol da organização da Igreja.

A disputa por uma posição privilegiada no conjunto dos bispos iria sucessivamente introduzir uma nova dinâmica. O reconhecimento da liderança do bispo de Roma foi estabelecido num prazo muito dilatado. Basta dizer que só Gregório VII, em 1073, se sentiu com suficiente autoridade para estabelecer que o título de papa estava reservado ao Bispo de Roma, tendo proibido a sua utilização por qualquer outro dignatário da Igreja.

Nos primeiros tempos da história cristã, todos os padres denominavam-se *papa*. Na Igreja grega, paulatinamente, o nome acabou sendo reservado aos titulares das sés metropolitanas. No Ocidente, entretanto, era usado indiscriminadamente por todos os bispos, até ser reivindicado pelo de Roma.

Os papas adotaram o título de Sumo Pontífice a partir do início do Renascimento, no trono de Pio II (1458-1464). Até o predecessor de Justiniano, o Imperador Justino, morto em 527, a designação era usada pelos imperadores.

Com a consolidação da ascendência do Bispo de Roma, emergem os interesses de caráter temporal, que acabam ocasionando a própria crise da instituição, no chamado período de decadência da Idade Média.

É sintomático do novo estado de coisas a barganha estabelecida entre Estevão II, Bispo de Roma, e Pepino o Breve. Em troca da sagração (751) como rei do chamado Império Merovíngio (aproximadamente equivalente à antiga Gália Romana), ao reconquistar a parte da Itália em que então se sediava o bispado (Ravena), Pepino o Breve entregou diretamente a Estevão II o correspondente território, quando de fato deveria tê-lo devolvido à Igreja do Oriente. Essa doação é que deu origem aos *Estados da Igreja*, que fizeram do papa, além de líder espiritual de uma comunidade universal, um príncipe italiano com interesses temporais muito determinados.

**III – A ÉPOCA MODERNA E A CONSTITUIÇÃO
DA SOCIEDADE INDUSTRIAL**

1. O Elo Fundamental no Surgimento da Época Moderna

A Época Moderna notabiliza-se não apenas pela criação de novos valores e instituições como, sobretudo, pela feliz conjugação que nela se dá de ingredientes antigos e modernos, para dar nascedouro ao capitalismo, promotor de mudança radical na face da terra.

As principais criações desse período histórico consistem na ética do trabalho decorrente da Reforma protestante; na moral social de tipo consensual; na tolerância em matéria religiosa; no Estado Moderno e na subsequente reforma que o fez repousar no sistema representativo; no saber científico de índole operativa; no capitalismo industrial e, finalmente, na vida urbana, que, por sua vez, fez nascer valores até então inexistentes.

O elo fundamental de toda essa mudança profunda é a Reforma Protestante. Ao correlacionar o nascimento do capitalismo à ética dos puritanos, Max Weber facultou uma grande contribuição no sentido de tornar inteligível todo esse movimento em sua extrema complexidade. A ética protestante - ao legalizar a riqueza e atribuir ao trabalho do homem um sentido - o de erigir na Terra uma obra digna da glória de Deus -, permitiu que se aglutinassem aqueles elementos dispersos sem os quais o capitalismo não teria sido possível. O conhecido filósofo francês, Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) observa que, ao engendrar o que Weber denominou de "conduta racional da vida", o puritanismo criou as premissas para o advento da ciência e da técnica, a formação de um governo baseado em certas regras formais e o florescimento do direito, conjunto esse que singulariza o capitalismo em relação às civilizações anteriores. "A história" - escreve Merleau-Ponty - "sempre produziu isoladamente um dos dois (o direito em Roma, os elementos do cálculo na Índia), sem que se tenham desenvolvido como o fizeram no capitalismo. Seu reencontro confirma, em cada um, os elementos de racionalidade que conduziam. Na medida em que as interações se acumulam, o desenvolvimento do sistema em seu próprio sentido torna-se sempre o mais provável. A produção capitalista inclina-se cada vez mais no sentido de um desenvolvimento da técnica e das ciências aplicadas. Entretanto, no ponto de partida, não consistia uma idéia todo-poderosa, mas uma espécie de *imaginação da história* que semeia aqui e ali os elementos capazes de ser um dia integrados".(1)

2. A ante-sala da Época Moderna: O Renascimento

Denomina-se Renascimento ao movimento literário, artístico e filosófico que se inicia em fins do século XIV e prossegue até fins do século XVI, difundindo-se em vários países europeus a partir da Itália.

Costuma-se tomar com ponto de referência inicial a obra de Francisco Petrarca (1304-1374) e de seu contemporâneo Giovanni Bocaccio (1313-1375),(2) que viveram e trabalharam em Florença, na Itália. Ambos dedicaram-se à recuperação das obras clássicas, não apenas para divulgá-las, como se dera em séculos anteriores, mas sobretudo para exaltá-las e torná-las como padrão de estilo literário.

Contudo, o apogeu desse movimento e a plena explicitação de sua magnitude e influência renovadora somente aparecem no fim do século XV e começos do século XVI.

No terreno da literatura, o Renascimento produziu grandes escritores como Rabelais (1495-1553), consagrado autor de *Gargântua e Pantagruel*; Montaigne (1533-1592), cujos *Ensaio*s continuam a ser festejados, e o maior de todos eles: Shakespeare (1564-1616). Em Portugal, o Renascimento registra a presença de alguns escritores notáveis, em cujo seio

sobressai Luís de Camões (1524-1579), extraordinário poeta, criador da língua literária portuguesa.

Talvez se possa atribuir maior amplitude à renovação artística, em especial no terreno da pintura e da escultura. No que se refere à pintura, Carlos Flexa Ribeiro teria oportunidade de indicar que "é redutível a uma nova maneira de conceber a representação do espaço e da forma em uma superfície plana", sendo de destacar que suas normas constituem o que denomina de verdadeiro Código de Visualidade. Contraposto à tradição da pintura medieval precedente, "de origem bizantina, romântica e gótica, revoga-a inteiramente". Ao que acrescenta: "O Código de Visualidade então instaurado veio para ficar. E ficou por cinco séculos. A nova concepção do espaço foi de tal modo completa, rica e complexa, como expressão de sensibilidade coletiva e, ao mesmo tempo, estava c1a a tal ponto carregada de possibilidade de desdobramentos nas futuras gerações, que permaneceu em vigor, com vitalidade, até o movimento impressionista do último quartel do século XIX".(3)

Entre os grandes mestres dessa renovação, destacam-se Leonardo da Vinci (1452-1519), Miguel Angelo (1475-1564), Rafael (1484-1520) e Ticiano (1477-1576).

No que respeita aos outros aspectos da vida cultural, o Renascimento corresponde a nítido trânsito para a Época Moderna. Assim, tem lugar o aparecimento da nova temática do pensamento político, com a obra de Maquiavel (1469-1527). Pode-se dizer, igualmente, que dá começo à crítica da Igreja com a obra de Erasmo (1460-1536), embora não se lhe deva atribuir o desfecho representado pela Reforma, consoante indicaremos mais adiante; é, ainda, que ali se encontra o impulso inicial para a constituição da ciência moderna.

Corresponde certamente ao término do Renascimento, o auto-de-fé em que Giordano Bruno (nasc. Em 1548) foi lançado à fogueira, juntamente com a sua obra, em Roma, no dia 17 de fevereiro de 1600. Essa ocorrência equivale sem dúvida a uma derrota, porquanto o Renascimento talvez pretendesse apenas a renovação de toda a vida cultura, abrangendo inclusive a religião, e não a gestação de uma nova época, onde a Igreja de Roma não encontrasse o seu lugar. Sendo algo de muito diferente dessa intenção, a Época Moderna emerge como um ciclo histórico plenamente diferenciado do Renascimento.

Embora o renascimento consistisse, no seu aspecto mais evidente, numa tentativa de reencontro com a época clássica, não se resume apenas a isto. Desprovida da intenção crítica, essa redescoberta do pensamento greco-romano teria consistido apenas na continuidade do movimento análogo dos séculos XII e XIII, caracterizado anteriormente. Consoante se indica ali, no último desses séculos já se dispunha de traduções latinas das obras de Aristóteles, Euclides, Galeno etc. Assim, em que pese tal elemento de continuidade, como observa Abbagnano, "O Renascimento foi levado a sublinhar polemicamente sua própria diferença de orientação da idade medieval, em sua tentativa de se ligar novamente à idade clássica e de haurir, diretamente dela, a inspiração para suas próprias atividades".

Essa atitude crítica resulta em grande medida dos descobrimentos. Por isto pode-se afirmar que o renascimento está de certa forma ligado à queda de Constantinopla, em 1453,(4) que torna imperativo o encontro de uma alternativa para a manutenção do comércio com o Oriente. Foram os descobrimentos, com efeito, que provocaram uma primeira grande cisão na perspectiva medieval acerca da configuração do mundo. Além da colocação do nosso planeta no centro do universo, com o denominado geocentrismo, essa perspectiva se completava pela geografia de Ptolomeu, onde o Mediterrâneo, por sua vez, era uma espécie de centro da Terra.

A geografia de Ptolomeu sistematizava o conhecimento existente em seu tempo, acumulado pelos viajantes. Ao mesmo tempo, abrangia toda uma série de suposições arbitrárias, como a fixação dos limites acessíveis da Terra na altura do cabo Bojador, a noroeste do deserto de Saara; a inabitabilidade da zona equatorial; a fertilidade do solo e a vida nas Canárias; a existência de ouro à superfície das praias africanas; etc. As observações diretas levavam à fixação de novos contornos.

Na medida em que se ampliava o raio de ação dos navegadores da segunda metade do século XV, o quadro traçado por Ptolomeu caía por terra.

É bem representativo do novo estado de espírito o seguinte trecho de uma obra escrita entre 1480 e os fins do século: *As Relações do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, de Diogo Gomes:

"E estas coisas que aqui escrevemos se afirmam, salvando o que disse o ilustríssimo Ptolomeu, que muito boas coisas escreveu sobre a divisão do mundo, que porém falhou nesta parte. Pois escreve e divide o mundo em três partes, uma povoada que era no meio do mundo, e a setentrional diz que não era povoada por causa do excessivo frio, e da parte equinocial do meio dia também escreve não ser habitada por motivo do extremo calor. E tudo isto achamos ao contrário, porque o pólo ártico vimos habitado até além do prumo do pólo e a linha equinocial também habitada por pretos, onde é tanta a multidão de povos que custa a acreditar. (...) E eu digo com verdade que vi grande parte do mundo."⁽⁵⁾

Note-se que a *Geografia* de Ptolomeu, apenas no período considerado, merecera seis edições em latim – impressas em Bolonha, entre 1478 e 1490. Seu prestígio advinha sobretudo do geocentrismo então consagrado como uma espécie de parcela complementar do sistema aristotélico.

Assinale-se que a tese de que *mais vale quem viu grande parte do mundo*, isto é, essa afirmação do primado da experiência contrapunha-se frontalmente ao tipo de saber sistematizado pela escolástica, onde o importante era a análise dos elementos conceituais, de nada valendo a invocação da experiência. Esta achava-se adstrita aos casos particulares, não se admitindo que pudessem contribuir para a correção do que se achava estabelecido. Com o desdobramento dessa temática, aparece nitidamente o confronto entre *indução e dedução*.

Algumas invenções tiveram, no mesmo período, um grande impacto sobre a vida política e cultural, entre as quais a bússola. Trazida da China, onde se sabia que uma agulha imantada assinalava, invariavelmente, o Norte, foi aperfeiçoada nos começos do século XV pelo italiano Flávio Gioia, da região de Nápoles. O engenho chinês fluía num recipiente cheio de água e azeite. O inventor italiano conseguiu colocar a agulha sobre um eixo de metal, para facilitar sua oscilação, encerrando-a numa caixa hermeticamente fechada para torná-la imune à ação do vento e de outros agentes exteriores. A bússola colocou a navegação em bases inteiramente novas.

Outra invenção de grandes conseqüências corresponde ao uso da pólvora em armas de fogo –igualmente uma criação chinesa, aplicada apenas a fogos de artifício – efetivada pelos árabes, nos começos do século XIV, na Espanha. Na chamada Guerra dos 100 Anos, que se verificou entre a França e a Inglaterra, tendo durado com maior intensidade entre 1380 e 1453, aparecem na Europa os primeiros canhões. Essas peças de artilharia eram rudimentares, de difícil locomoção e alcance não muito superior às antigas catapultas, mas são um marco importante na perspectiva do seu aperfeiçoamento ulterior.

A difusão da cultura alterou-se sobremaneira com a técnica da fabricação de papel, que se espalhou superando o pergaminho na altura do século XV. O passo seguinte foi representado pela imprensa. Aperfeiçoando sua máquina durante muitos anos, Gutemberg conseguiu realizar, em 1455, a primeira edição impressa da Bíblia. Muitos humanistas, como Erasmo, deixaram-se verdadeiramente empolgar pelo novo invento e valem-se dele para propagar suas idéias. Calcula-se que, no meio século transcorrido entre a edição da primeira Bíblia e os começos do século XVI, imprimiram-se nos principais centros europeus nada menos que cinco milhões de livros. Para que se tenha uma idéia da mudança verificada, basta dizer que a maior biblioteca européia do século XIII, a de Canterbury, sede tradicional do primaz da Igreja na Inglaterra, tinha cinco mil volumes, sendo este um caso raro porquanto o comum era que tivessem 100 títulos ou pouco mais. A biblioteca de Cluny, que era um centro importante no agregado que deu nascedouro à França, dispunha de 570 volumes por volta de 1300.

3. Como se processou a Revolução Industrial

Para uma adequada compreensão da Revolução Industrial na Inglaterra, o livro de T. S. Ashton corresponde ao texto básico, razão pela qual vamos caracterizá-lo brevemente. Recomendamos a tradução espanhola, da Fundo de Cultura Econômica, do México, e incluída na coleção *Breviários* (nº 25).

O livro *A Revolução Industrial*, de T. S. Ashton, foi terminado no início do segundo pós-guerra (1947), ocasião em que o autor pertencia ao corpo docente da London School of Economics, tendo se louvado da investigação realizada por outros professores da mesma escola, nos aspectos a que se refere no Prefácio.

Na Introdução, Ashton indica que as transformações fundamentais na sociedade inglesa ocorreram entre o reinado de Jorge III, que se inicia em 1760, e a ascensão de Guilherme IV, ocorrida em 1830.⁽⁶⁾

A seu ver, o aspecto mais saliente da história social desse período é o rápido crescimento da população. Estimada em 5,5 milhões, em 1700, e em 6,5 milhões, em 1750, chega a 9 milhões em 1801 (quando se realiza o primeiro censo) e a 14 milhões em 1831. Na segunda metade do século XVIII, a população aumentou 40%; e nas três décadas seguintes, mais de 50%.

Na opinião de Ashton, o fenômeno explica-se do modo seguinte: "Este aumento de população não resultou de qualquer alteração na taxa de natalidade. É certo que, durante as quatro primeiras décadas do século XVIII, o número de nascimentos por milhar de habitantes parece ter crescido um pouco. Os camponeses tendiam a montar as suas próprias casas, em vez de viverem com os seus patrões, ao mesmo tempo em que o declínio dos sistema de aprendizado na indústria levou ao casamento em idades mais novas e a famílias mais numerosas. Mas, de 1740 a 1830, a taxa de natalidade apresenta-se com alterações muito ligeiras: em década alguma ultrapassa 37,7 ou desce abaixo de 36,6. Durante a Revolução Industrial a fecundidade foi elevada, mas constante.

"Também se não pode atribuir o aumento da população a um afluxo de gente de outros países. Durante todo esse tempo, saiu muita gente da Irlanda com destino à Inglaterra e à Escócia, e em períodos de crise, o afluxo transforma-se em fluxo contínuo. Mas nada que pudesse comparar-se com a torrente de emigração irlandesa que havia de afluir nos últimos cinco anos da década 1841-1850. Por outro lado, durante o século XVIII, cerca de um milhão

de pessoas deixaram a Inglaterra para procurar vida no ultramar, principalmente, nas colônias. Entre eles contam-se os 50 mil criminosos transferidos para Maryland ou Botany Bay, e aqueles artífices que, desafiando a lei, levaram para a Europa sua capacidade técnica e habilitações, deve-se dizer, afinal de contas, que sem desvantagem para sua pátria. No conjunto, não podemos considerar a Inglaterra como um centro de recepção de emigrantes, mas como uma zona que alimentava a formação de novas comunidades além-mar.

"Foi a baixa da mortalidade que provocou o aumento de habitantes. Durante as primeiras quatro décadas do século XVIII, o abuso do gim a baixo preço e os períodos intermitentes de fome contribuíram fortemente para a perda de vidas; mas, entre 1740 a 1820, a taxa de mortalidade desceu quase continuamente, de uma média de 35,8, referente aos 10 anos até 1740, para 21,1 no decênio que terminou em 1821. Foram muitos os fatores que contribuíram para a redução da cifra de mortes. A introdução das colheitas de tubérculos tornou possível alimentar mais gado nos meses de inverno, facilitando-se assim o fornecimento de carne fresca durante todo o ano. A substituição dos cereais inferiores por trigo e o maior consumo de cereais melhoraram também a resistência dos indivíduos às doenças. O perigo de infecção diminuiu com uma limpeza pessoal maior, ligada ao uso mais freqüente de sabão e de roupas interiores de algodão mais baratas. A utilização das paredes de tijolo em vez de madeira e de pedra ou ardósia, em vez de colmo, nos telhados, reduziu o número de epidemias; e o afastamento das habitações operárias de muitas atividades manufatureiras nocivas trouxe um maior conforto doméstico. As cidades mais importantes foram pavimentadas e dotadas de esgotos e água corrente; desenvolveu-se o conhecimento da medicina e da cirurgia; os hospitais e dispensários aumentaram, e deu-se maior atenção à destruição dos lixos e ao conveniente enterro dos mortos."

Critica os autores que atribuem o surgimento da indústria à simples expansão do núcleo populacional, quando a efetiva criação de mercado para produtos manufaturados só se verifica, então, porque a população não apenas cresceu, mas este fenômeno se faz acompanhar de significativa expansão do nível de vida. Essa ampliação resulta das inovações ocorridas na agricultura e que ocasionou aumento da produtividade.

Depois de passar em revista algumas outras opiniões acerca da chamada Revolução Industrial, Ashton conclui esta parte do livro do modo seguinte: "A conjuntura de crescentes disponibilidades de terra, mão-de-obra e capital tornou possível a expansão da indústria; o carvão e a máquina a vapor forneceram o combustível e a energia para a manufatura em larga escala; as baixas taxas de juro, os preços crescentes e as esperanças de grandes lucros constituíram o estímulo. Mas, por detrás e para além destes fatores econômicos e materiais, havia alguma coisa mais. O comércio com países estrangeiros havia alargado a visão do homem sobre o mundo e a ciência ampliara sua concepção do universo; a Revolução Industrial foi também uma revolução de idéias. Se estabeleceu um avanço na compreensão e domínio da natureza, deu também início a uma nova atitude para com os problemas da sociedade humana. E também, neste caso, foi da Escócia, e da Universidade de Glásgua, em particular, que saiu a luz mais clara. É, sem dúvida, um erro acadêmico salientar o papel representado pelo pensamento especulativo no modo de formular a vida da humanidade corrente: poder-se-ia responder que John Wesley, Tom Paine, William Cobbett e Orator Hunt tiveram tanta importância como David Hume ou mesmo Jeremy Bentham. Mas há, pelo menos, um produto da filosofia moral escocesa que não pode deixar de se mencionar, em qualquer referencia, as forças que suscitaram a Revolução Industrial. O *Enquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, que apareceu em 1776, havia de ser o livro de cabeceira para as gerações seguintes em matéria de economia e política. Os seus juizes foram a substância donde os homens que não eram dados ao estudo dos tratados extraíam suas normas de conduta tanto

para os negócios como para a governação. Foi sob sua influência que a idéia do comércio e emprego mais ou menos fixados, dirigidos e regulados pelo Estado foi substituída – gradualmente e com muitos recuos – pelas idéias do progresso ilimitado numa economia livre e em expansão."

No Capítulo II, "As formas antecedentes de indústria" – Ashton aborda os aspectos mencionados nos tópicos anteriores, notadamente a introdução dos novos métodos agrícolas e o aprimoramento da atividade manufatureira. A revolução técnica, pela incorporação da máquina à produção industrial, também foi abordada precedentemente, objeto do Capítulo III do livro.

No Capítulo IV, "Capital e Trabalho", Ashton procura mostrar como a indústria resultou do trabalho persistente e da capacidade de poupança dos indivíduos e das famílias e não de simples operações comerciais bem-sucedidas. A título de exemplo, transcreve-se este relato: "Nos primeiros tempos deste período, muitas das unidades industriais eram pequenas empresas familiares ou parcerias de dois ou três amigos. Em muitas indústrias, o capital fixo necessário não era mais do que aquele que um fabricante doméstico ou mesmo um artífice podia obter com os seus ganhos, Se conseguisse lucros, podia ampliar a oficina: o reinvestimento dos lucros – *o ploughing back* – não é, como alguns supuseram, uma descoberta transatlântica do século XX. As primeiras fases da acumulação de capitais podem porventura revelar-se melhor com algumas citações do diário de Samuel Walker de Rotherham:

‘1741 – Nos meses de outubro ou novembro do mesmo ano, Samuel e Aaron Walker construíram um forno numa antiga oficina de serralheiro fabricante de pregos, nas traseiras da casa de Samuel Walker, em Grenoside, fazendo-lhe algumas pequenas melhorias e acrescentando-lhe uma casota ou duas, cobertas de palha, etc., com um pequeno pátio murado; e, depois de reconstruírem a chaminé e o forno, começaram a trabalhar; Samuel Walker ensinava na escola em Grenoside e Aaron Walker fabricava pregos, ceifava ou tosquiava, etc., conforme as necessidades.

‘1743 – Aaron Walker começava então a estar mais bem empregado e tinha quatro xelins por semana para viver.

‘1745 – Este ano, Samuel Walker, vendo os negócios desenvolverem-se, foi obrigado a deixar a escola e a construir ele próprio uma casa junto da antiga habitação, pensando ficar aí para o resto da vida: então deu-nos 10 xelins por semana a cada um, como salário para mantermos nossas famílias.’

Nesta altura, o valor da empresa estava cotado em 400 libras. Mas, no ano seguinte, Jonathan Walker (irmão de Samuel e de Aaron) acrescentou-lhe 100 libras; John Crawshaw (que dantes se empregava, ‘onde podia, pro 12 pense’) acrescentou 50 libras e Samuel outras tantas. Assim equipados, os sócios montaram em Masborough, primeiro, uma fundição e, depois, em 1748, um forno para aço. A história de que Samuel Walker aumentou sua fortuna roubando a Huntsman o segredo do aço de cadinho não tem fundamento; não foi por tais métodos que se alcançou esse resultado, mas pelo trabalho constante, economia e integridade. Todos os anos se fazia na fábrica um melhoramento, grande ou pequeno. Em 1754 construiu-se na margem do rio um armazém e um depósito de carvão – sintomaticamente chamado ‘A Indústria’. Quatro anos depois, os sócios fizeram um canal e ‘melhoraram a estrada de Holmes e Masbro e as ruas até Tinsley-Gloria Deo’; e em 1764 acrescentaram às instalações uma grande oficina para a fabricação de painéis e frigideiras. Ao que parece, só em 1757 é que os Walker se atribuíram um dividendo de 140 libras – quando o capital tinha

chegado a 7.500 libras; a percentagem do lucro distribuído foi sempre escassa. Assim, em 1774, o capital tinha chegado a 62.500 libras. Os lucros, na manufatura de canhões durante a Guerra da Independência da América, foram reinvestidos, e, assim, em 1872 o capital já subira para 128 mil libras. Nesse ano, morreu Samuel Walker, mas os herdeiros continuaram a orientação por ele definida e em 1812 o ativo de Samuel Walker & Co. estava avaliado em 299.015 libras e o de uma empresa que lhe estava ligada, Walker and Booth, em 55.556 libras.

"Quaisquer que sejam as acusações que se façam contra os antigos patrões, nunca poderão ser acusados de complacência para consigo próprios. As histórias de firmas e firmas dizem-nos sempre a mesma coisa dos Walker: os proprietários atribuem a si próprios pequenos salários, restringem suas próprias despesas caseiras e aplicam seus lucros nas reservas. Foi desta forma que os Wedgwood, Gott, Crawshay, Newton Chambers & Co. e tantos outros montaram suas grandes empresas. 'O capital industrial teve em si próprio seu principal progenitor.'"

Nessa capítulo Ashton examina detidamente o problema da formação da mão-de-obra e as caricaturas simplistas que apresentam esse período inicial da industrialização como uma seqüência de horrores, concluindo desta forma: "A verdade é que, em 1830, a Inglaterra tinha conseguido, de uma forma ou de outra, um corpo de operários bem pagos e adaptados às condições fabris e capazes, quando necessário, de se deslocarem de lugar para lugar e de emprego para emprego. O salário passou a corresponder com mais rapidez às alterações locais da oferta e da procura e a variar com as oscilações da atividade geral. Os salários, numa dada indústria, estavam dependentes de outra, e, em especial, os vencimentos dos jornaleiros e elementos da construção civil variavam com os vencimentos dos operários da fábrica. Em vez de vários e imperfeitos mercados locais, onde os trabalhadores ofereciam os seus serviços a poucos patrões, de cuja boa vontade dependia seu emprego, começou a surgir um único e sensível mercado de mão-de-obra."

No Capítulo V, "Individualismo e *laissez-faire*", Ashton mostra como, em vez de agir isoladamente, suposição algo difundida, os empresários buscaram dispor de entidades congregadoras. E embora haja tardado muito até que conseguissem criar entidades representativas, o que predominou está longe de ser o individualismo. O processo associativo do mundo do trabalho acha-se, igualmente, descrito. Depois de fazê-lo, escreve: "Se não é defensável que o período da Revolução Industrial foi um período de individualismo, pelo menos no sentido estrito do termo, pode, com alguma justiça, sustentar-se que foi um período de *laissez-faire*. Esta expressão infeliz tem sido tão usada como arma em controvérsias políticas que se nos apresenta agora batida e gasta. Mas houve tempo em que era empregada não como uma expressão de um abuso, mas como uma inscrição nas bandeiras do progresso.

"Custa a desaparecer a idéia de que os Tudor e os Stuart tiveram um plano consistente sobre a orientação das relações econômicas. A regulamentação dos salários, emprego, preparação técnica, aluguel industrial, preços e comércio por eles estabelecida foi de fato menos generosa, menos esclarecida e menos sistemática do que algumas vezes se supôs. Além disso, a diminuição dos poderes da Coroa e o enfraquecimento do Conselho Privado no século XVI fizeram, pelo menos, com que alguns dos instrumentos de fiscalização caíssem em desuso. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de mercados mais amplos, de técnicas mais elaboradas, de tipos de trabalho mais especializados, deve ter tornado realmente difícil a tarefa de fiscalização. Mesmo que não tivesse havido guerra civil, nem uma gloriosa revolução, nem o progresso de novas classes na conquista do poder político, o poder central teria certamente decaído. Mais de 100 anos antes da Revolução Industrial já o Estado estava se afastando do domínio econômico.

"É verdade que, ainda em certos pontos, se encontrava ligado à antiga orientação. Havia ainda corporações providas de autoridade empresas comerciais, como a Companhia das Índias Orientais, e corpos reguladores, como a Companhia dos Cuteleiros de Hallamshire – que deviam a manutenção dos seus poderes a uma concessão da Coroa. E no domínio do comércio externo, da navegação e das relações econômicas imperiais estava-se sujeito à interferência do Estado. Foram inúmeros os economistas e publicistas que atacaram as bases do sistema. Em 1776, Adam Smith assestou suas baterias sobre a estrutura já cambaleante, e foi graças à sua influência sobre Pitt e, mais tarde, sobre Huskisson (1770-1830), presidente da Câmara do Comércio de Londres (1823) e defensor intransigente do livre-cambismo, e outros, que se abriram algumas brechas nas suas muralhas. A *Riqueza das Nações* deu uma expressão incomparável aos pensamentos que a marcha dos acontecimentos tinha feito surgir na inteligência dos homens, sistematizando-os e dando-lhes coerência. Como princípio orientador, em vez de decisões do Estado, apresentou a escolha espontânea e a ação dos homens comuns. A idéia de que os indivíduos, agindo segundo seu próprio interesse, criavam leis tão impessoais, ou, pelo menos, tão anônimas como nas ciências naturais, era efetivamente interessante. E a crença de que essas leis são socialmente benéficas estimulou o otimismo, que era um aspecto da revolução na indústria.

"A experiência ensina-nos, porém, que uma sociedade industrial tem necessidade de uma estrutura de serviços públicos para agir sem perturbações sociais. Alguns discípulos de Adam Smith, intoxicados pela nova doutrina, limitavam o papel do Estado à defesa e preservação da ordem: o *laissez-faire* foi alargado da economia à sociedade em geral. Os extremistas foram fortalecidos pelo ensino de Thomas Malthus, cujo *Ensaio sobre a População* apareceu quando a Revolução Industrial estava em pleno desenvolvimento; e de novo aqui os discípulos não interpretaram convenientemente as lições do mestre. Afirmavam eles que, se o povo tende a crescer em proporção com os meios de subsistência, nunca poderia haver um aumento de padrão de vida para o conjunto da espécie humana: praticar a caridade era o mesmo que deitar azeite em fogo. O pessimismo de Malthus, tal como o otimismo de Smith, deve ter levado muitos à confortável posição de deixar tudo entregue a si próprio. Mas, felizmente, muitos ingleses tiveram o suficiente bom senso para por de parte tais abstrações; as ações dos homens, como se mostrou neste capítulo, foram muitas vezes melhores do que as suas crenças ou teorias.

"Com a melhor boa vontade do mundo, a transição de quintas e cabanas para fábricas e cidades não poderia ter sido suave. Mesmo que a máquina legislativa tivesse fabricado estatutos com a mesma facilidade com que a fiandeira fabricava fio, não teria deixado de haver perturbações sociais. Muitos dos fenômenos de sobrelotação e falta de higiene resultavam de que então, como hoje, o progresso era mais rápido na ciência do que na sua aplicação. 'A influência distante dos acordos de trabalho tem sido de certa maneira desprezada', dizia o Dr. Key-James Phillips Kay (1804-1877) um dos fundadores do sistema inglês de educação popular –, em 1832, acrescentando que 'a negligência provinha não da falta de humanidade, mas da urgência de emprego e da falta de tempo'. A experiência feita com as leis fabris de 1802, 1819 e 1831 provou que havia pouca utilidade em estabelecer condições mínimas de horas e de trabalho enquanto não existisse um corpo e fiscais. A experiência dos conselhos de saúde mostrou que pouco se poderia fazer para melhorar as condições nas cidades enquanto não houvesse médicos e outros especialistas em quantidade suficiente. Colquhoun e outros podiam criticar o número de funcionários públicos, mas os serviços civis, em comparação com os padrões modernos, eram microscópicos e os serviços locais mal existiam. Enquanto o aparelho governativo não fosse drasticamente reformado e se não criasse um corpo de funcionários públicos qualificados, a vida nas áreas urbanas não

podia deixar de ser deficiente. Se a Revolução Industrial não foi capaz de trazer todos os seus benefícios ao homem comum, a responsabilidade pertence mais aos defeitos administrativos do que ao processo econômico."

Finalmente, no Capítulo VI, Ashton procede a uma caracterização geral do fenômeno estudado, refutando, a exemplo dos capítulos anteriores, as afirmações simplistas de que a Revolução Industrial ter-se-ia limitado "a fazer os ricos mais ricos e os pobres mais pobres". Em síntese, afirma o seguinte: "Determinado historiador escreveu sobre 'os desastres da Revolução Industrial'. Se com isso se refere à circunstância de a época de 1760-1830 ter sido perturbada pelas guerras e lamentáveis carências que nela se verificaram, nada se poderá objetar à frase. Mas se quer dizer que as alterações técnicas e econômicas foram a própria causa dessas calamidades, então já a sua opinião é, evidentemente, falsa. O problema central da época era o de alimentar, vestir e empregar gerações de crianças em número muito superior aos tempos anteriores. A Irlanda teve de fazer face ao mesmo problema. Não o tendo resolvido, perdeu no decênio de 1840 cerca da quinta parte da população pela emigração, pela fome ou pelas doenças. Se a Inglaterra tivesse permanecido uma nação de lavradores e artífices, não teria escapado à mesma sorte ou, pelo menos, com o peso da crescente população, sua força espiritual teria desaparecido. Libertou-se dessa ameaça não pela ação dos governantes, mas pela ação daqueles que, sem dúvida com objetivos limitados e muito seus, tiveram habilidade e recursos para inventar novos instrumentos de produção e novos métodos para dirigir a indústria. Hoje, nas planícies da Índia e da China, encontramos indivíduos cobertos de chagas e esfomeados, vivendo uma vida, pelo menos à primeira vista, pouco melhor do que a do gado que com eles trabalham diariamente e com o qual partilham durante a noite os lugares para dormirem. Esses padrões asiáticos e horrores não mecanizados são a sorte das regiões que aumentam o número dos seus habitantes sem passarem por uma revolução industrial."

4. O Capitalismo

Max Weber define o traço essencial da empresa capitalista como sendo a adoção do método racional de gestão. A empresa capitalista utiliza a contabilidade para apurar custos e busca a introdução de aperfeiçoamentos de que possam redundar aumentos de produtividade e de rentabilidade. Orienta-se pelas indicações do mercado e distribui os lucros de forma a consolidar e ampliar as posições ali conquistadas.

O surgimento da empresa capitalista acha-se associado à mudança de atitude diante do "curso do mundo", engendrada pelo protestantismo. Esse o tema desenvolvido por Weber no livro clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Em síntese, a mudança indicada processa-se na forma adiante resumida.

O dogma da Reforma, segundo o qual o eleito de Deus para a salvação o fora por desígnio insondável de sua própria vontade – "sem qualquer previsão de fé ou boas obras, ou de perseverança em ambas" –, deixara os crentes, segundo observa Weber, entregues exclusivamente a si mesmos, numa "inacreditável solidão eterna". A esse respeito, escreve: "No que era, para o homem da época da Reforma, a coisa mais importante da vida – sua salvação eterna – ele foi forçado a, sozinho, seguir seu caminho no encontro de um destino que lhe fora designado na eternidade. Ninguém poderia ajudá-lo. Nenhum sacerdote, pois o escolhido, só por seu próprio coração, podia entender a palavra de Deus. Nenhum sacramento, pois embora os sacramentos houvessem sido ordenados por Deus para aumentar sua glória, devendo assim ser escrupulosamente observados, não são meios de obtenção da graça, mas

apenas os *externa subsidia* objetivos da fé. Nenhuma Igreja (...) Finalmente, nenhum Deus. (...) Isto – a completa eliminação da salvação através da Igreja e dos sacramentos (que no luteranismo não foi de modo algum desenvolvido até suas condições finais) – era o que constituía a diferença absolutamente decisiva entre o calvinismo e o catolicismo" (tradução brasileira editada pela Pioneira, p. 72).

A questão de saber se se devia considerar entre os escolhidos para a salvação – inexistente para o próprio Calvino – iria não só se transformar na razão de existir dos convertidos como faria nascer uma atitude nova em face da vida. O sentido da existência, como projeto integral e indivisível, é inteiramente reconquistado pela Reforma, notadamente a partir de Calvino. Dizendo-o tecnicamente, o famoso problema teodicênico que os católicos nunca conseguiram resolver satisfatoriamente – compreendido como resposta à pergunta acerca da passagem do homem pela vida terrena – encontra uma solução nova e que de fato incendeia a imaginação dos crentes. Em resumo, a questão assim se formula: existindo o mundo tão-somente para glorificação de Deus, a conduta ditada pela verdadeira fé seria aquela que se aplicasse na realização de obras verdadeiras. Estas não compram a salvação, mas são o meio técnico apto a revelar, pelo sucesso que venham a alcançar, os eleitos de Deus.

Deste modo, a ética protestante dá nascimento a uma nova atitude diante do trabalho. Este passa a associar-se à noção de vocação, de missão a realizar. No seu livro, Weber toma, como ponto de partida, justamente, um texto de Benjamin Franklin que, num outro contexto, fora do ambiente criado pelo protestantismo, seria encarado como simples manifestação de avarizia e nunca como um padrão de comportamento a ser seguido e imitado.

No desenvolvimento dessa problemática, a pregação de Richard Baxter (1615-1691) de certa forma radicaliza tal postura ao dizer que a religião protestante recomenda trabalho e poupança. Ao fazê-lo está indicando expressamente aos seus seguidores que enriqueçam pois, na verdade, só assim saberão se de fato estão no bom caminho. Aquele que tenha sido de fato escolhido por Deus nunca se valerá da riqueza para aderir ao ócio. Mais expressamente: só colocando a tentação diante de si saberá o verdadeiro crente as disposições da divindade. Eis como Weber apresenta a questão:

"A riqueza, dessa forma, é condenável eticamente, só na medida que constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações. Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada. A parábola do servo que foi desaprovado por não ter aumentado a soma que lhe foi confiada serve para expressar isso diretamente. Querer ser pobre, como repetidas vezes se disse, equivalia a querer ser doente, era reprovável do ponto de vista da glorificação do trabalho e derogatório à glória de Deus. Especialmente a mendicância dos capazes de trabalhar não constitui apenas um pecado de preguiça, mas ainda, de acordo com a palavra do apóstolo, uma violação do dever de amor ao próximo" (ed. cit., p. 116).

Adiante Weber cita esta exortação de Baxter: "Temo que, toda vez que a riqueza aumenta, a religião diminui na mesma medida. Não vejo, daí, como é possível, na natureza das coisas, conservar durante muito tempo qualquer revivência da verdadeira religião. Porque a religião deve, necessariamente, produzir tanto a operosidade (*industry*) como o senso de economia (*frugality*), e essas só podem produzir riqueza. Quando esta aumenta, crescem o orgulho, a paixão e o amor ao mundo em todas as suas formas. Como será então possível, ao metodismo, isto é, a uma religião do coração, continuar sendo sentido, por mais que agora esteja a florescer como uma árvore nova? Os metodistas tornaram-se laboriosos e econômicos

em toda parte; conseqüentemente, aumenta a sua riqueza. E, proporcionalmente, crescem neles o orgulho, as paixões, os apetites da carne e do mundo, e a soberbia da vida. Assim, embora permaneça a forma da religião, seu espírito rapidamente se desvanece. Não haverá algum meio para evitar essa decadência da pura religião? Não devemos deixar de recomendar às pessoas que sejam laboriosas e econômicas. *Devemos exortar todos os cristãos a ganhar tudo o que for possível, e a economizar o máximo possível; isto é, em outras palavras, a se enriquecerem*" (ed. cit., p. 126).

Weber mostra ainda que a empresa capitalista, para abrir seu caminho, teve que se contrapor às tradições aceitas e consagradas, nutridas, entre outras coisas pelas idéias mercantilistas. O mercantilismo difundiu a convicção de que as nações tornavam-se ricas pelo comércio, que tinha por objetivo assegurar grandes saldos em mãos do Estado. Para a consecução de semelhante objetivo, as burocracias estatais forçavam os empreendedores naquela direção, submetendo sua atividade a toda sorte de taxas, criando impostos de invés disto, Lutero limitou-se a queimar a Bula papal, sendo então excomungado. Estávamos em 1520.

A disputa religiosa logo assumiu feição política. Na condição de imperador do Sacro Império, Carlos V convocou a Dieta (assembléia política convocada pelo imperador quando precisava submeter aos governantes dos diversos principados alguma questão especial, em geral a coleta de impostos), na cidade de Worms, em 1521, perante a qual Lutero não aceitou retratar-se. Diante disto, a Dieta o condenou, colocando-o fora da lei, o que equivalia a uma proibição de dar continuidade à difusão de suas crenças. Como estava apoiado por diversos príncipes, a condenação não alcançou maior eficácia.

Diante do rumo assumido pelos acontecimentos, Carlos V empreendeu uma ação destinada a restabelecer a unidade cristã em seus domínios, incumbindo Lutero de redigir um documento em que justificasse suas doutrinas. Lutero delegou essa atribuição a Melanchton, humanista de espírito moderado que também desejava um acordo com a Igreja, documento esse que, tendo sido submetido à Dieta, reunida na cidade de Augsburg, passou à história com a denominação de *Confissões de Augsburg*, que se considera como expressivas do luteranismo. Apesar da intenção conciliatória de Melanchton, as *Confissões* só fizeram acentuar as diferenças em relação ao catolicismo, levando ao fracasso o intento de reconciliação. Carlos V dá então um prazo de seis meses para que os protestantes renunciem às suas convicções, findo o qual ameaça persegui-los.

Em 1531, os protestantes haviam formado uma poderosa coalizão militar, a que Carlos V se vê obrigado a recorrer, tendo em vista a invasão da Hungria pelos turcos. Os protestantes são autorizados a praticar os seus cultos na Alemanha, o que lhes permite conquistar novas e poderosas adesões. Em 1545, Carlos V tenta atraí-los ao Concílio de Trento, então iniciado, sem sucesso. Falecendo Lutero no ano seguinte, em 1546, e tendo alcançado a paz com os inimigos externos, Carlos V inicia o combate militar contra os luteranos. Começa um longo ciclo de guerras religiosas.

A paz de Augsburg, firmada em 1555, assegura a liberdade religiosa nos principados alemães, obrigando entretanto os súditos a seguir a crença escolhida pelo príncipe. Os que não aceitassem a escolha, poderiam emigrar. Estava consagrada a cisão na Igreja Católica.

O luteranismo estendeu-se, rapidamente, aos principados do Oeste e do Norte da Alemanha, à Prússia, Suécia, Dinamarca e Noruega.

Consagrando a livre interpretação da Bíblia, surgiram naturalmente diversas vertentes do protestantismo. Entre as mais importantes, sobressai o calvinismo, devido a Calvino

(1509-1546). Tendo organizado um governo de índole ditatorial no pequeno Estado representado pela cidade de Genebra, entre 1541 e 1564, Calvino valeu-se da circunstância para popularizar sua doutrina. Enquanto o luteranismo ganhou a adesão da Europa do Norte, o calvinismo penetrou na direção do Ocidente, primeiro na Suíça de língua francesa, depois na própria França, na região que depois constituiria a Holanda, e, finalmente, na Escócia, onde deu nascimento à Igreja Presbiteriana.

Outra vertente importante adviria do rompimento de Henrique VIII (1491-1547, cujo reinado iniciou-se em 1509) com o Papado. Em consequência desse rompimento, o Parlamento inglês votou em 1534 uma disposição tornando o rei chefe da Igreja, que passa a denominar-se Anglicana. A organização efetiva da nova Igreja seria obra de Elizabete I, que reinou de 1538 a 1603. Mantendo uma estrutura assemelhada à Igreja Católica, equivalia a uma adesão ao calvinismo. Sucessivas ameaças de elevação ao trono de um rei católico precipitariam a Inglaterra em prolongada guerra civil, durante o século XVIII, que terminam com a Revolução Gloriosa de 1688, que fixa a condição de que o rei da Inglaterra pertenceria, obrigatoriamente, à Igreja Anglicana. Protestantes radicais, naquele país, continuaram a luta religiosa, desta vez contra os anglicanos. Mas, por fim, acabou vigorando plenamente a tolerância religiosa.

Em revide à disseminação do protestismo na Europa, a Igreja Católica organiza o movimento denominado Contra-Reforma, tendo Espanha e Portugal como seus baluartes, de consequências não inteiramente avaliadas para o desenvolvimento ulterior de suas antigas colônias.

5. A ciência moderna

a) Conceito e Caracterização Geral

No conhecido Vocabulário de Lalande (*Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, editado em fascículos no período 1902-1923, pela Société Française de Philosophie, e desde então sucessivamente revisto e ampliado) a ciência moderna é definida deste modo: "Conjunto de conhecimentos e investigações dispendo de um grau suficiente de unidade e de generalidade, suscetíveis de obter a concordância dos homens que a tais investigações se dedicam, que não resultam de convenções arbitrárias, gostos ou interesses individuais, mas de relações objetivas, descobertas gradualmente, confirmadas por métodos de verificação definidos."

Leônidas Hegenberg (nascido em 1925; professor do ITA Instituto Tecnológico da Aeronáutica), que é o mais importante filósofo das ciências nos Brasil, procura mostrar que a ciência se forma em meio a vivências coletivas e o homem contemporâneo a encontra formalizada e aceita. A seu ver, tendo em vista fazer face às circunstâncias, o homem realiza generalizações que objetivam, por seu turno, *explicar e prever*.

Tais explicações e previsões são condenadas em sentenças declarativas, que constituem a interpretação da circunstância e nos são transmitidas pela cultura. Hegenberg não emprega o termo, mas é isto que tem em vista ao escrever que "são transmitidas de geração a geração, pelas tradições orais, pelas salas de aula, pelos livros e formam uma intrincada rede em que somos apanhados, sem mesmo disto chegarmos a ter clara consciência".⁽⁷⁾ Assim forma-se o consenso (bom senso em Hegenberg).

A ciência se constitui em meio ao *consenso* e pode ser definida como a "organização e classificação dos fenômenos, com base em princípios explanatórios, em tessituras cada vez mais densas e abrangendo número crescente de acontecimentos".⁽⁸⁾ Chega-se a semelhante organização e classificação através da crítica ao consenso (bom senso, na terminologia empregada pelo autor). O veículo da crítica são as hipóteses. Por fim, em meio aos conhecimentos organizados e classificados pelo homem, particulariza-se o conhecimento científico pelo princípio da refutabilidade.

Há uma outra singularidade a assinalar: o conjunto de conhecimentos em apreço diz respeito a segmentos delimitados e não abrange totalidades tais como a natureza, a sociedade, o homem, etc. O seu avanço dá-se na proporção em que consegue estabelecer relações mensuráveis. Pode-se afirmar que a ciência moderna é, eminentemente, quantitativa, enquanto a ciência antiga era, predominantemente, qualitativa.

Para melhor compreensão da diferença, pode-se tomar o exemplo da primeira lei da física de Newton, denominada princípio de inércia, em que se postula a permanência do corpo em movimento ou em estado de repouso para focalizar a *mudança de movimento*. Os outros princípios gerais (de aceleração e de ação e reação) destinam-se a permitir mensurá-la. Na ciência antiga – e mesmo no início dos tempos modernos discutia-se a causa do movimento, inexistindo parâmetros objetivos aptos a permitir a escolha dessa ou daquela explicação. A esse propósito o historiador e filósofo da ciência L. W. H. Hull escreve o seguinte:

"A lei de inércia, base da nova física, foi parcialmente estabelecida por Galileu, mas é justo continuar chamando-a primeira lei newtoniana do movimento. A lei afirma que todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo a menos que atue sobre ela alguma força. A fórmula *se não há força atuando não há movimento* é substituída pela fórmula *se não há força atuando não há mudança de movimento*. A palavra acrescida constitui uma novidade radical. Aristóteles, com efeito, definia a força como a causa do movimento; Newton define-a como a causa das mudanças de movimento".⁽⁹⁾

A preocupação em introduzir a medida pode ser avaliada pelo seguinte tema que chegou a tornar-se espécie de divisa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro: "Só se pode conhecer bem um fenômeno quando é possível exprimi-lo por meio de números" (Kelvin).

A física, como a própria matemática, admite *postulados*, isto é, princípios reconhecidos e aceitos pela comunidade científica, mas não demonstrados. Contudo, tais postulados conduzem a afirmativas passíveis de refutação, como indicou Hegenberg no livro antes mencionado, critério suscitado e fundamentado pelo conhecido filósofo Karl Popper (nasc. em 1902), isto é, não se constituem em dogmas.

Exemplo clássico dos limites da ciência nos é dado pelo modelo de universo sugerido por Einstein, segundo o qual o universo seria limitado, esférico, estático e finito, ao qual se contrapõe, entre outros, o de Friedman, que postula a infinitude, o dinamismo e a expansividade do universo. A esse propósito, Kant já se dera ao trabalho de situar as disputas que não podem ser resolvidas racionalmente, por se encontrarem fora do alcance da experiência humana, mencionando expressamente a finitude ou infinitude do mundo.

As denominadas ciências sociais nasceram, no século XIX, empreendendo generalizações descabidas e, por isto mesmo, desprovidas de qualquer base científica, embora possam justificar-se plenamente do ponto de vista moral. Estão, neste caso, o comtismo, o marxismo e o evolucionismo. Max Weber encontraria a forma de superar esse exame dos aspectos sociais a partir de pressupostos éticos, mas apresentados como sendo de inspiração

científica. Weber indicou que, na atuação em sociedade, o homem parte de determinadas valorações, cuja avaliação ou refutação transcende o plano de ciência, podendo-se, no máximo, explicitar quais as posições valorativas possíveis diante desse ou daquele evento. Semelhante explicitação em nada contribui, contudo, para a compreensão dos fenômenos sociais. Recomenda, em seu lugar, a que chamou de *neutralidade axiológica*. Enquanto cidadão, o cientista poderá, naturalmente, empreender essa ou aquela escolha, cumprindo, entretanto, evitá-la no curso da investigação que se pretenda científica.

Embora a solução weberiana não tenha conseguido abolir as sociologias oitocentistas, no século XX aprimoraram-se muito os procedimentos destinados a medir e prever o comportamento social, tanto no âmbito da sociologia como na psicologia social. A título ilustrativo, podem ser mencionadas as previsões eleitorais.

O progresso da quantificação, no que respeita a eventos sociais, não elimina a especulação de índole filosófica ou moral. Essa especulação está, entretanto, vinculada a certas tradições culturais do Ocidente e não, obrigatoriamente, aos resultados científicos, ainda que não possa deixar de ser afetada por estes últimos.

Finalmente, não deve ser confundido o patamar da ciência com o da tecnologia. A ciência busca aumentar a gama de acontecimentos passíveis de serem explicados a partir de seu ponto de vista, sendo a escolha dos temas fixada pela comunidade científica em geral ou diretamente pelos centros de pesquisa. Parte daquilo que está sendo pesquisado pode ser transformado em produtos, e esta é uma das formas pelas quais se dá o avanço da tecnologia. Esta, contudo, tem os seus próprios meios de aprimoramento, além de que muitas das técnicas em uso não se originaram de experimentos científicos.

b) A Constituição da Ciência, sua Peregrinação e Desenvolvimento Ulterior

A ciência moderna se constitui na Itália, podendo dizer-se que, quando da publicação dos *Diálogos* de Galileu (1564-1642), em 1632, os princípios básicos estão estabelecidos, tendo cabido a Newton sobretudo formalizá-los e apresentá-los num corpo unitário de doutrina. O estabelecimento da lei da queda dos corpos, por Galileu, dá-se em 1602. Kepler fixa as leis do movimento dos planetas entre 1609 e 1619. Tais resultados decorrem, naturalmente, da nova feição do mundo fixada pelos descobrimentos e também da grande efervescência suscitada pelo Renascimento que, no concernente à investigação científica, deságua diretamente nas academias.

A criação das academias, desde o século XV, seria estimulada pelo desejo, de alguns grupos intelectuais, de emancipar-se da tutela das universidades medievais. Contribuíram, por isto mesmo, não só para tornar possível a investigação científica, segundo pressupostos diversos do aristotelismo dominante, como sobretudo para preservar suas descobertas. Em certo momento, tais academias tiveram um sentido nitidamente conspiratório, e nos meados do século XVI, na Itália, chamaram-se Academia dos Incógnitos; dos Secretos; dos Corajosos; dos Confiantes; etc. Galileu pertenceu à *Accademia dei Lincei*, fundada em Roma em 1603, que, entre outras coisas, deu publicidade a seus livros.

Como se sabe, apesar do impulso que a Itália propiciou à ciência, não conseguiu institucionalizá-la, fato que somente iria ocorrer na Inglaterra. Segundo o historiador da ciência Joseph Ben-David, quando a Igreja se lança à sua perseguição, esta já havia entrado em decadência. Os fatos que se seguiram trouxeram grandes conseqüências tanto para os países que acolheram a ciência como para aqueles que se colocaram à margem da Época Moderna, a exemplo de Portugal. Vejamos a hipótese de Ben-David.

A condenação de Galileu deu pretexto a grande movimentação na Europa, por razões sobretudo políticas. Eruditos protestantes, em Paris, Estrasburgo, Heidelberg e Tubing decidiram traduzir sua obra para o latim. Ben-David observa que na Universidade de Tubing, pouco tempo antes, fora recusado a Kepler um diploma teológico em decorrência de suas convicções copernicanas. O governo holandês fez de Galileu seu conselheiro e cumulou-o de honrarias. Estavam lançadas as bases de um movimento de cunho social que muito contribuiu para a institucionalização da ciência, na segunda metade do século XVII. Esse movimento floresceu, contudo, na base da suposição de que a ciência tinha amplas conseqüências sociais e tecnológicas. Entretanto, na medida em que a ciência se institucionalizava, os próprios cientistas iriam recusar essa dilatação de objetivos. Tornam-se autônomos e dissociam-se os dois momentos: a propaganda da ciência e a prática científica.

A esse propósito escreve Ben-David: "(...) um dos aspectos mais importantes da ciência experimental era sua precisão, e sua especificidade. Toda variável precisava ser medida, pois algumas diferenças tão pequenas, que não podem ser apreendidas sequer pela imaginação, podem decidir se uma teoria é certa ou errada. Além disto, as pesquisas não são orientadas por critérios de importância geral - tal como esta é pensada pelos filósofos - mas rigorosamente por aquilo que é importante e pode ser resolvido pelos métodos e pelas teorias existentes. No século XVII, a grande luta pela dignidade da ciência natural moderna foi, em parte uma luta pela dignidade do método exato, paulatino e operacional do cientista. Este método era, programaticamente, acentuado pela Royal Society em seus estágios iniciais e foi rigorosamente adotado pela Académie des Sciences. Deste ponto de vista, os amplos objetivos intelectuais do movimento científicista eram incompatíveis com a especificidade da pesquisa científica e constituíam uma ameaça à sua integridade e especificidade".⁽¹⁰⁾

O movimento científicista teve portanto o mérito de criar um clima de simpatia para a ciência e, por esse meio, ajudá-la a institucionalizar-se. Mas trouxe, adicionalmente, um grande ônus ao permitir que, em muitos países, a intelectualidade se contentasse com o discurso laudatório em favor da ciência, que não se traduz em disposição efetiva de praticá-la. Em tais países, instaura-se uma espécie de culto religioso da ciência, sem maiores conseqüências para o desenvolvimento científico em seu próprio meio.

Nos países protestantes a institucionalização da ciência ocorreu de modo normal e sem traumas. A esse respeito escreve Hull no livro antes citado:

"Na Inglaterra, como na Holanda, os homens podiam professar livremente quaisquer opiniões científicas. Durante a época isabelina e o século XVII não houve na Inglaterra perseguição aos cientistas ou não chegou a assumir qualquer significação. O sistema copernicano era professado por várias figuras célebres do período isabelino, o mais destacado dos quais era William Gilbert, fundador da teoria do magnetismo. As idéias de Copérnico, Kepler, Galileu, ganhavam terreno sem cessar. Na última metade do século XVII, acabaram por achar-se solidamente estabelecidas nos círculos da Royal Society, em personalidades como Wallis, Wren, Hooke, Newton e Halley. Graças a esses homens a teoria da gravitação universal adquiriu feição definitiva, o que correspondeu provavelmente à mais importante conquista da revolução científica. Enquanto isto, o pensamento continental achava-se sob a influência de Descartes, que, impressionado pelas tragédias de Bruno e Galileu, preferiu não manifestar com entusiasmo suas convicções a propósito da disputa astronômica. A matemática floresceu sob a influência de Descartes, mas, em contrapartida, a teoria astronômica permaneceu em atraso se a comparamos com os progressos que realiza naqueles momentos na Grã-Bretanha."

Sob o impulso da Royal Society, até os meados do século XVIII consagram-se os grandes desenvolvimentos da física e da matemática. Ao longo desse mesmo século serão lançados os fundamentos da química, em bases modernas, abandonadas as velhas doutrinas alquimistas. Grande progresso nessa direção seria alcançado por Lavoisier (1743-1794), guilhotinado num dos surtos de terror da Revolução Francesa. Consuma-se a elaboração da nova nomenclatura química.

No século XIX, a Alemanha torna-se a pátria da química, que iria notabilizar-se sobretudo pela criação de novas alternativas de progresso material, ao facultar a substituição de produtos naturais por material sintético. Também a biologia se formula segundo os parâmetros da nova física, a partir da teoria da evolução.

Em suma, em prazo pouco superior a dois séculos as principais ciências se afeiçoam ao modelo da física-matemática. Na medida em que tal ocorre, a liderança desloca-se, primeiro, da Inglaterra para a França; em seguida para a Alemanha e, finalmente, para os Estados Unidos. Estudiosos da ciência correlacionam essa peregrinação com a tendência a colocar as aplicações de ordem tecnológica como objetivo primordial da pesquisa. Quando tal ocorre, perde a capacidade de atrair pessoas criativas e bem-dotadas. Somente a face da ciência que está voltada para a busca da verdade e do conhecimento desinteressado tem conseguido funcionar como um pólo de atração irresistível para sucessivas gerações.

Discute-se se essa característica não se resumiria ao ciclo histórico em que a pesquisa científica era obra de pessoas isoladas ou pequenos grupos, perdendo o sentido com o aparecimento da chamada *big science*. Parece que os modelos mais bem sucedidos dessa *big science* souberam preservar o atrativo que a busca do desconhecido exerce sobre mentes privilegiadas, impondo poucas obrigações aos pesquisadores e tratando de desenvolver, autonomamente, as tecnologias. Entre os principais exemplos, cita-se o laboratório da Bell Company, onde as pessoas que têm os seus projetos de pesquisa aprovados assumem com o patrocinador apenas o compromisso de indicar, no trabalho que estão desenvolvendo, tudo aquilo que pode ser patenteado".⁽¹¹⁾

6. O governo representativo

A Revolução Industrial, o capitalismo e a ciência moderna – elementos que se acham entrelaçados – definem a singularidade da cultura ocidental, ainda que não a esgotem. No plano da convivência social há pelo menos três realizações que complementam e explicitam integralmente aquela singularidade. Temos em vista o governo representativo, a tolerância religiosa e um novo entendimento da moralidade social. Os dois últimos aspectos são considerados em seguida.

No que se refere ao governo representativo, vamos nos limitar a precisar que resultou de uma experiência histórica dramática ao invés de tratar-se de algo que haja saído pronto e acabado da cabeça de alguma pessoa imaginosa. Seu curso histórico ulterior corresponde a um dos temas centrais da disciplina POLÍTICA, do CURSO DE HUMANIDADES, razão pela qual nos fixaremos apenas naquele primeiro momento.

Durante o século XVII, a Inglaterra dividiu-se a propósito de duas questões básicas: as crenças religiosas e a audiência ao Parlamento pelo Monarca. Ao romper com Roma, em 1534, Henrique VIII criou a Igreja Anglicana e esta manteve uma estrutura assemelhada à Igreja Católica Romana, embora subseqüentemente o calvinismo viesse a tornar-se o seu substrato teológico. Sua estruturação definitiva seria obra de Elisabete I (nascida em 1538,

reinou de 1558 a 1603). Ao mesmo tempo, florescem diversas outras confissões protestantes que consideram possa a Igreja Anglicana servir de ponto de partida para restaurar a situação anterior. Na Escócia, a Igreja Presbiteriana era dominante.

Com a morte de Elisabete, sobe ao trono uma outra Casa Reinante (Stuart). O segundo desses reis (o primeiro seria Jaime I que reinou de 1603 a 1625), Carlos I, casou-se com uma católica, irmã de Luís XIII, rei da França, criando uma grande tensão no país. Acresce que, a partir de 1629, instaura governo pessoal. Deste modo, consegue fundir num único movimento, abertamente contra a Monarquia, as duas grandes questões que mantinham a Inglaterra profundamente cindida: o respeito às crenças religiosas da maioria dos súditos e o empenho em prol da restauração do Parlamento. A rigor, o país é empurrado para a guerra civil, que irrompe a partir de 1640.

Derrotado, Carlos I é decapitado em 1649, abolindo-se a Monarquia. O poder passa diretamente ao Parlamento.

A guerra civil projetara no seio dos protestantes a liderança de Oliver Cromwell (1599/1658). O Parlamento é reconstituído em bases confessionais e, na verdade, não sabe o que fazer com o poder que lhe fora atribuído, acabando por entregá-lo a Cromwell, proclamado Lorde Protetor em 1653. Este, por sua vez, resolve dissolver o Parlamento em exercício, reorganizando-o com gente de sua confiança. Ao fazê-lo, entretanto, designa-o simplesmente como *Assembléia Nomeada* (Nominated Assembly). Na prática, portanto, o governo de Cromwell tornou-se uma ditadura. Tendo prosseguido na política adotada por Elisabete de tornar a Inglaterra uma grande potência comercial, conseguiu granjear apoio suficiente para manter-se no poder. Mas não logrou criar uma nova Casa Reinante, fazendo-se substituir pelo filho. Com a sua morte, restaura-se a monarquia e assume Carlos II (reinou de 1660 a 1685), filho do rei decapitado em 1649. Seu substituto, Jaime II (reinou de 1685 a 1688) era abertamente católico e no país reaparece o clima propício à guerra civil.

Como se vê, a situação do país volta ao começo do século. Objetivamente, todos os enormes sacrifícios não trouxeram maiores resultados. Em face da restauração monárquica e da possibilidade de vir a serem governados por reis católicos, os dissidentes ("dissenters") da Igreja Anglicana, chamados genericamente de "puritanos," emigram em massa para a América. Os que permaneceram no país tiveram entretanto que se debruçar sobre a experiência descrita, de onde emanavam duas questões básicas, a saber:

1ª) A quem deve ser atribuído o direito de eleger os representantes? Cabe adotar um critério religioso, como foi tentado? Ou deve limitar-se aos apoiantes da Casa Real no poder?

2ª) Quem faz o que? O Parlamento tentou imiscuir-se em questões que Cromwell considerava de sua alçada. Afinal, qual é mesmo a função do Parlamento?

A primeira pergunta seria respondida por Anthony Ashley Cooper, Lord Shafsterbury (1621/1683), que era a principal liderança liberal na época, até então denominada de *whig*. Formulou, em 1679, um projeto de lei destinado a assegurar a independência do Parlamento em face da Coroa. Propunha que o direito de voto fosse limitado aos proprietários, com renda acima de determinados níveis – procedimento que, ao ser adotado, veio a ser denominado de *voto censitário*, isto é, deveria ser precedido de censo para fins eleitorais. O censo alto destinava-se a permitir a escolha daqueles mais aptos a resistir às tentativas de corrupção de parte da Coroa. Na justificativa de tais princípios, teria oportunidade de escrever: "Do mesmo modo que os eleitores devem ser proprietários, os parlamentares também o devem ser, mas num grau mais elevado. Não é sábio confiar a riqueza da Nação a homens que não a possuíssem eles mesmos. Deve-se temer que suas dificuldades financeiras, combinadas com

uma forte tentação externa (o Rei e a Coroa), possam colocá-los a serviço de um interesse hostil, de que tivemos experiência nos parlamentos precedentes, para nossa infelicidade".(12)

A justificativa para a limitação da representação à elite proprietária manteve-se inalterada até a popularização da doutrina da representação de interesses, devida a Benjamin Constant (1767/1830). A nova doutrina facultou a democratização do sufrágio, iniciada na segunda metade do século XIX.

A resposta à segunda questão, decorrente da dramática experiência precedente, seria da lavra de John Locke (1632/1704). Locke era médico e, nessa condição, ligou-se a Shafsterbury. Acompanhou-o no exílio, na Holanda, a que este último viu-se submetido, em 1681, onde presumivelmente passou a ser considerada a hipótese de entregar o trono da Inglaterra a uma descendente da Casa de Stuart que reinava naquele país, casada que era com o Monarca holandês. Com a morte de Shafsterbury em 1683, assume a liderança do movimento que acabaria sendo vitorioso. Regressou à Inglaterra no mesmo navio que trouxe da Holanda o Guilherme Orange para assumir o poder.

Formulou-a no livro *Segundo Tratado do Governo Civil* que, embora somente publicado em 1690, foi elaborado na década anterior e serviu para unificar o ponto de vista da elite que desencadeou a chamada Revolução Gloriosa de 1688, pondo fim à possibilidade de acender ao trono da Inglaterra um rei católico, e estruturando em definitivo o governo representativo, com a promulgação do *Bill of Rights* (1689).

Afirma-se no *Segundo Tratado* que o Parlamento é o poder supremo, competindo-lhe elaborar a lei. A execução desta, entretanto, fica a cargo de outro poder, o Executivo. Naquele texto enfatiza-se a necessidade de ser assegurada a independência dos juízes, mas somente mais tarde constitui-se o Judiciário, igualmente como poder autônomo. Consagra também – e a fundamenta amplamente – a doutrina da representação circunscrita à elite proprietária, devida a Shafsterbury. Subseqüentemente, o mencionado livro de Locke, bem como a doutrina do Estado de Direito de Emmanuel Kant (1724/1804), passaram a ser considerados como a primeira formulação acabada da nova forma de governo, criação original da Época Moderna.

Com a Revolução Gloriosa não se interrompe a sucessão segundo a linhagem da Casa de Stuart. As duas filhas de Jaime II eram protestantes, a primeira delas, que assume como Maria II, era casada com Guilherme de Orange. Não tendo filhos, com a morte deste assume a segunda filha (Ana). O falecimento de Ana, contudo, interrompe a Dinastia Stuart, chegando ao poder a Casa de Hannover. No século XVIII, os príncipes alemães desempenharam um papel importantíssimo na consolidação do sistema representativo, na medida em que não criaram maiores obstáculos a que a constituição do governo passasse integralmente às mãos do Parlamento. Plenamente consolidado na Inglaterra, consagra-se uma primeira forma de governo representativo: a monarquia constitucional.

Como se vê, o governo democrático representativo constitui-se a partir de uma experiência concreta. Inicialmente, esteve circunscrito à Inglaterra. O processo de sua disseminação a outros países é longo e complexo. E, embora a maioria continue submetida a regimes autoritários e sobrevivam até mesmo sistemas totalitários – presentemente somente 45% das nações existentes poderiam merecer aquela denominação –, pode-se afirmar que passou a prova da história. As alternativas ensaiadas no século XX acabaram em retumbante fracasso. Ali onde funciona, evidencia ser a melhor forma de convivência social vivida pela humanidade, ainda que a história também comprove que não é dada a todos.

7. Outras criações originais da cultura ocidental surgidos no período

a) *A tolerância religiosa*

É difícil, naturalmente, destacar, dentre as conquistas da sociedade moderna, quais as mais decisivas. Assim, o Estado de Direito equivale, sem dúvida, a uma espécie de ápice do processo civilizatório. sem romantizá-lo ou idealizá-lo, isto é, compreendendo-o como obra humana imperfeita e perfectível. Sintetiza, por sua vez, um conjunto de aquisições notáveis, como o *habeas-corporis*, a liberdade de imprensa, a participação dos cidadãos na determinação das políticas públicas, etc. Contudo, por mais relevante que sejam, não podem ofuscar a significação da tolerância religiosa.

A intolerância religiosa está presente nas civilizações que de um ou outro modo contribuíram para a formação da cultura ocidental. O próprio processo de afirmação do monoteísmo judaico corresponde a uma luta de vida ou de morte, conforme se pode ver da ação e da pregação dos profetas, preservadas na tradição bíblica. Os judeus ergueram-se com energia contra as seitas brotadas em seu seio. Em nome da pureza da ortodoxia, os judeus deram provas de grande intolerância, de que é um exemplo eloqüente a excomunhão de Spinoza (1632-1677) em plenos tempos modernos.

A imagem que preservamos da Grécia, nesse particular, é a da coexistência de múltiplas crenças. Contudo, pode-se supor que, no âmbito das próprias cidades-estado, não se tolerasse qualquer divergência. Pelo menos é o que se pode inferir da condenação de Sócrates (470-399 a.C.), acusado justamente de pretender a substituição dos antigos deuses oficiais por novas divindades.

Considera-se como segura a tese de que, na Roma Antiga, toleravam-se, mutuamente, cultos familiares, das cidades e, mais tarde, do império, que dispunha de uma religião oficial. Ainda assim, talvez houvesse apenas uma superposição de crenças que, radicalmente, não eram muito diferentes. Pelo menos não é de complacência a atitude diante de doutrinas religiosas plenamente diferenciadas, como o judaísmo e sua descendência. Os soldados do Imperador Tito, no ano 70, destruíram o Templo de Jerusalém e perseguiram e mataram os judeus. São impressionantes os relatos preservados acerca da perseguição de que foram vítimas os primeiros cristãos, a exemplo dos textos adiante, extraídos de uma carta que os cristãos de Lion (na antiga Gália) encaminharam a seus irmãos da Ásia Menor, no ano 177:

"O diácono Sanctus sofria com sobre-humana força todos os suplícios que os carrascos podiam inventar (...) A todas as perguntas ele respondia em latim: 'Eu sou cristão. Não se lhe pôde tirar outra resposta. Isso bastou para inflamar a ira do procônsul e dos verdugos: não tendo mais outro tormento à sua disposição, aplicaram-lhe chapas ardentes nos lugares mais sensíveis do corpo. Mas enquanto os seus membros assavam, a sua alma não se dobrava, e ele persistia na sua confissão (...) Maturus e Sanctus sofreram de novo toda a série dos suplícios como se nada tivessem sofrido anteriormente (...) as chicotadas, as mordeduras das feras que os arrastavam na areia, e tudo aquilo que o capricho de uma multidão insensata reclamava aos gritos; depois, sentavam-nos na cadeira de ferro abrasado e, enquanto os membros queimavam, a repugnante fumaça da carne assada enchia o anfiteatro. Longe de tranquilizar-se, o furor mais se inflamava; assim mesmo a turbamulta queria triunfar da constância dos mártires. Entretanto não se conseguiu que Sanctus pronunciasse uma só palavra a não ser aquela que ele não cessara de repetir desde o começo: 'Eu sou cristão.' Para terminar, criou-se a garganta aos dois mártires que ainda respiravam.

"Blandina (uma jovem escrava cristã) durante todo esse tempo achava-se suspensa em um poste e exposta às feras; nenhuma fera tocou o corpo de Blandina. Tiraram-na então do poste e levaram-na à prisão para uma outra sessão (...) Blandina ficou para o fim. Após ter sofrido o azorrague, as feras, a cadeira de fogo, foi encerrada em uma rede e atirada diante de um touro. Este lançou-a várias vezes ao ar com os chifres; ela parecia nada sentir, toda entregue à sua esperança, prosseguindo o colóquio interior com o Cristo. Finalmente, degolaram-na. 'É verdade', diziam os gauleses saindo; "jamais se viu em nosso país uma mulher sofrer tanto."

Tão logo o cristianismo se torna religião oficial, o Imperador Teodósio, no ano 391, ordena o fechamento de todos os templos e interdita os cultos pagãos.

Em que pese seja a religião do amor ao próximo – aspecto essencial do papel civilizatório que desempenhou no Ocidente –, o cristianismo manteve a tradição de intolerância e de certa forma a refinou e exacerbou na Inquisição.

Denomina-se *Inquisição* aos tribunais constituídos na Idade Média e na Época Moderna, em alguns países europeus, com o propósito de identificar as heresias e puni-las. Suas bases foram estabelecidas no Concílio de Verona, em 1183. De início ficou circunscrita à região denominada de Languedoc, mais tarde integrada ao território da França (região de Toulouse). Ali proliferava uma seita denominada albigense ou cátara, que professava o maniqueísmo – doutrina do século III, atribuída a Mani ou Manes, segundo a qual o mundo fora criado por dois princípios opostos e irreconciliáveis, um representando o Bem e o outro o Mal –, e outras crenças, contrárias à Igreja Romana, como a negativa da encarnação de Cristo. Contra essa seita moveu-se uma guerra de extermínio, terminada com a derrota militar em 1213. A partir daí a Inquisição alastra-se pela cristandade. A Ordem dos Dominicanos assumiu sua liderança fornecendo os principais juízes. Sua primeira fase de grande atividade situa-se entre os séculos XIII e XV.

Entre as personalidades tornadas célebres destaca-se Torquemada (1420-1498), dominicano, inquisidor-geral na Espanha. Foi o iniciador da perseguição aos judeus. Estima-se que tenha condenado à morte, na fogueira, nada menos que oito mil pessoas.

A Inquisição veio a ser abertamente instrumentalizada pelo poder temporal e colocada a serviço de seus objetivos políticos, de que é um exemplo clássico a extinção da Ordem dos Templários nos começos do século XIV. Assim, em muitas circunstâncias, as acusações de heresia eram simples pretexto para eliminar essa ou aquela forma de oposição. A própria Igreja valeu-se do expediente no caso da Ordem dos Franciscanos nos seus primórdios. Nesta primeira fase, as fogueiras inquisitoriais são extintas no final do século XV.

Com o movimento denominado Contra-Reforma, iniciado pela Igreja Católica a partir de meados do século XVI, a Inquisição volta a atuar com renovada intensidade em muitos países. Da península Ibérica, alastra-se à Itália. Em Portugal, atua com grande ferocidade, sobretudo ao longo do século XVII e na primeira metade do século XVIII. Esse fato nos diz respeito muito de perto porquanto, inexistindo protestantes a perseguir, os Tribunais do Santo Ofício voltaram-se contra o que se poderia denominar de *espírito do capitalismo*.

No livro que dedicou ao tema (*A Inquisição Portuguesa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1956), Antonio José Saraiva fornece um quadro do evento, a seguir resumido.

Não se dispõe de dados oficiais relativos ao número de autos-de-fé. Em 1732, o total

de penitenciados até então era estimado em 23.068. Embora muitos se hajam perdido, preservaram-se 36 mil processos. A partir de tais indicações avalia-se em 120-160 a média anual, ao que, observa Saraiva: "A média indicada é pouco significativa do alcance real da Inquisição. Este teve épocas de maior furor e outras de abrandamento. Assim, nos sete anos que vão de 1633 a 1640, saíram penitenciados pelas três Inquisições do continente perto de duas mil pessoas, ou seja, 285 por ano, e, destes, em média oito morriam no pelourinho. (...) Em numerosos autos-de-fé, o número de sentenciados subiu a várias dezenas. Em Coimbra, o auto de 1667 durou três dias, porque foi preciso ler 273 sentenças e, no mesmo ano, em Évora, liam-se mais 244 sentenças. Anos antes (1629), nos autos-de-fé de Lisboa, Coimbra e Évora, figuravam, respectivamente, 127, 210 e 202 condenados, sendo 35 à pena capital."

Os Tribunais do Santo Ofício não puniam apenas aos condenados. Os que eram arrastados às suas malhas, sofriam meses ou anos de reclusão e incomunicabilidade. Registra Saraiva que, numa lista do século XVII, figuravam os nomes de 57 pessoas que tinham estado encarceradas mais de quatro anos, alguns com até 10 e 14 anos de prisão. De nove famílias presas em Lisboa, em 1672, totalizando 22 homens e mulheres, alguns adolescentes, cinco foram mortos e os restantes libertos após 10 anos de cárcere. Dos cinco queimados na fogueira, três foram declarados inocentes postumamente.

O alcance da repressão inquisitorial, observa com justeza, não se circunscrevia às suas vítimas. Lançava o pânico, diretamente, sobre todo o círculo de relações e, de modo indireto, sobre quem aspirasse a um mínimo de liberdade de consciência. A esse respeito, é bem ilustrativo um dos poucos levantamentos existentes na situação social dos condenados entre 1682 e 1691. Cerca de 57% são pessoas das classes abastadas ou intelectuais, 30% de artesãos ("oficiais mecânicos") e apenas 12% de trabalhadores humildes. Desse modo, parece lícito admitir que se visava, preferentemente, aqueles grupos da população capazes de manifestar oposição à cultura monolítica e ao cordão sanitário que se estabelecera à sua volta, para impedir influências contrárias, oriundas do exterior.

Vale registrar o seguinte evento: "Uma pobre freira, Maria do Rosário, confessa ter parido do mesmo Diabo sete filhos-cachorros, gatos e monstros; a confissão foi tida por boa e por isso a culpa alcançou uma pena relativamente benigna, não se livrando, no entanto, do cerimonial do auto-de-fé público, onde os seus coitos danados foram gravemente expostos à assistência. Estava-se já em 1748."

No que se refere ao Brasil, o Santo Ofício perseguiu a *onzena* (palavra originária dos juro de 11%), denominação que se dava à usura, isto é, ao que se considerava como cobrança exorbitante de juro, exorbitância avaliada subjetivamente e que de fato correspondia a uma condenação geral do lucro e da riqueza.

Vê-se, pois, que a intolerância religiosa teve inúmeros desdobramentos na cultura ocidental e sem superá-la impossível seria ter constituído o sistema representativo, que repousa basicamente no reconhecimento da legitimidade de todos os interesses.

A tolerância religiosa é uma decorrência do próprio protestantismo. Ao prescindir da mediação da Igreja e colocar aos crentes numa relação direta com Deus, legitimada a liberdade de interpretação do texto bíblico, criaram-se as premissas para a infinita multiplicação das seitas protestantes. A guerra civil inglesa do século XVII comprovou à saciedade a impossibilidade de substituir a hegemonia religiosa da Igreja Romana, seja pela da Igreja Anglicana, seja da Igreja Presbiteriana – predominante na Escócia – seja de qualquer outra das seitas genericamente denominadas de *dessinters*, designação pela qual se distinguiam da Igreja tornada oficial (a Anglicana).

A tolerância religiosa, entretanto, não podia estabelecer-se espontaneamente. Razão pela qual adquire maior relevância a meditação teórica que Locke dedicou ao tema. Em síntese, considera que a Igreja é uma associação religiosa destinada à realização do "culto externo" da divindade. Ao "culto interno" estavam obrigados todos os protestantes, independentemente de qual fosse a Igreja com a qual se considerassem identificados. Em relação ao "culto externo" não havia qualquer instância humana apta a decidir qual a preferida da própria divindade. De sorte que a única alternativa consistia na tolerância. A esse tema dedicou vários estudos aos quais denominou de *Cartas*, sendo que a (Primeira) *Carta Acerca da Tolerância* aparece na Coleção *Os Pensadores*, no volume em que se encontra a obra de Locke.

b) A Moral Social

Até a Época Moderna, em todo o Ocidente, incumbia, diretamente, à Igreja Católica o monopólio no estabelecimento da moralidade social. Tal se dava não apenas em decorrência da virtual simbiose entre moral e religião como, igualmente, pelo poder de que dispunha a Igreja em relação a diversos institutos essenciais à vida social, como o casamento, a administração dos cemitérios, a legitimação da autoridade, etc. A situação muda radicalmente com o advento do protestantismo.

É plausível supor que, de início, os próprios protestantes não se tenham dado conta da singularidade da mencionada esfera da vida social. Pelo menos o tema não é considerado diretamente por Locke, cuja obra refletia nitidamente as concepções da elite que conseguiu implantar o governo representativo na Inglaterra. Mais relevante pareceu-lhe fixar os fundamentos da tolerância religiosa. A partir daí, naturalmente, os homens aprenderiam a decidir, em sociedade, aqueles problemas que não diziam respeito diretamente nem à vida política nem à vida religiosa.

Paul Hazard considera que Pierre Bayle (1647-1707) foi o primeiro pensador a afirmar, de modo radical, a independência entre moral e religião. Escreve Hazard: "Estabelecidas a prova e a contraprova, Bayle chega ao termo de sua demonstração: religião, moralidade, longe de serem indissolúveis, são independentes; pode-se ser religioso sem ser moral; pode-se ser moral sem ser religioso. Um ateu que vive virtuosamente não é um monstro que suplanta as forças da natureza".⁽¹³⁾

Bayle foi vítima da intolerância religiosa que se abateu sobre a França na segunda metade do século XVII, quando os protestantes eram expulsos do país ou obrigados a converter-se. Por isto mesmo dedicou sua obra – volumosa e diversificada, que culmina com o *Dicionário Histórico-crítico* (1697) – a dar fundamentos mais sólidos à tolerância. Neste sentido, como observa Brehier, a crítica de Bayle desfaz, sistematicamente, a pretendida conexão dos principais dogmas religiosos com as necessidades fundamentais da razão e da moralidade. Ao que acrescenta: "Os dogmas são anti-rationais; em relação a eles, a razão nada tem a fazer, nem pró, nem contra; o homem os recebe por revelação, e como na aceitação ou repúdio da revelação não intervém a filosofia, a sociedade deve respeitar os homens que, em matéria religiosa, sejam antidogmáticos e até os ateus, opinião muito atrevida naqueles tempos intolerantes".⁽¹⁴⁾

A rigor o problema da organização da sociedade sem a tutela da Igreja não se circunscrevia à moral. No plano político, a guerra civil inglesa e a fracassada experiência de Cromwell, no século XVII, tiveram como corolário a meditação resumida por Locke no

Segundo Tratado do Governo Civil, instrumento que permitiu a unificação dos pontos de vista da elite e o início da prática dos sistema representativo com a revolução de 1689.

Na opinião do autor da *Crise da Consciência Européia*, o próprio Locke teria oportunidade de apontar o passo seguinte ao escrever, no *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, que, "com exceção dos deveres que são absolutamente necessários à conservação da sociedade humana, não se poderia indicar nenhum princípio de moral, nem imaginar nenhuma regra que em toda parte do mundo não seja desprezada ou contraditada pela prática generalizada de algumas sociedades inteiras". Ao que observa Hazard: "Aqui aparece a possibilidade de uma nova moral: de moral que nada tenha de inato, nem mesmo a idéia do bem ou do mal, mas que seja legítima e necessária, pois que teria o encargo de manter nossa existência coletiva."

Caberia a um discípulo seu popularizar a tese de que a moral é essencialmente social. Este seria Anthony Ashley Cooper (1671-1713), conde de Shafsterbury, filho de Lorde Shafsterbury, o famoso homem de Estado do século XVII que protegera Locke e o estimulara na concepção do sistema representativo. Anthony Cooper tivera a Locke como seu preceptor. No seu famoso texto *A Letter Concerning Enthusiasm* (1708) sobressai o caráter imperativo do estabelecimento da moralidade social.

Anthony Cooper acredita em inclinações sociais, dirigidas, em cada espécie animal, para o bem da espécie. Estas inclinações são obra de uma providência e mantêm a harmonia perfeita da ordem universal. O homem possui um "sentido moral" que o faz conhecer o bem e o mal.

Shafsterbury não se dava conta, contudo, de que os valores da sociedade poderiam não ser os mesmos da aristocracia – que procurava exaltar em sua obra – como se tornou evidente no debate que se sucedeu. Essa descoberta seria devida ao seu principal crítico – Bernard Mandeville (1670-1733). Mandeville percebeu que as qualidades morais de determinado indivíduo não o levavam, obrigatoriamente, a contribuir para que a sociedade alcançasse os objetivos a que se propunha. E, mesmo, que certos defeitos, numa coletividade restrita, como a ambição, poderiam trazer resultados benéficos à sociedade.

Para popularizar suas idéias, imaginou a seguinte fábula: havia uma sociedade próspera e feliz, repleta de virtudes públicas produzidas por vícios privados, quando um dia Júpiter decidiu mudar as coisas e tornar virtuosos a todos os indivíduos. Em consequência disto, desapareceu efetivamente a ambição, o desejo de lucro, de luxo, mas ao mesmo tempo desapareceu a indústria e tudo quanto fazia com que a sociedade fosse próspera e feliz.

Seu livro básico – *A Fábula das Abelhas* (1723)⁽¹⁵⁾ – insere o sugestivo subtítulo: “Vícios privados, virtudes públicas” (*Private Vices Public Benefits*). Na crítica a Shafsterbury, Mandeville logrou demonstrar, de modo insofismável, que os valores morais presentes na sociedade variam com o tempo e não podem ser pura e simplesmente identificados com as virtudes que os homens piedosos se sentiam obrigados a cultivar com o propósito de salvar as próprias almas. Mandeville tampouco reduz a moral social a uma questão de direito. A exemplo da moral individual, deve estruturar-se em torno de valores que as pessoas aceitem e procurem seguir livremente. E apontou também um critério segundo o qual devem ser incorporados à vida social, ao exaltar o trabalho e a tenacidade, colocados a serviço do progresso material.

O debate da moral social, na Inglaterra da primeira metade do século XVIII, ganhou enorme intensidade, achando-se refletido na obra de grandes escritores como Daniel Defoe (1660-1731) – autor de *Robinson Crusoe* (1719) e *Moll Flanders* (1722) – e Jonathan Swift

(1667-1745), cujo livro mais famoso seria *As Viagens de Gulliver* (1726). Significativa contribuição, no sentido de precisar o seu objeto, seria dada por Joseph Butler, bispo de Durham (1692-1752). Subseqüentemente passa à universidade, onde é sistematizado, sobretudo na obra de Francis Hutcheson (1694-1746), professor de moral na Universidade de Glasgow, posto em que seria substituído por Adam Smith (1723-1790).

Quando aparece o livro clássico de David Hume (1711-1776) – *Inquiry Concerning the Principles of Moral* (1751) – a autonomia da discussão ética acha-se estabelecida.

A moral social é, portanto, uma das criações fundamentais da Época Moderna, fazendo parte do conjunto de ingredientes que sustentam o sistema representativo.

**IV – A FEIÇÃO ASSUMIDA PELA CULTURA OCIDENTAL
E A PLENA EXPLICITAÇÃO DE SUA SINGULARIDADE**

1. Emergência da sociedade urbana na Era Vitoriana

O reinado da Rainha Vitória, na Inglaterra, durou 64 anos, de 1837 a 1901. Tendo ascendido ao trono com apenas 18 anos, viveu longamente, pois ao falecer tinha 82 anos.

Os historiadores condenam, com razão, o método de considerar a história dos países europeus pela duração dos períodos governamentais dos respectivos monarcas. Contudo, no caso da Rainha Vitória, a restrição é impropriedade. Embora a história inglesa do século passado não possa ser considerada como um bloco homogêneo, é nessa fase que desabrocha plenamente o capitalismo, deixando sua marca em todas as esferas da vida social.

Resumindo a grande variedade de simplificações sobre tão largo período, no primoroso estudo *Victorian England* de J. H. Plumb²³²³... YÐÙÐÙ }²-yyyyÿ]dddÜ@~HHH|||8'Di¥ÁIçôceb]j²³²³... YÐÙÐÙ }²-yyyyÿ]dddÜ@~HHH|||8'Domo uma fase de hipocrisia moral e de crueldade com as crenças. Há, também, os que, enxergando, no século XX, sobretudo, o crescente declínio da Inglaterra, exaltam a era Vitoriana como ciclo de apogeu, progresso e integral realização. Seaman evita esse tipo de angulação unilateral, buscando caracterizar o que lhe parece ter sido mais representativo, sem se preocupar em avaliar cada aspecto como positivo ou negativo. Procuraremos, aqui, seguir-lhe nesse passo, completando o quadro com o recurso de outras fontes.

O mais destacado, na Era Vitoriana, consiste no fato de que, em seu bojo, o capitalismo aparece como sendo equivalente a uma civilização urbana. O passado conheceu muitas aglomerações humanas, mas a cidade moderna pode ser considerada como autêntica criação original.

A vida urbana suscita todo um conjunto de novos valores que talvez pudessem ser agrupados em torno do que se poderia denominar de plena explicitação da dignidade da pessoa humana em sua integralidade, isto é, compreendendo não apenas a dimensão espiritual, mas também a dimensão corpórea.

Dessa nova valoração é que decorrem a implantação do saneamento básico, o significativo progresso da medicina e o surgimento dos esportes como prática generalizada.

A sociedade vitoriana é uma sociedade de classe média afluyente, onde a circunstância típica é a disseminação da propriedade. O capitalismo dá surgimento à grande empresa industrial e à concentração de mão-de-obra. Mas, simultaneamente, a cidade requer múltiplos serviços, passíveis de realização por pequenas e médias empresas.

O capitalismo da Era Vitoriana encontrou igualmente o caminho da paulatina e subsequente democratização do exercício do poder, configurado nas reformas eleitorais que se iniciam na década de 60.

Na Era Vitoriana aparece, também, um dos lados perversos da produtividade e da concorrência capitalistas. Trata-se das denominadas crises cíclicas. A Inglaterra as teve invariavelmente a partir da década de 80.

O enriquecimento rápido, verificado no curso de uma ou duas gerações, provocou grande abalo em muitos valores tradicionais, a começar pela temperança e pela humildade. A aristocracia tradicional, educada sob a vigência do código cavalheiresco de honra, perde progressivamente a influência, o que de certa forma afeta os próprios valores com os quais se achavam identificados. Aparecem doutrinas destinadas a justificar o papel dos mais fortes.

A elite vitoriana entendeu como sendo de seu dever a inteira fidelidade aos ideais imperialistas, impondo grandes sacrifícios para manter a presença da Inglaterra em todas as

partes do mundo. A idéia de império parece, entretanto, corresponder a um arcaísmo de procedência oriental, acabando por ser abandonado pelos principais países do Ocidente.(1)

O curso histórico mostrou, portanto, que os iluministas estavam redondamente enganados ao supor que o avanço da razão desembocaria numa sociedade racional. Tornou-se patente que semelhante suposição equivale à admissão de que os homens se transformariam em seres morais, o que exigiria verdadeiro aniquilamento de sua componente irracional inelutável. A experiência comprova, para usar uma síntese da autoria de Karl Jaspers (1883-1969), que o homem é formado por duas estruturas básicas e indissociáveis, a saber: sua natureza fundamental, constituída de impulsos e propriedades de fundo inconsciente – sedimentada nos milênios em que transcorreu a pré-história – e a tradição histórica e consciente. Esta última se afigura a Jaspers como “uma delgada película sobre o solo de vulcão que é o homem”.(2)

2. A Cidade e a Preocupação com o Corpo e a Saúde

As cidades medievais correspondiam sobretudo a entrepostos comerciais. De acordo com a penetrante análise de Henri Pirenne, no livro *as Cidades na Idade Média* (trad. Portuguesa, Lisboa, Europa-América, coleção Saber, vol. 51), desde o início eram mais que mercados ou feiras, apresentando algum elemento justificativo da escolha para algo de permanente, além da reunião periódica de vendedores e compradores. Assim, escreve: “os mercados da época carolíngia eram simples mercados locais, visitados pelos camponeses dos arredores e por alguns vendedores ambulantes. Tinham unicamente por fim prover ao abastecimento das cidades e dos burgos. Só se realizavam uma vez por semana e as suas transações eram limitadas

Como não se preservaram descrições relativas à formação das aglomerações urbanas, Pirenne recorre à análise de algumas denominações. Originariamente a palavra *burgo* designava a moradia do nobre, o castelo ou o mosteiro e suas cercanias, quase sempre cercadas por muralha de defesa. Algumas das futuras cidades equívalem à ampliação do burgo original. Em tais casos, constrói-se um burgo exterior, denominado *suburbium* ou *forisburgus* e ainda *novus burgus*, por oposição ao velho burgo (*vestus burgus*) ao qual está ligado. Também a palavra *portus* designa não um porto de mar, como ocorreria posteriormente, mas um local fechado que serve de entreposto.

Por razões que não se podem estabelecer com o devido rigor, algumas dessas aglomerações experimentaram crescimento contínuo de sorte que, à época da Revolução Industrial, no século XVIII, a Europa registrava a presença de muitas cidades, algumas com nítida aparência de “aldeias grandes”, isto é, conjunto de moradias desprovidas de padrões estéticos à volta desse ou daquele conjunto arquitetônico. Mesmo em Londres ou Paris, na segunda metade do século passado, ainda predominavam conjuntos desse tipo. Em compensação, cidades menores, como as italianas, haviam acumulado grandes riquezas e palácios.

A novidade representada pela Revolução Industrial consiste no fato de que a indústria exigia grandes contingentes de mão-de-obra e enorme variedade de serviços correlatos, como a construção, o abastecimento e o transporte, concentrando a massa humana correspondente numas poucas localidades. Para avaliar-se a intensidade de tal crescimento, apresenta-se o exemplo das principais cidades inglesas:

Cidades	População 1801	(mil pessoas) 1861	Crescimento período (%)
Londres	959	2.804	192
Liverpool	82	444	441
Manchester	77	358	365

A situação de tais aglomerações, para usar expressão de Seaman, “era dramatizada pela cólera”. E acrescenta: “Desde sua primeira aparição em Suderland, em 1831, até os anos 60, a cólera era com freqüência epidêmica; na epidemia de 1848-1849 matou cerca de 130 mil pessoas”.⁽³⁾ A propósito dessa peste vigorava, na época, a denominada teoria *miasmática*, segundo a qual a doença tinha origem em emanações pútridas de zonas pantanosas e se espalhava pelo vento. Coube a um médico londrino, Dr. John Snow, a descoberta de que a doença se difundia pela infiltração de esgoto, produzido por pessoa contagiada, na água utilizada por outras pessoas. Em 1855, ele conseguiu estancar uma epidemia em bairro de Londres, que já havia morto mais de 500 pessoas, interditando o poço em que a população local se abastecia de água. Mais tarde, em 1866, outra prova empírica pôde ser estabelecida em Londres, o mesmo ocorrendo em outras cidades, a exemplo da cólera que se abateu sobre Hamburgo, em 1892, poupando a população vizinha de Altona. Esta já dispunha então de abastecimento de água filtrada.

Além da cólera, as cidades eram varridas por epidemias de tifo e febre amarela, provocando a disenteria elevados níveis de mortalidade infantil. Tais eventos geravam pânico e desorganizavam a vida urbana. O *Tratado de Engenharia Sanitária*, do especialista argentino Manuel Sallovitz (Buenos Aires, 4ª ed., 1944) transcreve interessante depoimento constante de um diário que se preservou, do ano de 1871. Buenos Aires tinha então 200 mil habitantes e, no início daquele ano, uma epidemia de cólera vitimou cerca de 14 mil pessoas (mortalidade da ordem de 70 por mil). Eis o que foi anotado no mencionado diário:

- 1º de março - A população foge e os emigrantes são reembarcados.
- 6 a 18 de março - São fechadas as escolas. Os aluguéis fora da cidade alcançam cifras astronômicas. Os empregados são notificados de que serão despedidos se abandonarem seus postos.
- 8 a 19 de março - Os médicos passam a receitar em suas próprias residências. Fogem os parlamentares, juízes, autoridades municipais e até mesmo o presidente da República. São oferecidas passagens gratuitas aos que se disponham a ir para o interior.
- 19 de março a 5 de abril - Pululam os ladrões, casas inteiras são esvaziadas. Os doentes são enterrados ainda com vida. Setenta por cento dos enfermos morrem sem qualquer assistência médica. a Comissão Popular deseja incendiar os conventos já que apenas em um destes há 72 pessoas mortas sem enterro.
- 5 a 25 de abril - As repartições públicas fecham suas portas. Reina o pânico. As mortes passam de 500 por dia.
- 25 de abril a 2 de maio - O Banco da Providência aceita prorrogações de débitos não saldados. Regressam algumas famílias. O governo aloja, gratuitamente, 8.300 pessoas.
- 31 de maio - Suspende-se a distribuição de bilhetes para transporte gratuito.

- 10 de junho - *Te Deum* cantado pelo bispo, em ação de graças, pelo fim da calamidade.
- 20 de junho - Buenos Aires volta à normalidade.

A teoria miasmática relativa à cólera tinha o apoio de personalidades muito prestigiadas e foi preciso grande ceulema para que a Inglaterra se movesse na direção do que depois se denominou de saneamento básico. o documento essencial nesse sentido corresponde ao Public Health Act, de 1866. Esse instrumento legal autorizou as autoridades a fiscalizar as condições sanitárias das habitações e das construções em geral, atentando para aspectos tais como ventilação, esgotamento sanitário e qualidade de abastecimento de água.

As medidas sanitárias introduzidas nas cidades lograram erradicar as epidemias de cólera e febre amarela. Reduziu-se, radicalmente, a incidência de enfermidades como tifo e disenteria. Os índices de mortalidade por tais enfermidades baixaram de modo sensível.

A par disto, as próprias cidades são reconstruídas para assegurar maior circulação de ar e abertura de parques e jardins. Das preocupações com a higiene e a saúde resulta a disseminação da prática do esporte. Até então, as competições desportivas constituíam uma espécie de espetáculo freqüentado por determinados setores da sociedade. A partir da remodelação das cidades, que começa nas últimas décadas do século passado, seus habitantes são sucessivamente estimulados à realização de atividades desportivas, que passam de simples evento na esfera do lazer para tornar-se hábito difundido entre a população urbana.

Deste modo, embora as cidades tenham acabado por apresentar muitos inconvenientes, constituem importante marco no processo civilizatório. Foram tais aglomerações que acabaram acarretando uma verdadeira revolução na medicina. O corpo adquire um valor que se supõe haja existido em certa fase da Grécia Antiga, para em seguida desaparecer. Símbolo expressivo dessa nova atitude é a recriação das Olimpíadas em 1896.

3. O Alargamento da Elite e o Início das Reformas Democráticas

A consolidação do sistema representativo na Inglaterra, se significou o término da monarquia absoluta, corresponde ao mesmo tempo a uma reduzida ampliação da elite do poder. Esse diminuto grupo não era por certo uma oligarquia palaciana porquanto devia submeter-se, periodicamente, ao crivo de seus eleitores. O corpo eleitoral, entretanto, era muito limitado, até a reforma de 1832, desde que se manteve inalterada, durante todo o século XVIII, divisão eleitoral do país que favorecia a elite proprietária rural. Os 600 membros da Câmara dos Comuns – cabendo ressaltar o fato de que esse número virtualmente não se alterou ao longo de quatro séculos, sendo atualmente de 635 – eram eleitos à razão de dois por cada *shire* (condado ou distrito), muitos dos quais não passavam de diminutas localidades, ignorando-se os deslocamentos populacionais resultantes da Revolução Industrial.

A reforma de 1832 suprimiu a representação de 56 circunscrições com menos de dois mil habitantes e reduziu para um único deputado a dos condados que não passavam de quatro mil habitantes. Nada menos que 43 cidades adquirem representação no Parlamento. A legislação, em causa, mantinha a exigência de renda e, assim, de fato, apenas ampliava a representação da elite proprietária, para nela incluir os industriais e outros elementos citadinos. Tratava-se, contudo, de uma alteração profunda, que traria enormes conseqüências, como indicaremos logo a seguir. O eleitorado expandiu-se de 220 mil para 670 mil.

A reforma eleitoral indicada modificou, significativamente, a composição do Parlamento, levando-o a aderir às reformas exigidas pela economia industrial-capitalista. Neste sentido, o fato básico corresponde à derrocada da Lei dos Cereais, em 1845, que se tornaria a providência inicial destinada a assegurar a livre formação do mercado. O agricultores locais tinham conseguido que o Governo taxasse fortemente os cereais importados. Essa praxe contrariava, de modo frontal, os interesses da nascente indústria, que sonhava com a eliminação, por todas as partes do mundo, das barreiras opostas à sua penetração. Com o propósito de conseguir a derrocada do sistema em vigor, criou-se um amplo movimento em favor do livre comércio (*livre-cambismo*, como veio a ser conhecido), liderado por Richard Cobden (1804-1865), rico industrial de Manchester e que se transformou numa das personalidades importantes do Partido Liberal.

Em 1845, uma colheita desastrosa criou uma situação insuportável para as camadas mais pobres da população. Diante da gravidade do quadro, o Primeiro-ministro conservador Robert Peel (1788-1850) decide votar a proposta liberal, abolindo as taxas de importação dos cereais estrangeiros. Tal decisão arrasta o Partido Conservador a uma grave crise, o que, entretanto, não impede sejam adotadas as medidas subseqüentes para tornar coerente a nova política.

À derrocada da Lei dos Cereais seguem-se importantes passos na eliminação do protecionismo. Assim, em 1849, são abolidas todas as restrições à frequência de navios estrangeiros nos portos ingleses e, em 1852, suprimem-se diversas tarifas alfandegárias e reduzem-se as demais. Com base nesse regime de liberdade comercial, o país ingressa num vigoroso ciclo de progresso material. Desta forma, passaram-se mais de 80 anos para que a Inglaterra proclamasse sua firme adesão às doutrinas postas em voga por Adam Smith (1723-1790), em sua obra famosa, aparecida em 1776: *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*.

Embora deste então apareçam as denominadas crises cíclicas, a segunda metade do século corresponde a um período de prosperidade geral. Consolida-se a grande indústria. De 1850 a 1870, a produção de carvão passou de 60 para 130 milhões de toneladas, e a de aço, de três para seis milhões de toneladas anuais. O comércio exterior inglês elevou-se de 308 para 636 milhões de libras. Duplicaram-se as vias férreas. A população do país aumentou em cinco milhões de habitantes.

O crescimento das cidades e o sucesso alcançado no combate às epidemias pela adoção de medidas sanitárias estimularam grandemente a revisão de muitos preconceitos sedimentados pela prática médica. Assim, embora o princípio da vacina contra a varíola haja sido anunciado com o maior entusiasmo por um médico inglês, ainda em fins do século XVIII,⁽⁴⁾ a medida preventiva só se estrutura no período que estamos considerando. O combate às doenças contagiosas remanescentes registra um verdadeiro salto com a obra de Luís Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910).

Acerca da resistência a essas mudanças, a revista *Histoire*, no número especial dedicado à medicina,⁽⁵⁾ transcreve o trecho seguinte de um panfleto aparecido em Paris no ano de 1903, sob o título "Bacteriologista contra médico":

"Eu não hesito, mesmo hoje quando o auge da batalha passou, em afirmar que nada atenta contra a posição da profissão médica como o zelo intemperante dos bacteriologistas, apressados em transferir as decisões do leito do doente para os laboratórios e de determinar a etiologia e o tratamento segundo um esquema artificial, em lugar de dar todo o valor às

exigências das condições reais que somente podem ser apreciadas por aqueles que se acham junto ao doente."

Assim, a sociedade industrial capitalista que desabrocha na Era Vitoriana vai deixando sua marca por toda parte. Do ângulo da própria organização social, forma-se uma camada média bastante expressiva, embora o capitalismo esteja ainda muito longe de dar conta da pobreza. No que respeita ao mundo das fábricas, a sociedade vitoriana dá-se conta de que o contrato de trabalho transcende o direito privado, iniciando-se a praxe de legislação de caráter protecionista. Surgem igualmente as caixas de assistência, embriões da moderna Previdência Social e o Poder Público encoraja a construção de habitações mais cômodas, dotadas dos novos recursos sanitários. Dá-se grande impulso à educação, acessível às diversas camadas da sociedade.

O mais importante a destacar, contudo, é que o capitalismo nascente vincula sua sorte à do exercício democrático do poder. Na Era Vitoriana, tem lugar o início do processo de democratização da idéia liberal.

À luz da própria experiência inglesa, os liberais davam-se conta de que a condição de proprietário não era requisito exclusivo para o exercício da cidadania. Esta requeria por certo consciência plena dos seus interesses e meios para defendê-los. Mas este desfecho não provinha, exclusivamente, da condição de proprietário, a partir mesmo de que se multiplicavam atividades bem remuneradas, independentemente da posse de meios de produção. Além disto, a liberdade de imprensa e o fato de que a escola não mais era freqüentada, apenas, por uma pequena elite,⁽⁶⁾ criaram novas formas de acesso àquele exercício. As *trade unions*, por seu turno, tinham deixado de ser associações destinadas a impedir a introdução das máquinas, para se transformar numa forma de obtenção, junto aos próprios trabalhadores, dos recursos requeridos pela defesa dos seus interesses.⁽⁷⁾ Era preciso, portanto, dar continuidade à reforma do sistema eleitoral a fim de que este pudesse de fato refletir as mudanças ocorridas na sociedade.

Em 1866, no exercício da liderança do Partido Liberal, Gladstone apresenta ao Parlamento um novo projeto de Reforma Eleitoral que é derrotado pela maioria conservadora, mas encontra ampla receptividade junto à opinião pública. Para atender a tais reclamos, no ano seguinte os próprios conservadores, liderados por Disraeli, patrocinam uma reforma que amplia a representação das cidades.

Logo depois, em 1872, achando-se o Partido Liberal no poder, Gladstone obtém do Parlamento a introdução do voto secreto. No novo governo que organiza 15 anos mais tarde, em 1884, cria distritos com importância análoga, cada um elegendo um deputado. O direito de voto é, então, grandemente ampliado, chegando o corpo eleitoral a ser integrado por quatro milhões de pessoas.

A plena democratização do sistema somente ocorreria depois da Primeira Guerra Mundial. Em 1918, pela primeira vez, a lei assegura direito de voto a todos os ingleses maiores de 21 anos e a todas as mulheres com mais de 30 anos. A igualdade entre homens e mulheres é aprovada em 1928.

A rigor, portanto, o processo de democratização da idéia liberal desenvolve-se, na Inglaterra, ao longo de praticamente um século, isto é, de 1832 a 1928. Em nenhum momento a liderança abdicou da noção de que a representação é de interesses ou capitulou diante das idealizações do "bom selvagem" ou das teses do *democratismo*, que a experiência iria demonstrar tratar-se, na verdade, do caminho mais curto para o totalitarismo. O sistema

representativo não se propõe eliminar as limitações da pessoa humana, mas criar condições adequadas à solução dos conflitos sociais, sem recurso ao arbítrio.

4. As Primeiras Crises Cíclicas e a Decadência dos Valores da Elite Tradicional

A agricultura inglesa experimentou duas grandes crises sucessivas: a primeira, em 1882; e a segunda, 15 anos depois, em 1897. Em 1886, por seu turno, uma crise abateu-se sobre as atividades industriais e comerciais. Seaman denominou esse ciclo de *grande depressão*, não apenas por suas conseqüências econômicas, mas pela circunstância de ter afetado "a confiança dos homens de negócio e dos industriais na expectativa de futura prosperidade".

A área cultivada com trigo reduziu-se de 3,6 milhões de acres, em 1872, para 1,4 milhão em 1895. Na opinião de Seaman, tal declínio decorreu de uma sucessão de más colheitas que criaram a necessidade de realizar grandes importações. Essa prática evidenciou que os Estados Unidos, a Argentina e a Rússia podiam fornecer o produto a preços competitivos. A alternativa seria reintroduzir a taxaço do trigo importado e, simultaneamente, subsidiar o preço do pão. Como observa Seaman, a liberdade de comércio era entendida como uma grande conquista e inexistia clima na opinião pública para qualquer retrocesso. Apesar dos protestos e das comissões no Parlamento, a Inglaterra aceitou a condição de importadora de gêneros alimentícios. Acresce a circunstância de que o contingente de mão-de-obra vinculado à agricultura correspondia, em 1871, a apenas 15% da força de trabalho.

Escreve Seaman: "A primeira indicação da mudança de forças na última fase da Era Vitoriana foi a significativa diminuição da grande propriedade territorial como fonte primária tanto de bem-estar como de *status*. Não se trata de que a aristocracia territorial – que a Era Vitoriana herdou da época pré-industrial, cujo domínio quase não tinha sido afetado pela agitação radical ou pelas reformas anteriores a 1880 – ingressasse, finalmente, numa fase de dificuldades financeiras e de perda de sua proeminência política e social. Apenas, no futuro, seus membros viram-se sucessivamente instados não só a dividir sua influência com banqueiros e industriais, como sobretudo a reduzir seus investimentos em terras e deslocá-los para o comércio e para a indústria, numa intensidade muito maior que a ocorrida nas primeiras quatro décadas do reinado da Rainha Vitória".⁽⁸⁾

A natureza real da depressão industrial foi objeto de grandes polêmicas entre os contemporâneos. Seaman indica que, depondo numa comissão parlamentar, em 1886, Alfred Marshall (1842-1924) – professor em Cambridge e mais tarde economista de grande nomeada diria que o decênio anterior caracterizara-se pela queda gradual de preços, o que se refletiu na queda dos juros e dos lucros. Contudo, acrescenta, a depressão não apresentou outros efeitos negativos, podendo-se mesmo indicar que, como seu resultado geral, "conduziu a um progresso muito mais sólido". Tem em vista o fato de que trouxe novos investimentos em máquinas e aprimoramento da gestão, conduzindo a produtividade a novos patamares.

Graças à produtividade crescente, a indústria ofertava a preços sempre mais reduzidos, mas requeria ao mesmo tempo mercados mais amplos. Sempre que tal possibilidade inexistisse, a crise tornava-se inevitável. Somente meio século depois da Era Vitoriana seriam introduzidos, no sistema capitalista, procedimentos anticíclicos, pela aplicação das doutrinas keynesianas. Até lá, como sugere Seaman, a crise econômica afetava,

preferentemente, as camadas médias, porquanto o declínio da produção industrial tinha efeitos desastrosos sobre aquelas atividades preferidas por pequenos e médios empreendedores.

Outro fenômeno negativo que fez sua aparição no auge do florescimento capitalista corresponde à decadência dos valores morais. O surgimento abrupto dos chamados novos-ricos levou à substituição da tradicional discrição e austeridade, das velhas famílias abastadas, por uma verdadeira febre de exibicionismo. Além disto, a concorrência desenfreada induziu à prática de corromper agentes do Poder Público, para beneficiar esse ou aquele lado da contenda, fatos estes denunciados sempre com grande escândalo. A imagem da classe política, também, viu-se grandemente afetada.

Os países capitalistas acabaram por encontrar formas de constituir uma burocracia estatal bem paga, reduzindo-a, simultaneamente, ao mínimo imprescindível. A corrupção não desapareceu mas aperfeiçoaram-se os mecanismos de puni-la exemplarmente, desestimulando sua prática. De igual modo, a representação política configurou-se, nitidamente, como representação de interesses. O sistema representativo considera legítimos a todos os interesses, sendo o interesse nacional fixado através da negociação e da barganha. O que não pode ser objeto de negociação, acha-se clara e expressamente indicado em lei.

A história mostra que os homens, porque não são deuses, andam sempre às voltas com idealizações e frustrações. Num de seus últimos livros, *O Futuro da Democracia* (1984), Bobbio transcreve a seguinte frase que Pasternack coloca na boca de um dos personagens do livro *Doutor Jivago*: “Ocorreu muitas vezes na história. O que foi concebido como nobre e alto transformou-se em *tosca matéria*. Assim, a Grécia se converteu em Roma; assim, o Iluminismo russo se converteu na Revolução Russa.” O que se pode dizer em relação ao tema é que o liberalismo guarda uma enorme vantagem em relação às utopias socialistas. Enquanto o primeiro acredita que a obra humana, embora limitada e falível, pode ser aperfeiçoada ao infinito, o socialismo nutre a falsa ilusão de que o homem pode construir o paraíso terrestre. Ilusão que só tem servido para levar ao poder a *nova classe* de que fala Djilas, isto é, um grupo social constituído daqueles que, sem coragem para afrontar os riscos inerentes à atividade empresarial, buscam as vantagens dessa condição assenhoreando-se do poder estatal. Em que pese o fato de que o proclame com certa melancolia, Kolakowski conclui que, em nosso tempo, o marxismo tornou-se a bandeira dos que pretendem manter-se no poder qualquer custo. Neste sentido, a *tosca matéria* produziu exemplos ainda mais chocantes que os indicados por Pasternack, como as ditaduras do Caribe e da África.

• **Dickens e a Discussão da Pobreza na Era Vitoriana**

A primeira discussão teórica acerca da pobreza seria ensejada pelo *The Poor Law Report*, de 1934, tendo sido caracterizados no texto *The Idea of Poverty. England in the Early Industrial Age*, de Gertrude Himmelfarb (Nova York, Vintage Books, 1985), Essa circunstância tem sido ignorada. Ao mesmo tempo, a popularidade alcançada pela obra de Charles Dickens continua, até hoje, a turbar a visão acerca daquele período, justamente a propósito da vida dos pobres.

O interessante do desdobramento daquela discussão advém do fato de que o problema viria a ser considerado de vários ângulos, permitindo identificar aqueles aspectos que o sobrecarregavam indevidamente e dificultavam, por isso mesmo, sua adequada compreensão. Encontra-se, nesse caso, a questão das condições de vida nas cidades. O debate fez sobressair o que mais tarde viria a ser denominado de *valores urbanos*, a partir dos quais desenvolveram-se novas concepções sanitárias e da medicina. O vezo de encarar os pobres

como vítimas da sociedade também teve seu momento. Tudo isto permitiu que se amadurecesse, no seio do liberalismo, a consciência da necessidade de considerar de modo autônomo a chamada questão social.

No curso da oposição à nova lei, Disraeli (1804-1881), que se tornaria a chefe do Partido Conservador e primeiro-ministro em sucessivas oportunidades, avançou um argumento que estava destinado a alcançar grande sucesso. Disse ele considerar que a mencionada lei "havia desgraçado o país mais que qualquer outra iniciativa. Sendo um atentado moral e um erro crasso, anuncia ao mundo que, na Inglaterra, a pobreza é um crime". Para Disraeli e, em geral, a liderança conservadora e a imprensa que os apoiava, as Casas de Trabalho, então criadas, não passavam de uma prisão disfarçada. Assim, desde o nascedouro, as casas de trabalho viram-se estigmatizadas. Com o correr do tempo, acabaram consagradas como locais de extrema crueldade, não obstante a aparência de limpeza e higiene que se esmeravam por ostentar.

Embora, nessa altura, os dois grande, partidos ingleses fossem sobretudo blocos parlamentares e não houvesse entre eles as distinções nítidas que a subsequente discussão do livre-cambismo e das reformas eleitorais iria estabelecer, a idéia de que a pobreza não se resumia a uma questão de caráter religioso ou moral, requerendo um posicionamento político e legal, ficou desde logo associada ao Partido Liberal. Do mesmo modo que a distinção entre pobre e indigente, bem como a importância atribuída ao contrato de trabalho. Mais tarde os liberais iriam desenvolver, plenamente, uma posição autônoma em relação à questão do trabalho, sem perder de vista os princípios fixados a partir da discussão suscitada pela Lei dos Pobres, em 1834.

No momento de sua aprovação, não havia na Inglaterra correntes Socialistas distintas ou afeiçoadas ao movimento trabalhista, como ocorreria notadamente na segunda metade do século. O *ludismo* não tinha qualquer futuro, em que pese o sucesso inicial. Contudo, autores ligados ao que Himmelfarb denomina de *populismo*, como William Cobbett, posicionavam-se, abertamente, contra a nova legislação. Na medida em que se formavam correntes definidas e estruturadas, os socialistas não revelariam maior interesse pela questão dos desafortunados, que os liberais consideraram de forma distinta do mundo do trabalho.

No ciclo subsequente, isto é, na Era Vitoriana propriamente dita, a pobreza estará associada às condições da vida urbana, tornadas dramáticas pelas epidemias, consoante foi mencionado precedentemente.

A par dos aspectos sanitários, anteriormente resumidos, a questão da pobreza nos novos centros industriais foi sobrecarregada por toda uma série de problemas correlatos, na medida em que se tornou objeto da preferência de alguns escritores românticos. Como recorda Seaman no livro mencionado, contribuíram para a popularização de uma caricatura da Era Vitoriana como o período histórico em que emergem os horrores do sistema fabril e a exploração da classe operária ou como uma fase de hipocrisia moral e de crueldade com as crianças. Entre os autores que, nos legaram tal visão, sobressai Charles Dickens (1812-1870). Folhetinista de sucesso,⁽⁹⁾ muito jovem, aos 25 anos, encontra-se entre os que mais divertem. *As Aventuras do Sr. Pickwick*, que aparecem em capítulos no *Morning Chronicle*, em 1837, o maior jornal de circulação no país,⁽¹⁰⁾ contam episódios muito engraçados do herói que dá título à história e seu criado Sam Weller, fazendo emergir do texto personagens inesquecíveis. Escreveu-se, na época, que "a Inglaterra ri e chora com as aventuras do personagem de Dickens".

Subseqüentemente, Dickens dá preferência a figuras de pessoas pobres, vítimas de incompreensões e injustiças. *Oliver Twist* (1838) é o relato da vida de um menino órfão que vive num asilo com outras crianças e se vê envolvido com marginais. O ambiente do reformatório é opressivo. Mas é em *David Copperfield* (1850) que ataca com veemência as instituições de seu tempo, as escolas onde só vê maus-tratos, as condições de trabalho que lhe parecem dantescas. Revolta-o, sobretudo, o encarceramento por dívidas, de que fora vítima o próprio pai, acarretando uma situação terrível para sua família quando o autor tinha 12 anos e viu-se obrigado a enfrentar a luta pela sobrevivência. As vítimas são figuras angelicais e o leitor é induzido a revoltar-se contra a sociedade.

No que se refere à maldade humana, tomada genericamente, alguns autores consideram que Dickens produziu uma obra perene e imortal. Assim, escreve Angus Calder: "Quando a imaginação de Dickens começou a trabalhar na sociedade vitoriana, que ele dominava e detestava, produziu um painel, certamente caricatural e injusto nos detalhes, mas que no geral parece hoje não apenas o reflexo de seu próprio tempo, e de uma forma acurada, como também uma perturbadora aproximação da nossa época. Suas cômicas e inspiradas criações e seus vilões demoníacos têm sido, geralmente, considerados meros monstros, apreciáveis, porém irrealistas. Mas, como diz Leonel Trilling, "nós, que vimos Hitler, Goering e Goebbels colocados no palco da História, e Pecksniffery institucionalizado no Kremlin, não estamos em posição de supor que Dickens tenha exagerado o mínimo sobre a extravagância da loucura, do absurdo e da malevolência do mundo – ou, de uma forma inversa, quando consideramos a resistência a essas qualidades, a bondade." Entretanto, no que diz respeito especificamente à Era Vitoriana, sua visão é francamente unilateral e distorcida.

Tanto isto é verdade que, consoante Himmelfarb, chama a atenção na mesma época, os folhetinistas não se limitavam aos que romantizavam os pobres. Invoca o exemplo de Ernest Jones, cujo folhetim *Woman's Wrong* (1852) vendia tanto quanto Dickens. Jones pretende expressamente "pintar a vida como é, sem recurso à fantasia poética ou aos sonhos dos romancistas". O herói (ou vilão) é um operário bêbado, violento, bestial, que espanca a mulher, sendo em relação a esta mais cruel que o patrão em relação aos seus empregados, além de que assiste, impassivelmente, à decadência da filha. Esta, seduzida pelo patrão, torna-se prostituta. Na novela, não aparece entretanto como vítima da sociedade, mas como uma pessoa tão desagradável e vil como o pai. O único caráter simpático era a esposa explorada.

Encarada na perspectiva histórica, a Era Vitoriana está longe de corresponder a um período de exacerbação da miséria e do sofrimento. Ao contrário, é nesse ciclo que a elite abastada se amplia de modo expressivo e surge uma classe média afluyente.

No que respeita ao mundo do trabalho, o governo inglês antecede-se aos demais no que se refere ao reconhecimento das *trade unions*. Como se sabe, entidades com essa denominação estavam associadas ao movimento que tentou impedir a introdução das máquinas nas manufaturas, tendo sido violentamente reprimido. Nos anos de 1851 a 1867, as *trade unions* assumem uma outra feição e são toleradas. Realizam seu primeiro congresso anual em 1868, e entre 1871 e 1876 é aprovada a legislação que regula seu funcionamento. Ainda assim, a consideração da denominada questão social com a devida autoridade somente ocorreria a partir das reformas do começo do século XX.

6. Os fundamentos da cultura ocidental

a) Singularidades da Cultura Ocidental

As singularidades da cultura ocidental são de fácil identificação. A dificuldade começa quando se procura estabelecer seus suportes últimos – e, correlativamente, aquelas características que dificilmente poderia ser assimiladas por outra cultura.

Numa primeira aproximação, a originalidade da cultura ocidental estaria na criação da ciência, da tecnologia e de outros elementos assemelhados, justamente o que permitiu a Max Weber sugerir que a grande processo de nossa cultura seria o avanço da racionalidade (ou racionalização) em sucessivas esferas. Essa proposição não equivale à suposição iluminista de que acabaremos por alcançar a sociedade racional. Ao contrário disto, parece de todo evidente que o comportamento social tem um substrato irracional inelutável. Tampouco o avanço da racionalidade seria sempre meritória. A burocratização da atividade governamental, que é parte integrante do avanço da racionalidade, insere uma componente odiosa e mesmo brutal na medida em que se sustenta na suposição de que os indivíduos podem, em todas as circunstâncias, ser tratados de modo impessoal, isto é, como se não fossem pessoas.

A sociedade ocidental também criou o capitalismo e o sistema democrático representativo, que a experiência histórica indica dificilmente poderão ser assimilados por grande número de nações em todo o mundo.

Qual seria o suporte último de tais singularidades? A separação entre a Igreja e o Estado corresponderia a um primeiro momento, que teria permitido (ou facilitado) viessem a ser vivenciadas diretamente pela sociedade as regras morais básicas da convivência social. Graças à diversidade de Igrejas (o que não poderia ter ocorrido se a trajetória do Ocidente se tivesse dirigido no sentido de consolidar uma religião oficial), na Época Moderna, estruturou-se a denominada *moral social de tipo consensual*. Quer isto dizer que mudanças na moralidade tradicional são amplamente discutidas e negociadas.

A par disto, a sociedade ocidental considera a pessoa humana comum um valor, entendimento que não chegou a consolidar-se mesmo em outras civilizações cristãs, a exemplo da bizantina (ou da russa, que dela originou) e não vigora nas culturas islâmica e oriental de modo geral.

De sorte que, sem embargo da dificuldade de encontrar uma solução sem controvérsia, a discussão subsequente sobre *valores*, muito contribuirá para que as singularidades buscadas se explicitem de todo.

b) A Discussão Teórica Sobre os Valores

Na tradição clássica, do mesmo modo que na escolástica, discutiu-se acerca do *Bem*, qual seria sua natureza, suas relações com a divindade, etc. Mesmo ainda durante o período moderno, tratava-se da noção de *Soberano Bem*. Em relação à sociedade, falava-se de *bem comum*. A mudança no termo e no teor do debate dá-se no século passado, sobretudo a partir da obra de Friedrich Nietzsche (1844-1900).

A palavra *valor* é de uso comum e corrente. Supõe-se que originariamente estivesse associada à noção de coragem e bravura. O uso técnico, contudo, é relativamente recente,

achando-se ligado à formação da economia como disciplina autônoma. Locke afirmava que tendo sido a Terra entregue por Deus a todos os homens, a diferenciação de valor alcançada pelas propriedades advém do trabalho. A partir de então, a economia supôs que lhe incumbiria determinar a origem do valor, questão que foi abandonada na medida em que adotou procedimentos iguais aos das demais ciências, desinteressadas que estão do estabelecimento de causas últimas e finais. O termo valor adquire entretanto uma grande significação para a filosofia.

Nietzsche buscou contrapor-se aos valores tradicionais. A seu ver, devido à proveniência cristã, repousavam na renúncia e no ascetismo, de certa forma dando as costas à vida. Em seu lugar cuida de promover *valores vitais*, capazes de serem adotados por espíritos fortes e independentes, precursores do futuro e que saibam abrir novos caminhos. A filosofia de Nietzsche foi muito discutida, o que não vem ao caso nesta oportunidade.

Posta a questão da cultura em termos de *valores*, inicia-se uma discussão acerca da forma de conceituá-los. Não sendo, obviamente, as próprias realidades que valorizamos com a nossa preferência, correspondem a simples idéias?

Para dar uma informação sumária da forma como a questão foi respondida, vamos nos louvar das principais observações de Nicola Abbagnano, em seu conhecido *Dicionário de Filosofia*. Abbagnano transcreve a seguinte opinião, muito expressiva, do filósofo argentino Rizieri Frondizi (1910-1983):

"A organização econômica e jurídica, os hábitos, a tradição, crenças religiosas e muitas outras formas de vida que transcendem ética, contribuem para configurar determinados valores que são afirmados como existentes num mundo estranho à vida do homem. Embora o valor não possa derivar-se, exclusivamente, de elementos de fato, não pode tampouco prescindir de toda conexão com a realidade. Aquela separação condena quem a executa a manter-se no plano desencarnado das essências." Ao que poderíamos acrescentar, como diz Miguel Reale, que o homem erigiu *o mundo da cultura*, projetando-se sobre a natureza e conferindo-lhe dimensão nova. "Os valores não são, escreve na *Filosofia do Direito*, objetos ideais, modelos estáticos, segundo os quais iriam se desenvolvendo, de maneira reflexa, nossas valorações, mas s inserem antes em nossa experiência histórica, irmanando-se com ela."

Abbagnano lembra também que Max Weber enxergava na história sobretudo uma luta entre diferentes valores oferecidos à escolha do homem. Acrescenta que o mesmo reconhecimento da multiplicidade de valores e do caráter imperativo da escolha, que continuamente esta multiplicidade exige de parte do homem, encontra-se em Dewey. Exatamente por isto definiu a filosofia como "crítica dos valores".

Em síntese, avaliando o denso debate acerca dos valores que se estabeleceu na filosofia contemporânea, Abbagnano conclui desta forma:

1º) O valor não é somente a preferência ou o objeto da própria preferência, mas é o preferível, o desejável, o objeto de uma a. ou de uma espera normativa;

2º) Por outro lado, este não é um mero ideal de que as preferências ou as escolhas efetivas possam completamente – ou quase completamente – prescindir, mas é, antes, o guia ou a norma (nem sempre seguida) das próprias escolhas e, em cada caso, seu critério de juízo; e,

3º) Por conseguinte, a melhor definição de valor é aquela que o considera como uma *possibilidade de escolha*, isto é, como uma disciplina inteligente das escolhas que pode

conduzir a eliminar algumas delas ou a declará-las irracionais ou nocivas, e pode conduzir (e conduz) a privilegiar outras, prescrevendo sua repetição cada vez que determinadas condições se verificam. Em outros termos, uma teoria do valor como crítica dos valores tende a determinar as *autênticas* possibilidades de escolha, isto é, aquelas escolhas que, tendo a possibilidade de se rerepresentarem sempre como possíveis nas mesmas circunstâncias, fundamentam a pretensão do valor à universalidade e à permanência.

Vale dizer: os valores requerem ser reconhecidos e aceitos, devendo merecer adesão consciente e voluntária.

c) Os Valores Fundantes da Cultura Ocidental

Os valores que fundamentam a cultura ocidental provêm da religião judaico-cristã. Esses valores mereceram, naturalmente, grande elaboração teórica. Contudo, nem por isto deixam de ser de índole religiosa e moral.

A contribuição básica do judaísmo antigo consiste na idéia da existência de uma lei moral obrigatória para todos. Os preceitos essenciais dessa moralidade têm também a mesma procedência e correspondem ao que a tradição denominou de lei mosaica, isto é, o Código de Moisés, preservado no texto bíblico. A esse conjunto, o cristianismo fez algumas adições de igual relevância, entre estas a noção de pessoa e o princípio do amor ao próximo.

A idéia de pessoa humana,⁽¹¹⁾ inexistente em outras culturas, é um "traço definidor da cultura ocidental. Chama a atenção para o fato de que todos os homens e mulheres são dotados de uma unidade básica, embora naturalmente desiguais por seus dons e aptidões.

Em decorrência das próprias dificuldades com que se defrontou para preservar-se como religião, a que aludimos no decorrer do curso, o cristianismo foi levado a apostar mais na instituição que nas pessoas, rebaixando, de certa forma, o valor dessas últimas. De sorte que somente com o Renascimento o valor do homem seria afirmado sem tergiversações.

Naquele momento, exaltou-se unilateralmente sua capacidade racional, o que levou a exageros, extrapolações indevidas e ao mito sociedade racional. No século XIX, com a emergência dos valo urbanos, adquire-se uma visão mais equilibrada da pessoa, reconhecendo-se que sua dimensão corporal é também um valor. No mesmo período toma-se contato com o caráter inelutável da parcela inconsciente e irracional que o homem carrega em seu interior.

Assim, desde o momento em que o cristianismo suscita a noção de pessoa, como algo de irredutível ao conjunto, até formarmos uma visão abrangente da personalidade, transcorreram muitos muitos e muitos séculos. Contudo, essa compreensão amadurecida não se traduz automaticamente em moderação e equilíbrio. A vida em sociedade requer outros valores. Além disto, o processo através do qual se tornam consensuais não parece desenvolver-se segundo exigências exclusivamente racionais.

A idéia de que o homem corresponde a um valor primordial comporta muitos desdobramentos. Assim, chegou-se à convicção de que é inseparável de outros valores que se dão concomitantemente, como a perfeição, a liberdade, a responsabilidade e a fraternidade.

A perfeição é um ideal a que, desde a Grécia, se associa à virtude. Kant estabeleceu uma distinção importante entre idéia e ideal. No texto adiante, procura fixá-la justamente a propósito do ideal de perfeição.

"A virtude e, com ela, a sabedoria humana, em toda a sua pureza são idéias. Mas o sábio (do estóico) é um ideal, isto é, um homem que não existe senão em pensamento, mas que corresponde plenamente à idéia de sabedoria. Assim como a idéia faculta a regra, o ideal serve, de modo semelhante, de *protótipo* à determinação completa da cópia e nós não temos, para julgar nossas ações, outra regra senão a conduta deste homem divino que conduzimos em nós e ao qual nos comparamos para nos julgar e também para nos corrigir, mas sem poder jamais alcançar a perfeição."(12)

Kant situa, com propriedade, o caráter do ideal. A perfeição absoluta é inatingível ao homem e foi, desde o judaísmo antigo, associada a Deus. Descartes teria oportunidade de escrever: "A substância que consideramos soberanamente perfeita, e na qual não concebemos qualquer defeito ou limitação de perfeição, chama-se Deus." Ao homem não cabe portanto perder de vista suas limitações. Sem embargo destas, pode em toda as esferas da vida alcançar níveis de perfeição inteiramente adequados à condição humana.

De alguma maneira, o ideal de perfeição está associado à noção de liberdade. O tema foi amplamente discutido a partir de Santo Agostinho. A solução ensejada por Kant merece ser meditada porquanto oferece uma regra prática de conduta. Segundo aquele filósofo, a liberdade do homem está em não ceder às simples inclinações, sabendo, ao invés disto, escolher, em cada circunstância, o comportamento moral adequado.

Quanto à responsabilidade, Maurice Blondel ensina que o sentido psicológico e moral dessa idéia é anterior ao sentido social, civil ou penal. Ao que acrescenta: "A responsabilidade é a solidariedade da pessoa humana com os seus atos, condição prévia de toda obrigação real ou jurídica".

A noção de fraternidade corresponde ao desdobramento do preceito cristão de amar o próximo como a si mesmo. Orwell, em sua famosa crítica da sociedade totalitária, no livro *1984*, tratando-se de conceber algo capaz de destruir a integridade da pessoa, e de fazê-la renunciar ao que se poderia designar de mais radicalmente humano no homem, imaginou precisamente as sessões de ódio. Em seu romance, as pessoas são obrigadas a reunir-se, periodicamente, a fim de cultivar a aversão ao princípio do amor do próximo, o que acabará, inelutavelmente, fazendo-os retornar à pura condição animal.

Os valores enunciados estão direta ou indiretamente relacionados aos Dez Mandamentos de Moisés e à pregação de Cristo no Sermão da Montanha, textos cuja leitura e estudo obrigatórios são uma exigência do curso. Além dos anunciados, o código ético judaico-cristão promove dois outros valores fundantes: a família e a propriedade.

Tendo sido responsabilidade direta da família a preservação da espécie humana, acabou absorvendo quase todas as funções da vida social, razão pela qual o crescimento da sociedade se faz acompanhar do esvaziamento da família. Contudo, talvez corresponda a uma das grandes ilusões do mundo contemporâneo a suposição de que o homem pode prescindir da família. O contato com o inconsciente e com o irracional levou-nos a identificar a família como o lugar da neurose. A exemplo do que costuma acontecer em diversas esferas da cultura, a descoberta de uma verdade pode significar, ao mesmo tempo, o caminho de sua superação. Assim, o ser humano não pode sobreviver se não encontrar, na infância e na adolescência, ambiente acolhedor, capaz de favorecer ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Por isto, a família há de permanecer como um valor fundante, em que pese não comporte quaisquer idealizações, como se dá aliás em tudo aquilo que se relaciona ao homem com suas inelutáveis limitações.

No que se refere à propriedade, trata-se de um tema que suscita debates apaixonados, o que está longe de corresponder a uma polêmica de nosso tempo, entre capitalismo e socialismo. Consoante tivemos oportunidade de indicar no desenvolvimento do curso, quando do aparecimento da Ordem Franciscana, nos começos do século XIII, esse debate alcançou as raias do paroxismo. De todos os modos, a propriedade é um valor fundante da cultura ocidental, sem embargo da dificuldade de fixar-lhe limites e, ao mesmo tempo, preservá-la de ingerências institucionais descabidas.

No transcurso de sua evolução histórica, a cultura ocidental soube preservar e enriquecer o legado judaico-cristão. Entre tais desdobramentos, cumpre destacar estas conquistas modernas, sobre as quais nos debruçamos precedentemente: a tolerância em matéria religiosa e o trabalho como forma de realização pessoal. Os valores da justiça e da ordem, que são de igual modo estruturas fundamentais da cultura ocidental, mereceram elaboração mais consentânea no liberalismo.

d) Os Filósofos e a A Exaltação da Virtude

A noção de *virtude* é daquelas que acompanham o homem desde os primórdios de sua ação consciente, tendo merecido tratamento teórico na Grécia Antiga, sobretudo na obra de Aristóteles e dos estóicos. Para estes, a virtude é um *hábito*, isto é, uma disposição tornada duradoura pela prática constante, tratando-se entretanto de uma *disposição racional*, vale dizer, de uma escolha. Na Grécia, partindo do reconhecimento de que a virtude não era acessível a todos, não se cogitou de normas morais obrigatórias. Na cultura ocidental o problema seria solucionado pela intermediação do direito. Quando a sociedade adere, por tradição, ou consenso, a essa ou àquela norma de conduta, torna-a uma obrigação legal. A obrigação moral não prescinde entretanto da adesão voluntária, razão pela qual não só os moralistas como igualmente os filósofos cuidaram de exaltar a virtude. Aristóteles considera que consiste no encontro do justo meio. E escreveu páginas magníficas para explicar o sentido profundo dessa descoberta, como, por exemplo, na conceituação da coragem. Depois de estabelecer que embora as coisas temíveis não sejam as mesmas para todos os homens, proclama que há inquestionavelmente circunstâncias que são terríveis para todos, e as examina de modo detido, para concluir: “Em suma, a covardia, a temeridade e a bravura relacionam-se com os mesmos objetos, mas revelam disposições diferentes para com eles, pois as duas primeiras vão ao excesso ou ficam aquém da medida, ao passo que a terceira mantém-se na posição mediana, que é a posição correta. Os temerários são precipitados e desejam os perigos com antecipação, mas recuam quando os têm pela frente, enquanto os bravos são ardentes no momento de agir, mas fora disso são tranquilos” (*Ética e Nicômaco III*, 7).

Na Época Moderna, Thomas Hobbes (1588-1679) e Baruch de Spinoza (1632-1677) pretenderam chegar a uma espécie de tábua de "virtudes e vícios partindo de uma única premissa geral. Hobbes denominou-as leis da natureza e as hierarquizou. Define *lei da natureza* como sendo um preceito, estabelecido pela razão, "mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir sua vida ou privá-lo dos meios necessários para preservá-la, ou omitir aquilo que pense poder contribuir melhor para preservá-la". Distingue-a do *direito* que corresponde à liberdade de fazer ou deixar de fazer. Deste modo, lei da natureza e direito acham-se correlacionados. A primeira lei da natureza correlaciona-se com um direito de natureza e acha-se formulada nestes termos: "Todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de conseguí-la e, caso não consiga, pode procurar e usar todas as vantagens da guerra." Dessa primeira lei, contida na parte inicial do enunciado,

deduz 19 outras, que dizem respeito a questões tais como justiça, gratidão, complacência, perdão, insolência, orgulho e assim por diante. Tais leis da natureza, esclarece, dizem respeito à manutenção da paz e à conservação das multidões humanas, sendo as únicas pertencentes à doutrina da sociedade civil. "Há outras coisas que contribuem para a destruição dos indivíduos, como a embriaguez e outras formas de intemperança, as quais portanto também podem ser contadas entre aquelas coisas que a lei da natureza proíbe. Mas não é necessário referi-las, nem seria pertinente fazê-lo neste lugar" (*Leviatã*, capítulos 'XIV e XV).

Spinoza estuda as virtudes na exposição de seu sistema geométrico no livro que denominou de *Ética*, onde parte das premissas gerais do seu sistema para chegar à vida social. Trata-se de um texto em que as proposições decorrem de axiomas, obedecem a demonstrações e encerram-se por escólios (comentários), tudo disposto da forma a mais esquemática. Em que pese a aparente secura da exposição, os sentimentos morais estão estudados de modo lapidar. A busca de definições precisas, longe de empobrecê-las, como se pode ver destes exemplos: "A inveja não é senão o próprio ódio, na medida em que se considera que dispõe o. homem de tal maneira que ele se alegre com o mal de nutrem e, ao contrário, se entristeça com o seu bem"; "O orgulho é um efeito ou propriedade do amor-próprio, podendo portanto definir-se: é o amor de si mesmo ou o contentamento íntimo na medida em que afeta o homem de tal maneira que ele tem, acerca de si mesmo, uma opinião mais vantajosa do que seria justo". Spinoza coloca-se a serviço do combate à servidão humana, que define como sendo a impotência para governar e refrear os sentimentos e inclinações.

De sorte que mesmo sem alimentar a ilusão de que o homem pudesse alcançar a perfeição, os filósofos buscaram de uma forma ou de outra exaltar a virtude e proclamaram, como fez Spinoza, que "o ódio nunca pode ser bom". Deste modo, as páginas que dedicaram a esse tema são dignas de serem meditadas, notadamente o que Kant escreveu sobre o tema.

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de 1785, Kant buscou fixar um fundamento racional de moralidade, capaz de restabelecer a unidade entre católicos e protestantes nesse aspecto particular da interpretação das tradições judaico-cristãs. Partiu de um enunciado que fixasse o essencial dos Dez Mandamentos e denominou-o imperativo categórico. Consiste num ideal de pessoa humana.

Parecia-lhe, também, que a partir de semelhante enunciado poderia proceder à ordenação do conjunto de regras que presidem a vida social. Seria a *Metafísica dos Costumes*, propriamente dita, e não apenas a investigação de seus fundamentos. Dividiu-a em duas partes, denominando-as: *Primeiros Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito*, publicada em 1796, e *Primeiros Princípios Metafísicos da Doutrina da Virtude* (1797).

Ao contrário de seus predecessores, Kant rejeita a possibilidade de construir uma doutrina da virtude a partir de considerações sobre os sentimentos. O cumprimento da lei moral não deve ser buscado com vistas à felicidade, mas por simples respeito à moralidade. Dessa forma, a doutrina da virtude parte de premissas, exclusivamente, racionais. A questão consiste, pois, no estabelecimento dos *deveres*, dividindo-os em dois grandes grupos: os deveres do homem para consigo mesmo e os deveres para com os outros homens.

O CINEMA A SERVIÇO DA CULTURA

Antonio Paim

Leonardo Prota

Ricardo Vélez Rodríguez

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I – AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS QUE MARCARAM A CULTURA OCIDENTAL

1. Principais eventos históricos
 - a) O Antigo Estado Judaico
 - b) Grécia Antiga
 - c) Roma Antiga
2. As hipóteses relativas ao elemento impulsionador do “milagre grego”
3. Caracterização dos filmes

II – O PRIMEIRO CICLO DA CULTURA OCIDENTAL: A SOCIEDADE FEUDAL

1. Visão renovada da Idade Média
2. Eventos relevantes nos períodos (cronologia)
3. Caracterização dos filmes

III – FORMA-SE A SOCIEDADE INDUSTRIAL – SEGUNDO CICLO DA CULTURA OCIDENTAL

1. Idéia geral do segundo ciclo da cultura ocidental
2. Eventos mais destacados
3. Significação histórica do humanismo renascentista
4. O sentido místico da ciência em seus primórdios
5. Impacto moral da Reforma protestante
6. Caracterização dos filmes

IV – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XVIII

1. Como se caracteriza a Revolução Industrial
2. Antecedentes mais significativos
3. O avanço dos progressos técnicos
4. Questões emergentes
5. A consolidação do sistema representativo no século XVIII
6. Como distinguir liberalismo de democratismo
7. Emergência do democratismo com a Revolução Francesa
8. Breve cronologia da Revolução Francesa e de seus desdobramentos na França
9. Caracterização dos filmes

V – A SOCIEDADE INDUSTRIAL COMO SOCIEDADE URBANA

1. Problemas emergentes na sociedade urbana
2. Democratiza-se o sistema representativo
3. O surgimento das primeiras crises e seu agravamento no século XX
4. O contexto moral da Era Vitoriana
5. A questão da decadência dos valores tradicionais
6. A singularidade da cultura ocidental

7. Caracterização dos filmes

APRESENTAÇÃO

O cinema é um poderoso instrumento educacional. Com o aparecimento do vídeo, as possibilidades de sua utilização, com vistas àquele fim, multiplicaram-se imensamente. Numa tentativa de sistematizar a experiência do Instituto de Humanidades na utilização desse meio de divulgação, concebemos esta obra com o propósito de permitir que os interessados em conhecer os aspectos essenciais da cultura ocidental possam fazê-lo associando-o ao lazer.

A cultura ocidental inicia-se na altura do século X de nossa era, em resultado da conversão ao cristianismo dos povos que invadiram a Europa, no período imediatamente precedente.

Tais invasões ocorreriam em dois grandes períodos, sendo o primeiro desde o século III e que culmina com a derrocada do Império Romano (em 476 Roma é completamente submetida aos germanos). Segue-se uma fase de certa acomodação, quando se chega mesmo à constituição, no ano 800, do Sacro Império Germano-Romano. Contudo, no próprio século IX, ocorrem novas incursões de povos não-aculturados, por isto mesmo chamados de “bárbaros”. A Europa é virtualmente devastada durante um século e meio. É a este período que alguns historiadores batizaram de **Idade das Trevas**. Neste segundo período, iniciado nos meados do século X é que surge o feudalismo e a cultura ocidental

Antes mesmo do término do século X, com a conversão dos invasores ao cristianismo, a exemplo do que ocorrera com os precedentes, reconstitui-se o Sacro Império (962). Inicia-se uma época de prosperidade. Nos séculos XII e XIII verifica-se o apogeu da Idade Média.

O declínio da Idade Média verifica-se a partir de fins do século XV. Emerge uma fase de transição (o **Renascimento**) cujo desfecho seria a constituição da Época Moderna. Esta caracteriza-se pelo surgimento de uma nova forma de Estado, que, sucessivamente, torna-se Estado de Direito (ou governo representativo) e sistema democrático-representativo. Este processo abrange basicamente os séculos XVI, XVII e XVIII.

Duas circunstâncias contribuem para singularizar e diferenciar a Época Moderna da fase precedente: a Reforma Protestante e o novo tipo de conhecimento da natureza (a física moderna).

Assim, a cultura ocidental experimenta dois grandes ciclos históricos. O primeiro é dominado pela sociedade feudal e, o segundo, pela sociedade industrial.

Três das civilizações antigas – Israel, Grécia e Roma – marcaram sobremaneira a cultura ocidental, razão pela qual começamos por descrevê-las.

A Revolução Industrial inicia-se na Inglaterra, consumando-se entre 1760 e 1830. Desde então espalha-se pelas principais nações européias e pelos Estados Unidos.

A sociedade industrial não se manteve imóvel ao longo dos séculos XIX e XX. Contudo, nada indica que as mudanças ocorridas configurem um novo ciclo da cultura ocidental. Alguns historiadores preferem denominar de Época Contemporânea os dois últimos séculos, tomando como referência as Revoluções Americana e Francesa, sem embargo da inegável continuidade histórica. O fato de que estudiosos venham afirmando que o processo de informatização esteja criando a “sociedade do conhecimento”, tampouco sugere que se trataria de um novo ciclo, a exemplo dos referidos.

Para tornar inteligível a apresentação dos filmes, faremos precedê-la de uma

cronologia do período considerado e, também, da caracterização daquele aspecto cujo entendimento nos pareça imprescindível.

**I – AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS
QUE MARCARAM A CULTURA OCIDENTAL**

1. Principais eventos históricos

a) O Antigo Estado Judaico

Antecedentes

Pela fertilidade do solo e presença de cursos d'água, a área da Antiga Palestina segundo indicações preservadas das civilizações circunvizinhas, era muito cobiçada. Situava-se entre o rio Jordão, no Leste, e o mar Mediterrâneo, a Oeste; limitando-se ao Norte pelas montanhas do Líbano e ao Sul pelo deserto do Sinai. Desde o Terceiro Milênio antes de Cristo seria habitada por tribos semitas do deserto. Os hebreus – igualmente semitas e nômades –, que se dividiam em diversas tribos, teriam penetrado na Palestina ainda no Segundo Milênio.

As informações acerca dos primórdios da antiga civilização judaica são as que figuram na Bíblia. Como se sabe, este livro sagrado contém textos de caráter histórico, didático e os denominados **livros proféticos**, que se destacam do conjunto por conter os ensinamentos religiosos posteriores a Moisés, trazidos pelos profetas. Os cinco livros de Moisés figuram no **Pentateuco** e intitulam-se **Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuterônimo** e, a par do seu alto significado religioso e moral, servem de fonte para a caracterização daqueles primeiros tempos.

A Bíblia apresenta os judeus primitivos organizados em pequenos grupos familiares, dirigido pelo mais velho de seus membros, isto é, pelo patriarca. O primeiro dos patriarcas foi Abraão e aparece no **Gênesis**. Viveu com sua pequena tribo nos arredores da cidade de Ur, no que então se denominava Baixa Mesopotâmia (acima do Golfo Pérsico, provavelmente no atual território do Iraque). Consoante o relato bíblico, Abraão recebeu ordem divina para emigrar na direção do Norte. Por sua obediência, Jeová promete à sua posteridade a terra de Canaan (assim chamada por ser habitada pelos cananeus; justamente a área descrita como sendo correspondente à Antiga Palestina).

Por volta do ano 1700 antes de Cristo os judeus se estabelecem no Egito, numa situação privilegiada que entretanto se teria deteriorado no século seguinte, quando se dá o êxodo. A saída dos judeus do Egito, sob a liderança de Moisés, está relatada no livro sagrado do mesmo nome (**Êxodo**). A Bíblia descreve ainda o assentamento dos judeus na Antiga Palestina e as sucessivas invasões que enfrentam.

Criação do Estado de Israel

Ter-se-ia verificado no ano 1.000 antes de Cristo, com a unificação das diversas tribos, escolhendo-se Jerusalém como Capital. Logo adiante, o Estado Judeu divide-se em dois: Israel e Judá, que foram conquistados, o primeiro pelos assírios em 722 antes de Cristo e, o segundo, por Nabucodonosor, rei caldeu (568 antes de Cristo). Anos depois a Palestina passa a fazer parte do Estado Persa. Desde então, a sua história confunde-se com a dos impérios formados a partir do sul da Europa, primeiro o de Alexandre (o denominado Império Macedônico) e, depois, Roma, como se pode ver da cronologia adiante.

b) Grécia Antiga

Significado para a cultura ocidental

Ao se estruturar, na altura do século X, a cultura ocidental não herdou de pronto a tradição greco-romana. Das antigas civilizações que nos marcaram, estava presente apenas o judaísmo, mas ainda assim inserido na religião cristã. De todos os modos, não se podia deixar de fazer menção àquele passado, a partir mesmo do fato de que os ensinamentos de Jesus Cristo estavam contidos no **Novo testamento**, ademais com sucessivas remissões ao **Velho testamento**, como parte da Bíblia, livro religioso fundamental.

A tradição greco-romana só se tornou acessível a partir do século XIII, graças à intermediação das instituições culturais criadas pelos árabes na Península Ibérica, que então ocupavam.

No caso da Grécia, foram sucessivamente apropriadas as grandes criações do período histórico chamado de "milagre grego" – situado no século V antes de nossa Era, e em parte do IV século. A saber: a filosofia; os conhecimentos médicos e, de um modo geral, a ciência grega, a literatura como um todo e a tragédia em particular.

Cronologia

São os seguintes os aspectos mais destacados na cronologia da Grécia Antiga:

Séc. XV a.C.

Vindos da Europa Central, os aqueus fundem-se com os minos para formar a civilização micênica.

Parte final do 2º milênio a.C.

Época em que se admite tenha havido a Guerra de Tróia e os acontecimentos relatados nos poemas homéricos.

Séculos iniciais do 1º milênio a.C.

Invasões dóricas e destruição da civilização micênica. Formação das cidades. Sedimentação da sociedade patriarcal e organização das atividades produtivas com base na escravidão. Governos de oligarcas e tiranos.

595

Reformas de Solon em Atenas.

560-527

Tirania de Pisistrato em Atenas.

550-500

Estabelecimento do domínio persa sobre a Ásia Menor. Transcrição da *Iliada* e da *Odisséia*.

507

Reformas de Clístenes em Atenas.

490-449

Três grandes invasões persas. Em 449 os persas renunciam à dominação sobre o Egeu e restituem a independência às colônias gregas da Ásia Menor.

449-429

Poder de Péricles em Atenas.

427

Nascimento de Platão.

424

Início da composição da *História da Guerra de Peloponeso* por Tucídides.

399

Processo e morte de Sócrates.

397

Fundação da Academia por Platão.

384

Nascimento de Aristóteles.

360

Felipe é tornado rei da Macedônia.

347

Morte de Platão.

343

Aristóteles é feito preceptor de Alexandre.

338

Felipe torna-se soberano dos gregos.

368-323

Governo de Alexandre. Formação do Império Macedônico.

322

Morte de Aristóteles.

322-280

Desmembramento do Império de Alexandre.

280-272

Conquista da Sicília e do Epiro pelos romanos.

146

Conquista da Grécia pelos romanos.

c) Roma Antiga

Cronologia e Indicações de Caráter Histórico

Desde o Renascimento, Roma Antiga exerce enorme fascínio sobre grandes escritores e artistas que buscaram nos transmitir seus valores e costumes. Maquiavel escreveu

os *Comentários sobre a Primeira Década de Tiro Lívio*,⁽¹⁾ editados pela UnB (Coleção Pensamento Político, vol. 3). Embora o autor esteja sobretudo preocupado em retirar ensinamentos da experiência remota de seu país, é uma obra que permite fazer-se uma idéia daquele momento essencial do processo de constituição da cultura ocidental. Em suas tragédias, Shakespeare fixou alguns personagens marcantes do mesmo período, como Júlio César, Antônio e Cleópatra, Tito Andrônico e Coriolano. No período recente, tivemos o notável romance histórico de Marguerite Youcemar, *Memórias de Adriano* (trad. brasileira editada pela Nova Fronteira). Tratando-se de um ciclo histórico muito dilatado, superior a um milênio, para adquirir alguma familiaridade com as suas instituições, ler-se-á com interesse os textos mencionados, sem embargo de que possa ser usado para consulta algum dos diversos livros de história do período (por exemplo: André Alba, *Roma*, ed. Mestre Jou; Will Durant, *História da Civilização*. Vol. III, César e Cristo. Ed. Record; neste último há também indicações históricas acerca da fase inicial do cristianismo).

Do ponto de vista em que nos situamos, entretanto, o importante é registrar o papel de Roma na constituição da cultura ocidental, notadamente o direito romano.

Em relação à cronologia, cumpre destacar o que se segue:

- **750 a.C.** – O atual território da Itália é habitado por povos originários da Europa Oriental chamados úmbrios, latinos, sabinos, vólicos, etc., da mesma origem dos gregos, gauleses e germanos. Sociedade patriarcal sedentária, devotada às atividades agrícolas.

Fundação de Roma pelos latinos e início da colonização grega, dando origem a cidades como Crotona, Sibaris e Tarento, no Extremo Sul da Itália; Siracusa e Agrigento, na Sicília, entre outras, e Etrusca. Os etruscos eram oriundos da Ásia Menor, ao que se supõe, localizando-se suas colônias ao Norte de Roma, sendo os introdutores do cultivo de trigo, de trato com metais; da escultura, etc.

- **Século VII** – Expansão etrusca e estabelecimento de seu domínio sobre outras províncias italianas.

- **625-509 a.C.** – Dominação etrusca sobre Roma, período em que a cidade é efetivamente implantada. Os etruscos tinham reis, denominando-se a esse regime de realeza.

- **509 a.C.** – Expulsão dos etruscos de Roma. Revogação da realeza e implantação da República.⁽¹⁾

- **509-270 a.C.** – Roma conquista a Itália.

- **264-146 a.C.** – Guerras contra Cartago – colônia fenícia no Norte da África, a reduzida distância marítima da Sicília –, denominadas *guerras púnicas*, pelo fato de que os fenícios eram chamados de Puni, pelos romanos.

- **146 a.C. - 30 a.C.** – Estabelecimento do domínio romano na bacia do Mediterrâneo. Anexação do Império Macedônico (incluindo a Grécia), da Síria e, finalmente, do Egito (30 a.C.). Na época do término da última guerra púnica, Roma já fixara seu domínio sobre a Tunísia, tendo mais tarde consumado a conquista da Espanha.

- **58 a 51 a.C.** - Conquista da Gália. Merecera essa denominação a região a que corresponde atualmente o território da Suíça, Bélgica, França, ilhas britânicas (conquistadas só em parte), então habitadas predominantemente pelos celtas.

- **107 a.C. a 29 a.C.** – Período de grandes agitações na própria Itália: guerras civis; derrocada da República e instauração de ditaduras.

- **29 a.C. a 14 d.C.** – Abolição da República e consolidação do Império. Governo do primeiro imperador, Otávio Augusto.
- **14-192** – Expansão ulterior do Império com a anexação da Bretanha (atual Inglaterra e Sul da Escócia); da Dácia (România atual) e Mauritânia (Argélia Ocidental e Marrocos).
- **66 a 135** – Anexação da Palestina e destruição do Templo de Jerusalém, em 70. No ano 130, os romanos resolvem edificar ali um templo a Júpiter, o que ocasiona a última revolta dos judeus, esmagada de 132 a 135. Abolido o nome de Jerusalém.
- **Século III** – Invasões bárbaras em todas as fronteiras. Repelidas por Aureliano (270-275). O Império torna-se monarquia absoluta: Deocleciano (284-305). Últimas perseguições aos cristãos.
- **Século IV** – Império de Constantino (312-337). Organizada a cidade de Constantinopla (330). Liberado o culto católico. Em 391, o Imperador Teodósio ordena o fechamento dos templos pagãos e interdita tais cultos. O cristianismo torna-se religião oficial do Império. Autorizado o estabelecimento pacífico de tribos germânicas no Império.
- **Século V** – Considerado o século das grandes invasões. Roma é tomada e sitiada. Em 476, a Itália torna-se um reino germânico.

2. As hipóteses relativas ao elemento impulsionador do "milagre grego"

O fato de que a Grécia Antiga tivesse alcançado extraordinário esplendor cultural – no curto período histórico de mais ou menos um século e meio – intriga a cultura ocidental desde o Renascimento. Entre as hipóteses mais plausíveis encontra-se a do sociólogo norte-americano Robert Nisbet, apresentada no livro *Os Filósofos Sociais* (1973), traduzido ao português pela Editora da Universidade de Brasília (1982). Para Nisbet, a família patriarcal permitiu a sobrevivência da humanidade e tem papel fundamental em sua história. Contudo, a partir de certo momento torna-se um obstáculo ao progresso, como se pode ver ainda em nosso tempo nas civilizações que se preservaram no Oriente Médio, como o Afeganistão, ou mesmo nos Balcãs europeus. Na Grécia, a necessidade de enfrentar um poderoso inimigo externo, levou a que a organização militar fosse retirada da esfera de competência dos patriarcas. Das reformas militares empreendidas por Clístenes (na parte inicial do século VI) resultou o enfraquecimento da família patriarcal, franquiando à sociedade a possibilidade de seguir o caminho da mudança.

Afora os estudos de Nisbet, cabe referir outra obra célebre: *A Cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges.

Esclareça-se preliminarmente que os mais proeminentes estudiosos da sociedade grega estão interessados na análise do surgimento de formas diversificadas de governo, levando em conta que, nos ciclos anteriores, só se conhecera aquela modalidade que estaria mais próxima da monarquia absoluta. A questão da sociedade patriarcal e de seu desmoronamento não chegam a ser o fulcro do interesse, embora considerada, com o correspondente esquema explicativo. A título ilustrativo, tomamos aqui a obra clássica *A Cidade Antiga* (1864), de Fustel e Coulanges (1830/1889), cuja tradução portuguesa tem sido sucessivamente reeditada.

O estudo de Fustel de Coulanges insere-se entre os primeiros trabalhos voltados para a compreensão daquela civilização. Desde o Renascimento, tornou-se costume invocar eventos daquela época com o intuito de colher ensinamentos e aplicá-los à circunstância contemporânea do autor. Exemplo expressivo encontra-se na obra de Maquiavel – *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1517). A Revolução Francesa imaginou que poderia reviver o esplendor da Roma Antiga, adotando as suas denominações para os cargos públicos. Certamente é isto que tem em vista Coulanges, quando explica deste modo seu propósito: "A idéia que se tem da Grécia e de Roma muitas vezes perturba as nossas gerações. Observando-se mal as instituições da cidade antiga, pensa-se fazê-las reviver entre nós sob leis da atualidade. ... Para que haja um verdadeiro conhecimento desses povos antigos, torna-se mister estudá-los sem a idéia fixa de ver neles homens como nós, como se os antigos não nos fossem totalmente estranhos; devemos compreendê-los tão desinteressadamente e com a mesma liberdade de espírito como se estudássemos a Índia antiga ou a Arábia".

A hipótese compreensiva de Coulanges, no aspecto que aqui nos interessa, reflete entretanto o vezo oitocentista de encarar as revoltas e revoluções como o elemento explicativo, por excelência do curso histórico, sem se dar conta de que as próprias revoluções carecem de ser explicadas. Na hipótese da geração de Coulanges, a que pertencem também os autores socialistas e revolucionários como Proudhon (1809/1865) e Marx (1818/1883), não há lugar para os valores culturais, sem perceber que o próprio ideal socialista só se sustenta por uma inspiração de caráter moral. Assim, embora a sua obra seja uma contribuição fundamental para a compreensão da Grécia e da Roma Antigas e tenha atribuído importância devida à dissolução da sociedade patriarcal, é pouco esclarecedora desse aspecto fundamental, desde que, sem a derrocada do patriarcalismo, não teria ocorrido o que se convencionou denominar de "milagre grego".

Coulanges apresenta do seguinte modo a sua hipótese geral: "Não podemos imaginar nada mais solidamente constituído do que a família de antigamente, com seus deuses, seu culto, seu sacerdote e seu magistrado. Nada de mais vigoroso existiu que essa cidade, que continha em si a religião, seus deuses protetores e seu sacerdócio independente, que tanto dominava sobre a alma como sobre o corpo do homem e, infinitamente mais poderosa que o Estado moderno, reunia em si as duas autoridades hoje divididas entre o Estado e a Igreja. Se alguma sociedade existiu constituída para durar, essa foi uma delas. No entanto, como em tudo o que é humano, ela sofreu uma série de revoluções.

De uma maneira geral, não poderemos determinar a época em que essas revoluções tiveram início. Julga-se, com efeito, não ter sido a mesma para as cidades da Grécia e de Itália. O certo é que a antiga organização passou a ser discutida e atacada quase que por toda parte, a partir do século VII a.C. A partir dessa época, essa sociedade dificilmente se sustém, a não ser por um misto mais ou menos engenhoso de resistência e de concessões. Desse modo, ainda se debateu, por vários séculos, no meio de lutas contínuas, até que, finalmente, desapareceu.

As causas originárias que a fizeram desaparecer podem reduzir-se a duas. A primeira, a da transformação operada no campo das idéias, em consequência do natural desenvolvimento do espírito humano que, fazendo desaparecer as antigas crenças, desmoronou, ao mesmo tempo, o edifício social por essas crenças construído e que apenas elas poderiam sustentar. A segunda causa encontra-se na existência de uma classe colocada à margem dessa organização, e que por isso sofria, tendo assim interesse em destruí-la, pelo que lhe declarou uma guerra sem tréguas.

Ao se enfraquecerem essas crenças, sobre as quais esse regime social se alicerçava, e ao entrarem em choque com o sistema os interesses da maioria, forçosamente esse regime teria de desaparecer. Nem uma só cidade sobreviveu a esta lei de evolução, nem Esparta, nem Atenas, nem Roma, nem mesmo a Grécia. Assim como vimos terem tido os habitantes da Grécia e os da Itália as mesmas crenças, em sua origem, e como a mesma série de instituições se desenvolveu entre eles, veremos agora que todas essas cidades passaram por idênticas revoluções." (*Livro Quarto. As revoluções*. Trad. brasileira da Editora Hemus; várias edições, p. 187).

São três as revoluções estudadas por Coulanges. A primeira seria a da aristocracia, formada pelos chefes das tribos, que se rebelou contra os reis, Na verdade, Coulanges aplica à Grécia o esquema interpretativo que se usava na Europa, identificando a família patriarcal com o feudalismo.

A segunda revolução teria ocorrido no interior das próprias famílias patriarcais com o fim da primogenitura.

A terceira revolução seria aquela que "leva a plebe a fazer parte da cidade".

Como se vê, ainda que procure reconstituir a evolução da própria sociedade, como em geral ocorria em sua época, não atenta para a alteração na escala de valores como elemento impulsionador básico da mudança social. Assim, a tese de Nisbet é mais fecunda. A reforma militar trouxe para primeiro plano valores que confrontavam diretamente a tradição patriarcal. A tradição e a sabedoria baseadas na idade é contrastada com a bravura juvenil, a habilidade no emprego da força e a prevalência do indivíduo.

O papel do patriarca está registrado na *Odisséia*, especialmente no Canto XXIV. Ulisses é apresentado como um guerreiro indomável, capaz de enfrentar a fúria dos deuses e vingar bravamente a humilhação que os ocupantes de sua propriedade haviam infligido à mulher e ao filho, em sua ausência. Mas depois de haver consumado o grande feito, ao dar-se conta de que precisa enfrentar o patriarca (Laertes), mais parece um garoto indefeso.

3. Caracterização dos filmes

Para ilustrar este capítulo I, selecionamos os filmes adiante indicados e brevemente caracterizados.

ULISSES. Filme italiano de 1954, direção de Mario Camerini. Tornou-se a versão clássica com a interpretação de Kirk Douglas (Ulisses) e Silvana Mangano (Penélope). Tempo de exibição: 130 minutos.

Ulisses é o personagem central de um das dois livros de Homero, *Odisséia*. O segundo intitula-se *Iliada*.

A época em que transcorrem os acontecimentos ali relatados corresponde à parte final do segundo milênio antes de Cristo. A *Iliada* trata a Guerra de Tróia e a *Odisséia* da volta à Magna Grécia de Ulisses, vencedor daquela guerra. A obra sobreviveu como simples tradição oral, sendo transcrita entre 550 a 500 a.C.

No relato homérico os deuses participam ativamente da vida da comunidade. Os livros são, por isto mesmo, o testemunho da feição de que então se revestia a religião grega.

A obra de Homero tem um grande interesse cultural porquanto inaugura um tipo de composição literária: a poesia épica. Além disto, iria inspirar os grandes nomes da tragédia grega, que constitui um marco fundamental da cultura em geral. É também uma fonte para o conhecimento da vida na Grécia no período considerado.

Na precedente caracterização da Grécia Antiga, chamamos a atenção para o fato de que o elemento básico da sociedade, até as reformas de Clístenes, iniciadas em 507 a.C., era a família patriarcal. Esse tipo de organização social estava fadado a freiar todo progresso, admitindo-se que sem a quebra daquele poder não poderia ter havido o florescimento cultural do século V.

Também do ângulo da presença da família patriarcal, a obra de Homero corresponde a importante depoimento. O filme naturalmente não poderia deter-se nesse ângulo. Mas no capítulo seguinte à morte dos pretendentes (Canto XXIV), que não aparece no filme, a preocupação de Ulisses é obter a compreensão de seu pai, Laertes, já que sua reação trazia a ameaça de guerra civil, que somente por Laertes poderia ser conduzida, em que pese a sua idade. Desse Canto recomendamos a leitura antes ou depois da exibição do filme da parte em que Ulisses, após encomendar um banquete, vai em busca do pai (na edição da Abril Cultural, tradução de Antonio Pinto de Carvalho, das páginas 217 a 219). Depois de havê-lo sondado e não sendo reconhecido, Ulisses afinal dá-se a conhecer e diz-lhe com certa apreensão: “matei os pretendentes em nossa casa; vingando os crimes por eles cometidos, vinguei minha honra”. Depois de banhado e ungido em óleo, Laertes, antes alquebrado, está “semelhante aos deuses imortais” e logo fala do tempo em que, à frente de seu exército, realizou grande feitos. Assume plenamente a condição de patriarca da família e ocupa o seu posto na ameaça de guerra civil que se esboça no final e não chega a consumir-se.

A Grécia iria proporcionar uma contribuição fundamental à cultura ocidental, que consiste na racionalidade, expressa na filosofia, na forma de que se revestiu a obra de Platão e Aristóteles: na matemática, na síntese apresentada nos *Elementos*, de Euclides; e em algumas outras disciplinas. Legou-nos também a diferenciação de diversas formas de manifestação artística, como a tragédia, a escultura, a poesia, etc.

O **HOMEM QUE QUERIA SER REI**. Filme americano de 1975, dirigido pelo grande mestre John Huston, consistindo numa livre adaptação do livro do mesmo nome de Rudyard Kipling. Atores principais: Sean Connery e Michael Caine. Tempo de exibição: 129 minutos.

Rudyard Kipling (1865-1936), escritor inglês, nasceu em Bombaim, tendo se educado na Inglaterra. Voltou à Índia como jornalista e procurou em alguns de seus livros retratar costumes e histórias daquele longínquo país. Consagrou-se também como poeta, tendo merecido o Prêmio Nobel de 1907.

O livro que John Huston tomou por base para conceber e dirigir o filme em epígrafe toma por personagens dois aventureiros (excluídos do exército inglês na Índia), que pretendem reconstituir, em busca da fortuna, uma das rotas seguidas por Alexandre o Grande (356-323 a.C.). Partindo da minúscula Macedônia, Alexandre dominou a Grécia, o Egito, o Oriente Médio e chegou até a Índia, pelo interior. Coube-lhe o mérito de espalhar a cultura grega no Mediterrâneo e de organizar, na cidade egípcia que erigiu e deu o seu nome, o Museu de Alexandria, que acabaria desempenhando um papel essencial na preservação e na difusão da obra dos matemáticos e astrônomos gregos.

John Huston (1906-1987) é considerado como um dos maiores diretores do cinema norte-americano.

O interesse do filme *O Homem que Queria Ser Rei* consiste na forma como Kypling reconstitui o que seria uma autêntica sociedade patriarcal. Na sua visão, esta sociedade corresponde ao mundo da estagnação e da disputa entre famílias. Os dois aventureiros ingleses organizam um exército e conseguem estabelecer uma certa ordem. É interessante que haja admitido que a corporação militar seria uma das instituições capazes de contrapor-se e de derrotar a família patriarcal hipótese que foi elaborada e fundamentada pelo estudioso norte-americano Robert Nisbet e que tivemos oportunidade de referir expressamente por se tratar de explicação plausível do chamado "milagre grego". Nas cercanias da região imaginada por Kypling ocorre, de fato, ainda em nosso tempo, a sobrevivência de muitos elementos integrantes da sociedade patriarcal.

OS DEZ MANDAMENTOS. Filme do tipo superprodução, do conhecido diretor norte-americano Cecil B. de Mille. O papel de Moisés é desempenhado por Charlston Heston e o do faraó por Yul Bruner. Tempo de exibição: duas fitas de aproximadamente 110 minutos cada.

O decálogo de Moisés é geralmente considerado na versão que se encontra no Deuterênômio (ou "segunda lei"), quinto livro do Pentateuco, com que se inicia a Bíblia (Antigo Testamento). Esses livros foram preservados numa longa tradição oral, presumindo-se que hajam sido efetivadas tentativas de torná-los textos escritos ainda em tempos imemoriais. O texto que figura na Bíblia é supostamente do quinto século de nossa era.

Os livros de Moisés foram chamados pelos judeus de *Torah* (termo geralmente traduzido como lei mas que tem igualmente o significado de *instrução* e *guia*). A esses ensinamentos básicos foram acrescidos comentários e regras para atender aos novos costumes e situações, agregado que se denominou de *Mischiná* (repetição, estudo). De modo que essa parcela em que se contém a lei moral foi destacada do conjunto da Bíblia na tradição judaica.

No Deuterênômio, após indicar sucintamente que Deus havia firmado uma aliança com o povo de Israel, cabendo a este cumprir as suas leis e preceitos, Moisés transmite o que disse o Senhor:

"Eu sou o Senhor; teu Deus, que te fez sair do país do Egito, da casa da escravidão. Não terás nenhum outro deus além de Mim. Não farás para ti nenhum ídolo que reproduza a imagem de quem quer que seja que está no alto do céu, ou embaixo, sobre a terra, ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás nunca diante delas e não as adorarás; porque só Eu, o Senhor, é que sou o teu Deus, um Deus zeloso, que castigo a iniquidade dos pais nos filhos, até à terceira e à quarta geração dos que Me ofendem, mas uso de benevolência até a milésima com aqueles que Me amam e guardam os Meus mandamentos.

"Não invocarás o nome do Senhor, teu Deus, em apoio da mentira; porque o Senhor não deixará impune aquele que tiver invocado o Seu nome em favor da mentira.

"Guardarás o dia de sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor, teu Deus. Trabalharás durante seis dias, e neles farás todas as tuas obras; mas, no sétimo dia, que é o sábado do Senhor, teu Deus, não farás trabalho algum: tu, o teu filho ou a tua filha, o teu escravo, macho, ou fêmea, o teu boi, o teu jumento ou qualquer dos teus animais; nem o estrangeiro que está dentro das tuas portas, para que o teu servo e a tua serva descansem como tu. Recordá-te de que foste escravo no país do Egito, donde o Senhor, teu Deus, te fez sair

com mão forte e braço poderoso. É por isso que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasse o dia de sábado.

"Honra teu pai e tua mãe, como te ordenou o Senhor, teu Deus, a fim de prolongar os teus dias e para que vivas feliz na terra que o Senhor, teu Deus, te destina.

"Não matarás.

"Não cometerás adultério.

"Não furtarás.

"Não levantarás falso testemunho contra o teu próximo.

"Não cobiçarás a mulher do teu próximo, e não desejarás sua casa, nem seu campo, nem seu escravo, nem sua escrava; nem o seu boi, nem o seu jumento, nem nada que lhe pertença."

Jesus apoiaria sua pregação nesses mandamentos e refere-os de modo expresso no Sermão da Montanha (Novo Testamento, Evangelho segundo São Mateus).

Na tradição judaica, a moral é obrigatória, o que não ocorria na Grécia. Nesta, embora a virtude fosse admirável, nem todos podiam adquiri-la.

Os Dez Mandamentos forneceram a base moral da cultura ocidental.

Como na Bíblia não há maiores referências sobre a vida de Moisés até que ele assume a liderança dos judeus no Egito, indicando-se apenas ter sido educado na casa do faraó, Cecil B. de Mille sentiu-se livre para proceder à reconstituição da vida no Egito ao tempo em que Moisés ainda não assumira sua identidade judaica. Essa circunstância torna as duas partes em que se divide o filme totalmente diferentes, inclusive no colorido. Na segunda parte procura seguir fielmente o texto bíblico.

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO. Filme americano de 1964, estrelado por atores muito conhecidos, como Sofia Loren, Alex Guinness e James Mason. Tempo de exibição: 172 minutos.

Não se trata de uma reconstituição histórica porquanto o personagem principal, Marco Aurélio, foi imperador no século II, de 161 a 180, não se situando nessa época a queda do Império, mas no século V.

Retrata a disputa entre generais romanos na substituição de Marco Aurélio, quando a disputa que levou àquele desfecho deu-se entre militares bárbaros, que haviam sido sucessivamente incorporados ao exército.

De todos os modos, dá uma idéia da grandiosidade daquela civilização.

II – O PRIMEIRO CICLO DA CULTURA OCIDENTAL
A SOCIEDADE FEUDAL

1. Visão renovada da Idade Média

Ao longo do século XIX o típico era o ataque à Idade Média, com o propósito de exaltar a laicidade e os progressos do conhecimento na Época Moderna. Com o passar do tempo, entretanto, a historiografia acabou reagindo a tão clamorosa falta de objetividade. Coroa a nova fase a obra clássica de Marc Bloch (1886/1944), *A sociedade feudal*, aparecida nos anos de 1939 e 1940.

Bloch estabeleceu que a sociedade feudal formou-se em decorrência não apenas da sedimentação das hordas bárbaras que derrotaram o Império Romano mas sobretudo do caráter decisivo que se tornou a questão da segurança, na Europa, em decorrência da interrupção do ciclo que desemboca na reconstituição do Império, agora denominado de Sacro Império, em 800. Seguem-se invasões sarracenas ao sul; normandas ao Norte e húngaras nas zonas centrais. No enfrentamento desta última série de invasões, que duraram aproximadamente um século e meio, forma-se a classe dos guerreiros, destinada a constituir a elite do novo ciclo histórico. Este se inicia com a derrota dos húngaros, por Oto I, no início da segunda metade do século X. É precisamente aqui que começa a cultura ocidental, resultado da fusão do cristianismo com o feudalismo.

Os senhores feudais estabelecem relações com seus súditos – e entre si – através de longa experimentação (é o que se chamou de direito consuetudinário, para distinguir do direito romano). Este, embora tivesse resultado da formalização dos costumes, assumiu caráter impositivo ao ser descoberto e assimilado pelo Ocidente, a partir do século XIII. Já então, a sociedade feudal formulara plenamente as suas regras de convivência.

A partir das indicações de Marc Bloch, elabora-se uma nova periodização da Idade Média, adiante resumida, embora, como se indicará, sobrevivam outras propostas.

A ordenação dos diferentes períodos da Idade Média não corresponde decerto a uma questão simples, embora, pelo que tem de mais expressivo, a historiografia contemporânea repudie as simplificações do passado, quando a Idade Média chegou a ser considerada como uma fase negra, digna de ser esquecida. Em que pese o repúdio, uma nova periodização continua uma questão em aberto. Do ângulo em que nos situamos, isto é de compreender a história da cultura ocidental para apreender os seus valores fundantes, talvez fosse mais pertinente subdividi-la em quatro períodos, tomando por base as indicações de Marc Bloch, que adiante confrontaremos a outras propostas. Esquemáticamente seriam os seguintes:

I – Século VI a meados do século IX, em que se poderiam apreender as características dominantes da nova fase histórica e que resumiríamos desta forma:

- a) presença de uma religião universal;
- b) separação entre Igreja e Estado, ao contrário do que ocorria tanto em Bizâncio como no Islã, embora instaure uma tensão nunca satisfatoriamente resolvida;
- c) prevalência da componente civilizatória no cristianismo, pela circunstância de que se tratava de converter povos de tradições culturais inteiramente diversas, por isto chamados de *bárbaros*;
- d) preservação da idéia de Império.

II – Segunda metade do século IX à segunda metade do século X, ciclo em que a civilização européia de base cristã esteve ameaçada de desaparecimento, o que,

presumivelmente, não terá ocorrido graças à consolidação dos feudos em que se apoiaria o florescimento subsequente da sociedade medieval.

III – Período de apogeu, que pode ser limitado apenas à chamada Alta Idade Média dos séculos XII e XIII, como de forma mais ampla para abranger desde o século XI ao século XV; e, finalmente,

IV – Período de decadência, iniciado com a crise do Papado, que começa em fins do século XV.

Como a decadência da civilização medieval é, ao mesmo tempo, a gestação da sociedade moderna, estamos considerando de forma autônoma tanto o Renascimento como as grandes criações da Época Moderna, razão pela qual não nos deteremos aqui no último período.

A busca de um entendimento mais adequado da Idade Média é fenômeno relativamente recente. Notadamente a partir do século XIX, a praxe consistia em reduzi-la, em bloco, à *Idade das Trevas*. Dentre as personalidades que se levantaram contra tal simplificação destaca-se Régine Pernoud, que ao tema dedicou diversos estudos. O primeiro deles *Lumière du Moyen Age*, apareceu em 1951, tendo sido reeditado recentemente (Trad. portuguesa: *Luz sobre a Idade Média*, Lisboa, Europa-América, 1985). Em 1978 divulgou o texto polêmico intitulado *Pour en Finir le Moyen Age* (Paris, Editions du Seuil), cuja tradução brasileira apareceu com o título de *Idade Média: o que Não nos Ensinaram* (Rio de Janeiro, Agir, 1979). É autora ainda de diversos outros estudos sobre o período (*Os Templários; As Origens da Burguesia Francesa*, etc.).

Régine Pernoud inclina-se por uma subdivisão que destaque três períodos, sendo o primeiro aquele em que desponta e se consolida o feudalismo, adequadamente compreendido como um serviço; a Alta Idade Média, situada nos séculos XII e XIII, iniciando-se a decadência no seguinte. Essa autora atribui um grande papel no processo de decadência à reintrodução do direito romano, que teria dado rigidez ao Papado, propiciando o surgimento da Inquisição e outros fenômenos negativos. A seu ver, os estudos sobre a Idade Média extrapolam essas características finais para os ciclos anteriores, o que, com razão, entende ser ilegítimo. Por isto ocupa-se detidamente de fixar o caráter costumeiro do direito em todo o largo período anterior ao século XIV.

É interessante referir aqui o entendimento de Will Durant – na conhecida *História da Civilização* – embora a sua obra não esteja inserida no debate dos últimos decênios. Ainda assim, está longe de conformar-se com as simplificações de seu tempo.

Durant chama de *Idade das Trevas* a o período que vai de 566, ano em que termina o reinado de Justiniano, e 1095, início das Cruzadas, que afirma ser “o ato culminante do drama medieval, e talvez o acontecimento mais pitoresco na história da Europa e do Oriente Próximo. Agora, finalmente, depois de séculos de disputa, as duas grandes religiões, cristianismo e maometanismo, recorriam ao arbítrio final do homem – a suprema corte da guerra. Todo desenvolvimento medieval, toda a expansão do comércio e da cristandade, todo o fervor da crença religiosa, todo o poder do feudalismo e a magia da cavalaria chegaram a um climax em uma guerra de 200 anos pela alma do homem e lucros comerciais”.⁽¹⁾ Assim, inclina-se também por uma tripartição, porquanto, no Epílogo, data do século XIV o aparecimento de “homens que iam começar a destruir o majestoso edifício da fé”. Esclareça-se que não lhe parece deva a Idade Média ser considerada como mero interlúdio entre uma civilização e outra”, mas como um período que produziu “tão grandes homens e mulheres e

ergueu das ruínas do barbarismo e Papado, os Estados europeus e a riqueza arduamente adquirida de nossa herança medieval"(2)

Nossa intenção ao propor uma divisão em quatro períodos tem apenas o propósito de sugerir que, ao mantermos indiviso o primeiro grande ciclo, talvez deixemos de atentar para o que é típico e específico do feudalismo.

2. Eventos Relevantes nos Períodos (cronologia)

Primeiro Ciclo – Aprox. de 476 a aprox. 850 – Reconstituição do Império em bases germânicas:

- **455** – Assassinato do imperador do Ocidente, Valentiano III (reinou de 425 a 455). Ascensão efêmera de Petrônio ao trono. Intervenção de Geiseric, rei dos vândalos, que efetiva o saque de Roma e leva para Cartago, como cativa, a imperatriz.

- **456-476** – O trono é ocupado por generais germânicos, tornados instrumentos do visigodo Ricimer. Novas invasões da Itália.

- **476** – Odoarco assume o poder e domina grande parte da Itália, estendendo essa dominação até a Sicília. Morto no ano 493, na luta contra a invasão ostrogoda, chefiada por Teodorico. Abandona a denominação latina de imperador e adota o título bárbaro de *rex*, razão pela qual se considera como o primeiro reino bárbaro e marco do término do Império Romano Antigo.

- **493-526** – Teodorico governa a Itália.

- **527-565** – Justiniano I torna-se o imperador do Oriente e reconquista a Grécia, a Itália e o Norte da África.

- **630** – Maomé ocupa Meca.

- **635-700** – Expansão muçulmana no Oriente Médio e no Norte da África.

- **711** – Os muçulmanos entram na Espanha.

- **732** – Os muçulmanos são repelidos em Tours (Batalha de Poitiers).

- **768-814** – reconstituição do Império Romano – que passará a denominar-se Sacro Império Germano-romano –, por Carlos Magno, cuja coroação pelo papa dá-se em 800.

- **787** – Os dinamarqueses começam suas invasões à Inglaterra.

- **795** – Início das invasões dinamarquesas contra a Irlanda.

- **843** – Divisão do império de Carlos Magno e início de sua decomposição.

Segundo Ciclo – Aprox. de 850 a aprox. 1100 – Novas invasões restauram a barbaria na Europa. Consolidação do feudalismo.

- **841-924** – Incursoes escandinavas na França.

- **872** – Os escandinavos colonizam a Islândia.

- **886** – Os escandinavos sitiaram Paris.

- **890** – Início da atuação dos bandos sarracenos que se prolonga por quase um século.
- **906** – Início das invasões húngaras.
- **936-973** – Oto I, rei da Alemanha. Em 962 é proclamado imperador do Sacro Império.
- **989** – A Rússia converte-se ao cristianismo.
- **997-1038** – Estevão, posteriormente tornado santo da Igreja, reina na Hungria.
- **1017-1042** – Dominação dinamarquesa sobre a Inglaterra.
- **1054** – Grande cisma do Oriente, separando em definitivo a Igreja Romana da Oriental (ortodoxa).
- **1066** – Início da dinastia normanda na Inglaterra.

Terceiro Ciclo – Aprox. séculos XII a XV. Apogeu da civilização medieval.

- **1095** – Proclamação da primeira Cruzada.
- **1099** – Os cruzados tomam Jerusalém, perdendo-a sucessivamente, o que leva à organização de novas Cruzadas.
- **1100** – Aparecimento do número arábico na Europa.
- **1128** – Reconhecimento da Ordem dos Templários pelo Papa.
- **1163-1235** – Construção da Notre Dame de Paris.
- **1175-1234** – Vida de Miguel Scot, cujas traduções latinas de textos gregos reintroduziram a discussão do pensamento antigo entre os cristãos.
- **1123-1280** – Vida de Alberto Magno, que inicia a interpretação de Aristóteles segundo cânones cristãos.
- **1215** – Coalizão entre normandos e saxões, na Inglaterra, consagrada na Magna Carta.
- **1237** – Início da invasão mongol à Rússia.
- **1241** – Os mongóis derrotam os alemães em Leinitz, tomam Cracóvia e assolam a Hungria
- **1273-1291** – Rodolfo de Habsburgo, imperador do Sacro Império
- **1291** – Fim das Cruzadas.
- **1309** – Instalação do Papado em Avinhão.
- **1310-1312** – Supressão dos Templários na França.
- **1315** – A Suíça derrota o exército dos Habsburgo em Mongatten e funda a Confederação Suíça.
- **1317** – Início da Guerra dos 100 Anos entre a Inglaterra e a França.
- **1400-1450** – Introdução e aperfeiçoamento das armas de fogo, invenção do papel e da imprensa e início do emprego da bússola na navegação.

- **1431** – Processo e execução de Joana d'Arc.
- **1453** – Fim da Guerra dos 100 Anos. Tomada de Constantinopla pelos turcos.

Quarto Ciclo – Iniciado na segunda metade do século XV. Período da decadência.

- **1452-1519** – Vida de Leonardo da Vinci, um dos grandes artistas do Renascimento, juntamente com Miguel Ângelo, Rafael e Ticiano.
- **1492-1493** – Primeira viagem de Colombo.
- **1470-1530** – Decadência do Papado (papas Sisto IV, 1471-1484; Inocêncio VIII, 1484-1492; Alexandre VI, 1492-1503; Júlio II, 1503-1513; Leão X, 1513-1521; e Clemente VII, 1523-1534).
- **1460-1536** – Vida de Erasmo de Roterdã, criador do humanismo renascentista.
- **1469-1527** – Vida de Maquiavel, que reorienta a discussão da política, no sentido depois denominado de *moderno*.
- **1483-1546** – Vida de Martinho Lutero, iniciador da Reforma protestante.
- **1509** – Henrique VIII sobe ao trono da Inglaterra.
- **1520** – Excomunhão de Lutero pelo Papa Leão X.

3 Caracterização dos Filmes

O presente capítulo, dedicado à Idade Média, compreende a exibição e debate dos seguintes filmes:

EM NOME DE DEUS, Produção inglesa-iugoslava, direção de Clive Donner. Consiste na história de Abelardo e Heloísa, na versão dada a essa história pela novela de Marion Meade. O papel de Abelardo é desempenhado por Deres de Lint. Filmado na Iugoslávia. Tempo de exibição: 115 minutos.

Pedro Abelardo (1079-1421) estudou e ensinou em Paris ao tempo em que a cidade ainda não contava com a sua universidade, cujo núcleo inicial (faculdades de teologia, direito e medicina, com a escola de artes, como preparatório, sendo a faculdade de filosofia posterior) é do século seguinte (1215). A esse tempo, também, o chamado método escolástico ainda não se achava plenamente configurado, atribuindo-se justamente a Abelardo o lançamento de suas bases, ao introduzir o que depois se chamou de *disputationes*. O próprio Abelardo denomina essa forma expositiva de dialética (originariamente se entendia como a arte do diálogo e da discussão, como se vê no papel desempenhado geralmente por Sócrates nos diálogos de Platão, tendo Aristóteles lhe dado uma definição mais rigorosa: raciocínio que parte de opiniões prováveis – sendo este sentido em que o toma Abelardo – para distingui-la da *analítica*, que consiste na demonstração partindo de premissas verdadeiras).

Sua obra teórica discute uma questão que apaixonou os espíritos naquele tempo: a de saber a natureza do que chama de entes de razão e suas relações com os seres reais. Na história da filosofia o tema aparece como a *questão dos universais*, do *realismo* e do *nominalismo*.

Abelardo legou-nos um texto que talvez explique a sua nomeada, a que chamou de *A História das Minhas Calamidades* (carta autobiográfica), que figura na Coleção *Os Pensadores*, numa primorosa tradução de Ruy Afonso da Costa Nunes. Constitui talvez uma das mais importantes reflexões sobre a *inveja*. Na *Carta* Abelardo parte da premissa geral de que os homens, em suas dificuldades, não devem sentir-se como o maior dos sofredores do mundo, bastando para isto confrontá-las às desgraças que se abateram sobre o autor. Acha que decorreram dos seus extraordinários dons como professor, levando-o a alcançar um sucesso que incomodava a seus desafetos. A inveja aparece como aquele sentimento meramente destrutivo cujo desenlace em nada beneficia o invejoso. As desgraças de Abelardo não se transformam em sucesso para os professores que não resistem ao confronto.

Mas a principal calamidade que veio a sofrer não decorreu de seu magistério mas do amor que nele despertou Heloísa. Embora não pertencesse ao clero, entendia-se que o professor deveria manter a castidade. Ao violar essa regra, e, ao mesmo tempo, sem disposição para renunciar à condição de professor, casa-se em segredo e mantém essa situação dúbia até ser descoberto. Por vingança – e não por inveja –, o tio da moça, o cônego Fulberto, manda castrá-la.

Abelardo descreve deste modo os seus sentimentos diante do fato:

"Depois que amanheceu, estando a cidade inteira reunida em torno de mim, seria difícil, ou melhor, impossível exprimir o espanto, a estupefação que deles se apoderou, as lamentações a que se entregaram, os gritos com que me afligiram e o pranto com que me perturbaram. Na verdade, foram principalmente os clérigos e, de modo especial, os meus alunos que me torturaram com os seus intoleráveis lamentos e queixumes, de tal modo que eu me via muito mais incomodado pela sua compaixão do que pelo sofrimento da ferida; sentia mais a vergonha do que a mutilação, e era mais atormentado pela infâmia do que pela dor. Ocorria-me o pensamento da grande glória que eu, havia pouco, desfrutava e de que modo ela fora abatida por um incidente vulgar e vergonhoso, ou melhor, como ela fora completamente destruída e, por justo juízo de Deus, eu fora castigado naquela parte do meu corpo em que eu pecara, e como por uma justa traição aquele que eu antes atraíçoara me deu o troco por sua vez; como os meus rivais exaltaram uma equidade tão manifesta, e como essa chaga provocaria a desolação de um sofrimento perpétuo em meus parentes e amigos, e com que extensão essa infâmia singular difundir-se-ia pelo mundo inteiro. Que outro caminho restava para mim? Como eu enfrentaria o público ao ser apontado a dedo por todos, ao ser denegrido por todas as línguas ao ser dado a todos em espetáculo monstruoso? E o que também não pouco concorria para a minha confusão era que, de acordo com a letra da Lei, que mata, fosse tão grande junto a Deus a abominação dos eunucos, de tal modo que os homens reduzidos a esse estado pela amputação ou pelo esmagamento dos órgãos genitais eram proibidos de ingressar numa igreja por serem imundos e fétidos, e que os próprios animais nessa condição eram absolutamente rejeitados num sacrifício (Levitício, 22:24): 'Não oferecis ao Senhor um animal cujos testículos tenham sido machucados, esmagados, arrancados ou cortados'. E ainda (Deuterenômio, 22:1): 'O eunuco, cujos testículos foram esmagados ou cortado ou membro viril, não será admitido na assembléia do Senhor'. Encontrando-me nesse mísero estado de abatimento, confesso que foi mais a confusão provocada pela vergonha do que a devoção suscitada pela conversão que me impeliu para o refúgio de um claustro monástico. Nesse ínterim, Heloísa, primeiro por minha ordem, e depois por sua espontânea vontade, tomou o véu e ingressou num mosteiro."

O filme insere uma interessante reconstituição histórica de Paris ao século XII, em plena fase de construção de Notre Dame (iniciada em 1163 e terminada em 1245); de uma

cultura estruturada em torno da religião; destaca a importância de que se revestia, para a própria sobrevivência da cidade, mantê-la como centro de ensino, etc. Estando centrado no incidente da castração e no que há de ter significado para a vítima, talvez o diretor haja carregado em demasia nas cenas de sexo. Contudo, em seu conjunto, o filme é uma valiosa contribuição ao entendimento da cultura medieval.

O NOME DA ROSA. Filme franco-italiano de 1986. Direção de Jean-Jacques Annaud. Transposição para o cinema da obra do mesmo nome, de Umberto Eco, imortalizada pela interpretação de Sean Connery (monge franciscano Guilherme de Baskerville). Tempo de duração: 130 minutos.

O livro de Umberto Eco procura dar uma feição policial a um aspecto fundamental da Idade Média, isto é, a maneira como foi preservado o legado grego. O incidente dá-se em torno de um dos textos de Aristóteles.

Entendendo que um dos livros da *Retórica* poderia pôr em causa as verdades ensinadas pela Igreja e para impedir que as pessoas que eventualmente o consultassem, na Biblioteca do Mosteiro, tivessem a possibilidade de transmitir o seu conteúdo, o velho monge cego (Jorge) envenena as suas páginas. A sua consulta equivaleria à morte. Para dar ao seu relato o tom de uma investigação policial, Eco procura insinuar outras razões que poderiam levar àquele desfecho.

O fato aqui relatado, desde logo, é naturalmente o grande segredo do livro, penosamente reconstituído por Guilherme de Baskerville. Como nossa intenção é despertar o interesse pela cultura daquele complexo período, não teria sentido ater-nos ao encaminhamento que foi dado ao romance, aliás o que lhe assegurou tão amplo sucesso.

A periodização da Idade Média apresentada precedentemente facilita a compreensão desse dilatado período histórico que durou um milênio. Procura-se chamar a atenção para o ciclo em que ocorre a consolidação do feudalismo, subsequente ao término das invasões de sarracenos, húngaros e normandos, que se dão no século IX e em parte do século X. A coroação de Oto I, em 952, como imperador do Sacro Império, é marco dessa nova fase. O feudalismo é outro ingrediente formador da cultura ocidental, do qual se dispõe, em nosso país, de uma visão simplista.

Os episódios relatados por Umberto Eco situam-se no início do século XIII, quando tem lugar a criação da Ordem dos Franciscanos. Ao exaltar a pobreza, essa ordem deu nascidouro a um movimento contra os ricos – abrangendo também a hierarquia da Igreja de Roma –, o que fez com que fosse acionada a Inquisição. Esta aparece no romance e não deixa de ser um dos elementos definidores da forma como se dava a transmissão da cultura, que então era eminentemente religiosa.

O LEÃO NO INVERNO (1968). Filme americano que deu a Katherine Hepburn o Oscar de melhor atriz, estrelado igualmente por outros atores famosos. Tempo de exibição: 134 minutos.

BECKET (1964). Participação de Richard Burton e Peter O'Toole, entre outros artistas de renome. Tempo de exibição: 148 minutos.

Ambos os filmes dizem respeito a Henrique II (1133-I 1189), coroado rei da Inglaterra em 1154. Situam algumas questões relevantes da história posterior da Europa, notadamente os conflitos entre os poderes temporal e espiritual e a luta entre a França e a Inglaterra.

A Inglaterra foi conquistada pelos normandos (nórdicos, da Escandinávia) em 1066. As suas incursões na Europa são parte do novo ciclo de invasões bárbaras ocorridas ao longo do século IX e em grande parte do século X. Além dos normandos, foram alimentadas, ao Sul, pelos sarracenos (posteriormente chamados de árabes), e, no Centro, pelos húngaros. Assentados na Europa Ocidental, essas tribos nômades converteram-se ao cristianismo (com exceção dos árabes, que dominam grande parte da península Ibérica).

Henrique II dá início à Casa Real conhecida como Plantageneta.

Antes de invadir a Inglaterra, os normandos haviam-se apossado de grande parte do território francês. Henrique II irá aumentar essas possessões graças ao casamento com Leonor de Aquitânia, que fora casada com o rei da França.

O Leão no Inverno focaliza o tema da escolha do sucessor de Henrique II. Encenado como uma peça de teatro, considera-se que o autor do livro que deu base ao filme (James Goldman) se haja inspirado no desenrolar da trama que está presente nas tragédias de Shakespeare.

Thomas Becket (1118-1170) era o mais importante dignatário da Igreja na Inglaterra (arcebispo de Cantuária) e tornou-se chanceler (chefe do governo) de Henrique II. As divergências do rei com Becket leva-o a condená-lo à morte. Refletem o conflito entre a Igreja e o Estado. Roma defendia de todos os modos a prerrogativa de reconhecer (e, portanto, legitimar) os monarcas, imiscuindo-se também na política corrente. Na Inglaterra essa disputa somente iria acentuar-se com o tempo. Becket foi santificado.

O fato de o rei da Inglaterra ser simultaneamente senhor feudal na França – e, deste modo, vassalo de outro monarca – levou à Guerra dos 100 Anos (de 1337 a 1453). O desfecho desta em favor da França é que dá início ao processo de formação das nações na Europa.

HENRIQUE V. Há duas versões, inglesas, a primeira de 1944, com Laurence Oliver, e a segunda, de 1989, com Kenneth Branagh. Em ambos os casos, os dois conhecidos atores não só desempenham o papel título como dirigem o filme. Tempo de exibição: 150 minutos.

Henrique V nasceu em 1387 e tornou-se rei da Inglaterra em 1413, aos 26 anos de idade. Na juventude fora um boêmio e considera-se que seu curto reinado, de apenas nove anos, tenha surpreendido aos contemporâneos. As duas versões do filme, tanto a de Laurence Oliver como a de Branagh, seguem o texto da peça de Shakespeare. Morreu em 1422, aos 35 anos. Obteve uma conquista significativa na chamada Guerra dos 100 Anos, entre a França e a Inglaterra, cujo desfecho marca de fato o início do processo de constituição das nações européias, acarretando o fim do feudalismo.

A Guerra dos 100 Anos iniciou-se em 1337, interrompendo-se por 35 anos, a partir de 1380. Em 1415, valendo-se da circunstância de que os franceses estavam divididos pela guerra civil, Henrique V a reinicia, obtendo uma vitória fulminante na Batalha de Azincourt (24 de outubro de 1415). Tenha-se presente que tanto a França como a Inglaterra não eram então nações estruturadas, da forma como as conhecemos. O estabelecimento de fronteiras estáveis e da centralização que caracteriza o Estado Moderno seriam fenômenos muito posteriores.

A disputa que deu origem à guerra tem raízes remotas. Em decorrência das invasões normandas, nos séculos IX e X, estes conquistam uma parte do território francês e a própria Inglaterra. Disso resulta que o rei inglês acabaria, simultaneamente, como súdito do rei

francês. Ao reclamar para si a coroa francesa, Eduardo III (1312-1377) inicia a conflagração que duraria um século. Territorialmente, a presença inglesa na França era expressiva.

A Batalha de Azincourt é considerada como um fato capital na história do Ocidente. Nesse confronto, os arqueiros escoceses destroem a cavalaria francesa. Na versão de Branagh a eficácia da chuva de flechas por eles promovida acha-se apresentada de modo mais expressivo. Como a cavalaria simbolizava o feudalismo, Azincourt marca o declínio de ambos.

Em decorrência da derrota de Azincourt o soberano francês é obrigado a assinar o Tratado de Troies (1420), em que o rei inglês é reconhecido como regente e herdeiro do trono. O conflito teria um encaminhamento inesperado com o aparecimento de Joana d'Arc.

JOANA D'ARC. Filme americano de 1957, direção de Otto Preminger, que toma por base a versão de Bernard Shaw. Tempo de exibição: 110 minutos.

As campanhas de Henrique V na França prosseguiram depois de Azincourt. Nos três anos compreendidos entre 1417 e 1419 ocupou a Normandia e fez uma aliança com o duque de Borgonha. Ao retirar-se do país, deixou a seu irmão, duque de Bedford, como regente. Todavia a parte setentrional, incluindo Paris, achava-se submetida à soberania inglesa. A parcela restante subdividia-se entre aquela pertencente ao duque de Borgonha e a que obedecia ao comando do Delfim, esta última em torno de Bourges, na parte central.

Carlos VI da França morreu em 1422 e Henrique V da Inglaterra um mês antes, de modo que este não teve sequer a possibilidade de reivindicar a posse do trono francês, a que se habilitaria pelo Tratado de Troies (1420). Sua mulher, Catarina, era filha de Carlos VI e transmitiu ao herdeiro do trono inglês (Henrique VI) a chamada "maldição dos Valois", isto é, a loucura que atacou a sucessivos reis franceses daquela descendência, inclusive Carlos VI. Quando Henrique V faleceu, seu filho e herdeiro tinha apenas nove meses. Adulto, Henrique VI foi dominado pela loucura, a exemplo de seu avô e outros ancestrais franceses. Em contrapartida, o Delfim francês, tornado Carlos VII, escaparia à maldição por ser bastardo. Sua própria mãe, a rainha, declarava não ter filho de seu marido, Carlos VI, o que era compreensível pelo estado de insanidade mental deste último. De todas as formas, tendo falecido os seus dois irmãos mais velhos, ingressou na linha normal de sucessão. Deste modo, sob todos os ângulos, a situação do país era extremamente confusa e complexa, o que faz sobressair o papel de Joana D'Arc.

Joana D'Arc (1412-1431), também chamada de Donzela de Orleans, era uma jovem de família camponesa humilde que ouviu vozes exortando-a a libertar a França, então devastada pela invasão inglesa. Vestiu-se como um soldado, convenceu ao Delfim dessa missão e foi colocada à frente de uma tropa, com a qual rompeu o cerco de Orleans e venceu os ingleses em Patay. Promoveu a sagração de Carlos VII em Reims. Na continuação da guerra, foi presa, e os ingleses a submeteram a um Tribunal Eclesiástico que a condenou como herege e feiticeira, sendo queimada na fogueira a 30 de maio de 1431. Vinte anos depois seria solenemente reabilitada. Foi tornada santa pela Igreja Romana e inspirou obras de grandes escritores, como Schiller, Péguy, Bernard Shaw e Claudel. Érico Veríssimo dedicou-lhe um de seus livros (*A Vida de Joana D'Arc*, Editora Globo, diversas edições).

O filme louva-se da versão de Bernard Shaw, que certamente distorce a figura de Carlos VII, apresentado como retardado mental. O certo é que este, depois da morte de Joana D'Arc, obteve sucessivas vitórias sobre os ingleses, terminando por derrotá-los em 1453. Derrota que encerra a Guerra dos 100 Anos.

III – FORMA-SE A SOCIEDADE INDUSTRIAL**– SEGUNDO CICLO DA CULTURA OCIDENTAL**

1. Idéia geral do segundo ciclo da cultura ocidental

O segundo ciclo da cultura ocidental compreende a sociedade industrial. Esta, entretanto, não se gerou abruptamente nem teve um desenvolvimento linear.

As primeiras manifestações de exaustão da sociedade feudal tornam-se patentes no século XVI, que corresponde ao auge do *Renascimento*. É o período de grande florescimento das artes, que, entretanto, por si sós, não tiveram a capacidade de proporcionar mudança radical. Esta adviria, primordialmente, da Reforma Protestante, ao dar nascedouro a uma atitude nova em relação ao trabalho.

Na sociedade medieval, a classe nobre era herdeira dos guerreiros feudais e fazia parte da tradição que não podia ocupar-se de atividades ligadas seja à produção, ao comércio ou à intermediação financeira. A reforma levou ao seu abandono. Onde se tornou a religião predominante, todos - independente do seu status social - deviam dedicar-se a erigir, no mundo, uma obra digna da glória de Deus. Por essa razão - e a título de exemplo -, o sistema de rotação de culturas, nas fainas agrícolas, seria introduzido por um nobre inglês, Lorde Norfolk, aumentando extraordinariamente a produtividade e exorcizando o fantasma da fome na Europa.

No início do século XVII, ainda na Itália, sob o Papado, o novo encaminhamento do estudo da natureza amadurece com a obra de Galileu (1564/1642). Contudo, este foi obrigado a desdizer-se para não morrer na fogueira e ter o mesmo destino que vitimara a Giordano Bruno (1548/1600), outro notável estudioso da realidade natural. Não obstante, os países protestantes acolheram a nova ciência e seria na Inglaterra onde começaria a florescer plenamente, processo ao qual logo se incorpora a *Academie des Sciences*, na França, e, mais adiante, na segunda metade do século XIX, a Alemanha.

Também nos países protestantes surge um novo regime político: o sistema representativo. Depois de prolongadas guerras civis, ao longo do século XVII, o novo sistema afinal torna-se vitorioso, com a chamada Revolução Gloriosa de 1688 ocorrida na Inglaterra. Consolida-se ao longo do século XVIII e, desde o século XIX, começa a sua marcha na Europa continental e em outras partes do mundo.

Finalmente, a característica verdadeiramente definidora do novo ciclo tem lugar ainda na Inglaterra: a Revolução Industrial, que se desenvolve entre 1760 e 1830. O novo método produtivo logo é adotado na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, países que capitaneiam esta primeira fase da atividade industrial.

Como sabemos, a indústria experimental, subseqüentemente, novas fases. Estas, contudo, não chegam a significar um ciclo tão diferenciado a ponto de que pudéssemos falar de uma nova sociedade que substituiria a industrial, assim como esta substituiu a sociedade feudal.

2. Eventos mais destacados (cronologia)

Políticos

1689 (13 de fevereiro) - O Parlamento inglês aprova o *Bill of Rights*, marco fundamental do Estado Liberal de Direito

1690 – Aparece o *Segundo Tratado do Governo Civil*, de John Locke (1632/1704), fixando os princípios do governo representativo

1701 – Cria-se, na Inglaterra, o Poder Judiciário independente

1714-1760 – Consolida-se, na Inglaterra, a praxe da delegação, pelos reis, das tarefas de governo a um grupo de deputados, prenúncio do governo de gabinete

1783-1801 – Sob a direção do Primeiro Ministro William Pitt (1759/1805), consolida-se na Inglaterra o governo de gabinete (parlamentarismo), quando passa a vigorar o princípio de que "o Rei reina mas não governa"

1787-17 de setembro – Aprovada a Constituição dos Estados Unidos da América

1789 – Início da Revolução Francesa

1792 – Queda da monarquia na França

1793 (junho)-1794 (julho) – período do terror na França, quando a guilhotina funciona ininterruptamente

1789 (9 de novembro) – Golpe de Estado de Napoleão Bonaparte na França

1832 – Primeira grande reforma do sistema eleitoral inglês

1834 – O Parlamento inglês aprova a *Lei dos Pobres* onde se estabelece a distinção entre indigência (que não deveria ficar na exclusiva dependência da caridade privada merecendo assistência com recursos públicos) e *pobreza* (as pessoas nessa condição devem negociar *contrato de trabalho*, idéia que aparece pela primeira vez na sociedade industrial)

Econômicos

1761 – Construção do primeiro tear mecânico

1769/1779 – James Watson patenteia a máquina a vapor e Cugnot, na França, constrói uma carruagem a vapor. Termina a construção da primeira ponte metálica

1791– Cartwright firma contrato para construir em Manchester a primeira grande fábrica com 400 teares movidos a vapor

1807 – Robert Fulton experimenta com êxito barco a vapor no rio Hudson, nos Estados Unidos

1825 – George Stephenson consegue movimentar a primeira locomotiva

1845 – É votada a chamada Lei dos Cereais eliminando taxas de importação para esse tipo de produto e marcando o início do chamado "livre cambismo", isto é, a livre circulação de mercadorias entre os países

1850 – A siderurgia inglesa alcança a marca dos 2,3 milhões de toneladas (a produção equivalia a 250 mil toneladas em 1810)

3. A Significação Histórica do Humanismo Renascentista

Na arguta observação de Rodolfo Mondolfo (1877-1976), ao exaltar a pessoa humana, o Renascimento não deseja apenas repetir um tema clássico, mas valer-se da cultura

antiga para contrapor-se a uma tendência que se tornou dominante no seio do pensamento religioso e na atuação da Igreja Católica, ainda que não exclusiva.

No afã de demonstrar a prevalência da vida eterna sobre a terrena, a Igreja acabou desvalorizando o homem e sua criação, ou, pelo menos, subordinando-a integralmente às demonstrações de religiosidade. Como teria oportunidade de sublinhar Huizinga, conhecido estudioso desse período histórico, "a Idade Média estabelece, para tudo quanto se relaciona ao espírito, normas autoritárias e imperativas: não só para as matérias de fé e suas seqüelas, a filosofia e a ciência, mas também no tocante ao direito, à arte, às formas do trato social e às diversões". É geral a exigência de humildade de parte do homem e sua total dependência diante da autoridade religiosa, que podia inclusive dispor de sua vida a título de reconduzi-lo ao bom caminho.

Essa linha de pensamento iria desembocar nos pessimismo soturno de Lotario de Segni, elevado ao trono papal com o nome de Inocêncio III (1198-1216), no livro *De comemptu mundi* (O desprezo do mundo), amplamente difundido em forma de sermões e compilações de caráter popular. O dignatário da Igreja revela o mais solene e profundo desprezo não tanto pelo próprio mundo, mas pela condição humana, colocada mesmo abaixo dos vegetais. Assim escreve: "Anda pesquisando ervas e árvores; estas porém produzem flores, folhas e frutos, e tu produzes de ti lêndeas, piolhos e vermes; elas lançam do seu interior azeite, vinho e bálsamo, e tu, do teu corpo, saliva, urina, excrementos."

Não se trata, certamente, de reduzir todo o pensamento religioso a esse único diapasão. Mas é este, sem dúvida, uma dimensão expressiva a que se quer contrapor o Renascimento. Agora não há essa exigência geral de humildade mas a proclamação enfática de que o homem pode igualar o conhecimento divino considerado em seu aspecto intensivo. Vale dizer, pelo nível de profundidade que pode atingir no estudo e na dissecação de determinada realidade, o homem nada fica a dever à certeza divina. A superioridade de Deus residirá no aspecto extensivo do conhecimento, desde que a divindade abarca totalidades inalcançáveis pelos mortais.

Consoante enfatiza Mondolfo, "embora a Idade Média tivesse ouvido alguma voz isolada e débil, como a de Ristoro de Arezzo, escritor italiano do século XII, na sua *Composizione del mondo*, entoar timidamente o motivo antigo da superioridade cognoscitiva do homem sobre os outros animais; embora houvesse com Bernardo de Chaves reconhecido nos modernos (anões sentados sobre os ombros dos gigantes antigos) a possibilidade de ter um horizonte mais amplo do que eles; embora tivesse repetido com Tomás de Aquino as afirmações de Aristóteles referentes à capacidade humana de criar a cultura e incrementá-la através do tempo; embora houvesse tornado a celebrar com Dante, no *Convívio*, a superioridade do homem já afirmada pelo poeta bíblico no *Salmo VIII*, permanecera, entretanto, muito afastado do coro de vozes que se levanta na Renascença a cantar com toda força as notas da dignidade e excelência do homem, originárias da imanência do divino no seu espírito. Aqui se acha a inspiração nova que a Renascença (segundo a observação de Gentile) introduz no seu recurso às afirmações de antigos escritores, como Ovídio e Cícero, Platão e Aristóteles, já em partes conhecidas dos mesmos filósofos medievais, mas que somente com os renascentistas se transformam em princípio e centro de uma concepção nova da vida.

"A partir, principalmente, de *Dignitate et excellentia hominis*, de Gianozzo Manetti (1448), escrito para refutar terminantemente o *De contempla mundi*, de Inocêncio III, as celebrações da divindade e infinidade espirituais do homem, da sua capacidade ilimitada de conhecimento, de compreensão da verdade infinita, de progresso na realização de criações

novas, continuam e renovam-se continuamente, acentuando em um crescendo progressivo as afirmações da superioridade humana."

Mondolfo menciona como expressões acabadas desse aspecto essencial do Renascimento a obra de Marsilio Ficino (1433-1499, notadamente *Theologia platonica*); Pico da Mirandola (1463-1494), autor de *Oratio de homini dignitate*; Cesare Cremonini (1550-1631); Giordano Bruno (1548-1600); Tomas Campanela (1568-1639); Galileu Galilei (1564-1642) e tantos outros.

De Cremonini, Mondolfo cita o seguinte: "O homem pode, por meio da sua inteligência onipotente, chegar até o céu, demorar-se com os deuses, ser recebido no seio de Deus; nada tem impenetrável, nada inacessível"; pode erguer-se até o supremo trono da sublimidade, "que tem, em lugar de ouro, a divindade; em lugar de marfim, a infinidade, em lugar de jóias, a eternidade".

Quanto a Bruno, proclama que o homem recebeu dos deuses a faculdade divina de "poder agir não só segundo a natureza, mas muito além e fora das leis da mesma, a fim de que, formando ou podendo formar outras naturezas, outros trajetos, outras ordens por meio do seu engenho, com aquela liberdade sem a qual não teria essa semelhança com os deuses, chegasse a conservar-se deus na terra". Dessa maneira, "ao terem (...) surgido as necessidades, aguçaram-se as inteligências, inventaram-se as indústrias, descobriram-se as artes, e sempre, dia após dia, por meio da necessidade, estimulam-se novas e maravilhosas invenções nas profundidades do intelecto humano. De maneira que sempre, cada vez mais, afastando-se do estado bestial pelas atividades prementes e urgentes, os homens vão-se aproximando do estado divino".

Ao que, acrescenta Mondolfo: "Esse esclarecimento da excelência humana como capacidade ilimitada de aperfeiçoamento que se realiza paulatinamente na conquista e ampliação dos conhecimentos, na aquisição do domínio sobre a natureza, no desenvolvimento dos poderes intelectuais, na criação das artes, das ciências e de todo o mundo da cultura superior ao mundo da natureza, não era somente uma afirmação da consciência que o homem pode e deve ter da sua dignidade, mas, ao mesmo tempo, das exigências que esta dignidade implica como condições imprescindíveis".(1)

Do que precede pode-se concluir que ao Renascimento é que se deve a colocação da pessoa humana como um valor fundamental, desde então traço essencial da cultura do Ocidente. A noção de pessoa é uma conquista do cristianismo. Mas foi o Renascimento que lhe designou como um valor primordial.

4. O Sentido Místico da Ciência em seus Primórdios

A crítica que em geral se faz da exaltação ilimitada do Renascimento incide precisamente na ênfase atribuída ao que corresponderia a uma instauração da pura racionalidade em contraposição ao misticismo medieval. Parece evidente que semelhante transmutação equivale a um certo exagero. Mais plausível é admitir que o Renascimento queria uma certa humanização da religiosidade e não o simples abandono desta.

No sentido de alcançar-se uma visão mais equilibrada do processo de transição para a racionalidade científica, tem contribuído o aprofundamento das pesquisas dedicadas àquele período histórico no século XX. Sempre se enfatizou que, no bojo do neoplatonismo renascentista, difundiu-se a crença de que a natureza estaria escrita em linguagem matemática,

fazendo-se pouco caso de que tais idéias se misturavam ao conhecimento cabalístico preconizado por certas correntes do judaísmo. Ou à própria circunstância de que a familiaridade com a cultura clássica devia ter tornado presente que o saber matemático da seita pitagórica estava colocado a serviço do culto religioso.

Pesquisas recentes trouxeram à tona a difusão do conjunto de escritos atribuídos a Hermes Trismegisto (três vezes grande). Esses escritos chegaram à Academia Florentina com a indicação de que seriam originários do Egito, da época de Moisés, tendo sido inspirados na divindade egípcia Thot, deus do cálculo e do aprendizado, conselheiro de outros deuses egípcios. Como mais tarde, no século XVII, veio a ser refutada tal origem remota, perdeu-se de vista a sua significação no contexto histórico da Renascença.

A doutrina em apreço foi denominada de *hermetismo*. Em meio a ensinamentos mágicos e iniciáticos, afirmava a crença na concepção quantitativa do universo e encorajava o uso da matemática para mostrar relacionamentos e demonstrar verdades essenciais. Se esses princípios já eram conhecidos através do neoplatonismo, a descoberta de sua antigüidade incendiou a imaginação de muitos humanistas do Renascimento, entre estes Marsilio Ficino. Serviam também para nutrir a suspeita de que Platão freqüentara os sábios do Egito.

A revalorização do hermetismo estabelece uma ponte entre a fé religiosa e a racionalidade da ciência. Neste primeiro momento, os procedimentos quantitativos não se achavam em contraposição às crenças estabelecidas, vindo demonstrar, ao contrário, que estas eram mais antigas do que se acreditava. Naquele momento, Hermes chegou a ser considerado, por conter seus escritos referências ao “Filho de Deus e da Palavra”, como o mais importante de todos os videntes e profetas da Antigüidade que previram o advento do cristianismo.

Entretanto, a ciência moderna seguiu seu curso em confronto com outra dimensão humana: a religiosidade, que tem a ver com o culto do sagrado. A experiência dos séculos XIX e XX demonstra, cabalmente, que o homem tende a sacralizar alguma esfera da vida, isto é, tornar absolutos os seus valores. E, quando isto ocorre na esfera da política – onde deveria prevalecer a negociação serena entre interesses conflitantes –, emerge, como vimos, o totalitarismo. Neste particular, a experiência do comunismo na Rússia seria deveras dramática e deveria servir para vacinar as pessoas quanto aos riscos de pretender que a racionalidade pode atuar com exclusividade na vida social, fazendo caso omissivo do mistério e da religião.

5. O impacto moral da Reforma Protestante

A Reforma Protestante produziu grande impacto moral no Ocidente. O primeiro deles e que teve as mais profundas conseqüências corresponde à mudança que viria a produzir em face do trabalho e da riqueza. Tal mudança de atitude originou o surgimento da empresa capitalista, como Max Weber teria oportunidade de estabelecer em sua obra clássica *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.⁽¹⁾

Outra importante decorrência da Reforma seria o aparecimento, pela primeira vez na história do Ocidente, da *tolerância religiosa*.

Finalmente, outra conseqüência da mesma índole seria o surgimento do que se convencionou denominar de *moral social de tipo consensual*.

Tais aspectos são brevemente considerados adiante.

Eis como Weber apresenta a questão do surgimento da empresa capitalista.

“A riqueza, dessa forma, é condenável eticamente, só na medida que constituir uma tentação para a vadiagem e para o aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações. Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada. A parábola do servo que foi desaprovado por não ter aumentado a soma que lhe foi confiada serve para expressar isso diretamente. Querer ser pobre, como repetidas vezes se disse, equivalia a querer ser doente, era reprovável do ponto de vista da glorificação do trabalho e derogatório à glória de Deus. Especialmente a mendicância dos capazes de trabalhar não constitui apenas um pecado de preguiça, mas ainda, de acordo com a palavra do apóstolo, uma violação do dever de amor ao próximo” (ed. cit., p. 116).

Adiante Weber cita esta exortação de Baxter: “Temo que, toda vez que a riqueza aumenta, a religião diminui na mesma medida. Não vejo, daí, como é possível na natureza das coisas, conservar durante muito tempo qualquer revivência da verdadeira religião. Porque a religião deve, necessariamente, produzir tanto a operosidade (*industry*) como o senso de economia (*frugality*), e essas só podem produzir riqueza. Quando esta aumenta, crescem o orgulho, a paixão e o amor ao mundo em todas as suas formas. Como será então possível, ao metodismo, isto é, a uma religião do coração, continuar sendo sentido, por mais que agora esteja a florescer como uma árvore nova? Os metodistas tornaram-se laboriosos e econômicos em toda parte; conseqüentemente, aumenta a sua riqueza. E, proporcionalmente, crescem neles o orgulho, as paixões, os apetites da carne e do mundo, e a soberbia da vida. Assim, embora permaneça a forma da religião, seu espírito rapidamente se desvanece. Não haverá algum meio para evitar essa decadência da pura religião? Não devemos deixar de recomendar às pessoas que sejam laboriosas e econômicas. *Devemos exortar todos os cristãos a ganhar tudo o que for possível, e a economizar o máximo possível; isto é, em outras palavras, a se enriquecerem*” (ed. cit., p. 126).

Weber mostra ainda que a empresa capitalista, para abrir seu caminho, teve que se contrapor às tradições aceitas e consagradas, nutridas, entre outras coisas pelas idéias mercantilistas. O mercantilismo difundiu a convicção de que as nações tornavam-se ricas pelo comércio, que tinha por objetivo assegurar grandes saldos em mãos do Estado. Para a consecução de semelhante objetivo, as burocracias estatais forçavam os empreendedores naquela direção, submetendo sua atividade a toda sorte de taxas, criando impostos. Havia assim um descontentamento latente muito grande.

A disputa religiosa – surgida num principado alemão entre Lutero e o Papa - logo assumiu feição política. Como o Papa excomungou Lutero, em 1520, mas este contava com o apoio de muitos príncipes alemães, na condição de imperador do Sacro Império, Carlos V convocou a Dieta (assembléia política convocada pelo imperador quando precisava submeter aos governantes dos diversos principados alguma questão especial, em geral a coleta de impostos), na cidade de Worms, em 1521, perante a qual Lutero não aceitou retratar-se. Diante disto, a Dieta o condenou, colocando-o fora da lei, o que equivalia a uma proibição de dar continuidade à difusão de suas crenças. Estando apoiado por diversos príncipes, a condenação não alcançou maior eficácia.

Diante do rumo assumido pelos acontecimentos, Carlos V empreendeu uma ação destinada a restabelecer a unidade cristã em seus domínios, incumbindo Lutero de redigir um documento em que justificasse suas doutrinas. Lutero delegou essa atribuição a Melancton, humanista de espírito moderado que também desejava um acordo com a Igreja, documento esse que, tendo sido submetido à Dieta, reunida na cidade de Augsburg, passou à história com

a denominação de *Confissões de Augsburg*, que se considera como expressivas do luteranismo. Apesar da intenção conciliatória de Melanchton, as *Confissões* só fizeram acentuar as diferenças em relação ao catolicismo, levando ao fracasso o intento de reconciliação. Carlos V dá então um prazo de seis meses para que os protestantes renunciem às suas convicções, findo o qual ameaça persegui-los.

Em 1531, os protestantes haviam formado uma poderosa coalizão militar, a que Carlos V se vê obrigado a recorrer tendo em vista a invasão da Hungria pelos turcos. Os protestantes são autorizados a praticar os seus cultos na Alemanha, o que lhes permite conquistar novas e poderosas adesões. Em 1545, Carlos V tenta atraí-los ao Concílio de Trento, então iniciado, sem sucesso. Falecendo Lutero no ano seguinte, em 1546, e tendo alcançado a paz com os inimigos externos, Carlos V inicia o combate militar contra os luteranos. Começa um longo ciclo de guerras religiosas.

A paz de Augsburg, firmada em 1555, assegura a liberdade religiosa nos principados alemães, obrigando entretanto os súditos a seguir a crença escolhida pelo príncipe. Os que não aceitassem a escolha, poderiam emigrar. Estava consagrada a cisão na Igreja Católica.

O luteranismo estendeu-se, rapidamente, aos principados do Oeste e do Norte da Alemanha, à Prússia, Suécia, Dinamarca e Noruega.

Consagrando a livre interpretação da Bíblia, surgiram naturalmente diversas vertentes do protestantismo. Entre as mais importantes, sobressai o calvinismo, devido a Calvino (1509-1564). Tendo organizado um governo de índole ditatorial no pequeno Estado representado pela cidade de Genebra, entre 1541 e 1564, Calvino valeu-se da circunstância para popularizar sua doutrina. Enquanto o luteranismo ganhou a adesão da Europa do Norte, o calvinismo penetrou na direção do Ocidente, primeiro na Suíça de língua francesa, depois na própria França, na região que depois constituiria a Holanda, e, finalmente, na Escócia, onde deu nascimento à Igreja Presbiteriana.

Outra vertente importante adviria do rompimento de Henrique VIII (1491-1547, cujo reinado iniciou-se em 1509) com o Papado. Em consequência desse rompimento, o Parlamento inglês votou em 1534 uma disposição tornando o rei chefe da Igreja, que passa a denominar-se Anglicana. A organização efetiva da nova Igreja seria obra de Elisabete I, que reinou de 1538 a 1603. Mantendo uma estrutura assemelhada à Igreja Católica, equivalia a uma adesão ao calvinismo. Sucessivas ameaças de elevação ao trono de um rei católico precipitariam a Inglaterra em prolongada guerra civil, durante o século XVIII, que terminam com a Revolução Gloriosa de 1688, que fixa a condição de que o rei da Inglaterra pertenceria, obrigatoriamente, à Igreja Anglicana. Protestantes radicais, naquele país, continuaram a luta religiosa, desta vez contra os anglicanos. Mas, por fim, acabou vigorando plenamente a tolerância religiosa.

Em revide à disseminação do protestantismo na Europa, a Igreja Católica organiza o movimento denominado Contra-Reforma, tendo Espanha e Portugal como seus baluartes, de consequências não inteiramente avaliadas para o desenvolvimento ulterior de suas antigas colônias.

A tolerância religiosa é uma decorrência do próprio protestantismo. Ao prescindir da mediação da Igreja e colocar aos crentes numa relação direta com Deus, legitimada a liberdade de interpretação do texto bíblico, criaram-se as premissas para a infinita multiplicação das seitas protestantes. A guerra civil inglesa do século XVII comprovou à saciedade a impossibilidade de substituir a hegemonia religiosa da Igreja Romana, seja pela da

Igreja Anglicana, seja da Igreja Presbiteriana – predominante na Escócia – seja de qualquer outra das seitas genericamente denominadas de *dessinters*, designação pela qual se distinguiam da Igreja tornada oficial (a Anglicana).

A tolerância religiosa, entretanto, não podia estabelecer-se espontaneamente. Razão pela qual adquire maior relevância a meditação teórica que Locke dedicou ao tema. Em síntese, considera que a Igreja é uma associação religiosa destinada à realização do "culto externo" da divindade. Ao "culto interno" estavam obrigados todos os protestantes, independentemente de qual fosse a Igreja com a qual se considerassem identificados. Em relação ao "culto externo" não havia qualquer instância humana apta a decidir qual a preferida da própria divindade. De sorte que a única alternativa consistia na tolerância. A esse tema dedicou vários estudos aos quais denominou de *Cartas*, sendo que a (Primeira) *Carta Acerca da Tolerância* aparece na Coleção *Os Pensadores*, no volume em que encontra a obra de Locke.

Finalmente, *a moral social de tipo consensual* é outra importante criação do novo ciclo civilizatório surgido no seio da cultura ocidental, geralmente chamado de Sociedade Industrial ou Época Moderna.

Na Idade Média, como indicamos, cabia à Igreja Católica aprovar os costumes. A título de exemplo: não se admitia o divórcio. Em muitos países onde a hegemonia da Igreja Católica não desapareceu, com o surgimento da Época Moderna, essa proibição prolongar-se-ia até o século XX

Nos países protestantes, devido à multiplicação das Igrejas nenhuma delas revelou-se com força suficiente para impor à sociedade como um todo – e não apenas aos seus membros – determinados comportamentos sociais. Devido a essa impossibilidade efetiva, toda grande mudança de índole moral passou a exigir prolongadas discussões, na busca de consenso. Sem este, dificilmente o Parlamento consegue tornar legal a mudança em questão.

Vejamos alguns exemplos.

Na Inglaterra, quando apareceram as máquinas substituindo mão-de-obra, os empregados das manufaturas⁽¹⁾ rebelaram-se e quebravam as máquinas. Para tanto constituíram as *trade unions*. O governo proibiu o seu funcionamento e perseguiu ferozmente suas lideranças. Os operários das manufaturas foram derrotados e as máquinas tomaram os seus lugares.⁽²⁾ Com o passar do tempo, os operários (desta vez nas fábricas) voltam a organizar-se e adotam aquele mesmo nome (*trade unions*). Embora existisse a proibição, o governo as tolera (aquela dizia respeito à quebra de máquinas; agora suscitavam-se outras questões). Em 1868, as *Trade Unions* realizam o seu Primeiro Congresso Nacional. Entre 1871 e 1876, em meio a acaloradas discussões, o Parlamento vota a legislação que regula o seu funcionamento. Entre as disposições então estabelecidas, vigorava a proibição de que se transformassem (ou criassem) partido político. Em 1900, as *trade unions* criam o Partido Trabalhista e o Parlamento discutiu durante vários anos como dever-se-ia regular o relacionamento entre os sindicatos e aquela agremiação. Assim, o passo inicial consiste na busca de consenso.

Outro exemplo, desta vez do impasse surgido, diz respeito ao debate da questão do aborto nos Estados Unidos. Quando o Parlamento votar alterações substanciais na legislação em vigor, que limita extremamente a sua efetivação, terá sido alcançado um novo consenso.

A praxe descrita limita-se praticamente aos países em que católicos e protestantes têm peso social equiparável ou então, em países protestantes onde atuam diversas Igrejas com níveis equiparáveis de influência junto à opinião pública.

6. Caracterização dos Filmes

Para ilustrar os temas abordados neste capítulo estamos recomendando estes filmes: *AGONIA E ÊXTASE*, *GIORDANO BRUNO*, *HENRIQUE VIII E SUAS SEIS ESPOSAS* e *CROMWELL*. Quem tiver interesse em acompanhar o processo histórico na Inglaterra no ciclo imediatamente subsequente à ruptura com a Igreja Romana por Henrique VIII, pode ver com proveito os filmes *Jane* e *Mary Stuart*. O primeiro retrata as dificuldades da sucessão de Henrique VIII, em vista das divergências religiosas, e o segundo, alguns aspectos do reinado de Elisabete I (de 1558 a 1603), quando tem lugar a consolidação da Igreja Anglicana. No continente, no mesmo período, o filme *A Rainha Margot* reflete em parte o vigor da luta religiosa, embora entremeado de cenas de mau gosto. A personagem viria a ser esposa de Henrique IV (1553-1610), que abjurou do protestantismo e, em grande medida, decidiu sua sorte na França, impedindo que este país formasse no grupo das nações adeptas da Reforma. Henrique IV reinou a partir de 1589 e enfrentou feroz resistência, tendo afinal firmado o Édito de Nantes (1598), que deu certas prerrogativas aos protestantes, o que pôs fim à guerra civil.

Segue-se breve caracterização dos filmes de início enumerados.

AGONIA E ÊXTASE. Filme americano de 1965, com a participação de Charlton Heston e Rex Harrison. Tempo de exibição: 140 minutos.

O filme retrata a disputa entre Júlio II (papa de 1503 a 1513) e Michelangelo (1475-1564) no momento em que o grande pintor trabalhava nos afrescos da Capela Sistina, no Vaticano. Reflete também, em certa medida, o envolvimento do Papado com as questões temporais, o que o levaria à franca decadência no período considerado.

Michelangelo representa um dos grandes personagens do Renascimento. Embora este não se limitasse às artes e à literatura, pelo esplendor do movimento artístico a que deu origem, é natural que se enfatize esse ângulo. O apogeu do Renascimento (ou Renascença) dá-se em fins do século XV e começos do seguinte. Além da pintura, produziu grandes obras literárias – nesse ciclo insere-se Shakespeare, considerado a maior figura, e também Luís de Camões, o criador da língua literária portuguesa.

O Renascimento compreende ainda movimento científico, filosófico e religioso. Criam-se ali condições para a crítica à física aristotélica, aparecendo os primeiros pesquisadores de cuja criação iria surgir a ciência moderna. Essa renovação comunica-se à filosofia, dando lugar ao chamado humanismo renascentista. E, finalmente, o empenho de renovação da Igreja Católica, com o propósito de tentar superar a corrupção evidenciada na mais alta hierarquia, isto é, no papado. A Igreja opôs-se violentamente a toda essa movimentação, de que resultou a Reforma protestante.

No que se refere à renovação artística, o Renascimento criou um padrão estético de pintura que perduraria incontestemente até fins do século passado.

Considera-se que seu ciclo se haja encerrado com a queima na fogueira de Giordano Bruno, a seguir referido.

GIORDANO BRUNO. Filme italiano de 1973. Direção de Giuliano Montaldo. Principais atores: Gian Maria Volonté (1933-1994). Mathieu Carrière e Charlotte Rampling. Tempo de exibição: 123 minutos.

Giordano Bruno foi uma personalidade muito destacada no Renascimento. Autor de muitas obras, teve seu pensamento discutido em diversos países europeus. Sua atuação serviu para criar animosidade com a Igreja a que pertencia, por duas razões principais. Algumas das idéias que defendia – que depois foram incorporadas à ciência moderna – tinham origem em tradições místicas que se opunham ao cristianismo. Entre estas, o *hermetismo*, que em meio a ensinamentos mágicos e iniciáticos afirmava a crença na concepção quantitativa do universo e encorajava o uso da matemática para mostrar relacionamentos e demonstrar verdades essenciais, o que viria a ser a base da ciência do século XVIII. Contudo o *hermetismo* era nitidamente uma seita esotérica, com a qual a Igreja não se dispunha a conviver.

A segunda fonte de animosidade provinha das críticas endereçadas à Igreja. Essa crítica, que seria estimulada por Erasmo (1460-1536), não precisaria obrigatoriamente ter desembocado na Reforma protestante. Acredita-se que, para tal desfecho, haja contribuído o próprio endurecimento da Igreja. Ainda assim, no tempo de Bruno a Reforma era já um fato consumado, do mesmo modo que as guerras religiosas dela decorrentes e a sucessiva emancipação de nações européias da tutela do papa. Bruno atuou, portanto, num ambiente muito diverso daquele existente no tempo de Erasmo.

O certo é que Bruno seria queimado na fogueira a 17 de fevereiro de 1600, com o que se encerra o Renascimento. Este certamente não pretendia dar curso a uma nova época em que a Igreja de Roma não encontrasse o seu lugar, como acabaria acontecendo com a Época Moderna, ciclo histórico plenamente diferenciado do Renascimento.

O diretor do filme, Giuliano Montaldo, não pretendeu apenas retratar a vida de Bruno, mas elaborar um libelo contra a injustiça. Com intenção idêntica, produziu *Sacco e Vanzetti*, a história da condenação à morte, nos Estados Unidos, de dois anarquistas italianos. Seus críticos consideram que lhe falta qualquer senso histórico.

HENRIQUE VIII E SUAS SEIS MULHERES. Filme inglês, de 1973, dirigido por Warris Hussein. Interpreta Henrique VIII o ator Keith Mitchel. Tempo de exibição: 120 minutos.

Apesar do título, o filme não tem nenhuma intenção pornográfica, focalizando preferentemente a preocupação de Henrique VIII com a própria sucessão.

Henrique VIII (nascido em 1491) reinou na Inglaterra de 1509 a 1547. Em 1534 rompe com o Vaticano e proclama-se chefe da Igreja. Embora esse gesto estivesse diretamente relacionado com a recusa do papa em anular o seu primeiro casamento, refletia sem dúvida o clima de hostilidade ao Papado, tanto assim que a Igreja por ele criada (denominada Anglicana) sobreviveu e a Inglaterra tornou-se um país protestante.

Tendo em vista o curso histórico ulterior, vê-se que suas preocupações não eram infundadas. Com a sua morte, torna-se rei o filho varão, protestante (Eduardo VI), mas que tinha apenas 10 anos e falece seis anos depois. Ascende então ao poder a primeira mulher (Maria I), que inicia feroz perseguição aos protestantes. Casa-se com Felipe II de Espanha, reabrindo os conflitos com a França. Finalmente, com a sua morte, em 1558, assume Elisabete I. Esta reinou durante largo período (45 anos), o que lhe permitiu dar continuidade ao projeto ao pai em matéria religiosa. Mas, como se sabe, os ânimos não serenaram, emergindo graves disputas entre os próprios protestantes, o que será ilustrado com o filme recomendado adiante.

CROMWELL. Filme inglês de 1970, com a participação de Richard Harris, Alex Guinness, entre outros, o primeiro com o papel-título e o segundo representando Carlos I. Ganhou o Oscar de melhor figurino. Tempo de exibição de 145 minutos.

A trajetória de Oliver Cromwell (1599-1658) expressa bem a intensidade da luta religiosa na Inglaterra do século XVII. Na medida em que se multiplicam, as igrejas protestantes entram em choque com a Igreja Anglicana. Esta, embora tivesse ao calvinismo como substrato teológico, exteriormente preservou traços que sugeriam a manutenção de vínculos com Roma, a exemplo da denominação dos prelados e os próprios trajes. Ao mesmo tempo, achavam que ameaças poderiam originar-se na Casa Real.

Assim, quando Carlos I (reinou de 1625 a 1649) casou-se com uma católica, irmã do rei da França (Luís XIII), o ambiente tornou-se carregado. Tendo o rei, entre 1629 e 1640, instaurado governo pessoal, nesse último ano começa a guerra civil em prol da restauração do Parlamento. Os chamados dissidentes (presbiterianos e diversas outras igrejas) vencem a guerra sob a liderança de Cromwell, e executam a Carlos I.

Entre 1649 (ano da execução do rei) e 1653, o Parlamento (do qual os anglicanos estavam excluídos) não conseguiu restaurar a ordem. Decide por nomear a Cromwell Lorde Protetor. Assumindo o poder, governou ditatorialmente. Nada podia ser mais contraditório, porquanto liderou uma guerra civil em defesa das prerrogativas do Parlamento.

Com a morte de Cromwell, restaura-se a monarquia e recomeçam as ameaças. A obra de John Locke (1632-1704), denominada *Segundo Tratado do Governo*, logrou unificar a elite e levá-la à realização da chamada Revolução Gloriosa de 1688, que estabeleceu que os reis teriam obrigatoriamente que ser protestantes, além de outras prerrogativas do sistema representativo.

O filme representa uma interessante reconstituição histórica da vida na Inglaterra de Oliver Cromwell.

**IV– A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS NOVAS
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO SÉCULO XVIII**

1. Como se Caracteriza a Revolução Industrial

A característica principal da denominada Revolução Industrial é a introdução da máquina na atividade manufatureira em substituição ao trabalho manual. O elemento mais expressivo de tal processo corresponde a máquina a vapor de James Watt (1736-1819), invento patenteado em 1769, cujos aperfeiçoamentos mais significativos foram concluídos na década de 1780. Em 1810, já havia cinco mil desses equipamentos instalados em indústrias na Inglaterra. É neste ciclo, portanto, que se insere a Revolução Industrial.

O fato de que a mecanização do trabalho nas manufatureiras corresponda ao eixo fundamental não exclui a circunstância de que tal desfecho seja devido a certos antecedentes nem obscurece a evidência de que se haja espalhado para diversas outras atividades.

Dentre os antecedentes mais marcantes destaca-se a modernização da agricultura iniciada na Inglaterra por volta da década de 60. E, no que se refere à mecanização e à introdução de aperfeiçoamentos técnicos em outras atividades, cumpre destacar a extração carbonífera, a fundição de ferro e os transportes.

Tomando por base o conjunto de tais parâmetros, T. S. Ashton, da Universidade de Londres, autor do mais importante estudo dedicado à matéria, propõe que os limites da Revolução Industrial sejam fixados entre 1760 e 1830.

A generalização dos procedimentos começados na agricultura e na mineração com alguns pioneiros, e que ganharam força quando se dirigiram à mecanização do trabalho manufatureiro, tornar-se-ia possível graças à sucessiva formalização da engenharia.

Em muitos países, o aprendizado da construção, ramo inicial e quase exclusivo da engenharia, é realizado nas escolas militares. Assim, na França, tanto a Escola de Pontes e Estradas como a Escola de Minas, criadas respectivamente em 1744 e 1783, pertencem ao exército. Por suas linhas gerais, tal modelo seria seguido em Portugal. Na Inglaterra, contudo, a engenharia civil tem origem diversa. A esse respeito escreve Ashton:

"Entre as novas atividades que nasceram dentro do movimento efetuado no século XVIII, talvez a de maior importância tenha sido a engenharia. Afirma-se que o engenheiro civil, tal como o conhecemos hoje em dia, é o descendente em linha reta do sapador militar, que começou suas funções nas guerras do século XVII; contudo, sem embargo do desenvolvimento de outros países europeus, deve-se afirmar que, na Inglaterra, não foram as necessidades estratégicas, mas as comerciais que acarretaram as melhorias nas vias de comunicação: os homens que construíram os novos caminhos – pontes, canais e estradas de ferro, foram civis empregados não pelo Estado senão por companhias e homens de empresa, desejosos de desenvolver o comércio da região de onde retiravam seus ganhos pessoais. Entre os grandes proprietários de terra, distinguiram-se em especial Francis Egerton, segundo duque de Bridgewater, que, consoante se afirma, gastou mais de um quarto de milhão de libras esterlinas para desenvolver suas empresas carboníferas e seus canais.⁽¹⁾

Contudo, a aproximação entre a investigação científica e o processo produtivo somente se faria de modo sistemático a partir da criação da Escola Politécnica de Paris, em 1794, cujos cursos passaram a ser frequentados, obrigatoriamente, pelos candidatos às Escolas de Pontes e Estradas e de Minas, que, em consequência, tornam-se centros de especialização. Maior confluência entre ciência e tecnologia teria lugar na universidade alemã reconstruída durante as primeiras décadas do século XIX, que se tornou a base primordial da hegemonia da Alemanha na química industrial.

Através do conceito de *projeto básico*, as engenharias criaram a possibilidade de desenvolvimento da tecnologia a partir de descobertas e pesquisas científicas, além dos aprimoramentos suscitados pelo próprio processo produtivo. Estava concluída uma etapa que se tornou a principal garantia do aperfeiçoamento técnico ininterrupto das atividades produtivas tanto de bens como de serviços.

2. Antecedentes Mais Significativos

Se fosse necessário indicar algum ponto de partida, na Inglaterra, para a Revolução Industrial, poder-se-ia tomar as grandes transformações ocorridas no campo, notadamente em meados do século XVIII. Até o ciclo histórico imediatamente anterior, era do campo que a maioria da população tirava sua subsistência. A paisagem típica do meio rural consistia no campo aberto, subseqüente a pequenas aldeias, com a intrincada rede de hierarquias, tendo ao senhor cavaleiro no topo. Enfiteutas,⁽¹⁾ arrendatários, lavradores livres e pobres habitantes de choças formavam o conjunto de produtores de grãos e criadores de gado, ocupados sobretudo com a própria manutenção. Nesse quadro, a inovação era difícil de introduzir-se. Achando-se muito fragmentada a posse da terra, qualquer obra de maior vulto, como as requeridas pela modernização, exigia negociações intermináveis, com grande número de produtores.

No campo inglês havia também as propriedades cercadas, voltadas para o mercado. Sua atividade predominante era o criatório destinado à produção de lã. No século XVIII, essas propriedades cercadas experimentaram grande desenvolvimento. Ashton considera que, em parte, tal movimento originou-se do fato de que comerciantes enriquecidos desejassem enobrecer-se pela propriedade da terra. Mas, em seu desdobramento, atraiu a diverso tipo de gente, inclusive membros da aristocracia tradicional.

O sistema de Norfolk, tomado por modelo e disseminado em outras regiões do país, fora introduzido por um grande proprietário de terras de família tradicional, Lorde Lovell (1697-1755). Esse sistema consistia num conjunto de procedimentos técnicos, econômicos e legais a serem aplicados no interior da fazenda cercada. Compreendia a melhoria do solo pela calagem (aplicação de calcário), a fim de reduzir a acidez; a rotação de cultivos e a observação sistemática da seqüência e das culturas aptas a facultar os melhores resultados; o cultivo de novas espécies de forragem para arraçoamento do gado; especialização na produção de cereais e a introdução de outros tipos de criatórios, além dos destinados à obtenção de lã; e, por fim, a entrega de grandes parcelas para cultivo por arrendatários.

A propósito escreve Ashton: "Na verdade, o sistema de Norfolk, como qualquer outra inovação de importância, foi produto de muitos cérebros e muitos indivíduos; grande parte da história da agricultura durante o século XVIII diz respeito à sucessiva extensão desse sistema, com sua quádrupla rotação de culturas, a outras partes da Inglaterra, em substituição ao antigo sistema com sua tríplice variedade de colheitas: primavera, inverno e verão. O cultivo dos pastos permitiu arar superfícies que até então haviam permanecido incultas; do mesmo modo que esses cultivos permitiram alimentar o gado durante o inverno, aumentando ao mesmo tempo o adubo natural necessário à produção de cereais e bulbos. Mas a transição para essa lavoura transformada foi lenta; o sistema dos vales, com sua preferência pelos cereais em lugar do gado, subsistiu por longo tempo. Em nenhuma região inglesa – nem mesmo em Norfolk foram adotadas as mencionadas inovações numa escala apta a permitir que falemos de uma revolução agrária ou, simplesmente, agrícola" (obra cit., ed. cit., p. 35).

A modernização subsequente atingiu a tecelagem de lã, que era uma atividade eminentemente rural, exercida por lavradores e suas famílias. Havia regiões em que, preservando a mesma característica rural, a confecção de fios e tecidos de lã era praticada por tecelões profissionais. Em relação aos tecidos de algodão e outros, a matéria-prima era importada, dando origem à implantação de manufaturas em certas localidades, algumas das quais, mais tarde, transformadas em centros industriais.⁽¹⁾ Em ambos os casos, os comerciantes eram seus principais articuladores, incumbindo-lhes distribuir as encomendas e recolher os produtos acabados a serem encaminhados aos consumidores finais.

A modernização em apreço consiste na sucessiva mecanização das várias operações relacionadas à produção de fios e tecidos de lã. Na década de 30, aparece uma lançadeira voltante, montada sobre rodas, capaz de aumentar enormemente a produtividade. Segundo Ashton, a introdução desse invento deve ter esbarrado com grandes dificuldades porquanto só depois de 1760 se torna de uso geral. No mesmo período são aperfeiçoados os procedimentos para a fabricação de tecidos de algodão, o que facultou o aparecimento das primeiras fábricas a esse fim destinadas.

O terceiro segmento onde se introduziram aperfeiçoamentos sucessivos e sistemáticos corresponde à extração de carvão. Esta era também uma atividade exercida no meio rural, em relação à qual criam-se notáveis possibilidades de incremento graças à utilização do coque, obtido a partir da calcinação do carvão mineral, na siderurgia, em 1735. A generalização desse processo iria acarretar a substituição do carvão vegetal pelo mineral. Aqui, a questão principal dizia respeito tanto ao aprimoramento da extração como ao transporte, porquanto as quantidades a movimentar eram representativas. Nas proximidades das minas, foram construídos grandes canais, ligados aos rios navegáveis e acessíveis ao mar. O carvão passou a ser colocado em barcaças, com capacidade para 300 ou 400 toneladas, que alcançavam portos distantes, vindo a constituir-se na principal modalidade de transporte. A produção de carvão, na Inglaterra, estimada em dois e meio milhões de toneladas em 1700, ultrapassava quatro milhões em meados do século, para atingir cerca de 10 milhões em 1800.

Tais são os antecedentes mais significativos das transformações verdadeiramente radicais ocorridas entre 1760 e 1830, batizadas com a denominação de Revolução Industrial.

3. O Avanço dos Progressos Técnicos

Para adquirir uma compreensão adequada do fenômeno histórico que ora buscamos caracterizar, cumpre ter presente a seguinte advertência de Ashton: “Algumas referências à revolução técnica começam pelo relato daquele rapaz sonhador que observa a tampa da chaleira, movida pelo vapor, num fogão doméstico, ou então com aquele pobre tecelão, contemplando com espanto, a roda de tecer de sua esposa, caída no solo, mas, todavia, em movimento. Não é necessário dizer que essas histórias são apenas ficções românticas. Outros narradores nos dão a impressão de que as invenções se deveram a obscuros construtores de moinhos, carpinteiros ou relojoeiros, sem conhecimentos teóricos, que, por casualidade, tropeçaram com algum artifício destinado a trazer fama e fortuna para outros, enquanto eles continuavam na penúria. É certo que houve inventores – tais como Brindley e Murdoch – que haviam estudado pouco, mas que eram engenhosos. Também é verdade que houve outros, como Crompton e Cort, cujos descobrimentos transformaram vários ramos da indústria, mas que os deixaram em relativa pobreza. É certo que uns quantos produtos novos foram resultado da casualidade. Contudo, esses relatos foram, profundamente, prejudiciais; ocultaram o fato

da existência de um pensamento sistemático atrás da maior parte das invenções industriais e criaram a teoria de que a distribuição de prêmios e castigos, dentro do sistema econômico, era totalmente irracional; muito exageraram também a importância do acaso no progresso da técnica. ‘O acaso’, como disse Pasteur, ‘somente favorece à mente que está preparada’; a maior parte das descobertas só foi alcançada depois de inúmeros ensaios e erros. Muitas pressupõem duas ou mais idéias, ou procedimentos prévios independentes que, unidos na mente do inventor, produzem um mecanismo mais ou menos complexo e eficaz. Assim, por exemplo, a da máquina de fiar foi combinada por Crompton com a do fiador de cilindro para produzir a fiadeira mecânica intermitente; e a do trilho, usado desde muito tempo nas minas de carvão, que se combinou com a locomotiva para criar a estrada de ferro. Nestes casos, denominada de mutação cruzada, o papel desempenhado pelo acaso deve, forçosamente, ser muito pequeno" (ed. cit., pp. 21-22).

Ashton aponta para a continuidade dos progressos técnicos na agricultura, depois de 1760, entre estes os novos métodos de drenagem, que permitiram incorporar novas terras ao processo produtivo; a obtenção de espécies de animais mais produtivos, tanto de carne, leite como de lã; etc. Observa que o próprio Rei Jorge III (nascido em 1738 e que reinou de 1760 a 1820, considerado como o responsável pela crise de que resultou a independência das colônias americanas) empenhou-se na melhoria da atividade agrícola; a Sociedade das Artes ofereceu prêmios para novos inventos e as sociedades de agricultores faziam grande propaganda dos benefícios alcançados.

Contudo, os progressos técnicos de que resultariam uma autêntica revolução na face da terra são aqueles que têm lugar na indústria.

A introdução de máquinas na indústria têxtil inglesa encontrou uma vigorosa oposição dos trabalhadores manufatureiros. Para ser vencida, essa resistência exigiu uma feroz repressão. Em 1830, na indústria inglesa, para 55 mil teares a vapor, existiam 240 mil manuais. Em 1850, a situação está invertida: os teares mecânicos são 250 mil e os manuais menos de 40 mil.

Em 1851, a produção de carvão, na Inglaterra, alcança 57 milhões de toneladas, quase seis vezes superior à dos começos do século. A siderurgia inglesa passa das 250 mil toneladas, em 1810, para 2,3 milhões de toneladas em 1850.

A par do desenvolvimento industrial, tem início o grande ciclo de progresso nos sistemas de transporte. expresso na construção de ferrovias e no crescimento inusitado das frotas mercantes.

4. Questões Emergentes

O estudo e a caracterização da Revolução Industrial têm suscitado algumas controvérsias dignas de nota.

A primeira questão diz respeito ao que Tocqueville denominou de paradoxo da pobreza. Sua observação seria feita depois da visita que fez à Inglaterra em 1883, no texto "Mémoire sur le paupérisme", onde afirma: "Quando se cruza os vários países da Europa, somos surpreendidos por um espetáculo extraordinário e aparentemente inexplicável. Os países que aparecem como os mais empobrecidos são aqueles que na realidade abrigam menores quantidades de indigentes e, entre os povos mais adiantados por sua opulência, uma parte da população é obrigada a contar com as dádivas de outros para sobreviver." O país mais

opulento é a Inglaterra. O turista encontra ali magníficas estradas e novas habitações, prados cultivados, fazendeiros prósperos, enfim, recursos materiais inexistentes em qualquer outra parte, tudo isto em meio ao sentimento universal de prosperidade. Descobre, contudo, com indisfarçável perplexidade, que "um sexto dos habitantes deste florescente reino vive às expensas da caridade pública".

A perplexidade é tanto maior quando essa estatística é comparada a outros países, a exemplo de Portugal, nação em que a terra é pouco cultivada e o povo, ignorante e mal-alimentado, veste e mora pobremente. Ainda assim, o número de miseráveis é insignificante: um em cada 25, segundo certas estimativas, e um em cada 100, segundo outras. Observa ainda que "o inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol".

Para Tocqueville o paradoxo advém do alargamento do conceito de pobreza, em decorrência do progresso material resultante da indústria e do crescimento das cidades. Nos ciclos anteriores, a pobreza consistia em não ter o que comer. Na Inglaterra de seu tempo, "a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas".

Do ângulo em que se situa Tocqueville, a pobreza que a sociedade industrial faz sobressair não seria maior que a existente no feudalismo, onde a maioria encontra-se ao nível da subsistência enquanto apenas uma pequena parte da sociedade tem acesso ao luxo. Mais explicitamente: os parâmetros adotados para medir a primeira diferem integralmente quando se trata da última.

T. A. Ashton examina o mesmo problema de ângulo diverso. A seu ver, as fases de grandes dificuldades econômicas, no período da Revolução Industrial, são devidas a fenômenos alheios à industrialização, a exemplo da queda das safras agrícolas ou das guerras. Essa tese procura documentar datando-as com precisão e abandonando as generalizações simplistas. Procura, também, mostrar que as próprias circunstâncias das péssimas condições de moradia, surgidas com o crescimento das cidades inglesas, não são universais, mas um fenômeno típico das localidades onde os irlandeses formavam a maioria. Os emigrantes da Irlanda é que apresentam a tendência gregária a viver amontoados. A esse propósito faz a seguinte observação: "E, em realidade, seria muito estranho que a Revolução Industrial não tivesse outros efeitos além de tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres desde que seus produtos não eram, como regra geral, objetos de luxo mas consistiam em artigos necessários e instrumentos de produção" (obra cit., ed. cit., p. 163).

Ashton voltaria ao tema num outro texto: "O padrão de vida dos trabalhadores na Inglaterra – 1790-1830." Esta análise está incluída numa antologia organizada por F. A. Hayek, em que diversos estudiosos refutam a visão da industrialização em sua primeira fase como algo de catastrófico e dantesco (*Capitalism and the Historian*, The University of Chicago Press, 1963).

Outro tema correlato corresponde à abrangência da Revolução Industrial no período considerado. Ashton entende que se trata de um fenômeno tipicamente inglês, embora o emprego de máquinas na indústria e a construção de ferrovias se haja verificado em outros países. Tais indicadores não seriam suficientes para caracterizar um evento da magnitude daquela revolução, porquanto não diz respeito apenas à atividade manufatureira e aos transportes, envolvendo grandes mudanças sociais e intelectuais, notadamente a redução da importância do Estado na vida das pessoas e em seus negócios e o abandono de velhos costumes, tradições e preconceitos. Além disto, Ashton adverte que, embora não tenha cabimento buscar um outro nome já que este veio a ser consagrado, cumpre ter presente que

as mudanças verificadas ocorrerem de forma paulatina, abrangendo um largo período, e não de forma brusca como poderia sugerir o termo *revolução*.

Na opinião do ilustre historiador, a Revolução Industrial só ocorre, nos Estados Unidos e na Alemanha, depois de 1870. E, no Canadá e na Rússia, no século XX.

Outra questão emergente é a de saber-se se tem cabimento a denominação de "segunda Revolução Industrial" como sendo aquela que gerou a sociedade resultante do keynesianismo em que a pobreza se torna remanescente e a massa de bens e serviços disponíveis acessível à maioria. Alguns autores falam mesmo em "terceira onda", referindo-se à sociedade informatizada que se constrói, contemporaneamente, nas nações desenvolvidas. O pensador austríaco Max Pietsch entende que o conceito de revolução industrial compreende tais desdobramentos e ao tema dedicou um livro intitulado *A Revolução Industrial. Da máquina a vapor à automação e à desagregação do átomo* (Freiburg, Verlag Herder, 1961. Tradução francesa, Paris, Payot, 1963).

Ashton chama a atenção para um outro aspecto importante. Considera inquestionável que muitos dissidentes religiosos – denominação genérica dos protestantes que não aceitaram a Igreja Anglicana – estejam, diretamente, associados ao progresso técnico. Em sua bibliografia, menciona estes livros: *The Wesleyan Movement in the Industrial Revolution* (1930), de W. J. Warne, e *Quakerism and Industry before* (1930), de Isabel Grubb. Afora a atitude nova que o protestantismo engendrou no tocante ao trabalho e à riqueza, como quer Max Weber, parece-lhe que cumpre ter presente o papel dessas seitas protestantes na difusão da educação popular e na modernização da universidade. Afirma que o sistema escocês de educação popular superou de muito os demais países europeus da época, o mesmo podendo-se dizer de suas universidades. Não será em Oxford ou Cambridge que surgirá o afã de investigar a ciência e suas aplicações práticas, mas em Glasgow e Edimburgo. Joseph Black, professor de química naquelas universidades, é o inspirador direto de James Keir, iniciador das indústrias químicas e de vidros na Inglaterra, tendo seu nome igualmente associado ao de inventores como James Watt e diversos outros.

Menos famosas que as da Escócia, mas que também desempenharam um papel relevante, são as academias criadas pelos dissidentes em Bristol, Manchester, Northampton e outras cidades. De tais escolas saíram grandes personalidades tanto na vida cultural (Dofoe, Priestley, Malthus, etc.) como da vida industrial. Indica que análise completa do papel dessas escolas foi empreendida por H. McLachlan, em 1931, no livro *English Education under the Test Acts*.

Ashton tem em vista justificar sua tese de que os inventos e progressos técnicos não poderiam prosperar se não se vissem envolvidos por tal ambiência favorável. Cita a esse propósito a frase de Michael Polanyi segundo a qual "A invenção é um drama que se representa num teatro repleto". Ao que acrescenta: "E o aplauso tende a ser dado àqueles atores que estão presentes ao finalizar o último ato, o êxito da representação dependendo da estreita cooperação de muitos atores, do mesmo modo que dos que se acham nos bastidores. Os homens que criaram a técnica da Revolução Industrial, como rivais ou como associados, eram pessoas comuns, encontradas com frequência" (obra cit., ed. cit., p. 22).

A temática indicada sugere a amplitude com que caberia discutir a industrialização em países retardatários como o Brasil.

5. A Consolidação do Sistema Representativo no Século XVIII

No transcurso do século XVIII consolida-se o sistema representativo na Inglaterra, isto é, encontram-se as formas de relacionamento entre o Poder Executivo e o Parlamento, de um lado, e, de outro, fixa-se o papel da monarquia no conjunto no sistema. No mesmo período dá-se a estruturação dos partidos políticos. Lançam-se igualmente as bases do ordenamento liberal da vida social com o estabelecimento da liberdade religiosa (liberdade de consciência) e da liberdade de imprensa, bem como os parâmetros fundamentais da liberdade individual.

No primeiro reinado subsequente à Revolução Gloriosa – reinado de Guilherme e Maria de Orange, de 1689 e 1702 – decidiu-se que os impostos seriam votados anualmente, graças ao que ficava o rei obrigado a convocar o Parlamento pelo menos uma vez em cada ano e, ao mesmo tempo, que o mandato dos membros da Câmara Baixa seria de três anos, o que evitava sua perpetuação, e o risco de dissociar-se dos grupos sociais que representavam. Duas outras questões foram resolvidas com o propósito de impedir novas ameaças de restauração da monarquia absoluta pela ascensão ao trono de reis católicos. A primeira correspondeu à Lei de sucessão (Act of Settlement), votada em 1701, que considerando não ter Guilherme Orange herdeiros sua sucessão dar-se-ia através de Ana Stuart e, depois da morte desta, pelos descendentes de sua prima Sofia, casada com um príncipe alemão (Ernesto), eleitor de Hanover. Jaime II, pai de Maria de Orange, tinha um filho católico.

A lei de sucessão, por si só, não eliminava os riscos de uma nova situação assemelhada à que se criou no século anterior, levando o país a prolongada guerra civil, permanecendo uma brecha na prerrogativa preservada pela Escócia de escolher um soberano. Para conjurá-los em definitivo, procedeu-se à unificação dos dois países, em 1707. A Lei de União criou o Reino Unido da Grã-Bretanha, pela fusão da Inglaterra com a Escócia, passando a existir um único Parlamento. Aos escoceses foi assegurado determinado número de cadeiras na Câmara dos Representantes e na Câmara dos Lordes.

A Lei de Sucessão introduziu a autonomia do Judiciário, ao decidir que o cargo de juiz era vitalício e que seus titulares só podiam ser destituídos em casos de conduta desabonadora da função e por resolução do Parlamento.

Os dois passos mais importantes na plena configuração do sistema representativo são, entretanto, o aparecimento do Conselho de Ministros e a necessidade de alcançar maioria parlamentar na constituição do governo, o que leva à estruturação permanente dos partidos políticos. Tal se deu no quase meio século ocupado pelos reinados de Jorge I e Jorge II (1714-1760), que dão início à dinastia de Hanover. Preservando fortes vínculos com suas possessões alemãs, introduziram o hábito de só tomar conhecimento dos assuntos ingleses através de um dos ministros indicados pelo Parlamento. Este passou a denominar-se *Primer Minister* e o governo de *Gabinet Office* (gabinete ministerial), ao que se supõe pelo fato de que, nessa época, o Conselho de Ministros se reunia, para considerar os assuntos de governo, num dos aposentos (gabinetes) do Palácio Real.

Na *História Constitucional da Inglaterra* (1760-1860), Thomas Erskine May indica que os dois partidos "eram igualmente favoráveis à monarquia; mas os *whigs* queriam que sua autoridade fosse mantida nos limites da lei; os princípios dos *tories* favoreciam o absolutismo na Igreja e no Estado. (...) A Revolução (1689) era o triunfo e o renascimento final dos princípios *whigs*, porquanto fundava uma monarquia limitada. Entretanto, os princípios dos dois partidos, modificados pelas condições dessa combinação constitucional, permaneciam

distintos e opostos. Os *whigs* continuavam a apoiar toda restrição necessária à autoridade real e a favorecer a tolerância religiosa; os *tories* tendiam geralmente para a prerrogativa, para as doutrinas da alta Igreja e para a hostilidade aos dissidentes". Sendo a prerrogativa uma delegação do Parlamento ao monarca, favorecia certamente o poder pessoal. Seria contudo no século XVIII, prossegue o mesmo autor, que se dá a convergência dos dois partidos nesse aspecto essencial. A esse propósito escreve: "Tornados mestres, os *whigs* tinham trabalhado, durante mais de 40 anos depois da morte da rainha Ana (1714), para consolidar a autoridade e a influência da Coroa, apoiada sobre o poder do Parlamento. Os *tories*, como oposição, foram obrigados a abandonar as insustentáveis doutrinas de seu partido e a reconhecer os direitos legítimos do Parlamento e do povo".⁽¹⁾ As duas agremiações irão distinguir-se, sobretudo no século XIX, à luz de questões muito precisas da atuação do Estado. No século XVIII passam a agir em consonância com o princípio do exercício do poder pelo Gabinete, que presta contas e se submete ao Parlamento.

Assim, quando Jorge III, que ascende ao poder em 1761, tenta restaurar o governo pessoal não mais encontra ambiente propício, nem mesmo entre os *tories*. Esse monarca criou a grave crise de que resultou a Independência dos Estados Unidos em 1776 e sustentou a guerra contra os americanos, de que saiu derrotado em 1781. Essa derrota contribuiu para que renunciasse ao governo pessoal. A consolidação definitiva do governo de gabinete seria obra de William Pitt (1759-1806), que tendo se iniciado na política como *whig*, mais tarde formando com os *tories*, pôde estruturar uma ampla coalizão que deu estabilidade ao governo (1783-1801) numa fase tumultuada da vidas européia, em decorrência da Revolução Francesa. Desde então, qualquer que seja o rei ou a rainha da Inglaterra, o país é governado pelo primeiro-ministro. A monarquia torna-se representação permanente da Nação, sem ingerência direta nas funções executivas.

Durante o século XVIII são igualmente consolidadas as liberdades fundamentais, na maneira peculiar como se dá a evolução do direito na tradição inglesa, isto é, na base da prática e da experimentação. Assim, se a prisão exigia mandato e se reconhecia o direito de habeas-corpus, discutiu-se longamente, à luz de casos concretos, a generalidade de tais mandatos. Nos anos 60, a ilegalidade dos mandatos genéricos, partidos do Executivo, é estabelecida judicialmente.⁽²⁾ A experiência iria apontar o caminho a seguir e os remédios ao alcance da sociedade para defendê-la do que então se denominava "casos de alta traição" (insurreições, incitamento à derrocada das instituições, etc.). A questão da escravidão também foi debatida longamente. Inexistente na Inglaterra, vigorava entretanto na Escócia e nas colônias. Em 1772, a justiça estabelece o princípio de que "todo escravo toma-se livre quando pisa o solo da Inglaterra". Na Escócia, a escravidão é abolida em 1799. E, nos começos do século XIX, dá-se a proibição do tráfico nas colônias inglesas.

No mesmo espírito, é fixada a liberdade de imprensa e as formas de repressão aos abusos.

O maior progresso corresponde contudo à liberdade religiosa. Embora a Lei de Tolerância, votada em 1689, haja estabelecido o livre exercício dos cultos, os protestantes não anglicanos estavam excluídos do serviço público e a tolerância não beneficiava judeus e católicos. Tais restrições acabaram sendo abolidas paulatinamente.

6. Como Distinguir Liberalismo de Democratismo

O democratismo corresponde a uma corrente política que em muitos casos tem sido confundida com o liberalismo. A confusão advém do fato de que, no momento em que o democratismo faz sua aparição, durante a Revolução Francesa, a experiência liberal estava circunscrita à Inglaterra e não tinha propósitos democratizantes. Em sua primeira fase, o liberalismo tratou de consolidar o governo representativo, em oposição à monarquia absoluta. Estabelecia então, como condição fundamental para tornar-se eleitor (ou representante), a posse de certos bens que assegurassem uma posição independente em relação ao Estado. A luta em prol de um sistema que se regesse segundo leis de todos conhecidas exigiu grande tenacidade de parte da liderança liberal e impôs um sem-número de sacrifícios. A elite proprietária estava disposta a correr tais riscos, livrando-se em troca da ameaça de tudo perder pelo simples arbítrio do monarca.

O governo representativo configurou-se durante uma prática prolongada. A experiência é que sugeriu a separação e a autonomia dos diversos poderes. O relacionamento entre o Parlamento e o Governo foi fixado após a alternância de muitos governantes, o que deu base à identificação daquilo que independia dessa ou daquela personalidade. As questões consideradas eram muito concretas, como por exemplo a imposição de que os impostos seriam votados anualmente, a fim de consolidar a praxe de reunir-se o Parlamento; mandatos curtos para os representantes, obrigando-os a prestar contas periodicamente aos eleitores, submetendo-os desse modo ao seu controle e vigilância, com o propósito de dificultar acordos espúrios com o absolutismo monárquico e assim por diante. O espaço da liberdade frente à onipotência estatal foi sendo conquistado paulatina e sucessivamente.

Enquanto isto, no continente europeu, no mesmo período, isto é, no século XVIII, havia sobretudo teorizações deduzidas de circunstâncias inteiramente idealizadas. Veicularam-se doutrinas de nítido cunho romântico, difundindo a crença de que o homem era bom por sua própria natureza. Estragava-o a sociedade, sobretudo a falta de liberdade. Formulação mais ou menos acabada de tais idealizações seria da lavra de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Coube-lhe estabelecer o denominado princípio da vontade geral, isto é, a tese de que o homem, se chegasse a encontrar uma sociedade onde estivesse a salvo de toda arbitrariedade, a vontade que daí emergisse seria eminentemente moral e digna da melhor acolhida.

Na sociedade idealizada por Rousseau, a vontade geral é interpretada por um homem sábio que esteja acima das paixões e dos egoísmos. As leis tenderiam a alcançar uma espécie de perfeição absoluta. Ao governo não caberia legislar mas expedir os decretos requeridos pela execução das leis. Nesse sistema não há nem democracia direta nem Poderes Legislativo e Executivo autônomos.

No sistema de Rousseau tampouco há lugar para o indivíduo. Enquanto o governo representativo tratava de disputar ao Estado um lugar cada vez mais amplo para os indivíduos, o projeto de Rousseau consistia em sufocar essa dimensão.

A sociedade real de que o liberalismo queria dar conta estava dividida em grupos e interesses conflitantes. A representação era reconhecida como sendo de interesses. O máximo a que estes poderiam chegar em matéria de pacto comum consistia no reconhecimento da legitimidade dos diversos interesses, fixando a premissa requerida para a negociação e o

entendimento em lugar do confronto armado, que submetia as nações européias em formação a incessantes guerras civis.

Francisco Martins de Souza (no livro *Evolução Histórica do Liberalismo*, cap. II) acha que tal reconhecimento constitui o germe da futura democratização da idéia liberal, mas partindo de uma circunstância estabelecida concretamente e não de modo abstrato. Eis o que escreve no texto citado:

"Kant vai lançar a idéia de que os interesses são extensivos a todos independentemente do valor desses interesses, e assim entende-se o início da democratização da idéia liberal sem cair no democratismo." Veja-se o seguinte texto de Kant citado por Norberto Bobbio, em seu livro *Direito e Estado no Pensamento de Kant*, p. 122, que é indicativo dessa condição. "A união de muitos para qualquer fim comum (...) é encontrada em qualquer pacto social: mas uma união que seja fim em si mesma (fim que cada um deve ter) e que portanto constitua o primeiro dever incondicional de qualquer relação externa dos homens em geral (...) é encontrada somente numa sociedade que esteja no estado civil, ou seja, a ponto de constituir-se em um corpo comum. O fim que em tal relação externa é dever em si e é também a suprema condição formal, de todos os outros deveres externos, é o direito dos homens a se constituírem sob o império de leis públicas coercitivas, segundo as quais possa ser reconhecido para cada um o seu e cada um possa ser garantido contra qualquer atentado por parte dos outros."

"Mesmo assim a democratização plena ou o governo de todos seria impossível na concepção kantiana, pois o direito de cidadania ainda não era extensivo a toda comunidade e Kant teorizava sobre o fenômeno político observado, e este ainda comportava regime de trabalho do tipo servidão que vigorou na Prússia até 1870."

Na hipótese de Rousseau, não havendo conflito real mas apenas dificuldade de encontrar a formulação adequada da vontade geral, a democracia é dada logo como absoluta.

Finalmente, no Estado de Rousseau não há lugar para a tolerância. Devem ser fixados os dogmas indispensáveis à vida civil e os que não se submetam podem ser banidos e desterrados.

7. Emergência do Democratismo com a Revolução Francesa

As teorizações de Rousseau e outros defensores da excelência da natureza humana tiveram uma aplicação nada romântica durante a Revolução Francesa. A partir de então, verificou-se que constituem a base não de um regime democrático mas dos sistemas totalitários que aflorariam plenamente no século XX.

Durante sua fase inicial, na curta vigência da Carta Constitucional de 1791, a Revolução Francesa – iniciada em 1789 e cujo símbolo comemorativo é a queda da Bastilha, a 14 de julho –, adota o princípio da monarquia constitucional, isto é, de um sistema de governo assemelhado ao da Inglaterra, sem que naquele país se tivesse adotado tal denominação.

Antes de completar um ano, o governo constitucional é derrubado, proclamando-se a República. Entre junho de 93 e julho de 94 vigorou o terror, sendo a guilhotina acionada ininterruptamente. Nos dois últimos meses desse ciclo, apenas em Paris foram guilhotinadas 1.300 pessoas. Afinal, em 95, o país é dotado de uma Constituição Republicana, sem que cessem as agitações, permanecendo inalcançada a estabilidade política. Semelhante quadro, de

uma situação de desordem que se prolongava por 10 anos, permitiu ao General Napoleão Bonaparte dar um golpe de Estado, a 9 de novembro de 1799. Napoleão manteve-se no poder até 1814. Em 1815 consegue voltar ao governo, mas apenas por 100 dias.

A Revolução Francesa pôs em circulação o protótipo do democratismo, que depois viria a ser aplicado a outras situações.

Num primeiro momento, os revolucionários encarnam a virtude. Expressam a vontade geral. Encontram-se num plano puramente moral, não conspurcado por qualquer egoísmo subalterno.

No momento seguinte, toda oposição é logo rotulada de impatriótica. Assim, o grupo que se supõe a própria encarnação da virtude deve, no mais curto prazo, alcançar o monopólio da força. Do contrário corre o risco de ser ultrapassado por outro grupo qualquer que imagina possuir os mesmos títulos.

O democratismo é levado inexoravelmente a dar o passo seguinte e admitir a necessidade de "purificação" do processo. Da premissa de que "todos são bons" passa-se à identificação dos "bons" com os próprios acólitos. A guilhotina na Revolução Francesa – e os batalhões de fuzilamento em outros movimentos – incumbe-se do resto. Sintetizando esse processo no livro *Animal Farm*, Orwell diz que o princípio de que "todos são iguais" exige de pronto uma complementação que formula deste modo: "Todos são iguais mas alguns são mais iguais do que os outros."

Os iluminados que sabem precisamente o que o povo quer acabam por estabelecer abertamente uma ditadura. Em relação às situações vigentes sob o autoritarismo, muda apenas a retórica. A privação de liberdade atinge tão-somente "os inimigos do povo".

8. Breve Cronologia da Revolução Francesa e de seus Desdobramentos Políticos na França

maio, 1789-setembro, 1791 - Convocadas pelo rei, as Cortes (também denominadas Estados Gerais) acabam se transformando em Assembléia Nacional Constituinte. Revolução popular a 14 de julho (denominada Queda da Bastilha). Em agosto, revolta no campo acaba com o regime feudal. A Assembléia aprova várias reformas e concluiu a elaboração da Carta Constitucional em setembro de 1791. Inicia-se a monarquia constitucional.

agosto, 1792 - Queda da monarquia e proclamação da República.

setembro, 1792-junho, 1793 - Chamado Governo dos Girondinos, sob o qual tem lugar a execução do rei.

junho, 1793-julho, 1794 - Denominado período do Terror pelo fato de que a guilhotina foi acionada com intensidade crescente. Nos dois últimos meses desse ciclo, apenas em Paris, foram guilhotinadas 1.300 pessoas.

1795 - É aprovada uma Constituição republicana.

outubro, 1795-novembro, 1799 - Chamado período do Diretório, de enorme agitação política.

9 de novembro de 1799 - Golpe de Estado de Napoleão Bonaparte.

1800-1804 - Napoleão governa com o título de cônsul, preservada a República.

1804-1814 - Napoleão governa como imperador.

1 de abril de 1814 - Abdicação de Napoleão Bonaparte.

maio, 1814-março, 1815 - Primeira Restauração. Conde de Provença governa com o nome de Luís XVIII.

março, 1815 - Napoleão se reinstala em Paris e governa durante 100 dias.

1815-1830 - Conhecida como época da Restauração. Promulgada uma nova Constituição em 1814, esteve largos períodos sob influência dos *ultras* (conservadores extremados), que perseguiram e mataram partidários de Napoleão e intentaram restaurar o Antigo Regime.

julho, 1830 - Revolução liberal. Inicia-se a monarquia de Luís Felipe, cujo governo seria amplamente influenciado pelos doutrinários.

fevereiro de 1848 - Revolução popular que inicia a 2ª República na França e novo ciclo de instabilidade política.

9. Caracterização dos Filmes

TEMPOS MODERNOS. Filme clássico de Charles Chaplin, produzido em 1936 nos Estados Unidos. Tem a participação de atores que estiveram presentes na maioria dos seus filmes, como Paulette Goddard. Tempo de exibição: 85 minutos.

O filme tenta reproduzir, de forma caricatural, dois fenômenos reais: a Depressão dos anos 30, quando milhares de trabalhadores ficaram desempregados, e os novos métodos produtivos, denominados de "sistema Taylor". Esse sistema permitia a incorporação sucessiva de novos operários, em geral provenientes do meio rural (e da emigração), sem maiores graus de instrução. Consistia em subdividir as operações de modo que cada operário executasse número limitado delas, passíveis de serem cronometradas e, por esse meio, media-se a produtividade individual.

Embora se trate de uma caricatura, o filme expressa de modo adequado a problemática relacionada à Revolução Industrial. Esta concentrou, em número limitado de estabelecimentos, grande número de operários. Surgiram assim as cidades modernas.

Progressivamente, os operários passaram a lutar por melhores condições de trabalho e segurança contra eventualidades do tipo da chamada "Grande Depressão". Como se sabe, o sistema capitalista reagiu criando institutos capazes de assegurá-lo, a exemplo do seguro-desemprego, da aposentadoria, etc. Quanto às condições de trabalho, surgiu uma disciplina denominada engenharia industrial (ou mecânica) que se ocupou de desenhar máquinas que tivessem em vista o bem-estar do operador. No que se refere ao sistema Taylor, evoluiu na direção do que se tem denominado de QTC (em português Controle de Qualidade Total), que considera a necessidade de o operário sentir-se identificado com a empresa em que trabalha. De um modo geral, onde o sindicalismo amadureceu plenamente, desenvolveram-se diversas formas de parcerias entre empregados e empregadores, circunscrevendo a disputa em torno da divisão dos resultados (participação nos lucros). Conjuntamente (através dos sindicatos), ou de modo isolado, os operários também se tornaram acionistas das empresas, ali onde o mercado acionário desenvolveu-se plenamente, o que não é o caso do Brasil.

A oferta de vídeos relacionados à Revolução Industrial é limitada entre nós. A Enciclopédia Britânica produziu alguns, focalizando determinados aspectos, mas a sua comercialização não se dá através do sistema existente (distribuidoras de vídeos, em forma de aluguel, ou venda em bancas de jornais), requerendo contato direto. O filme *Germinal*, baseado na obra clássica de Emile Zola (1840-1902), que focaliza a vida dos mineiros franceses em fins do século passado, ainda não está sendo comercializado em forma de vídeo.

AS LOUCURAS DO REI GEORGE. Filme anglo-americano de 1994, dirigido por Nicholas Hytner e participação de Nigel Hawthorne, Helen Mirren e outros. Tempo de exibição: 107 minutos.

O filme focaliza um incidente ocorrido com o rei inglês Jorge III (1738-1820), que teve um longo reinado, iniciado em 1760. O filme manteve o nome inglês (George).

Do nosso ponto de vista, o incidente é irrelevante. Contudo, o personagem está relacionado a fatos marcantes do tema que ora estudamos, isto é, o surgimento de novas instituições políticas que põem termo à monarquia absoluta. Jorge III, ao contrário de seus antecessores imediatos, tentou restaurar o poder pessoal. Atribui-se à sua intransigência a eclosão da guerra civil na América, de que resultou a independência dos Estados Unidos. No fundo, o que estava em discussão era se os ingleses radicados na América eram cidadãos de segunda categoria aos quais se poderia imputar impostos sem a participação do Parlamento.

Ainda sob Jorge III, enfraquecido com o desfecho da luta com os ingleses residentes na América, consolida-se o exercício do Poder Executivo através do partido que tem maioria no Congresso (governo de gabinete ou parlamentarismo). O feito é atribuído ao Primeiro-ministro William Pitt (1759-1806). Desde então o rei da Inglaterra "reina, mas não governa". o que não significa que esteja privado de quaisquer funções. A monarquia tem desempenhado, ali onde sobreviveu, papel de grande importância quando se acham em causa questões morais.

Filmes relacionados à Revolução Francesa:

Estamos sugerindo um conjunto de filmes que focalizam aspectos importantes da Revolução Francesa, já que não se dispõe – pelo menos em vídeo acessível no Brasil – de alguma película que considerasse o evento em seu conjunto.

São os seguintes:

MARIA ANTONIETA, RAINHA DA FRANÇA. Filme franco-italiano, de 1956, dirigido por Jean Delamoy. O elenco tem grandes atores. Maria Antonieta é interpretada por Michele Morgan; Lafayette, por Guy Trejom; Luís XIV por Jacques Morel; e o sueco Axel de Fersen, que seria o amante da rainha, por Richard Todd. Tempo de exibição: 112 minutos.

A NOITE DE VARRENES. Filme franco-italiano de 1981. Direção de Ettore Scola, com Marcelo Mastroiani, Hanna Schigulla e outros. Tempo de exibição: 122 minutos.

NAPOLEÃO. Filme franco-russo de 1927. Direção de Abel Grance e grande elenco. Tempo de exibição: duas fitas de 235 minutos.

A RAINHA IMORTAL. Filme inglês de 1934. Direção de Paul Knizer. Participação de Elisabeth Bergner, Douglas Fairbanks Jr. e Gerard du Maurier. Tempo de exibição: 92 minutos.

GUERRA E PAZ. Filme ítalo-americano de 1956. Direção de King Vidor. Com Audrey Hepburn, Henry Fonda, Mel Ferrer, Victorio Gusman e outros. Tempo de exibição: 208 minutos.

WATERLOO. Filme ítalo-soviético, produzido por Dino de Laurentis em 1970. Diretor Serguei Bondarchuk. No papel de Napoleão, Rod Steiger, e, no de Wellington, Christopher Plummer. Orson Wells aparece ligeiramente no papel de Luís XVIII. Tempo de exibição: 130 minutos.

Maria Antonieta (1755-1793) era mulher de Luís XVI (1754-1793), rei da França de 1774 a 1791, quando a Revolução derrocou a monarquia e instaurou a denominada Primeira República. Considera-se que se tratava de mulher fútil; enquanto o marido provou não ter qualquer perspicácia. O filme retrata com certa fidelidade o que seria a Corte de Versalhes na época da Revolução.

A Noite de Varrenes toma por base livro de autor pornográfico (Nicolas Restif - 1734-1806), de extensa produção literária e grande sucesso em seu tempo. A propósito da fracassada fuga de Luís XVI, descreve casos amorosos e mostra Paris e cercanias do período considerado. A intenção do autor se expressa quando coloca no filme Casanova, cujo papel é atribuído a Marcelo Mastroiani. De todos os modos, é um retrato considerado realista da vida do elemento popular durante a Revolução. Em 1992 a editora L&PM, de Porto Alegre, publicou um livro desse autor, com o expressivo título de *As Delícias do Amor*. O livro em que Ettore se baseia intitulava-se *Les nuits de Paris*.

O filme *Napoleon* consiste numa tentativa bem-sucedida de retratar a vida de Napoleão em seus vários períodos. O cinema soviético – compreensivelmente tentando evitar temas polêmicos – produziu grandes películas de reconstituição histórica.

A Rainha Imortal retrata a vida de Catarina a Grande (1729-1796), que mata o marido, Pedro III, e torna-se imperatriz da Rússia de 1762 a 1796. Tendo infligido uma primeira derrota a Napoleão, considera-se que inicia o período em que a Rússia passa a influir grandemente na política européia, situação que se prolonga durante todo o século XIX, até a derrocada da monarquia, em 1917.

Guerra e Paz baseia-se no romance clássico de Leon Tolstoi (1828-1910). Desenrola-se durante a guerra com Napoleão, e embora constitua a biografia de um nobre que não participa diretamente da guerra, esta é o centro do livro, do mesmo modo que do filme.

Finalmente, *Waterloo* é uma extraordinária reconstituição dos chamados "100 dias", quando Napoleão foge da prisão, retoma o poder e acaba derrotado pelos ingleses na famosa batalha que dá título ao filme.

**V– A SOCIEDADE INDUSTRIAL COMO
CIVILIZAÇÃO URBANA**

I. Problemas emergentes na sociedade urbana

Nos começos do século XIX, a vida urbana achava-se relativamente limitada na Europa, em geral, e na Inglaterra em particular. Em 1801, Londres tinha menos de um milhão de habitantes. Pouco mais de meio século depois, em 1861, beirava os três milhões. Nesse último ano, Liverpool já era uma cidade de quase meio milhão de habitantes. Manchester, outro centro industrial, registrava a presença de 358 mil pessoas.

A concentração de pessoas num mesmo local, com condições precárias de higiene, facilitou o aparecimento de epidemias. A de cólera, nos anos de 1848 e 1849, matou 130 mil pessoas na Inglaterra. Supunha-se que sua origem era proveniente das emanções pútridas de zonas pantanosas – talvez devido ao fato de que a mortandade por ela provocada produzia cheiro desagradável –, difundindo-se graças ao vento. Em 1855, o médico londrino John Snow descobriu que o contágio dava-se por infiltração de esgoto na água usada para consumo humano. O chamado esgotamento sanitário torna-se então um programa dos governos. Até o fim do século estava implantado nos principais centros europeus, desaparecendo aquele tipo de epidemia.

As administrações municipais adquirem grande relevo. Projetam parques, praças e jardins; introduzem a praxe do planejamento e do zoneamento urbanos. Organizam-se serviços de saúde e a medicina registra grandes avanços. Progressivamente a vida urbana assume feição própria, plenamente diferenciada da vida rural ou dos pequenos burgos, que era a tradição secular.

Nas cidades, observa-se o alargamento das elites. A grande indústria em formação, do mesmo modo que a concentração urbana, demandam toda sorte de serviços. Multiplicam-se as empresas e, por esse meio, o número de empresários.

Entram em cena os sindicatos e os novos partidos, levantando a bandeira do socialismo.

Os estudiosos consideram que o processo em causa pode ser retratado e compreendido à partir da chamada Era Vitoriana, assim chamada porque as grandes transformações mencionadas ocorrem no reinado da Rainha Vitória, na Inglaterra, que durou de 1837 a 1901.

2. Democratiza-se o sistema representativo

No século XIX, consolidado o sistema representativo, começa o processo de alargamento das pessoas com direito de voto, ainda sob a liderança da Inglaterra. No continente europeu, o novo sistema encontrava muitas dificuldades para estabilizar-se, ao tempo em que se revelava suficientemente sólido nos Estados Unidos. Para Samuel Huntington, conhecido cientista político norte-americano, a expansão da democracia apresenta ondas de ascensão e refluxo. Aquilo a que denomina de primeira onda abrange dos começos da década de trinta do século XIX a 1926. Nos anos vinte deste último século, existem 64 estados organizados no mundo sendo que apenas 29 seriam democráticos (45,3% do total). Segue-se brutal refluxo com o surgimento do comunismo, do nazismo, do fascismo e de suas variantes corporativistas (salazarismo; franquismo, etc.): os estados independentes são 61 e apenas 12 democráticos (19,7%). Para Huntington, desde a queda do salazarismo (Portugal) e

do franquismo (Espanha), estaríamos em presença de uma terceira onda democrática, sendo que a anterior seria subsequente ao fim da Segunda Guerra, também vítima de refluxo.⁽¹⁾

A democratização do sistema representativo correspondeu a processo muito dilatado. Quando se implantou, na Inglaterra, somente os proprietários tinham o direito de eleger e ser eleito. Em 1832, apenas 4,4% da população maior de 21 anos gozava daquela prerrogativa. Com a reforma ocorrida naquele ano – destinada a atribuir o direito de sufrágio a nova elite de proprietários surgida com a Revolução Industrial –, eleva-se a apenas 7,1%. A eliminação da exigência de renda é iniciada tão somente nos anos oitenta daquele século. Nas eleições de 1886, os votantes passam a corresponder a 28,5% dos maiores de idade, proporção que permanece mais ou menos a mesma até às vésperas da Primeira Guerra (30% em 1914). A circunstância explica-se pelo fato de que o direito de voto era negado às mulheres. O voto feminino só seria facultado depois da guerra (ainda assim apenas àquelas com mais de 30 anos). Essa última restrição é abolida em fins dos anos vinte. Deste modo, o sufrágio universal na Inglaterra é de 1929. Nas eleições de 1931, os votantes equivalem a 97% dos maiores de 21 anos.

3. O surgimento das primeiras crises econômicas e seu desdobramento no século XX

O capitalismo fez surgir as chamadas "crises cíclicas", isto é, periodicamente fechavam-se fábricas e os operários eram desempregados. Desde o seu aparecimento, ainda nos meados do século XIX, até o pós-segunda guerra, estima-se que ocorreram crises cíclicas a cada sete/oito anos. Vigorava o entendimento de que o Estado não deveria imiscuir-se no processo produtivo, limitando-se a fixar regras que assegurasse o normal funcionamento do mercado (isto é, proibindo cartéis e monopólios, procurando mediante a legislação assegurar a concorrência, etc.). Tudo isto culmina com a hecatombe de 1929 quando o número de desempregados, tanto na Europa como nos Estados Unidos, devido à falência em massa das empresas, chega aos milhões.

Com o propósito de enfrentar a situação, aparece a doutrina denominada de keynesianismo – por ter sido formulada pelo inglês John Maynard Keynes (1883/1946) que consiste em mecanismos através dos quais o Estado passa a intervir na economia. Desde então, o Estado, no Ocidente, torna-se responsável pela manutenção do desemprego em níveis reduzidos. Entre mais ou menos 1951 e 1973, desaparecem as crises cíclicas. O fenômeno do chamado período recessivo que se verificou naquela década exigiu mudanças nos métodos keynesianos, que conseguiram fosse retomado o crescimento econômico. Depois disto, apareceram outras fases recessivas, devidas segundo os economistas a causas específicas, nas quais não vêm ao caso nos determos nesta breve caracterização da sociedade industrial como sociedade urbana.

Ainda no Ocidente, foram constituídas formas de assistência aos trabalhadores (seguro desemprego; aposentadoria; sistemas médicos hospitalares acessíveis, etc.).

Enfim a sociedade urbana promoveu razoável distribuição de renda.

A experiência histórica revela, entretanto, que nem o sistema democrático representativo nem o regime de produção capitalista (ou da livre empresa) são acessíveis a todos os povos.

4. O contexto moral da Era Vitoriana

Abundantes em inglês, inexistem em português obras dedicadas à Era Vitoriana. O texto mais importante é da autoria de L.C.B. Seaman, *Victorian England* (1973), reimpresso em 1977, razão pela qual transcrevemos a seguir um de seus capítulos.

E ninguém, ó senhor, tem repouso completo,
 Porque ninguém está livre de pecados;
 E aqueles que de boa vontade melhor Vos serviriam,
 Têm consciência, a maioria, de estarem em pecado.

Hinos, Antigos e Modernos

Ninguém é mais alegre, agora; são todos tão religiosos.

Lorde Melbourne à Rainha Vitória, 1837

A palavra “vitoriano”, como acontece com esses termos, é enganadora. O vitorianismo não começou em 1837 nem terminou em 1901. Um homem que em 1867 tivesse 60 anos, assim como outro que tivesse esta idade em 1927, não poderiam certamente ser descritos como vitorianos. Entretanto o vitorianismo do primeiro teria sido moldado quase que completamente pela experiência pré-vitoriana dos 30 anos por ele vividos antes da ascensão da rainha ao trono em 1837; e o segundo teria carregado consigo até a quarta década do século XX idéias e atitudes adquiridas nos últimos 34 anos do reinado da rainha. As idéias e as atitudes vitorianas são de vários modos simbolizadas por Darwin, Tennyson e Gladstone; no entanto todos os três já tinham 28 anos quando Vitória tornou-se rainha. O vitoriano e grande mestre-escola Arnold of Rugby foi súdito da rainha apenas durante os últimos cinco anos de sua vida; e Jeremy Bentham já havia morrido havia cinco anos em 1837. Neste ano, Dickens, Browning e Samuel Smiles tinham todos 25 anos, John Bright 26, John Stuart Mill 31, John Henry Newman 36 e Palmerston já tinha 53. Quando a rainha morreu, Bernard Shaw ainda viveria 50 anos, H.G. Wells mais 40 e Florence Nightingale outros nove. Stanley Baldwin já era um homem de 34 anos, Neville Chamberlain 32, Bertrand Russell 29 e Beatrice Webb tinha vivido apenas a metade de sua vida. Incongruentemente, duas pessoas influentes, cujo período de vida coincide com o reinado de Vitória, são Parnell e Oscar Wilde. Consequentemente, a Era Vitoriana não pode ser considerada como abrangendo apenas os 64 anos do reinado da rainha, pois as idéias e as atitudes de um homem, após adquiridas, e suas instituições, uma vez estabelecidas, transformam-se mais lentamente do que os compêndios de história às vezes sugerem. O vitorianismo deve muitas das suas mais memoráveis características a mudanças ocorridas entre 1780 e 1837. O período final da Era Vitoriana pertence muito mais à primeira metade do século XX. Onde a Inglaterra continuou a ser vitoriana em muitos aspectos e foi governada e administrada por vitorianos durante o século que separa a grande Exposição de 1851 e o festival da Grã-Bretanha em 1951.

A Era Vitoriana não é apenas parte de uma continuidade histórica maior do que ela, pois contém dentro de si muitas discontinuidades. Quando submetida a uma investigação cuidadosa, a impressão de que teria havido progresso constante entre a época do voto oligárquico e o advento do voto democrático desfaz-se. O domínio comercial e industrial, que marca o início do reinado e pelo qual é celebrado, estava declinando, sendo este declínio detectado muito antes de 1901. Pelo menos uma vez em cada década, os vitorianos passaram por recessões de maior ou menor intensidade e, durante os últimos 20 anos daquele período,

estavam firmemente convencidos de estarem vivendo uma grande depressão econômica. A sensação de enriquecimento constante e progresso inevitável que, popularmente, se atribui aos vitorianos foi conclusão dos melhores observadores depois de analisar cuidadosamente as bênçãos recebidas. O resultado a que chegaram pode ser resumido em nada mais arrogante do que a crença de que, apesar de tudo, tinha havido melhoria. Vem foi este período histórico uma era uniforme quanto à expansão imperialista. O avanço do Império foi algo como um esforço não premeditado no entardecer chuvoso da Era Vitoriana. A *Pax Britannica*, baseada no poderio naval, era o pôr-do-sol prolongado de Trafalgar, mas já em 1860 notava-se a pouca eficácia que a maior potência naval teria face às assombrosas mudanças que estavam então se processando na costa do Báltico, do Mediterrâneo e no outro lado do Atlântico. Ao final do reinado, as autoridades estavam tão preocupadas com a defesa naval quanto com as perspectivas econômicas.

Se procurarmos, entretanto, o aspecto mais duradouro e característico da Era Vitoriana veremos que consiste no grande senso de responsabilidade moral. Este é o fator mais importante a ser levado em consideração quando se pretende entender os vitorianos. Pois quer estivessem sendo humanitários ou utilitaristas; benevolentes ou insensíveis; sentimentais ou pornográficos; religiosos ou não religiosos; evangélicos ou anglicanos ortodoxos; maltusianos ou fabianos; não imperialistas ou imperialistas; quer estivessem implementando uma cruel *Poor Law* ou congratulando-se, como fizeram durante o século inteiro, por terem libertado os escravos negros, os vitorianos agiam quase sempre baseados na difundida crença nos imperativos morais da responsabilidade pessoal, do dever, e de viver em função de algo mais do que a satisfação das necessidades imediatas. Pouco importava se um homem cumpria seu dever porque Deus exigia ou porque acreditasse que devia isso a seus irmãos em um universo do qual Deus havia sido banido. O renascimento religioso que os vitorianos herdaram do wesleyanismo e do movimento evangélico dentro da Igreja oficial incutiu tão fortemente o imperativo moral na consciência da nação que este foi pouco afetado pelo relativo declínio da prática e da fé religiosa, durante a segunda metade do reinado. E sobreviveu o bastante para ser encontrado em pós-vitorianos tão diferentes quanto George Lansbury e Lord Reith.

A religião evangélica tendia a inculcar uma crença obsessiva no trabalho, na seriedade, na respeitabilidade e na idéia de auto-ajuda, originando, inevitavelmente, o ponto de vista semimarxista de que ela seria uma ideologia cuidadosamente cultivada e destinada a induzir as massas à aceitação dócil da tirania do empresário capitalista. Que tais virtudes, com seus resultados correlatos de incentivar a frugalidade entre os pobres e desestimular a ostentação entre os ricos, era perfeitamente adequada a uma nação engajada na tarefa de industrializar uma economia subdesenvolvida, quase que exclusivamente com seus próprios recursos, é atestada pelo diligente cultivo de um puritanismo semelhante, se bem que atenuado, na URSS após 1917. Aquelas virtudes justificavam a existência de longas horas de trabalho e de baixos padrões de conforto entre os trabalhadores pobres e, entre os ricos, a disposição para, abstenendo-se de prazeres no presente, investirem sua riqueza para prover o futuro de suas famílias e da sociedade. Dadas as incertezas da atividade industrial e comercial decorrentes das circunstâncias instáveis e em constante transformação do comércio internacional, não havia esperança de progresso – ou para os pobres de sobrevivência – a não ser vivendo de forma prudente e consciente. Os que se entregavam aos prazeres da carne eram pródigos em tempo e dinheiro – dois fatores essenciais ao empreendimento industrial ou comercial – e eram igualmente pródigos aqueles que ignoravam os apelos insistentes da religião evangélica quanto ao uso moderado do álcool. Aquelles que não queriam ou não podiam praticar a auto-ajuda, tornavam-se eles e suas famílias um encargo para os outros; e a crença de que isto

enfraqueceria sua moral, demonstra ainda mais que o encarceramento previsto pela emenda à Poor Law de 1834 atendia aos propósitos morais fundamentais de desencorajar os irresponsáveis e proteger os respeitáveis.

Como nenhum destes ideais sobre o comportamento era novo, pelo contrário, faziam parte integral da ética puritana tradicional, não há necessidade de discordar da opinião marxista de que se tornaram o credo predominante do período vitoriano devido à sua utilidade, do ponto de vista social. De fato, poucos cristãos devotos teriam achado algo de errado nisto. Arnold of Rugby acreditava firmemente que a Igreja era uma sociedade com a finalidade de "reprimir a moral baixa" e "melhorar a humanidade do ponto de vista moral" e que o erro da Igreja oficial, nos primeiros anos do século XIX, foi perder a noção do "caráter social" da religião.⁽¹⁾ A principal causa da hostilidade vitoriana em relação à Igreja Católica era o atraso moral e social dos países em que esta era predominante. Ao assistir uma reza noturna em uma igreja paroquial de Londres, o francês Hippolyte Taine achou que tinha assistido "a uma reunião de natureza ética em que o orador fala do púlpito em vez da mesa". Taine escreveu ainda para os ingleses:

"A Igreja (...) é o departamento de assistência moral, uma repartição para o bom governo das almas. Por essas razões, o respeito ao cristianismo é aceito pela opinião pública como um dever, e até mesmo, como um aspecto do comportamento comum e adequado. Um inglês comum relutaria em admitir que um incréu pudesse ser inglês, decente e respeitável".⁽²⁾

O fato de um código moral apropriado às necessidades econômicas e sociais da época ter se originado de um renascimento religioso ocorrido no final do século XVIII, deve-se a que o pensamento e os sentimentos de todos, exceto os de uma minoria intelectual, não podiam ser formulados em outra linguagem que não a empregada pela religião daquela época. As idéias não cristãs do Iluminismo do século XVIII eram, na melhor das hipóteses, para uns poucos e foram logo desacreditadas por terem "levado aos horrores" da Revolução Francesa; e do formalismo anglicano do século XVIII, que confundia fervor com algo deplorável chamado "entusiasmo", pode-se dizer que deixou a sociedade inglesa sem um conjunto coerente de crenças que pudesse mantê-la coesa. E à proporção que o rápido crescimento industrial e o explosivo crescimento populacional da época começaram a produzir seus sofrimentos e pressões, o metodismo, a princípio, e depois o evangelismo, atraíram naturalmente os espíritos perturbados de todos os segmentos de uma sociedade fracionada da mesma forma que o jacobinismo, o secularismo e o sindicalismo atraíram, posteriormente, outras mentes perturbadas. Olhando-se os aspectos negativos – e os vitorianos lembravam apenas o lado pior do comportamento de seus antecessores – o século XVIII pode ser descrito como uma época em que os clérigos não precisavam pregar; os mestres-escolas ensinar; os distritos eleitorais ter eleitores e as corporações desempenhar poucas ou nenhuma das funções a que se destinavam. A família real desinteressante ou de má reputação. A aristocracia era, geralmente, dissoluta ou instruída, mas em ambos os casos extravagante e cética, do ponto de vista intelectual. Consequentemente, quando em 1831 o país enfrentou o aparecimento da cólera pela primeira vez,⁽³⁾ o membro do Parlamento que sugeriu então que o assunto exigia um "jejum generalizado" como ato de penitência nacional não fazia parte dos membros responsáveis do parlamento, mas era antes um conhecido excêntrico. Sua proposta foi recebida, a princípio, com incompreensão e deboche. No dia finalmente escolhido, as congregações reunidas em St. Paul, na abadia de Westminster e em Chapel Royal, eram pequenas e desatentas. Nos estratos mais baixos da escala social, a pressão popular sobre uma economia que estava se expandindo rapidamente, mas não suficientemente rápido, e ao

controle absolutamente novo imposto àqueles que iam para as fábricas, já estavam desagregando a vida ordenada de uma comunidade predominantemente rural, em que cada um sabia seu lugar.

Em tais condições, apenas uma minoria irá associar-se a outras pessoas ou a esquemas revolucionários ou não, com o fito de modelar completamente o futuro da sociedade. A maioria procurará a salvação pessoal aqui e agora. Esquece-se frequentemente que não foi a religião evangélica, mas sim o jacobinismo e mais tarde a pregação marxista que prometeram mundos e fundos (ou, na melhor das hipóteses, negavam – no a toda a humanidade até o alvorecer da revolução). A mensagem dos metodistas e dos evangélicos era de que quem quer que reconhecesse Jesus como seu salvador asseguraria a salvação imediatamente. E não deve se presumir que estas promessas revigorantes de salvação instantânea fossem feitas apenas ou, principalmente, na era pré-vitoriana ou no seu início. Houve grandes movimentos de renascimento religioso na década de 1860. Os americanos Moody e Sankey realizaram campanhas bem-sucedidas na Inglaterra, em 1875 e 1884, e foi neste período que a Missão de William Booth constituiu-se, oficialmente, no Exército da Salvação. A influência dos movimentos de renascimento religioso persistiu durante todo o reinado da rainha.

O aspecto mais significativo dos movimentos metodista e evangélico consistiu em se libertarem da antiga doutrina calvinista de que a salvação era apenas para "o eleito". Depois de Wesley, a salvação passou a ser para todos; e foi esta universalidade que se adequou tão bem às necessidades de uma época em que pessoas de todas as camadas sociais não mais se sentiam seguras quanto à sua posição na sociedade e em que todos se sentiam ameaçados: os ricos por causa de sua riqueza, os pobres em virtude de sua pobreza. E esta universalidade tornava o cristianismo redivivo uma religião não só social, mas também uma religião de salvação pessoal, esposando as causas dos escravos negros, dos limpadores de chaminé, das operárias, do menor operário, e transmitindo, ao final do século, muito de sua seriedade ao emergente movimento trabalhista. Uma explicação não menos importante a respeito do caráter generalizado adquirido pelo renascimento religioso é que, enquanto o metodismo encontrava-se fora da Igreja oficial, o movimento evangélico consistia em um renascimento dentro desta. Graças a isso e aos importantes contatos políticos e sociais de William Wilberforce, seu mais brilhante expoente, o movimento evangélico disseminou o cristianismo renascido a partir da classe média, atingindo as classes altas. O metodismo por si só não teria tido tais conseqüências, visto estar maculado, do ponto de vista social, em virtude de sua pregação ter se dirigido, inicialmente, às classes mais baixas. Assim sendo, quando o próprio Wilberforce deu demonstrações de fervor religioso, seu avô ameaçou deserdá-lo caso ele viesse a se converter ao metodismo. Conseqüentemente, à época em que Vitória ascendeu ao trono, a vilania de seus tios, os filhos de George III, estava começando a ser considerada como um resquício dos maus tempos passados. Os elevados princípios e a seriedade que passaram daí por diante a caracterizar tantos membros da aristocracia e que marcou Pell e Gladstone e, posteriormente, Lorde Salisbury como sendo essencialmente vitorianos, explicam o cinismo patético e histriônico do idoso Lorde Melbourne ao se deparar nos primeiros anos do reinado de Vitória com o declínio da alegria e o avanço da religião; explicam porque a popularidade de Palmerston, em meados do século, dependia quase que inteiramente do fato de ser ele peculiar e, donde, sob muitos aspectos diferentes de sua época; e ressaltam a evidente singularidade de Disraeli, cujo caráter os vitorianos típicos não conseguiram entender, transformando-o em mito e lenda.

O cristianismo renascido proporcionava, também, uma cultura popular e uma experiência emocional profunda. A Era Vitoriana reflete-se, talvez, de forma mais fidedigna,

nas páginas dos *Hinos, Antigos e Modernos*, cuja primeira edição apareceu em 1861. As palavras de Wesley em "Jesu, Loven of my soul" exploram e expressam cruelmente as profundezas da angústia:

Abrigai-me, ó meu Salvador, abrigai-me,
Até que a tormenta da vida passe;
Guiai-me com segurança até o abrigo,
E recebi finalmente a minha alma...

De outro refúgio não disponho
Minha frágil alma depende de Vós...

A mesma sensação de alienação e desculpa, que não era peculiar ao autor, embora ele dela participasse, está expressa no hino "Lead Kindly Light", de John Henry Newman, que desfrutou de grande popularidade até o século XX.

A noite está escura e estou longe de casa,
Continuai a me guiar.

E a banalização do que antes era inefável, dificilmente poderia superar o "Once in Royse David's City", de autoria de Mrs. Alexander,⁽¹⁾ que conseguiu transformar o temível Pantocrator dos mosaicos bizantinos em um bebê de cabelos cacheados, sendo banhado em uma bacia de zinco, e que passou a fazer parte de qualquer quarto de criança da época.

Ele era pequenino, frágil e desprotegido,
Como nós, conhecia o riso e as lágrimas;
E partilhava de nossa tristeza,
E participava da nossa alegria.

O sentimentalismo aí discernido, e que era característico de tantas mentes vitorianas, era completamente bem-intencionado. Uma valorização deliberada dos humildes e das serviçais, dos fracos e dos desprotegidos era um primeiro desafio positivo ao desprezo que então lhes devotava uma sociedade insuficientemente desenvolvida, cuja rudeza e consumismo encorajavam esta prática. Pode-se dizer que Dickens alargou os horizontes da solidariedade humana ao conseguir que milhares chorassem junto ao leito de morte de Little Nell ou sofressem com a Nancy de *Bill Sikes*. Para muitos membros da sociedade, as mulheres da classe pobre eram ainda apenas objetos a serem desejados, desfrutados, empregados ou abandonados ao sabor dos mais afortunados. A literatura popular da época contém vários exemplos de cansativos relatos sobre pais desolados chorando sobre pequenos caixões. Tennyson, quase tanto quanto Dickens, abusou dos sentimentos inspirados pela morte prematura das crianças humildes..

Você me enterrará, minha mãe, bem embaixo da sombra da sarça,
E virá às vezes me ver onde estarei deitada...
Não deixe Effie vir mexer até que meu túmulo esteja verdejante:
Ela será uma filha melhor do que jamais fui...

No entanto, considerando-se a taxa de mortalidade infantil existente e o estágio primitivo da ciência médica e da saúde pública, pode se considerar como início de um processo civilizador o fato de se ter tornado rotineiro apresentar publicamente como graves

essas mortes a todos que podiam ler. Ao dobrar o coração das pessoas, conseguiram que algo fosse feito neste sentido.

Da mesma forma, a moralidade da classe média, transmitida aos vitorianos pelo renascimento religioso, era uma defesa essencial – em uma sociedade organizada imperfeitamente e recém-valorizada e, por conseguinte, ainda desorientada e mal gerida – contra a histórica lassidão da aristocracia tradicional e a ainda mais assustadora falta de padrões de comportamento civilizado entre as novas populações urbanas. Se as mulheres não saíam acompanhadas, não era apenas em virtude de serem pudicas, mas também porque corriam o risco de serem roubadas, abordadas ou atacadas. O espetáculo das multidões que ocupavam o crescente submundo de Londres e várias outras cidades provocavam comentários maldosos por parte de visitantes estrangeiros durante o século inteiro. Consequentemente, as pessoas realmente respeitáveis e virtuosas estavam fazendo um julgamento sociológico, razoavelmente correto, ao considerarem-se como os recém-chegados Filhos de Israel em uma terra entregue à luxúria. Obcecadas com os dogmas de auto-ajuda e responsabilidade individual, como estavam as pessoas respeitáveis, levou-os a se convencerem de que os mais fracos entre eles iriam inevitavelmente cair na depravação caso eles se desviassem o mínimo que fosse das normas de respeitabilidade. A observância dessas normas era o sinal exterior e visível de que continuavam em estado de graça. E tais sinais consistiam na leitura assídua da Bíblia, no hábito de rezar em família (pouco praticado no começo do século e em desuso no seu final), na observância estrita do Sabbath e, nos lares mais conservadores, na recusa de jogar cartas, de tocar em bebidas fortes ou de mencionar, na presença das mulheres, assuntos como aborto ou até os termos de atos do Parlamento que mencionassem o estado dos esgotos. O preço pago por esta devoção à doutrina da tentação onipresente era uma vigilância tão grande que, quando o Crystal Palace transferiu-se para o local definitivo em Sydenham, ficou estabelecido que permaneceria fechado aos domingos e que suas estátuas, se nuas, receberiam uma folha de parreira. Os mais sensíveis entre os virtuosos não eram menos vigilantes em relação a seus próprios desejos pecaminosos do que em relação aos dos outros, a tal ponto que muitos expoentes vitorianos que se distinguiram por sua indubitável estatura intelectual apresentam-se aos olhos de épocas posteriores como neurótica e ridiculamente denominados pelo sentimento de culpa. Espíritos menos elevados eram hipócritas e agradeciam a Deus de não serem como os outros. Entretanto, se alguns não tivessem se orgulhado, embora de forma hipócrita, de serem superiores a seus irmãos semibárbaros ou a seus antecessores dissolutos, a vida na Inglaterra vitoriana teria sido pior do que foi.

Como todos os códigos morais, o vitoriano, com os seus requisitos de seriedade e conformidade estrita a um conjunto de normas sociais baseadas em sanções religiosas, era tanto reverenciado na observância quanto no desrespeito. Embora a infidelidade conjugal entre os membros mais estáveis de todas as camadas da sociedade fosse pouco comum, amantes, prostitutas e uniões irregulares entre os pobres eram aspectos da vida vitoriana e o código tinha que ser protegido através de extenuantes e bem-sucedidas tentativas de fingir que estes casos não existiam. As atitudes sexuais eram ainda mais distorcidas, pela maneira como as mulheres deviam se resguardar. Era responsabilidade delas, em última instância, manter os padrões de moralidade do ponto de vista sexual, sendo inatingíveis antes do casamento, e irresistíveis; e sempre disponíveis quando solicitadas pelos maridos. Esperava-se que elas não se deixassem excitar como esposas castas, da mesma forma como se deviam comportar quando castas solteiras. De forma alguma deveriam estimular, menos ainda desfrutar do lastimável impulso masculino de se comprazer nas "paixões inferiores", pois isso certamente afetaria o vigor e a assiduidade com que o homem desempenharia suas obrigações principais como trabalhador ou patrão. Pior ainda, encorajar esses impulsos significava para as esposas

multiplicar os temidos riscos de gravidez em uma época em que os métodos anticoncepcionais eram quase totalmente desconhecidos. Assim, as mulheres tendiam a evitar as relações sexuais, agravando ainda mais o sentimento de culpa dos homens sérios. Suspeita-se que a infelicidade advinda da observância do código sexual vitoriano não fosse muito menor do que a provocada pelo desrespeito a ele.

Com o tempo, o código passou a ser o mais importante. Quanto a isso todos concordavam, exceto os mais audaciosos. Se se desviassem do código, o escândalo deveria ser evitado a qualquer preço, pois, se houvesse escândalo, o culpado deveria ser punido. E como esta punição consistia no ostracismo social, evitar o escândalo, mais do que abandonar a conduta que a isso levava, era a principal preocupação. Isso não era tanto hipocrisia, mas sim uma conjugação de bom senso e caridade. Enquanto ninguém sabia oficialmente que Kitty O'Shea era amante de Parnell (embora pareça que todos soubessem do fato, exceto Gladstone), tanto o código quanto a carreira de Parnell estiverem a salvo. Quando, porém, o Capitão O'Shea deu entrada no pedido de divórcio e o assunto tornou-se público, Parnell teve sua carreira encerrada imediatamente, morrendo dois anos depois; mas, mesmo assim, sua carreira findou menos por desrespeito do que por desafio ao código, pois ele recusou-se a se retirar temporariamente da política como aconselharam-no seus amigos convencidos de que com o tempo o assunto seria esquecido.

No entanto, a devoção rígida ao código moral era parte tão integral do pensamento vitoriano que não só sobreviveu como foi também freqüentemente fortalecida pelo abandono dos dogmas da religião revelada. John Stuart Mill, George Elliot e T. H. Huxley, para citar apenas três, embora descartassem a idéia de uma religião sobrenatural, atribuíam não menos validade sobrenatural à Moral em si. Na realidade, alegavam que a Moral deles era mais pura e exaltada do que a moralidade cristã. Em meados do século, estava se tomando cada vez mais difícil para as pessoas inteligentes e sensíveis aceitar que o único fundamento de um bom comportamento fosse a crença literal em uma série de acontecimentos milagrosos que haviam supostamente ocorrido há dois mil anos. Excetuando-se isto, o bom comportamento dos cristãos devia-se ao medo, ou ao amor a Deus, e era adotado por medo dos castigos que os esperava na vida eterna ou na esperança da bênção eterna após a morte; mas o incrêdo que se comportasse bem não o fazia na esperança inabalável de recompensa ou de castigo. E isso era considerado como sendo uma moral mais elevada, livre não apenas da superstição como do menor interesse próprio. Os que não eram crentes também se sentiam impelidos a adotar padrões morais estritos em decorrência da própria universalidade da premissa de que a moralidade dependia de fé. Se a ausência de religião devesse resultar em perda dos padrões morais, sua descrença seria condenável, por isso o abandono da religião, longe de levar à licenciosidade, fez com que os não crentes do século XIX fossem imbutíveis quanto à severidade de suas atitudes morais.

Consequentemente, o melhor dos vitorianos acatava um código moral de dever, de severidade e de dedicação ao trabalho que, embora oriundo da religião, era suficientemente sólido para sobreviver ao abandono da religião. E foi isso que, conjugado com outros fatores mais tangíveis e decorrentes das condições econômicas especiais daquela época, dava aos vitorianos o que, ainda hoje, é considerado sua surpreendente energia. Para alguns a consciência de dever para com Deus e seus semelhantes proporcionava o estímulo da mesma forma que uma idéia quase obsessiva de que o tempo era uma dádiva do altíssimo a ser usada frutiferamente para ter como prestar-lhe contas após a morte. Para muitos, era o sentimento de culpa que os mantinha, incessantemente, ocupados, compelindo-os a sublimar seus impulsos sexuais no trabalho ou em boas ações; ou, então, um desejo ardente de apresentar no Juízo Final uma quantidade suficiente de boas obras ou de grandes feitos de modo a compensar o

estado pecaminoso em que acreditavam estar. A vitalidade demoníaca de Gladstone parece ter resultado desses fatores. Outros pareciam movidos pelas considerações menos sutis de que subir na vida, alcançar respeitabilidade e admiração consistiriam em evidência palpável de que sua conduta agradava ao Senhor. O código moral comprimia tanto as alternativas de vida que sua energia brotava com extremo ímpeto. A aceitação generalizada de que era primordial cumprir com as suas obrigações deixava-os inteiramente livres para se concentrarem na execução de suas tarefas. Os que estavam assaltados pelas dúvidas, estavam, na maioria das vezes, e a longo prazo, preocupados apenas com a dúvida de natureza teológica, e muitos, ao examinar aquelas dúvidas, concluíam que os velhos imperativos morais encontravam-se agora mais fortalecidos do que enfraquecidos. Por isso Tennyson escreveu na *In Memoriam*:

"Há mais fé na dúvida honesta,
Acredite-me, do que na metade dos credos
e em Locksley Hall
E não duvido de que um propósito crescente acompanhe o passar dos tempos,
E os pensamentos do Homem alarguem-se
com a evolução dos sóis".

As pessoas que não eram assaltadas pela dúvida teológica e que se consideravam agentes conscientes de um crescente propósito cósmico só podiam concordar com Macaulay de que pertenciam à geração mais esclarecida até então existente. Podiam, portanto, sentir-se confiantes e podiam se esforçar sem se tornarem autocomplacentes. Podiam julgar que tudo lhes era possível, sem perder a humildade ou esquecer a essencial falibilidade de todos os seres humanos. Não podiam encontrar na crítica social uma desculpa para não se conformar, nem para o cinismo, pelo contrário, era um apelo para que se esforçassem ainda mais tenazmente em retribuir o tempo precioso que lhes havia sido providencialmente concedido.

Entretanto, a religião vitoriana estava sujeita a uma grande limitação. Embora ela se houvesse disseminado entre as classes mais elevadas, nunca atingiu setores mais desfavorecidos do que as camadas mais altas da classe operária. A mais famosa prova disso é o censo realizado no último domingo de março de 1851, em que a estimativa mais conservadora do número de adultos que não foram a nenhum local de culto, neste dia, é de 5,25 milhões de pessoas em uma população constituída por 18 milhões na Inglaterra e no País de Gales. Além disso, os assistentes sociais e os missionários relataram durante o século inteiro que estavam surpreendidos e entristecidos, não apenas com a extensão da indiferença, mas também da ignorância em relação à Bíblia e os rudimentos da crença cristã. No entanto, este era o destino previsível de uma religião que se viu muito rapidamente confundida com a respeitabilidade. A distinção que a maioria das pessoas religiosas fazia entre os pobres "merecedores" e os indignos tendia a limitar não apenas os atos formais de caridade, mas também o interesse mais genuinamente cristão pelos trabalhadores pobres. A associação de cristandade, com respeitabilidade, foi ainda mais reforçada no período vitoriano, em decorrência do sustentado avanço do status legal e social conferido aos *dissenters*, que cada vez mais perderam contato com o radicalismo político e, conseqüentemente, com a classe trabalhadora. Contribuiu, ainda, para tanto, a bibliolatria da religião vitoriana que a tornava mais apropriada aos alfabetizados e menos aos semi-analfabetos ou inteiramente analfabetos. A ênfase atribuída à Bíblia, ao tender a identificar religião séria com o estudo detalhado de um texto sagrado essencialmente obscuro, podia degenerar facilmente em pedantismo estéril que nada mais era do que pseudo-religiosidade. O povo dea do livro, como gostava de se intitular, tendia a se tornar estudioso no sentido pejorativo do termo – como Dickens estava pronto a

demonstrar –, sem vida e taciturno. Tornou-se necessária a aplicação de várias injeções de revivalismo para revitalizá-lo, mas embora os renascimentos ocorridos em meados e no final do período vitoriano tenham tido efeitos dramáticos e imediatos, foram restritos a algumas regiões e, geralmente, pouco duradouros. O sucesso mais duradouro do Exército da Salvação deve-se tanto a ter evitado deliberadamente os respeitáveis quanto a seus elementos românticos, simbólicos e musicais. Isto, também, explica a persistência do renascimento do ritual na ala anglo-católica da Igreja oficial cujo caráter medieval, derivado em grande parte de John Henry Newman e do Movimento de Oxford, obtinha freqüentemente sucesso nas paróquias dos cortiços e muitas vezes identificado com causas sociais.

Na maioria das vezes, entretanto, a Igreja oficial é os grupos que eram tradicionalmente *dissenters*, ao seguir os hábitos e as instituições tipicamente vitorianas, não conseguiam atrair a massa inculta. Charles Kingsley aponta uma das principais razões: "É nossa culpa. Usamos a Bíblia como se fosse um mero manual especial – uma dose de *Ópium* para manter os burros de carga quietos enquanto estão sendo sobrecarregados".⁽¹⁾

O fracasso não foi apenas decorrência do culto à respeitabilidade. Deveu-se ao fato de que as Igrejas, como as demais organizações voluntárias na Inglaterra vitoriana, não podiam manter o passo com o contínuo crescimento populacional, com a crescente expansão das cidades e com o incessante deslocamento de população então se sucedendo. Durante o século inteiro os grupos religiosos tradicionais construíram igrejas, capelas, escolas e escolas paroquiais (*sunday schools*) e criaram missões nos cortiços, mas não conseguiram jamais acompanhar o processo. Nisto, como em outros aspectos sociais, os vitorianos foram derrotados pelas dimensões dos problemas com que se depararam, mas a evidência histórica nos compele a reconhecer o fato de que jamais desistiram de conseguir resolvê-los.

Há, de fato, razões razoavelmente sólidas para sustentar que a vitalidade religiosa dos vitorianos praticamente não diminuiu com o passar dos anos. No período pré-vitoriano, os metodistas e os antigos *dissenters* tomaram a dianteira porque a lassidão e a ineficiência da Igreja Anglicana, e sua identificação com a nobreza fundiária, a distanciavam das novas populações urbanas oriundas da industrialização. Era sempre mais fácil criar um novo local de culto dos *dissenters* do que fundar uma nova paróquia anglicana ou ampliar uma já existente, em uma época caracterizada por padres não-residentes, curas mal-remunerados e pluralismo de opiniões. Na esmagadora maioria das vezes, o pároco típico era um pároco de zona rural que, juntamente com o senhor local (*squire*), liderava a sociedade do vilarejo. Mas, a partir de 1840, a religião desenvolveu-se em todas as frentes. A Igreja reformou sua organização, o que permitiu, por conseguinte, pôr em prática as idéias dos movimentos evangélico e tractariano. Enquanto o movimento evangélico tendia a incentivar, primordialmente, a piedade, o movimento tractariano estimulava uma percepção mais apurada da Igreja como parte da tradição existente, um ritual mais dignificado, uma consideração adequada para com a liturgia e uma consciência religiosa menos estritamente verbal do que a normalmente estabelecida pela tradição do século XVIII. A esses novos aspectos da Igreja oficial e à continuada vitalidade dos *dissenters*, antigos ou novos, foi adicionado o revigoramento da Igreja Católica. Isto resultou do Ato de Emancipação Católica de 1829, do grande influxo de irlandeses em direção a Liverpool e a Londres, do restabelecimento da hierarquia católica em 1850 e da grande influência de dois ex-anglicanos e tractarianos, Cardeal Manning, que sucedeu o incompetente Wiseman como arcebispo católico de Westminster, e J. H. Newman. Manning identificava-se muito com os problemas sociais da classe trabalhadora das décadas de 1870 e de 1880; e Newman, embora a princípio abominado por ter abjurado a religião protestante, veio a ser respeitado no fim da sua vida pela moderação do seu catolicismo e pela

generosidade demonstrada em relação aos anglicanos, de quem se havia anteriormente separado.

Os dados demonstram uma notável atividade religiosa na segunda metade do século. Entre 1841 e 1876, os anglicanos construíram 1.727 novas igrejas na Inglaterra e no País de Gales, e recuperaram mais de 7.000 igrejas antigas. Os congregacionalistas aumentaram o número de locais destinados a este culto de 2.236, em 1841, para 4.579 em 1901; os batistas aumentaram os seus de 1.150 para 6.313; e os católicos aumentaram os seus de 798 para 1.536 durante aquele período.⁽¹⁾ O resultado foi que os "bancos vazios" que vieram a ser criticados no final do reinado da rainha, testemunham tanto o zelo dos vitorianos no que se refere a construção de igrejas como a disseminação da indiferença religiosa. E embora o anglicanismo tenha declinado em relação ao crescimento da população, o número de batismos, crismas e comunhões cresceu sustentadamente durante o século; em 1884 um escritor católico atribuiu o fato de o crescimento do catolicismo ser lento ao grande renascimento da vida religiosa da Igreja da Inglaterra. Semelhantemente, a influência de Gladstone fez com que o renascimento da primeira parte do século continuasse a frutificar nas décadas de 70 e 80; um tractariano devotado assegurava preferência para os altos postos da Igreja e pessoas oriundas do Movimento de Oxford.⁽²⁾

Vão era a indiferença da classe trabalhadora tão completa como às vezes se afirma; o termo "classe trabalhadora" é, como o termo "classe média", muito amplo para permitir que se façam afirmações precisas. Pois, embora o culto da respeitabilidade mantivesse os pobres e os rudes indubitavelmente alijados, ele também os acolhia assim que se tornavam menos pobres e menos rudes; não era ruim que, assim que uma mulher pudesse comprar um chapéu em lugar de um chale, e um homem um colarinho e uma gravata, as portas de uma igreja respeitável se lhes fossem imediatamente abertas. De fato, pode se demonstrar que o passar do agnosticismo para o não-conformismo, e daí para o anglicanismo, não cru um *curriculum vitae* inusitado entre os humildes que venciam na vida; uma grande parte da irreligiosidade da Era Vitoriana expressava antes a discordância dos pontos de vista social e político do que dos pontos de vista teológico ou intelectual. E deve se contrapor às estatísticas da freqüência à igreja às de freqüência paroquial (*sunday school*). Em 1818, cerca de 4% da população freqüentavam a escola paroquial; em 1888, três em cada quatro crianças freqüentavam a escola paroquial na Inglaterra e no País de Gales, quase todas elas pertencentes à classe trabalhadora.⁽³⁾ As escolas continuaram a desfrutar de prestígio nas cidades mesmo depois da aprovação do ato educacional de 1870, e em Lancashire continuou forte o hábito de prolongar a freqüência à escola paroquial até a idade adulta, hábito esse que entre os congregacionalistas perdurou por muito tempo. As escolas paroquiais mais bem-sucedidas recebiam, freqüentemente, orientação conjunta de várias seitas e devem ter sido extremamente ingênuas, do ponto de vista teológico. No entanto, o efeito conjugado do movimento das escolas paroquiais e da disseminação da educação compulsória no final do século significou, provavelmente, que as crianças da classe trabalhadora em 1901 conheciam melhor a Bíblia do que as suas antecessoras em 1837.

Ao compararmos os dados de 1837 e 1901 veremos que sem dúvida maior parcela da população não freqüentava a igreja em 1901. Até que ponto isso refletia um declínio dos sentimentos religiosos genuínos, é difícil afirmar, pois o sentimento religioso não é quantificável. A diferença encontrada pode representar apenas que em 1837 a maioria das pessoas vivia em aldeias enquanto que em 1901 a maioria morava em cidades. O não comparecimento a uma igreja de aldeia, em 1837, representava uma atitude notória de isolamento em relação àquela pequena comunidade, ao passo que o não comparecimento a

uma igreja de cidade em 1901 era uma atitude anônima e tomada por outras centenas de pessoas igualmente desconhecidas e destituída, portanto, de significado social. Além do mais, em 1837 o que diferenciava o domingo dos demais dias da semana era exclusivamente o fato de ser o dia de ir à igreja, a qual permanecia fechada o resto da semana. Mas em 1901 o domingo era também o dia de andar de bicicleta, de jogar golfe, de passear de trem e do jornal. Em 1837, a igreja e a capela eram obrigatórias para todos; em 1901 elas estavam se tomando um lugar para os que queriam ser ou já eram devotos. Não eram mais o ponto central da vida, pois muitas das suas outras funções anteriores haviam se secularizado. Mas não há dúvida de que aqueles que freqüentavam a igreja, em 1901, tiravam maior satisfação disso do que teriam tirado em 1837; e em todas as seitas desfrutavam de uma liturgia mais ordenada, melhor música e uma grande quantidade de hinos reconfortantes.

A longo prazo, a grande defasagem entre a teologia do povo e a teologia dos teólogos ocorrida na segunda metade do século pode ter sido mais importante do que o declínio relativo do comparecimento à igreja como observado em 1901. Por volta de 1901, a teologia do povo era em grande parte a teologia oficial de 1837, embora já bastante desprovida do temor ao fogo do inferno. Mas ainda dependia da crença consciente ou inconsciente na infalibilidade da Bíblia do Rei James e era alimentada quase que completamente por “histórias da Bíblia”, que, embora literais, se apresentavam interpretadas de forma elaborada. Era uma teologia de escapismo sentimental (“Rocha dos séculos abra-se em fendas e deixe-me esconder em ti”) e de recompensas e punições na outra vida. Definia "obras" como consistindo na prática em ajudar nos bazares e festas ambas novidades vitorianas – e em ensinar nas escolas paroquiais. Tendia, por conseguinte, a ser voltada para os livros e para a congregação, no sentido mais restrito, faltando-lhe, conseqüentemente, contato com a vida intelectual tanto do mundo leigo quanto da Igreja Cristã, conforme estava ocorrendo desde 1837.

E como a teologia do povo não era de forma alguma intelectual, as dificuldades de natureza intelectual criadas pelo que se pode chamar em sentido amplo de "ciência" tiveram menor participação no enfraquecimento da religião junto ao povo do que se é levado a pensar às vezes. O primeiro golpe desfechado contra as noções tradicionais deve-se aos geólogos. Seus estudos puseram por terra a história de que o mundo havia sido criado em seis dias e a idéia comumente aceita de que a história do mundo tinha se iniciado em uma tarde de outubro no ano de 4.004 a.C. Um segundo golpe foi a teoria da evolução, conforme publicada na Origem das Espécies (1859) e na Ascendência do Homem (1871), ambos de autoria de Darwin. Pensou-se então que esta teoria desacreditaria o ensinamento central da religião cristã de que o homem fosse uma criação especial, distinta dos animais. Golpes mais sérios foram desfechados pela crítica bíblica, responsável pela idéia de que a Bíblia em que se baseava o cristianismo anglo-saxão era um texto impreciso; paralelamente o estudo da história, assim como o desenvolvimento das ciências naturais, questionavam a verdade literal do Novo e do Velho Testamento. Isto era um assunto sério para pessoas acostumadas a acreditar que Jonas tinha sido engolido por uma baleia e sobrevivido para contar a história, e que discutiam seriamente o tamanho exato da Arca de Noé. Além disso, assim que se alegou que algumas partes da Bíblia eram lendárias, não havia mais objeção do ponto de vista da lógica a se considerar o texto inteiro como sendo lendário. Se apenas alguns milagres eram verdadeiros, quantos e quais o eram? Se Adão e Eva eram lendários, também o seria a concepção sem pecado; e se esta o era, por que não a ressurreição?

Foi um feito notável que a Igreja sobrevivesse a essa crise intelectual e que dela emergisse em um estado relativamente bom. Um grande número de clérigos logo aceitou a impossibilidade, do ponto de vista intelectual, de continuar a basear o cristianismo na infalibilidade do texto bíblico transmitido. Entre 1879 e o final do século, tornou-se cada vez

mais comum encontrar bispos dispostos a ordenar homens que admitiam abertamente não acreditar na inspiração verbal da Bíblia. Isto foi uma notável reafirmação das tradições de largueza e de liberdade de opinião nos assuntos teológicos que haviam sido estabelecidas no século XVIII e contra as quais os tractarianos haviam investido tão furiosamente nas décadas de 1830 e 1840.⁽¹⁾

A transição, entretanto, só foi empreendida através de uma conspiração do silêncio. O clero dividia-se, *grosso modo*, em dois tipos: aqueles que pregavam velhas crenças, porque ainda acreditavam nelas, e os que evitavam pregar as novas crenças, com medo de perturbar os espíritos de suas fiéis congregações. Os ocupantes dos bancos queriam ouvir que seus pecados haviam sido perdoados, e não ser purificados do erro teológico. E estava além da capacidade de o clero ensinar, e de sua congregação entender, a diferença sofisticada entre a fé antiga e simples de que a Bíblia era a palavra de Deus e a confusa e nova idéia de que a palavra de Deus estava na Bíblia, mas que era necessário examinar detidamente para poder encontrá-la. Consequentemente, ao findar do século, a Igreja parecia, aos olhos dos crentes e dos descrentes, como a guardiã de um conjunto de crenças que a ciência e os pesquisadores haviam destruído. Ao acompanhar os simplórios, perdeu contato com os inteligentes.⁽²⁾

Por volta de 1901, a Igreja estava sendo superada e ultrapassada enquanto força social. O protesto organizado da classe trabalhadora estava sempre pronto a exigir sanção religiosa para os diferentes tipos de maneira como gritava que *a Desgraça caia sobre você*. Tanto o tractarianismo quanto o romanismo de Meanning interessavam-se profundamente pelas condições da classe trabalhadora. Mas o socialismo cristão pregado por F. D. Maurice e Charles Kingsley, após o fracasso do cartismo, demonstrou-se tão ineficaz quanto a idéia de Disraeli de uma jovem Inglaterra e uma democracia *tory*. Através das suas várias obras sociais e de caridade, as igrejas levaram muito auxílio às vítimas de uma sociedade imperfeita, mas não tinham quase nada a contribuir quanto à tarefa de remodelar a sociedade cujos males afetavam os que elas socorriam. Lorde Shaftesbury exemplifica essa falha: amigo infatigável dos pobres, não tinha tempo nem paciência para participar de esforços organizados que visavam mudar a estrutura da sociedade. Assim, em 1901, a consciência social estava, como a educação e os governos locais nas áreas rurais, tornando-se secular. Os socialistas que surgiram do período vitoriano e alcançaram o período eduardiano agiam sem o auxílio do clero. Muitos eram não-conformistas, pregadores leigos, e apenas um dos que se destacaram, George Lansbury, era anglicano. Quando, 50 anos mais tarde, Aneurin Bevan disse ao Partido Trabalhista que ou ele tornava-se uma cruzada moral ou nada, a frase – se é que ela significava alguma coisa para os seus ouvintes – deu uma medida de o quanto o século XX havia secularizado e, provavelmente, expurgado algo que os vitorianos consideravam como inteira e necessariamente religioso.

5. A questão da decadência dos valores tradicionais

Quando se encerram os grandes ciclos históricos, observam-se alterações nos valores que aparecem, aos contemporâneos, como absurdos e despropositados. A dificuldade maior reside em determinar-se quando ocorre de fato aquela superação. Assim, por exemplo, a transição da Sociedade Feudal para a Sociedade Industrial desenvolveu-se ao longo de muitos séculos.

Em contrapartida, não parece haver maiores indícios de que, no Ocidente, estejamos de fato transitando para uma sociedade pós-industrial que ainda não teria nome. Em que pese os imensos progressos – e as grandes mudanças resultantes da informatização, isto é, o uso de computadores nos diversos setores econômicos e também na vida doméstica e pessoal das pessoas –, os processos tecnológicos continuam sendo a regra nas atividades produtivas. E isto, precisamente, é que caracteriza a sociedade industrial, desde que as máquinas foram adotadas nas manufaturas em substituição à mão-de-obra e aos métodos artesanais. Virtualmente desapareceu o chamado operariado manufatureiro mas os métodos produtivos que estão substituindo a indústria tradicional não apresentam características muito diversas das precedentes. No que se refere aos valores, entretanto, desde o fim da Era Vitoriana tem havido crescente liberalização dos costumes. Nos filmes que vamos ver e que retratam aquela Era, pode-se observar quão arraigados eram os preconceitos, a começar do distanciamento da elite aristocrática. O essencial, entretanto, é que a mencionada liberalização dê-se no sentido de atender aos valores fundantes de nossa cultura, em especial o valor da pessoa humana. Em muitos aspectos, a liberalização em causa dá-se naquele sentido, como é o caso preciso da exigência crescente no que se refere aos denominados direitos humanos. Naturalmente, a sociedade industrial tem muitas mazelas. Acontece que tal não poderia deixar de acontecer. Com toda certeza, a inveja, a baixaza, a violência jamais serão banidas deste mundo, o que impõe seja cultivado o imprescindível equilíbrio na avaliação de nossa vida social.

6. A singularidade da cultura ocidental

Quando se discute, com tanta intensidade, a questão da globalização, é oportuno perguntar se, de fato, tem ocorrido, em todo o mundo, a assimilação dos valores de nossa cultura. Samuel Huntington, no livro em que discute justamente o que chama de "choque das civilizações",⁽¹⁾ acha que estaria havendo uma certa confusão entre modernização - que corresponderia à industrialização e à correspondente tecnicização dos processos produtivos - e ocidentalização. Segundo o seu entendimento, a cultura ocidental, além de singular, não se reproduz.

Indica expressamente que o fato dos russos terem passado a tomar Coca-Cola não significa que se hajam convertido ao Ocidente. E explicita: "O coração da cultura envolve a língua, a religião, valores, tradições e costumes".

O que faz com que sejamos ocidentais? – pergunta. A resposta contém uma enumeração que se pretende exaustiva, da qual referiremos o que nos parece essencial.

O primeiro traço corresponde à herança clássica a filosofia grega e o racionalismo; o direito romano, o latim e a cristandade). O islamismo e as civilizações ortodoxas também tiveram a mesma herança mas dela não se aproximaram da mesma forma.

Seguem-se: o cristianismo ocidental que proporcionou o senso de comunidade e gerou divisão característica e distintiva entre protestantismo e catolicismo; a separação entre o espiritual e o temporal; o sistema jurídico-legal; o pluralismo social e a sociedade civil; o sistema representativo e o individualismo. "Tomados em separado, explica, nenhum desses fatores é exclusivo do Ocidente. Mas a sua combinação deu-lhe uma qualidade distintiva".

Na versão de Huntington, as outras civilizações jamais conseguiram, com sucesso, copiar o modelo ocidental. Lembra que as duas experiências históricas mais marcantes neste sentido – a de Pedro Grande na Rússia, em fins do século XVII, e a de Kemal Ataltuk, na

Turquia, no século passado – terminaram sobretudo por fazer renascer o nacionalismo. Da modernização econômica que tem ocorrido em diversos países não resultou a sua ocidentalização. Mas o que efetivamente impede? A resposta de Huntington residiria na unicidade conquistada no processo de constituição da cultura ocidental. Invoca o exemplo das inúmeras tentativas de converter uma cultura em outra que acabaram sempre sem proporcionar os resultados pretendidos.

Das breves indicações precedentes, pode-se concluir que as sugestões de Huntington proporcionam uma grande contribuição ao aprimoramento do conceito de globalização.

7. Caracterização dos Filmes

A chamada Era Vitoriana não consiste apenas na rigidez com que a aristocracia procurou defender seus valores morais – naturalmente que muitos de seus preconceitos estavam relacionados ao receio da perda de privilégios – caracterizando-se, ao contrário, pela emergência de vários aspectos essenciais à nova sociedade capitalista em formação. Os filmes patrocinados pela BBC e pela Enciclopédia Britânica procuram refletir essa variedade, mas como não se encontram no circuito comercial, a disponibilidade no mercado brasileiro é limitada e unilateral.

De todos os modos, na seleção que efetivamos, procuramos evitar fosse focalizado, unilateralmente, apenas aquele aspecto (moral) de início referido, embora naturalmente tivesse que figurar. Não foi transformado em vídeo um filme – *Mulheres Apaixonadas* – que focaliza o conflito de gerações de industriais no tocante à modernização da indústria e o relacionamento com a massa trabalhadora. Toma por base a obra do mesmo título da autoria de David H. Lawrence (1885-1930), que, havendo oportunidade, valeria a pena assistir.

Segue-se a caracterização dos vídeos por nós escolhidos.

JANE EYRE. Filme inglês de 1995. Direção do conhecido cineasta italiano Franco Zeffirelli. Participação de William Hurt, Charlotte Guinsbourg, Geraldine Chaplin, entre outros. Numa cena final, aparece Maria Schneider, tornada famosa por seu desempenho, ao lado de Marlon Brando, em *O Último Tango em Paris*. Tempo de exibição: 107 minutos.

Filme baseado na obra de Charlotte Brontë (1816-1855), uma das três irmãs romancistas tão bem-sucedidas, sendo as outras duas Emily (1818-1848) e Anne (1820-1849). Trata-se da história de uma jovem que experimenta a dureza dos colégios para órfãos, torna-se professora e governanta de um membro da elite. No livro (aspecto que é omitido no filme) aparece um colégio organizado por uma indústria para atender aos filhos de seus operários. Esses colégios tiveram papel muito importante na transformação das escolas confessionais (mantidas pelas diversas igrejas) em escolas públicas.

O filme centra suas atenções num complicado caso de amor mas traça um certo painel da vida na província inglesa da primeira metade do século XIX.

OLIVER TWIST. Filme inglês de 1948, dirigido por David Lean. Participação de Alec Guinness, Robert Newton, John Howard Davies, entre outros. Tempo de exibição: 110 minutos.

Baseado num dos livros de Charles Dickens. Conforme enfatizamos precedentemente, embora esse grande escritor tivesse pretendido focalizar o que considerava

seria a maldade burguesa, passou à história como grande mestre na dissecação da maldade humana em geral.

A obra focaliza a vida numa das Casas de Trabalho, criadas em decorrência da chamada “Lei dos Pobres” de 1832. Tratava-se de o Estado assumir diretamente a manutenção dos indigentes, que não deveriam ficar na exclusiva dependência da caridade. Para tanto, eles mesmos deveriam escolher essa condição e aceitar serem recolhidos a uma instituição que deveria ensinar-lhes uma profissão. Em se tratando de órfãos, poderiam ser recolhidos diretamente.

O lado pobre de Londres, naquela época, aparece com clareza.

A ÉPOCA DA INOCÊNCIA. Produção americana de 1993, dirigida por Martin Scorsese e participação de grandes atores (Daniel Day-Lewis, Michelle Pfeifer, Richard Grant, Geraldine Chaplin, etc.). Mereceu o Oscar de melhor figurino. Tempo de exibição: 136 minutos.

Consiste na história de uma condessa americana que abandona o marido na Europa e muda-se para os Estados Unidos, escandalizando a sociedade local ao aproximar-se de um homem comprometido. Contudo, a pressão social a inibe completamente.

A mensagem do filme seria a de que os preconceitos sexuais da Era Vitoriana também estavam presentes na sociedade americana da mesma época, não se circunscrevendo, portanto, à Inglaterra.

OS EUROPEUS. Filme americano de 1979, dirigido por James Ivory, que fez outros filmes buscando retratar o caráter preconceituoso da elite inglesa da Era Vitoriana. Participação de Lee Remick, Robin Elis, Lisa Eichhorn e outros. Tempo de exibição: 90 minutos.

Baseado no romance de Henry James (1843-1916). Procura contrastar a aristocracia inglesa sem dinheiro, mas culta e ciosa de si, com os seus parentes americanos: ricos e incultos.

A HISTÓRIA DE FLORENCE. Filme americano de 1985. Direção de Daryl Duke. Com Jaclyn Smith, Thimoty Dalton, Claire Bloom e outros. Tempo de duração: 140 minutos.

Consiste na história de Florence Nightingale (1820-1910), aristocrata inglesa que resolve tornar-se enfermeira e se considera que muito tenha contribuído para a estruturação da assistência médico-hospitalar, numa época em que a medicina introduzia uma verdadeira revolução nessa tão antiga atividade.

De certa forma estabelece franco contraste com a ociosidade habitual de sua classe, que reagiu mal aos seus propósitos.

O MENSAGEIRO. Filme inglês de 1971. Direção de Joseph Losey. Com Julie Christie, Alan Bates, Dominic Guard, etc. Tempo de exibição: 116 minutos.

Apresentado de modo muito inteligente, com uma fotografia extraordinária, trata-se mais uma vez do preconceito em face do relacionamento das mulheres provenientes da aristocracia com a nova elite empreendedora. Esta é considerada rude e sem refinamento, enquanto a aristocracia luta por preservar seus valores tradicionais.

Subsidiariamente, selecionamos quatro vídeos que, acreditamos, possam permitir um confronto entre a cultura ocidental e as principais dentre as culturas orientais (indiana e chinesa).

Os dois primeiros refletem, de certa forma, a passagem da liderança inglesa para as mãos dos americanos. E os dois últimos retratam figuras que se consideram representativas daquelas culturas orientais.

Segue-se breve caracterização dos filmes em apreço..

DECLÍNIO DOS ANOS DOURADOS. Filme inglês de 1984. Direção de Alan Bridges. Com James Mason, Dorothy Tutin, Edward Fox e outros. Tempo de exibição: 108 minutos.

O filme se passa na Inglaterra, pouco antes (1913) da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Reflete a vida da aristocracia inglesa às vésperas da perda da liderança que exercia no mundo. Por aquela época, dizia-se, o sol nunca se punha no Império Britânico, tão amplo era seu domínio universal.

Os acontecimentos descritos pretendem refletir o que seria o fim de uma época. O rei, Eduardo VII (1841-1910), era filho da Rainha Vitória. Estava no poder o Partido Liberal, então sob a liderança de Lloyd George (1863-1945), iniciador da legislação protecionista das pessoas carentes e também do sistema de aposentadorias, que se considera hajam aberto o caminho ao chamado *welfare* (seguridade social). Esteve à frente do governo ainda durante a Primeira Guerra, sendo um dos artífices do Tratado de Versalhes.

O filme seguinte reflete bem a diferença entre a sociedade inglesa em declínio e a norte-americana, em ascensão.

NA ÉPOCA DO RAGTIME. Filme americano de 1981. Direção de Milos Forman. Participam James Cagney, Elisabeth McGovern, Mary Steenburgen, entre outros. Participação especial do escritor Norman Mailer. Tempo de exibição: 155 minutos.

Tomando por base notícias aparecidas no *New York Times* de 1º de janeiro de 1900, o filme reconstitui a história dos principais personagens de modo a vinculá-los entre si. O que sobressai é a diversidade de pessoas que afluem aos Estados Unidos, sendo espantoso que haja logrado estabelecer a invejável unidade cultural de que desfrutam.

GANDHI. Filme inglês de 1982. Direção de Richard Attenborough. Participam Ben Kingsley, Candice Berger e Edward Fox.. Ganhou diversos Oscar. Tempo de exibição: 188 minutos.

Gandhi (1869-1948), depois de dedicar-se à defesa dos direitos civis dos indianos radicados na África do Sul, regressa à sua pátria de origem em 1914 e passa a liderar a luta contra a dominação inglesa a partir da resistência passiva e da desobediência civil não violenta. Propugnava uma recusa radical do modelo ocidental baseado na tecnologia e aspirava ao regresso a uma vida simples, apoiada em atividades artesanais e reduzindo ao mínimo as necessidades de consumo. Com base nessa forma de atuação e realizando greves de fome, acabou obrigando os ingleses a negociar sua retirada. A Índia torna-se independente em 1947, seguindo-se de imediato uma guerra civil que termina com a separação dos muçulmanos, que organizam o Estado do Paquistão. Como para demonstrar que o seu pacifismo era impeditivo da organização da sociedade em bases sólidas, é assassinado em 1948.

Os ingleses conseguiram transmitir aos indianos algumas de suas instituições, como o sistema judiciário independente e o sistema representativo. Embora hajam sobrevivido com a independência, a população subdivide-se em castas. A religião predominante assegura que, na dependência do comportamento na casta em que se encontra, regressará numa outra mais

bem situada. Desse modo, o desenvolvimento material como o entendemos somente contagiou reduzida parcela da elite. Com uma população da ordem de 900 milhões, pelo menos 80% dedicam-se à agricultura de subsistência. A renda *per capita* alcança 300 dólares.

ÚLTIMO IMPERADOR. Filme americano-italiano, de 1987, dirigido pelo conhecido cineasta Bernardo Bertolucci. Participam John Lone, Joan Chen, Peter O'Toole e outros. Ganhou o Oscar. Tempo de exibição: 165 minutos.

É a história do último imperador chinês, Pu Yi, que foi coroado em 1908, aos três anos de idade. Passa em revista a evolução política da maior nação oriental. Em 1911 instaura-se a república, que não consegue entretanto expulsar os estrangeiros e unificar o país, sob a dominação de diferentes senhores de guerra. O fundador da república, Sun Yat-sem, morre em 1925 e deixa como herdeiro o Partido Kuomintang, que acaba por dividir-se em duas facções: a primeira, liderada por Chiang Kai-shek; e a segunda por Mao Tsé-tung. Durante a Segunda Guerra Mundial os japoneses ocupam a Mandchúria, região industrial da China, e tentam restaurar a monarquia com a conivência de Pu Yi.

Expulsos os japoneses e chegando Mao Tsé-tung ao poder, Chiang Kai-shek funda uma república pretensamente afeiçoada ao Ocidente, em Taiwan. Mao Tsé-tung, travestido de teórico marxista, revela-se no poder um típico déspota oriental.

Os dois filmes permitem avaliar a virtual incompatibilidade entre a vida em sociedade resultante da cultura ocidental e aquela que se radicou no Oriente.